UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Amanda Walter Caporrino

NA ERA DAS USINAS:

a Usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo (1930-1964)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo 2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Na era das usinas: a Usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo (1930-1964)

Amanda Walter Caporrino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dra. Luciana Suarez Lopes

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo,

São Paulo 2016 Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofía, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Caporrino, Amanda Walter

CC245e

Na era das usinas: a Usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo (1930-1964) / Amanda Walter Caporrino ; orientadora Luciana Suarez Lopes. - São Paulo, 2016. 281 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

 Agroindustria canavieira . 2. Usina de açúcar e álcool. 3. História do Brasil. 4. História de São Paulo. 5. Piracicaba - SP. I. Lopes, Luciana Suarez, orient. II. Título.

A meus pais, com carinho.

À memória de Pedro Morganti

Aos trabalhadores da cana-de-açúcar, que na rotina amarga do foicear canavieiro, do retinir moendeiro e do destilar alcooleiro, sucumbiram e ainda perecem na fabricação do colonial e atual importante produto brasileiro.

Agradecimentos

Agradeço a todos que colaboraram com esta pesquisa, especialmente:

À Profa. Dra. Luciana Suarez Lopes, por sua orientação interessada, incentivadora e serena, sem a qual eu não teria ultrapassado sequer as primeiras etapas do mestrado.

Aos professores Dr. Alexandre Macchione Saes e Dra. Eliana Tadeu Terci, pelo estímulo e pelas fundamentais contribuições no exame de qualificação e defesa da dissertação.

À Dra. Roberta Barros Meira, pela atenção e apreciação deste estudo, indicando possibilidades para reflexão e aprimoramento.

Ao Sr. Wilson Guidotti Junior e seus colaboradores, pelo amparo e interesse na minha busca por informações sobre a Usina Monte Alegre.

Aos meus pais, Pasquale Caporrino e Maria Lúcia W. Caporrino, ao meu irmão Bruno W. Caporrino, e a toda a minha família, por me apoiarem sempre e compreenderem as minhas ausências durante a realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva, o primeiro incentivador desta empreitada, por sua contribuição como pesquisador e amigo.

À amiga Adda A. P. Ungaretti pelos "puxões de orelha", por todo o apoio e pela leitura atenciosa da dissertação.

Aos amigos José Antonio C. Zagato, Deborah Regina L. Neves, Alberto Fernando A. Cândido e Silvia F. S. Wolff por compartilharem, com amizade e carinho, tanto os momentos felizes quanto os mais difíceis desta trajetória.

A Elisabete M. Watanabe e Carlos Camilo Mourão Junior, pela colaboração e paciência comigo em várias etapas do mestrado.

Aos amigos que, de perto e de longe, torceram por mim, principalmente a Bruna M. Martino, Claudia F. Machado, Viviane O. Cubas, Gisèle de Oliveira e Ednalva G. Garcia.

E, finalmente, a João Luís de Sousa, meu amado companheiro, que soube compreender, apoiar e não desistir quando eu não acreditava que conseguiria.

Sumário

	Pag.
Resumo	01
Abstract	02
Abreviaturas adotadas neste trabalho	03
Lista de tabelas	04
Lista de gráficos	06
Lista de imagens	07
Introdução	10
Capitulo 1 – A empresa: a trajetória da família Morganti e a Refinadora Paulista S.A	16
1.1.Os primeiros empreendimentos de Pedro Morganti	17
1.2. De refinador-comerciante a usineiro: a Refinadora Paulista S.A	35
1.3 A consolidação e a sucessão da Refinadora Paulista S.A	45
1.4 Uma empresa dentre os grupos sucroalcooleiros de São Paulo	57
Capítulo 2 – A fábrica: a Usina Monte Alegre pela perspectiva da indústria sucroalcooleira	69
2.1. O açúcar no contexto da industrialização brasileira	70
2.2. Sob os auspícios do Estado: o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)	90
2.3. A indústria de Piracicaba como esteio do desenvolvimento usineiro	129
2.4. Um capítulo da indústria sucroalcooleira: a Usina Monte Alegre	155
Capítulo 3 – A lavoura: Estrutura fundiária e agrícola da Usina Monte Alegre	183
3.1. A expansão fundiária das usinas e o Estatuto da Lavoura Canavieira	184
3.2. O papel dos colonos na consolidação da Usina Monte Alegre	209
3.3. A modernização dos canaviais na ordem do dia	234
Considerações finais	249
Anexo	255
Fontes e hibliografia	256

1

Resumo

Este estudo pretende contribuir para as pesquisas sobre a agroindústria canavieira no

estado de São Paulo, enfocando a expansão das usinas de açúcar e de álcool entre os

anos de 1930 e 1964. Trata-se de um período especialmente marcado por crise no setor

cafeeiro, acelerado processo de industrialização, direcionamento da economia para o

mercado interno e intervenção estatal no ramo, com a criação do Instituto do Açúcar e

do Álcool (IAA), em 1933.

A conjuntura de disputas e conflitos de interesses entre as regiões Nordeste e Centro-Sul

do Brasil, entre fabricantes e comerciantes, e entre usineiros e fornecedores de cana-de-

açúcar, culminou na consolidação de São Paulo como principal centro sucroalcooleiro

do país durante as décadas de 1940 e 1950.

Com o objetivo de compreender essas questões na dinâmica usineira, o presente estudo

baseou-se na trajetória da Usina Monte Alegre, em Piracicaba. Localizada no mais

tradicional território canavieiro de São Paulo, esta usina iniciou suas atividades como

um engenho de açúcar e tornou-se um importante complexo usineiro no período

enfocado, sob a administração do imigrante Pedro Morganti e empresas da família.

Palavras-chave: agroindústria canavieira; usina; açúcar; álcool; São Paulo.

Abstract

This study intends to contribute to the research of the sugarcane agroindustry in the

state of São Paulo, focusing on the expansion of the big sugar mills between 1930-1964.

It is a period particularly marked by the crisis in the coffee sector, an accelerated

industrialization process, the economy orientation towards the domestic market, and

state intervention with the creation of the Instituto do Açúcar e do Álcool, in 1933.

The context of disputes and conflicts of interest between the Northeast and South-

Central regions of Brazil, between manufacturers and traders, and between mill owners

and sugarcane suppliers resulted in the consolidation of São Paulo as the main sugar and

ethanol center of the country during the decades of 1940 and 1950.

In order to understand these issues under the sugarcane agroindustry dynamics, this

study was based on the trajectory of Usina Monte Alegre, in Piracicaba. Located in a

traditional sugarcane region of São Paulo, this plant started as a sugar plantation and

became an important sugarcane mill complex in the alluded period, under the

administration of the Italian-born immigrant Pedro Morganti and his family businesses.

Keywords: sugarcane agroindustry; sugarcane mill; sugar; ethanol; São Paulo.

Abreviaturas adotadas neste trabalho

CEAM - Comissão de Estudos sobre o Álcool-Motor

CDPA - Comissão de Defesa e Proteção do Açúcar

CIPA - Companhia Industrial Paulista de Álcool

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

COPERSUCAR - Cooperativa Central de Produtores de Cana-de-açúcar

EECP - Estação Experimental de Cana de Piracicaba

ELC – Estatuto da Lavoura Canavieira

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool

IAC - Instituto Agronômico de Campinas

IBC - Instituto Brasileiro do Café

PRÓ-ÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

UMA – Usina Monte Alegre

Lista de tabelas

	Página
Tabela 01 - Exportação de açúcar brasileiro (1890-1913)	28
Tabela 02 - Registros na ficha da Refinadora Paulista S.A. – década de 1930	46
Tabela 03 - Produção de açúcar pelos maiores grupos paulistas no período de 1930 a 1968	57
Tabela 04 - Concentração econômica/financeira-centralização de capital na agroindústria canavieira paulista (1930-1946)	62
Tabela 05 - Concentração econômica/financeira-centralização de capital na agroindústria canavieira paulista (1946-1961)	63
Tabela 06 - Concentração econômica/financeira-centralização de capital na agroindústria canavieira paulista (1961-1976).	67
Tabela 07 - Departamentos públicos e legislação instituídos entre 1930-1945	93
Tabela 08 - Produção de açúcar discriminada por categoria de fábricas (1925-1939)	95
Tabela 09 - Razões e objetivos da política oficial do açúcar no primeiro decênio (1931-1941).	98
Tabela 10 - Primeiros limites de produção do açúcar de usina — 1934/35	109
Tabela 11 - Produção brasileira de álcool segundo a matéria-prima, 1935-1942	117
Tabela 12 - Destilarias registradas no IAA (1941-1960)	118
Tabela 13 - Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina concedido pela Resolução 501/1951 do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA	121
Tabela 14 - Produção de açúcar no Nordeste e Centro-sul do país (1937-1952)	121
Tabela 15 - Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina concedido pela Resolução 1284/57 do Instituto do Açúcar e do Álcool- IAA	123
Tabela 16 - Evolução das cotas de produção por estado – (safras 1935-36 a 1963-64)	126
Tabela 17 - Fases da economia sucroalcooleira do Brasil (Final séc. XIX – 1945)	128
Tabela 18 - Produção de açúcar e café - Constituição (Piracicaba), 1866	132
Tabela 19 - Sociedade Anônima Engenho Central Monte Alegre, 1900	135
Tabela 20 - Consumo dos açucares de usina e engenho no Brasil (1932-1945)	138
Tabela 21 - Dados das principais usinas de São Paulo - Safras de 1910 e 1911	142
Tabela 22 - Composições de moendas e respectivas capacidades de esmagamento e extração (eficiências) – safra de 1927	143
Tabela 23 - Principais fabricantes de máquinas para a agroindústria canavieira (1963)	154
Tabela 24 - Tabela 24 - Cota de produção de açúcar das maiores usinas paulistas registradas pelo IAA (1934-1939)	159
Tabela 25 - Municípios açucareiros em São Paulo (1942)	201
Tabela 26- Canas próprias e de fornecedores em usinas de São Paulo (1933-1936)	203
Tabela 27 - Propriedades adquiridas pela Usina Monte Alegre entre 1928 e 1945.	204
Tabela 28 - Produção de cana na Usina Monte Alegre por tipo de abastecimento (1959-1963)	205

Tabela 29 - Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina concedido pela Resolução 1761/63 do Instituto do Açúcar e do Álcool- IAA (sacos de 60 kg)	207
Tabela 30 - Custo de mão-de-obra e renda da produção em hortas e pomares da UMA, 1945	226
Tabela 31 - Produção de cana por colonos (1941-1949)	230
Tabela 32 - Usinas cooperadas com a EECP e colocações (1929 e 1935)	240
Tabela 33 - Usinas cooperadas com a Estação Experimental de Piracicaba (1930-1950)	245

Lista de gráficos

	Página
Gráfico 01 – Exportação de açúcar brasileiro para o exterior e respectivos valores (1913-1938)	86
Gráfico 02 – Correlação da produção de açúcar de usinas e engenhos e seu valor (1920-1939)	95
Gráfico 03 – Quantidade de álcool e gasolina na composição do álcool-motor (1946-1960)	119
Gráfico 04 – Valor da economia realizada pela composição do álcool-motor (1946-1960)	120
Gráfico 05 – Financiamento do açúcar com recursos do IAA e do Banco do Brasil (1939-1961)	125
Gráfico 06 – Exportação de açúcar de todos os tipos (1946-1960)	127
Gráfico 07 – Consumo de açúcar por tipos (1932-1948)	138
Gráfico 08 – Açúcar produzido pela Usina Monte Alegre (1930-1963)	158
Gráfico 09 – Produção de açúcar de usina no Brasil, Pernambuco e São Paulo, 1945-1964	173
Gráfico 10 – Progressão do serviço de "roguing" na Usina Monte Alegre (1945-1947)	244

Lista de imagens

		Página
Imagem 01 -	Casa em Massarosa na qual teria nascido Pedro Morganti	18
•	2 - Pedro Morganti e Giannina Dal Pino, início do século XX	
•	- Estabelecimento Gori & Morganti, na Rua Amaral Gurgel, em São Paulo	
•	4 - Propaganda da Companhia União dos Refinadores	
•	agem 05 - Fotos da fábrica da Companhia Indústria e Comércio Casa Tolle	
Imagem 06 -	Imagem 06 - Edda Mussolini Ciano e Pedro Morganti durante a visita da condessa à Usina Monte Alegre, em 1939	
Imagem 07 -	Pedro Morganti e os gêmeos Hélio e Lino	51
Imagem 08 -	Pedro Morganti pouco antes de falecer	52
Imagem 09 -	Pedro Morganti pouco antes de falecer	52
Imagem 10 -	Cortejo do enterro de Pedro Morganti pela Avenida Paulista, em 1941	52
Imagem 11 -	Refinadora Paulista S.A, em 1959	56
Imagem 12 -	Esquema da estrutura inicial do IAA (1933)	106
Imagem 13 -	Fazenda Monte Alegre, 1845	134
Imagem 14 -	Representação esquemática de um terno de moenda	142
Imagem 15 -	Representação esquemática de um conjunto de moendas com três ternos	142
Imagem 16 -	Fluxograma geral do processo de fabricação de açúcar e álcool	144
Imagem 17 -	Aprendizes e funcionários na Oficina Dedini	148
Imagem 18 -	Usina Monte Alegre, cerca de 1920	156
Imagem 19 -	Moendas da Usina Monte Alegre em funcionamento, em 1939, durante a visita da condessa Edda Mussolini	161
Imagem 20 -	Moenda da Fulton Iron Works (The "cora" nine roller cane mill)	162
Imagem 21 -	Perspectiva dos edifícios da moenda, refinaria e destilaria da UMA (c. 1940)	163
Imagem 22 -	Perspectiva dos edifícios da refinaria da UMA (c. 1940)	163
Imagem 23 -	Perspectiva dos edifícios da destilaria da UMA (c. 1940)	163
Imagem 24 -	Clichê da locomotiva "Fúlvio Morganti" (UMA nº 1)	165
Imagem 25 -	Adhemar de Barros em frente da locomotiva durante visita à UMA	165
Imagem 26 -	Interior da oficina montada por João Bottene na usina	165
Imagem 27 -	Locomotiva "Maria Helena" projetada por Bottene com motor a álcool	166
Imagem 28 -	Dona Joaninha Morganti em inauguração do Aeroporto Comendador Pedro Morganti, em 1942	166

Imagem 29 -	Vagão-tanque nº 115 da Refinadora Paulista S.A.			
Imagem 30 -	- Fábrica de celulose e papel, década 1950			
Imagem 31 -	- Lino Morganti, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, em 14 de março de 1958			
Imagem 32 -	agem 32 - Usina Monte Alegre, ao lado do Rio Piracicaba, que na década de 1930 já apresentava feições industriais amplas			
Imagem 33 -	magem 33 - Casarão da família Morganti na Usina Monte Alegre			
Imagem 34 - Pedro Morganti sentado entre trabalhadores, em frente a um alojamento da vila operária na Usina Monte Alegre				
Imagem 35 -	Prédio do Grupo Escolar "Marquês de Monte Alegre"	179		
Imagem 36 -	Capela de São Pedro de Monte Alegre	179		
Imagem 37 -	Sala do cinema do UMA UFC	179		
Imagem 38 -	Corporação Musical "Pedro Sérgio Morganti"	179		
Imagem 39 -	Fábrica de macarrão na Usina Monte Alegre	180		
Imagem 40 -	O setor de torrefação de café do armazém	180		
Imagem 41 -	O ambulatório médico na Usina Monte Alegre	180		
Imagem 42 -	O consultório dentário na Usina Monte Alegre	180		
Imagem 43 -	O centro de puericultura na Usina Monte Alegre	180		
Imagem 44 -	Escadaria do Clube "Teixerada", às margens do Rio Piracicaba	180		
Imagem 45 -	Conjunto da Usina Monte Alegre, meados da década de 1950	181		
Imagem 46 -	Trabalhadores da Usina Monte Alegre rendendo homenagens a Lino Morganti e à Refinadora Paulista S.A. em frente à casa patronal	182		
Imagem 47 -	Detalhe do monumento com estátua de Pedro Morganti, erguido na área fabril pelos empregados da usina	182		
Imagem 48 -	Casas de colônia da Usina Monte Alegre	211		
Imagem 49 -	Casas de colônia da Usina Monte Alegre	212		
Imagem 50 -	Publicação sobre colonos e fornecedores no <i>Jornal UMA</i> , ano 03, n. 73, 12 abr. 1942	218		
Imagem 51 -	Prédio da escola existente na Fazenda Taquaral, pertencente à Usina Monte Alegre	221		
Imagem 52 -	Veículo que realizava o transporte entre as propriedades da UMA e a cidade de Piracicaba	221		
Imagem 53 -	Foto da missa católica realizada antes do Campeonato de Cortadores de Cana de 1944, na qual se observa os trabalhadores isolados por uma corda	223		
Imagem 54 -	Cortadora de cana participando de prova no campeonato de 1944	223		
Imagem 55 -	Comemoração pelos campeões da edição de 1945	223		
Imagem 56 -	Trabalhadores da UMA erguendo Virgílio Prévides, campeão dos torneios de cortadores de cana de 1944 e 1945	223		
Imagem 57 -	Armazém da Usina Monte Alegre	226		

Imagem 58 -	Horta comunitária da Usina Monte Alegre	226
Imagem 59 -	Estábulos da Usina Monte Alegre	227
Imagem 60 -	Observação do desempenho dos trabalhadores da cana na UMA durante a 2ª Semana Canavieira de Piracicaba, realizada em 1959	232
Imagem 61 -	Cartaz de propaganda para o combate ao mosaico e melhoramento da cultura da cana, difundido pela Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícolas	237
Imagem 62 -	Clone de variedade canavieira, identificado como 48-1, na EEC de Campos;	239
Imagem 63 -	Experiências de adubação na Fazenda Angra com composto criado pela EEC de Campos	239
Imagem 64 -	Sulcador adaptado na oficina da Estação Experimental de Campos, no Rio de Janeiro	239
Imagem 65 -	Esquema do setor agrícola da Usina Monte Alegre, elaborado com base em relatório da empresa	243
Imagem 66 -	Tratores da Usina Monte Alegre em desfile pelas ruas piracicabanas por ocasião da 1ª Semana Canavieira de Piracicaba, em 1958	247
Imagem 67 -	Colheitadeira e caminhão da UMA em funcionamento durante a 2ª Semana Canavieira de Piracicaba, em 1959	247
Imagem 68 -	Uma das alegorias do desfile da Usina Monte Alegre na 2ª Semana Canavieira de Piracicaba, em 1959, demonstrando sua avançada tecnologia na produção sucroalcooleira e de papel. Alguns anos depois, a Refinadora Paulista S.A. seria vendida ao Grupo Silva Gordo	248

Introdução

Na apresentação da obra *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, Sergio Buarque de Holanda afirmou que a economia do açúcar desencadeou um verdadeiro processo revolucionário em terras paulistas. Alicerçada no trabalho escravo, tratou-se da primeira lavoura de cunho comercial a se estabelecer em São Paulo, firmando a estrutura agrária e os cabedais necessários à expansão cafeeira no século XIX. Para Holanda, não seria exagero dizer que a economia paulista e, indiretamente, a brasileira torna-se "mais inteligível com o conhecimento prévio desse fator, que a alentou de modo decisivo". ¹

Na obra em questão, Maria Thereza Schorer Petrone abordou diversos aspectos da lavoura canavieira, desde as origens do cultivo em São Paulo até o desenvolvimento da agromanufatura escravista, centrando-se especificamente no que se denominou como ciclo paulista do açúcar², período compreendido entre o final da mineração (entre 1765 e 1775, anos do governo Morgado de Mateus) e o início do ciclo do café (1850-1851). Em sua conclusão, a autora desejou "ter podido elucidar, com este trabalho, alguns aspectos de um período da história paulista pouco conhecido e que liga a fase do bandeirismo de apresamento e de mineração ao 'ciclo' do café".³

A autora também alertou que a história do açúcar era um capítulo pouco conhecido da história paulista, com bibliografía "extremamente pobre", e sua obra acabou por se tornar, inclusive, um marco na historiografía sobre o assunto. Alguns estudos a sucederam, revelando aspectos multifacetados da economia sucroalcooleira no território paulista. No entanto, estes raramente se estenderam até a produção usineira no século XX, persistindo lacunas que ainda não receberam a devida atenção no meio acadêmico. Em linhas gerais, as abordagens relacionadas à cana-de-açúcar em São Paulo se ativeram especialmente ao período colonial, durante o qual os engenhos estiveram predominantemente localizados na faixa litorânea e não fizeram frente à produção nordestina.

Ressalvas devem ser feitas quanto aos trabalhos de Tamás Szmrecsányi e Pedro Ramos, assim como os de seus orientandos, que objetivam compreender o

_

¹ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

² De acordo com Maria Thereza Schorer Petrone, esta denominação foi criada por Alfredo Ellis Júnior , em sua obra *A Economia Paulista no Século XVIII* (década de 1930) e mencionada em *O Café e a Paulistania* (1951). Também foi empregada por Caio Prado Junior em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

³ PETRONE, 1968, p. 226.

desenvolvimento da agroindústria canavieira no país durante o século XX, dando especial enfoque ao setor sucroalcooleiro paulista. Outras pesquisas relevantes sobre o assunto são as teses sobre a intervenção do Estado no setor canavieiro defendidas por Oriowaldo Queda e José César Aprilani Gnaccarini. Os estudos desenvolvidos por José Evando Vieira de Melo avançaram até a época dos chamados engenhos centrais, um breve e relevante capítulo da história canavieira do país, cravado entre o último quartel do oitocentos e as primeiras décadas do século seguinte. Mais recentemente, as pesquisas de Roberta Barros Meira buscaram compreender as correlações entre as políticas estatais e o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo.

Também destacam-se as pesquisas das professoras Eliana Tadeu Terci e Maria Thereza Miguel Peres, que dão conta de diversos aspectos da economia canavieira, principalmente na região de Piracicaba. Vale mencionar ainda a dissertação de Ângela Cristina Ribeiro Caires sobre os trabalhadores da Usina Tamoio (em Araraquara), bem como os estudos de Carlos Gabriel Guimarães sobre a indústria álcool-motora, de Carlos Eduardo de Freitas Vian acerca de vários temas do setor canavieiro no país e de Michel Deliberali Marson, centrados na evolução da indústria paulista de máquinas para a produção sucroalcooleira. Ademais, as obras encontradas sobre o período constituem quase sempre biografias de grandes empresários do setor sucroalcooleiro, como as de Mário Dedini e Maurílio Biagi, que grosso modo fornecem panoramas bastante parciais da formação do sistema usineiro em São Paulo.

Os levantamentos preliminares para pesquisa evidenciaram, portanto, muitas lacunas relacionadas ao desenvolvimento da agroindústria canavieira paulista ao longo do século XX, especialmente no que concerne à consolidação do sistema usineiro a partir da década de 1930. Alguns artigos científicos referentes ao Programa Nacional de Álcool (Pró-Álcool), implantado em 1975, aludem à escassez de pesquisas sobre a trajetória sucroalcooleira anterior, indicando que a temática, de fato, demanda um maior aprofundamento. O hiato historiográfico torna-se mais evidente ao considerarmos que, atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e derivados, cabendo ao estado de São Paulo a primeira posição na produção sucroalcooleira nacional, sem, contudo, haver muitas análises acerca dessa trajetória.

Quais foram os rumos trilhados para atingir os patamares atuais? Quais agentes contribuíram para isso e de que forma? Quais os impactos econômicos, políticos e sociais deste crescimento? Enfim, como São Paulo superou a crise do açúcar no século XX e, na mesma época, tornou-se o maior produtor, haja vista seu reconhecimento

como um estado do café e da indústria? Como o crescimento sucroalcooleiro em São Paulo se relaciona com a história do setor em âmbito nacional? A presente dissertação visa contribuir com algumas respostas para estas e outras possíveis questões.

Os estudos que se dedicaram ao tema estabeleceram eixos temáticos e recortes espaço-temporais bastante amplos, apresentando um panorama do desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira entre as décadas de 1930 e 1980, período no qual teria se consolidado a "era das usinas", a "hegemonia usineira" ou "revolução usineira" no Brasil.⁴ As referências indicaram que, embora o sistema usineiro tenha se estabelecido em diversos pontos do país, foi em São Paulo que este melhor se viabilizou por uma série de fatores políticos e econômicos. Por esses motivos, a presente pesquisa optou por manter como norte a trajetória de uma usina paulista específica, a fim de observar mais apuradamente como tais processos ocorreram no âmbito da unidade produtiva.

A escolha recaiu sobre a Usina Monte, em Piracicaba, particularmente em razão de três características fundamentais de sua história. Em primeiro lugar, localizavase em um tradicional reduto açucareiro de São Paulo, estabelecendo um contraponto interessante com a expansão cafeeira pelo território e as relações existentes com a formação da indústria metalmecânica paulista. A segunda justificativa residiu em sua origem como um rudimentar engenho e na tentativa de sua transformação em engenho central, o que elucidaria questões referentes à preponderância das usinas sobre os demais tipos de complexos produtores existentes. O terceiro aspecto considerado foi o de ter pertencido a empresas do imigrante italiano Pedro Morganti, cuja origem comercial-refinadora e inserção entre os maiores grupos açucareiros do país na fase da consolidação usineira possivelmente seriam capazes de fornecer pistas acerca da formação do capital no setor sucroalcooleiro.

A gênese da usina de açúcar e de álcool no Brasil remonta às crises que abalaram a economia cafeeira nas primeiras décadas do século XX e afetaram, especialmente, a dinâmica paulista. O ressurgimento da produção açucareira em São Paulo foi impulsionado na época ao atrair parte dos capitais que se formavam ou se desinvertiam no setor de exportação. Iniciando a sua trajetória empresarial com os negócios de torrefação e comércio de café na Capital paulista, Pedro Morganti enveredou-se pelos negócios do açúcar, dedicando-se, inicialmente, a uma pequena refinaria. Entendendo que a usina é unidade produtora pertencente a uma empresa, o

_

⁴ Expressões empregadas, especialmente, por Fernando Azevedo, Pedro Ramos e Roberta Barros Meira ao abordarem a agroindústria canavieira paulista a partir dos anos 1930.

primeiro capítulo da dissertação centra a sua análise, portanto, nos passos iniciais da família Morganti como refinadora-comerciante, buscando elencar os pontos fundamentais que determinaram a sua opção pelo ramo usineiro e o estabelecimento da Refinadora Paulista S.A., que figurou entre as mais importantes no cenário nacional nas décadas de 1930 a 1960, período que, inclusive, define o recorte temporal desta pesquisa.

Diante da "grande depressão" gerada pela crise mundial de 1929, a economia brasileira sofreu um profundo impacto devido aos efeitos sobre o setor cafeeiro. Os principais debates em torno do processo de industrialização desencadeado no período é um dos enfoques do segundo capítulo, o qual procura estabelecer as possíveis interlocuções entre essa conjuntura, o processo de substituição de importações no país e o desenvolvimento da indústria sucroalcooleira em São Paulo. Nesse sentido, também são abordados os fatores que determinaram a intervenção do Estado na agroindústria canavieira, mediante atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), criado em 1933. O capítulo ainda discorre sobre as origens do setor metalmecânico de Piracicaba, com vistas a identificar suas possíveis relações com o incremento da produção sucroalcooleira na região. Em um tópico final, são pontuados os principais aspectos da consolidação industrial da Usina Monte Alegre, numa justaposição com os próprios processos considerados nos tópicos anteriores.

O terceiro capítulo apresenta questões levantadas acerca da formação das lavouras pertencentes à Usina Monte Alegre, compreendendo a usina como um complexo que se estruturou verticalmente integrado, em razão das demandas geradas pela indústria sucroalcooleira no período e também por fatores correspondentes à estrutura fundiária e agrícola do país. Por isso, são enfocadas as características próprias da região, dentre as quais a produção rural de Piracicaba, o abastecimento de matéria-prima pelos fornecedores de cana e a contribuição do regime de colonato para a consolidação da usina estudada. O capítulo é encerrado com um tópico centrado no aparato técnico e científico existente na região piracicabana, que propiciou a modernização da lavoura canavieira no país.

Em relação às fontes documentais consultadas, é importante lembrar que esta pesquisa teve como escopo a trajetória de uma unidade produtiva específica, relacionada a uma empresa, e que manteve porte considerável e produção constante durante o período enfocado. Além da biografia de Pedro Morganti, intitulada *Um Bandeirante da Toscana*, a trajetória empresarial em questão foi reconstruída a partir de documentos

levantados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), dentre os quais as fichas de "Breve Relato" de cada uma das principais empresas de Pedro Morganti e seus sucessores: a Companhia Refinadora Paulista (fundada em 1907), a Companhia União dos Refinadores (criada em 1910, sendo a pioneira da atual marca "Açúcar União") e a Refinadora Paulista S.A. (estabelecida em 1924). Estes documentos contêm os dados registrados nas respectivas atas comerciais, tais como os dados de fundação, as datas e os conteúdos das assembléias, as modificações dos estatutos e as alterações na sociedade.

O levantamento documental também procedeu à localização e ao acesso a arquivos da usina ainda existentes. Nesse sentido, recorreu-se ao proprietário atual dos remanescentes fabris da Usina Monte Alegre, bem como pesquisadores que trataram do tema e antigos funcionários da empresa e moradores do Bairro Monte Alegre. O acervo consultado configura uma vasta massa documental mantida que, entretanto, não passou por um tratamento arquivístico que visasse sua catalogação, seu correto acondicionamento e preservação permanente, fatores que obstaculizaram o andamento da pesquisa em várias fases. Valem destacar os detalhados *Relatórios de Atividades da Usina Monte Alegre*, elaborados anualmente entre as décadas de 1930 e 1960 para a diretoria da Refinadora Paulista S.A.

Além de documentos diretamente relacionados às atividades usineiras, verificou-se ao longo da pesquisa que o complexo montealegrino produziu diversificada gama de fontes documentais. Dentre outras, destaca-se o *Jornal UMA*, publicação quinzenal produzida por empregados e associações da Usina Monte Alegre, que circulou entre os anos de 1939 e 1964. O periódico noticiava os principais acontecimentos da usina e também de Piracicaba, constituindo um importante instrumento de propaganda e de comunicação no interior do complexo usineiro. Durante a pesquisa, os exemplares foram digitalizados pelo Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas (AEL-UNICAMP) e serão disponibilizados para consulta pública em breve.

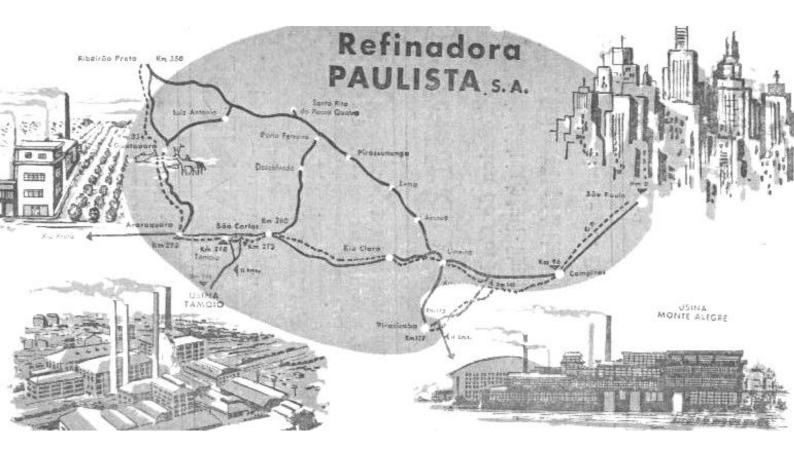
Considerando a determinante intervenção estatal no setor sucroalcooleiro entre os anos de 1930 a 1964, foram levantadas leis, decretos e regulamentos emitidos no período, privilegiando-se aqueles que seriam os marcos na legislação. O levantamento de fontes normativas foi aprofundado com o enfoque nas determinações do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), assim como as manifestações direta ou indiretamente ligadas àquele órgão público. Os documentos analisados referem-se, em geral, ao arcabouço

normativo criado pelo instituto, aos dados estatísticos e oficiais (*Anuários Açucareiros* e edições do *Brasil Açucareiro*) e aos posicionamentos daqueles que ocuparam posição de destaque na instituição, tais como Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Gileno Dé Carli.

A pesquisa consultou o Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Metodista de Piracicaba (NPDR- UNIMEP), então coordenado pela Prof.ª Dr.ª Eliana Tadeu Terci, assim como os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata), que forneceram informações a respeito da produção sucroalcooleira paulista no período, viabilizando a compreensão da produção montealegrina em cenários mais amplos. Os acervos digitais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* também constituíram importantes fontes de informações, evidenciando importantes aspectos relacionados à posição do grupo empresarial Morganti e ao desenvolvimento da Usina Monte Alegre.

Valendo-se da metodologia e da importância da história oral, os depoimentos analisados contribuíram em suas entrelinhas para a compreensão de várias facetas da trajetória da Usina Monte Alegre e do correlato contexto político e econômico. A pesquisa ainda contou com o acesso a um conjunto iconográfico preservado, constituído por fotos das instalações da usina, do maquinário, da família Morganti e de eventos religiosos e festivos, com origens e finalidades diversas. Cedidos para a pesquisa em versão digital, tais registros foram inseridos no rol de fontes em razão da premissa de que a foto é um artefato dotado de história própria, desde o objetivo de sua produção até as intenções que a preservaram ao longo do tempo. A imagem retratada e a trajetória percorrida reúnem um inventário de informações, capaz de se reverter em subsídios para a compreensão das questões enunciadas no projeto.

O resultado de todo esse gratificante trabalho encontra-se exposto no texto a seguir. Cabe salientar que a coesão da dissertação foi pensada com base no que demonstrou a própria documentação levantada e nos estudos consultados, cujas interpretações enfocam os setores empresarial, industrial e agrícola separadamente. Por fim, cabe mencionar que as citações inseridas no texto mantiveram a grafia original com o intuito de evitar eventuais anacronismos ou interpretações equivocadas dos termos. Espero que a leitura não seja árdua e que, de fato, contribua para as pesquisas sobre este tema fundamental da história brasileira.



CAPÍTULO 1 - A empresa:

a trajetória da família Morganti e da Refinadora Paulista S.A.

1.1. Os primeiros empreendimentos de Pedro Morganti

Era Morganti colonizador e sertanista da envergadura de Antônio e Martinho Prado. Sua obra é de significado essencialmente brasileira, até porque ele operou com a mais velha, a mais tradicional das nossas culturas, que é a da cana. Ninguém, portanto, trabalhava mais brasileiramente neste país do que Pedro Morganti. Seu espírito era fecundado num humus econômico, o qual corresponde a raízes profundas da vida nacional, desde os albores da colônia em São Vicente, Itamaracá e Santo Amaro.

Assis Chateaubriand⁵

Reconstituir as etapas do estabelecimento de Pedro Morganti nos cenários comercial, agrícola e industrial de São Paulo não se revelou uma tarefa muito fácil. Apesar de numerosas, as referências acerca de sua trajetória quase sempre se baseiam em informações sucessivamente reproduzidas sem lastros de fatos concretos ou fontes documentais. Isso decorre da extensa divulgação, sem filtro, de publicações das empresas da família e dos depoimentos de antigos funcionários, que contribuem – dentre outros fatores – para a propagação de um imaginário ideologicamente construído e, aparentemente, irrefutável.

Também se deve à utilização desmedida do conteúdo da biografia intitulada *Um Bandeirante da Toscana*, considerada a principal fonte sobre a história da Usina Monte Alegre e de seu fundador. Publicada em 1967, a obra foi encomendada ao jornalista e escritor gaúcho Manoelito de Ornellas por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, um dos ilustres amigos da família Morganti. Composta por 160 páginas, apenas metade destas trata da vida de Pedro Morganti, discorrendo romanticamente acerca da saga do imigrante pobre que "fez a América" à custa de seu suor. Frente a tais circunstâncias, adotamos, sempre que possível, a estratégia de confrontar os dados biográficos com a documentação levantada ao longo da pesquisa.

Filho de Tommaso Morganti e Beatrice Sargentini, Pedro nasceu no dia 02 de abril de 1876, em Massarosa, *comune* da Província de Lucca, na região toscana da Itália. Desembarcou no Porto de Santos em janeiro de 1890, após ter cruzado o Atlântico a bordo do navio Garibaldi. Estes fatos de sua vida não foram confirmados devido à

⁶ Cf. Ibidem, p. 105 et seq. A biografia em questão foi estudada na tese de Antonio de Ruggiero, intitulada *Emigranti toscani nel Brasile meridionale 1875-1914* (Scuola di Dottorato in Storia, Università Degli Studi Di Firenze, Florença, 2010).

⁵ ORNELLAS, Manoelito de. *Um bandeirante da toscana*: Pedro Morganti na lavoura e na indústria açucareira de São Paulo. São Paulo: EDART, 1967, p. 105.

impossibilidade de acesso aos documentos cartoriais de sua cidade natal, assim como à ausência de referências no acervo do Memorial da Imigração do Estado de São Paulo. Em relação aos dados da travessia, verificou-se a improcedência da informação, visto vez que o Garibaldi foi lançado ao mar somente em 1906, com o nome de Virgínia, sendo rebatizado no ano de 1911, quando foi adquirido pela Ligure Brasiliana para operar na linha Gênova-Buenos Aires, a qual passava por Santos (SILVARES, 2007).



Imagem 01 – Casa em Massarosa na qual teria nascido Pedro Morganti. Foto sem indicações de autoria ou data. In: ORNELLAS, 1967, entre p. 104-105.

Diferentemente da habitual trajetória de outros imigrantes, deslocou-se para a Capital paulista, onde permaneceu e foi trabalhar no estabelecimento que seu irmão Carlos tinha em sociedade com um familiar da própria esposa. A firma Gori & Morganti exercia atividades de torrefação, moagem e comércio de café e nela Pedro implementou "la prima Zangola meccanica" para refinação de açúcar em pequenas quantidades e sob o primitivo processo manual. Segundo seu biógrafo, nos tachos escaldantes daquela fábrica experimental, ele "antevia os cilindros modernos, imaginava o traçado revolucionário de uma Usina, onde as máquinas reduzissem a exigência do braço humano".

⁷ Cf. VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES (2ª Vara, 2º ofício). Inventário de Ana Rosa Gori Morganti. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de maio de 1944, p. 10. Disponível em < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3977762/pg-10-poder-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo -dosp-de-12-05-1944>. Acesso em: 21 mar. 2016.

⁹ ORNELLAS, 1967, p. 124.

-

⁸ A "zangola" é a denominação italiana para um recipiente estreiro e comprido, em formato cilíndrico ou cônico, usado na fabricação de manteiga. É composto por uma tampa com um orifício central, pelo qual passa uma haste (ou pistão) com um disco fixado na ponta em posição horizontal, o qual tem a função de bater a mistura. Em geral, todas as peças eram confeccionadas em madeira.

A biografia também menciona que ele chegou a prestar serviço militar na Itália, apresentando-se em Genova e ingressando no 6º Regimento de Bersaglieri de Bolonha. Na mesma época, seu irmão Paulo foi inscrito no 8º Regimento de Artilharia Montada de Verona, causando a dispensa de Pedro por este ser mais velho. Após permanecer um período com os pais em Massarosa, ele retornou, registrando em uma carta: "devo servir a duas pátrias: à minha de origem e ao Brasil – que me adotou e que eu amo. Hoje, não me é dado distinguir o berço que Deus me deu da casa em que me formo homem de lutas". ¹⁰

De volta a São Paulo, casou-se com Giannina Dal Pino, em 1901. ¹¹ Filha dos italianos José Dal Pino e Thereza Manini ¹², que imigraram para o Egito, ela nasceu em Alexandria, sendo identificada no Brasil como Joaninha Morganti. Pelo que consta, o casal teve seis filhos: Fúlvio, Renato, Elza, Bice, Hélio e Lino, sendo estes dois últimos irmãos gêmeos. Alguns dados apontam que, na realidade, Pedro Morganti foi pai de 14 crianças, ¹³ não havendo, porém, mais detalhes sobre esses registros.





Imagem 02 – Pedro Morganti e Giannina Dal Pino, início do século XX. Fotos sem indicações de autoria ou data. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

¹⁰ Ibidem, p. 121-122.

¹¹ Cf. SEM AUTORIA. "Notícias Diversas". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 junho de 1901, p. 02. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

¹² Cf. SEM AUTORIA. "Fallecimentos". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 novembro de 1916, p. 05. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

¹³ Cf. PFROMM NETTO, *Samuel. Dicionário de Piracicabanos. São Paulo*: PNA, 2013. Apud. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. Disponível em: http://wiki.ihgp.org.br/MORGANTI, Pedro>. Acesso em: 13 mai. 2013.

Apesar de muitas lacunas – especialmente no que concerne à constituição de seu patrimônio-, a documentação levantada demonstra que o regresso de Pedro Morganti se desdobrou em acelerada e crescente trajetória empresarial. Em 1902, assumiu, no lugar do irmão, o estabelecimento onde iniciara a refinação de açúcar:

Estevam Gori e Carlos Morganti, socios componentes da firma Gori & Morganti, estabelecido á rua Amaral Gurgel n. 110, com refinação de assucar, torrefação de café, etc., declaram que, de comum accôrdo, dissolveram a sociedade, retirando-se o socio Carlos Morganti sem nenhuma responsabilidade. Estevam Gori e Pedro Morganti (...), em sucessão a esta firma, constituiram uma sociedade para continuação do mesmo ramo de negocio e sob a mesma razão social de *Gori & Morganti*, que tomam a si todo o ativo da extincta sociedade, deixando de tomar a responsabilidade do passivo da mesma, porque ella nada deve. ¹⁴ [sic]

Em 1904, Pedro Morganti formou sociedade com Narciso e Stefano Gosi e montou na Ladeira do Piques (atual Quirino de Andrade), em São Paulo, uma filial de sua rudimentar refinaria, atribuindo a gerência ao irmão Paulo, que também retornara da Itália. Em paralelo, implementava os negócios Gori & Morganti, cuja marca registrou

uma figura de moça, tendo à mão direita uma chicara para café e à esquerda um ramo do cafeeiro; por cima da cabeça, os dizeres em lettras maisculas «Café Consolação», ao lado direito da figura os dizeres sobrepostos *Torrefação e Moagem de Café com refinação de Assucar* e à esquerda os dizeres «rua Amaral Gurgel n. 110». Telephone 906, São Paulo; aos pés da figura, em letras maiúsculas, os dizeres: Pedro Morganti, sucessor de Gori & Morganti; O abaixo assignado, estabelecido nesta cidade, à rua Amaral Gurgel, n. 110, com torrefação de café, com refinação de assucar, adoptou esta marca (...) e as palavras «Café Consolação» como título de seu estabalecimento comercial. São Paulo, 4 de junho de 1907. Pedro Morganti. (...)¹⁵. (sic)

.

¹⁴ GORI & MORGANTI. "A' praça". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de outubro de 1902, p. 03. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

¹⁵ SÃO PAULO (Estado). "Publicações Particulares. Marca". *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de junho de 1907, p. 1703. Disponível em < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3699367/pg-1703-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-11-06-1907/pdfView/>. Acesso em: 21 fev. 2016.



Imagem 03 – Estabelecimento Gori & Morganti, na Rua Amaral Gurgel, em São Paulo. In: ORNELLAS, 1967, entre as páginas 120 e 121.

Pedro Morganti iniciou suas atividades no Brasil na efervescência política e econômica da recém-proclamada República, período marcado por tensões crescentes e de rupturas no modo de inserção da economia brasileira na economia mundial, definido durante a denominada *Pax Britannica*. Desde fins do século XVIII, a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra impulsionou o desenvolvimento de uma extensa divisão internacional do trabalho, cujo epicentro transformou-se "não só na oficina (*workshop*) mas também no banqueiro, segurador e transportador do mundo". No decorrer do oitocentos, o comportamento da economia brasileira esteve sob a influência do sistema econômico internacional de hegemonia inglesa. 18

Porém, a partir de 1870, o âmbito mundial do capitalismo modificou-se diante das rivalidades "interimperialistas", cujos protagonistas foram a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos. ¹⁹ Entre 1870 e 1913, os maiores mercados da primazia industrial inglesa na Europa e nos Estados Unidos foram disputados frente ao desenvolvimento das indústrias alemã e norte-americana. A concorrência entre as principais potências contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918),

_

¹⁶ FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930". In: PAIVA, Marcelo (org.). *A ordem do progresso:* cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 45-77, p. 45.

¹⁷ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional". In: FAUSTO, Boris (org.) *III. O Brasil Republicano – 1 Estrutura de Poder e Economia*. São Paulo: Difel, 1975, p. 348.

¹⁸ Cf. BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

¹⁹ SINGER, 1975, p. 347.

alterando novamente o panorama do capitalismo mundial. No período iniciado após o conflito, a expansão capitalista refluiu e a economia reorganizou-se internamente. A atividade industrial – até então restrita aos países centrais do sistema – estendeu-se a outras partes do globo.²⁰

Para a economia açucareira, a década de 1880 foi um período de grande depressão para os países produtores, no qual o próprio mercado britânico do acúcar constituiu notório exemplo da mencionada quebra da hegemonia da Grã-Bretanha na economia mundial.²¹ Até meados do oitocentos, o comércio internacional de açúcar era dominado por suas colônias antilhanas (Jamaica, Barbados e Guiana Inglesa). Contudo, os direitos alfandegários que gravavam a compra do produto colonial pelo comércio inglês e pela indústria de refinação foram reduzidos em 1846 e abolidos em 1874.

Anos mais tarde, os mesmos direitos foram suprimidos pelos Estados Unidos. Em 1898, como consequência da Guerra Hispano-Americana, ex-colônias espanholas que produziam acúcar passaram para o controle comercial norte-americano. Os Estados Unidos aboliram as tarifas que oneravam o açúcar importado de Porto Rico, reduziram de 25% as que gravavam o produto oriundo das Filipinas e de 20% o produzido em Cuba, excluindo do mercado norte-americano os açucares de outras procedências.²² Aliás, não apenas a Inglaterra e os Estados Unidos eram os dois "grandes consumidores, mas também e especialmente os dois grandes manipuladores do comércio mundial de acúcar". 23 Cabe destacar a prevalência do açúcar cubano nesses mercados, cuja participação no mercado interno norte americano atingiu 48% entre 1909-1913 e 53% no período de 1925-1929, enquanto que as importações inglesas saltaram de 9% para 36% no intervalo de 1909 a 1930.²⁴

A economia canavieira viu-se também abalada pelo avanço da produção de acúcar de beterraba no continente europeu, fortemente estimulada desde o bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte no início do século XIX. Em 1825, a França contava com 100 fábricas que produziam 2,5 mil toneladas deste açúcar e, em 1870, já era o maior produtor na Europa.²⁵ Durante a segunda metade do dezenove, o

²⁰ Cf. SINGER, 1975, p. 348-349.

²¹ SINGER, op. cit., p. 353.

²² BALLINGER, 1971, p. 16-18. Apud. SINGER, 1975, p. 353. ²³ GNACCARINI, 1975 p. 311.

²⁴ C. J. ROBERTSON. World, p. 03, 29, 45 e 63. Apud. GNACCARINI, 1975, p. 315.

²⁵ As primeiras experiências de fabricação do açúcar de beterraba foram realizadas na Prussia, em 1796. Mas, essa indústria desenvolveu-se rapidamente na França em função do contrabloqueio inglês imposto a Napoleão que, diante do interrompimento do fornecimento colonial, estabeleceu uma política de apoio que tornou aquele país o primeiro grande produtor da Europa. Cf. RAMOS, Pedro. "Os mercados

açúcar de beterraba ampliou consideravelmente a sua participação no mercado mundial, saltando de menos de 14% em 1851-1855, para aproximadamente 61% no intervalo de 1895 a 1899. 26 Isso se deveu aos pesados impostos de importação e altos subsídios de exportação, além do progresso técnico.²⁷

A conjuntura conduziu a uma verdadeira guerra de subsídios à produção e à exportação do acúcar de cana, com tarifas alfandegárias proibitivas entre os produtores europeus. Essa competição subsidiada, por sua vez, determinava que uma quantidade cada vez maior de açúcar fosse cotada a preços baixos. O período foi marcado pelos conflitos de interesses entre produtores e refinadores tanto da Grã-Bretanha quanto dos Estados Unidos. A tarifa norte-americana foi reimplantada, mas a Inglaterra articulou uma reforma no comércio açucareiro mundial que estabelecesse acordos entre os produtores de beterraba e de cana, bem como entre fabricantes e refinadores. A iniciativa culminou no Convênio de Bruxelas, firmado em 1902 e ratificado no ano seguinte pela Alemanha, Áustria-Hungria, França, Bélgica, Espanha, Suécia, Noruega, Holanda e Inglaterra com o objetivo de suprimir os subsídios diretos e indiretos à produção e exportação de açúcar e excluir do mercado europeu o açúcar proveniente de países nos quais os subsídios se mantivessem.²⁸

Os interesses dos refinadores foram atendidos mediante estabelecimento de taxas alfandegárias diferenciais conforme o grau de polarização (predominância de sacarose). Da combinação entre essas taxas e os impostos internos sobre o consumo de açúcar branco e puro resultava o tributo total para o açúcar importado, sendo ele do tipo cristal (de usina) ou refinado, de modo que seu preço se tornava não-competitivo. A fim de também garantir as pretensões do grande comércio que fazia a reexportação, a taxa alfandegária era restituída no reembarque do produto. Assim, o comércio mundial de

mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno". In: Economia Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 4, p.559-585, out. / dez. 2007, 561.

²⁶ Cf. EISENBERG, P.L. "The consequentes os modernization for Brazil's sugar plantations in the nineteenth century". In: DUNCAN, K.; RUTLEDGE, I. (ed.). Land and labor in Latin America. Essays on the development os agrarian capitalismo in nineteenth and twentieth centuries. Cambridge: Cambridge University Press, p. 345-367. Apud. SZMRECSÁNYI, Tamás. "1914-1939: crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3(7), junho, 1988, p. 42-

²⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás. "1914-1939: crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3(7), junho, 1988, p. 42-68, p. 42.

G. PAGÉ. Le Sucre (et la utilisation des ses sous-produits à la ferme), Paris, 1914, p. 80-81. Apud. GNACCARINI, 1975, p. 313. Em 1907, Luxemburgo, Suíça, e Peru aderiram à Convenção de Bruxelas. No ano seguinte, o acordo também contou com a adesão da Rússia. Antes da Convenção de Bruxelas, existiram outras tentativas de acordos, como o firmado em 1864 entre Bélgica, França, Países Baixos e Reino Unido que buscou acabar com os subsídios à exportação entre eles. Na sequência, ocorreram outras tentativas em 1875, 1877 e 1888. Cf. RAMOS, 2007, p. 561.

açúcar foi concentrado nas mãos dos poucos grupos importadores-reexportadores de açúcar dos maiores países industriais, os quais muitas vezes dominavam as atividades de refinação. Ao mesmo tempo, paulatinamente implantou-se um sistema de tarifas alfandegárias preferenciais para as colônias e outros produtores dependentes das metrópoles, em cujas agroindústrias predominavam capitais metropolitanos.²⁹

A situação de superprodução que despontava no cenário mundial traria de volta as velhas práticas do pacto colonial. Os Estados Unidos demonstravam tal inclinação ao estabelecer tarifas preferenciais e acordos bilaterais de comércio com países latino-americanos de sua área de influência, recém-libertados do colonialismo europeu, e europeus industrialmente atrasados. A Inglaterra procurou rebater o fechamento do mercado norte-americano e a inclusão em outras zonas do comércio mundial. Segundo Gnaccarini, um dos casos foi o do Brasil, quando J. P. Wileman - autor da obra *Brazilian Exchange* e assessor técnico do então ministro Joaquim Murtinho – defendeu a participação brasileira no mercado inglês, afirmando

(...) que o problema do açúcar não era o de produzir mais barato e o de estar em condições de vender mais barato, mas efetivamente o de dispor de compradores quando os excessos de produção se avolumassem. Embora os fatos indicassem que o pacto colonial havia definitiva e irretorquivelmente afastado o açúcar brasileiro do mercado inglês, os interesses ingleses aqui radicados obtiveram através dos esforços de Wileman a adesão brasileira ao Convênio de Bruxelas, com todas as suas conseqüências: o rebaixamento da tarifa alfandegaria, a supressão de subsídios e auxílios diretos aos produtores nacionais e o afastamento de possíveis acordos bilaterais que então se buscavam com os Estados Unidos e Portugal.³⁰ [sic]

As divergências acerca da adesão brasileira ao Convênio de Bruxelas revelam muitos aspectos da economia do açúcar no país nesse período. Destacaram-se entre os apoiadores a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), criada em 1872, para a qual a participação no acordo seria o único meio de reconquistar o mercado europeu.³¹ Produtores e comerciantes pernambucanos argumentavam pela organização

²⁹ GNACCARINI, 1975, p. 314.

³⁰ Ibidem, p. 317.

³¹ MEIRA, Roberta Barros. *Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas:* o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). Dissertação (Mestrado

da defesa dos mercados internos e sustentação dos preços, propiciando margens estáveis de lucros a comerciantes e produtores, e fazendo "face à superprodução pelo escoamento aos mercados mundiais a quaisquer preços". De certa maneira, os interesses manifestados em Pernambuco representavam grande parcela da região Nordeste, visto que para Recife convergiam os açucares não só de todo o interior pernambucano, como também das produções alagoanas, paraibanas e provindas de outras áreas nordestinas. Posições favoráveis ainda consideravam que a redução das tarifas protecionistas implicaria na melhora da eficiência da indústria açucareira do país. Dentre estes, manifestou-se o engenheiro Frederic H. Sawyer – representante de capitais ingleses e franceses – o qual argumentava que, se as medidas impostas pelo convenio ocasionassem o fechamento das fábricas atrasadas, iriam assim principiar uma era de prosperidade para a indústria açucareira do Brasil. 34

Parte daqueles que se opunham ao Convênio temiam que o açúcar de beterraba – mais barato que o açúcar nacional - invadisse o mercado brasileiro em razão da redução das tarifas protecionistas. Os opositores ganharam maior espaço no embate diante da relutância da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), criada em 1897, e nos altos escalões do governo federal, especialmente no Ministério da Fazenda. As divergências culminaram na Conferência do Açúcar de Recife, em 1905, na qual a maioria dos participantes questionou se, na hipótese da adesão, o Brasil concederia subvenções diretas ou indiretas, explicitando as tarifas que assegurariam acordos comerciais com países europeus. Por fim, a participação brasileira no Convênio de Bruxelas foi breve, de 1906-1910, não se verificando aumento significativo nas suas exportações de açúcar. As

Nesse contexto, o Brasil participava como exportador de produtos primários, especialmente o café. A integração do país na economia internacional ocorria por intermédio de algumas regiões, tais como a zona cafeicultora no Vale do Paraíba (que dele se espraiava para o Oeste Paulista), as zonas açucareiras no litoral nordestino e na

-

em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007, p. 128.

³² GNACCARINI, José César A. *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1972, p. 138.

³³ Ibidem, p. 138.

SAWYER, Frederic H. Relatório de apresentado à Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria. São Paulo: Typ. De Carlos Gerke, 1905, p. 11. Apud. MEIRA, 2007, P. 129.
 GNACCARINI, 1972, p. 138.

³⁶ Cf. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 46 et seq.

região de Campos dos Goytacazes (norte fluminense) e os seringais na imensidão amazônica. Estes compunham o setor de mercado externo, o qual se articulava internacionalmente por meio de uma incipiente economia urbana, centrada em algumas cidades portuárias, precariamente interligadas, como Rio de Janeiro, Santos-São Paulo, Recife e Belém. Em certa medida, a instauração da República - em conjunto com o processo de abolição do trabalho escravo - contribuiu para gradualmente recolocar o país em posição de maior destaque, repercutindo na criação de um quadro institucional interno destinado a readequar a crescente integração brasileira na economia mundial.³⁷

Durante a Primeira República (1889-1930), a principal característica da economia primário-exportadora brasileira foi a vulnerabilidade a dois tipos de choques exógenos. O primeiro, causado pelas periódicas flutuações na oferta de café resultantes dos efeitos das variações climáticas sobre a produção cafeeira. Em razão da posição dominante do Brasil na oferta mundial, da importância do produto no valor das exportações do país e da baixa elasticidade do preço da demanda, as variações na oferta brasileira tendiam a reduzir a receita de exportações do país na ausência de medidas que sustentassem os preços internacionais do produto. O segundo tipo de choque advinha das perturbações na economia internacional, frequentes no período, especialmente os grandes auges e quedas de comércio e investimentos verificados antes do conflito mundial e na segunda metade dos anos 1920, assim como o aumento e colapso dos preços internacionais que os produtos primários tiveram no imediato pós-guerra.³⁸

Ao surto expansionista da economia cafeeira na segunda metade do século XIX sucedeu-se um longo período de estagnação, permeado por crises nos âmbitos econômico, financeiro e cambial. O governo de Campos Sales (1898-1902) foi marcado por deflação aguda que se seguiu à inflação do período denominado Encilhamento. Ao exportar bens primários e depender fortemente de importações, o país financiava um fluxo econômico externo a sua economia, sendo esta constantemente submetida a flutuações. Dentre a causas estava a adequação às regras do padrão ouro, base de toda a

2

³⁷ SINGER, 1975, p. 352.

³⁸ FRITSCH, 2014, p. 49.

O padrão ouro ou moeda-ouro foi um sistema monetário desenvolvido a partir do século XVII e abandonado depois da crise mundial de 1929, no qual o valor da moeda nacional era definido por uma quantidade fixa de ouro. O termo "encilhamento" é empregado para referir-se aos efeitos das medidas aplicadas, em 1890, pelo então Ministro da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa, as quais visaram expandir o crédito e impulsionar os negócios no Brasil. Decretos foram promulgados para aumentar a oferta de moeda e facilitar a fundação de sociedades anônimas. Entretanto, no início do ano seguinte, "veio a crise, com a os preços das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar". FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2012, p. 217.

economia internacional no período, cujo princípio fundamental era o de que cada país deveria dispor de uma reserva metálica ou divisas conversíveis capazes de cobrir os déficits ocasionais de sua balança de pagamentos. Um país exportador de produtos primários como o Brasil tinha, em regra, elevada participação relativa no comércio internacional; mas, por outro lado, sua economia estava sujeita a oscilações agudas, tendendo ao desequilíbrio externo.⁴⁰

No caso da economia açucareira, o país ocupava a posição de produtor marginal que fora estabelecida desde a mencionada depressão açucareira mundial ocorrida na década de 1880. Entre os anos de 1892 e 1900, o produto nacional vivenciou uma ascensão dos preços no mercado internacional, seguida de um período de significativas oscilações nas exportações. Nessa época, o Brasil também perdia lugar no mercado norte-americano, sendo este abastecido majoritariamente por açúcar cubano. Para Singer, a exclusão do mercado internacional ocorreu porque os lucros gerados pelo açúcar brasileiro para o capital monopolista da Europa e dos Estados Unidos eram menores se comparados aos lucros das indústrias localizadas nos territórios que os dois dominavam política e economicamente. Sem os mercados estrangeiros, a produção açucareira nacional começou a direcionar-se para o mercado interno.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a produção de açúcar de cana chegou a se revigorar porque os maiores produtores do açúcar de beterraba se achavam em esforço bélico. A capacidade da produção açucareira mundial aumentaria em grande escala, principalmente em Cuba e em Java (antiga colônia holandesa). Sem condições técnicas e financeiras para acompanhar essa tendência de expansão, o Brasil passou a desviar o açúcar destinado ao mercado interno para a exportação, causando grave crise de abastecimento no país e a necessidade da intervenção estatal no sentido de disciplinar e limitar a exportação. Com o fim do conflito e a normalização da produção européia de açúcar de beterraba, o mercado internacional vivenciou uma forte crise de superprodução.

_

⁴¹ SINGER, 1975, p.357.

⁴⁰ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 223-224. Furtado afirma que a reserva metálica – amoedada ou não – constituía uma inversão improdutiva, a qual era na realidade "a contribuição de cada país para o financiamento a curto prazo das trocas internacionais. A dificuldade estava em que cada país deveria contribuir para esse financiamento em função de sua participação no comércio internacional e da amplitude das flutuações de sua balança de pagamentos. Ora, um país exportador de produtos primários tinha, como regra, uma elevada participação relativa no comércio internacional, isto é, seu intercâmbio per capita era relativamente muito maior que sua renda monetária per capita. Por outro lado, sua economia – pelo fato de que dependia muito mais das exportações – estava sujeita a oscilações muito mais agudas".

Tabela 01 – Exportação de açúcar brasileiro (1890-1913)

	Oventidada	Valor a bordo no Brasil	
Anos	Quantidade (toneladas)	Moeda	Moeda
	(tolleladas)	nacional	estrangeira
1890	133 908	17 408	1 636
1891	184 902	43 267	2 674
1892	161 872	48 562	2 423
1893	103 962	40 545	1 946
1894	152 398	48 767	2 038
1895	163 530	44 480	1 833
1896	172 886	44 950	1 686
1897	127 712	39 335	1 235
1898	126 484	48 823	1 450
1899	50 268	20 911	642
1900	92 188	36 687	1 431
1901	187 166	32 445	1 551
1902	136 757	19 003	936
1903	21 889	4 032	199
1904	7 861	1 769	93
1905	37 747	6 375	406
1906	84 948	9 163	606
1907	12 858	2 149	136
1908	31 577	4 884	306
1909	68 483	10 707	671
1910	58 824	10 605	679
1911	36 208	6 132	409
1912	4 772	841	56
1913	5 371	974	66

Fonte: Estatísticas do século XX/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No âmbito nacional, a economia açucareira estava centralizada na região Nordeste, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e enfrentava as características do mercado interno, que crescia em função, principalmente, da expansão cafeeira iniciada em meados do século XIX e que, por isso, era restrito, desarticulado e sujeito às mesmas flutuações da economia exportadora. Cabe mencionar que, além da exportação de produtos primários, o mercado brasileiro comportava outros três setores: importação de bens de capital e de consumo, mais restrito às camadas de alta renda; comércio de produtos de consumo universal; e a economia da subsistência. Enquanto os setores de exportação e importação eram organizados, com infraestrutura própria, e dominados por algumas grandes firmas de capital predominantemente estrangeiro, os setores do mercado interno nacional eram desarticulados e desestruturados, dominados por grande número de comerciantes. Este comércio estava sob controle de capitalistas nacionais e imigrantes residentes, embora também já fosse alcançado pelo movimento de concentração de capitais.

No período de 1900 a 1930, verificou-se um intenso processo de concentração de capitais no comércio interno e no beneficiamento de cereais, gorduras animais,

carnes preservadas e açúcar. A falta de infraestrutura de comercialização impulsionou as maiores firmas a investirem nesse setor e constituírem suas próprias secções bancárias, direcionadas ao comércio interno. Nessa época, as firmas Magalhães & Cia. e Soveral & Brito associaram-se na Bahia, controlando a maior parte do açúcar baiano e do charque riograndense, além da propriedade de uma grande destilaria encarregada da compra e transformação de grande parcela da aguardente baiana. Já a firma Matarazzo & Cia. dominava os comércios de cabotagem de açúcar e charque entre os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Rio Grande do Sul, estabelecendo o próprio serviço de navegação costeira. Ao mesmo tempo, fundou uma refinaria de açúcar em São Paulo e o Banco do Rio Grande do Norte, em conjunto com a firma Bezerra & Cia. e o governo daquele estado. 42

O fato de Pedro Morganti iniciar-se no comércio de café, enveredando também pelo ramo açucareiro e de outros produtos alimentícios, elucida os tipos de estratégias encontradas nos primeiros anos do século XX. Surgem, nesse contexto, muitos grupos empresariais especializados na circulação interna e no preparo do açúcar para o consumo porque era na esfera da comercialização e do refino que estavam as possibilidades de maiores ganhos para os capitais. Em São Paulo, o processo de refinação resumia-se a uma mudança de forma, a simples moagem do cristal por elevação e diminuição abrupta da temperatura. Praticamente toda a produção

(...) dependia da rede de distribuição desses comerciantes-refinadores, desde que dois terços do açúcar cristal de primeira eram vendidos na capital do Estado, sendo todo o açúcar de terceira (redondo e amarelo) e o terço restante do cristal de primeira vendido no interior. Apenas nas vendas para o interior é que algumas usinas conseguiram organizar-se na comercialização de seu próprio açúcar, como a de Henrique Dumont. Este usineiro só produziu açúcar amarelo, de menor custo de fabricação, e maior procura no interior, para vendê-lo diretamente através de seus caixeiros-viajantes. Esta solução, no entanto, se mostraria difícil e onerosa, para usineiros que não dispusessem de um elevado capital de giro próprio.⁴⁴

_

⁴² GNACCARINI, 1972, p. 134.

⁴³ Ibidem, p. 131.

⁴⁴ SAWYER, Frederic H. *Estudo sobre a indústria Açucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais países* (apresentado ao Dr. Carlos Botelho, M.D. da Secretário da Agricultura). São Paulo: Typographia Brazil, 1905, p. 25.

Não apenas as primeiras firmas de Morganti encontram nesse nicho as suas principais oportunidades, como também a sequência de seus empreendimentos a partir desse período. Em 04 de junho de 1907 – mesma data da publicação da marca Café Consolação – a Companhia Refinadora Paulista foi constituída. Sediada em São Paulo, essa sociedade por ações formou-se com o capital de 300:000\$000\$ pela união dos estabelecimentos Café Periquito, Refinação Paulista e Café São Paulo, levada a cabo por Nicola Puglisi Carbone e J. A. Pereira dos Santos. 46

Em nota pública, a companhia declarou como finalidade a exploração das indústrias de classificação, refinação, torrefação, moagem, benefício e venda de café, açúcar, milho, sal, arroz e produtos similares. Também informou "à praça" sobre a função de dispor do montante de recursos que nenhuma das fábricas reunidas poderia obter isoladamente, porém sem constituir "um truste com o fim exclusivo de monopolizar uma indústria, mas uma associação inteligente para alargar um gênero de exploração industrial e comercial que oferece um vasto campo para aplicação de capitais e de atividade".⁴⁷

Nesse ínterim, em sucessão à firma de Pedro Morganti, foi registrada outra sociedade comercial denominada Irmãos Morganti, da qual Pedro e Carlos eram os sócios solidários. A nova firma assumiu a fábrica Café Consolação, mantendo o ramo de comércio, refinação e depósito de açúcar, bem como de torrefação e moagem de café. Contudo, ainda em 1908, essa fábrica foi comprada pela Companhia Refinadora Paulista, incluindo sua marca registrada, e Pedro Morganti entrou para a administração da companhia adquirente, estando autorizado a assinar quaisquer documentos e efetuar toda espécie de operações perante estabelecimentos bancários ou particulares.

Uma forma de compreender as razões que conduziram essas empresas a buscarem aliança na Companhia Refinadora Paulista é justamente observar o perfil dos

44

⁴⁵ JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Refinadora Paulista (Companhia), NIRE 35300285832. Disponível em: https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre_Visualiza.aspx?idproduto=&nire=35300285832. Acesso em: 29 abr. 2014.

⁴⁶ EGYDIO, Olavo. "Notas e informações (sobre a valorização do café)". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 de abril de 1907, p. 01. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

⁴⁷ Ibidem, p. 01.

⁴⁸ IRMÃOS MORGANTI. "Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 de março de 1908, p. 04; IRMÃOS MORGANTI. "Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de mar. 1908, p. 02. Disponíveis em: <www.acervo.estadao. com.br.>. Acessos em: 29 mar. 2016.

⁴⁹ PIMENTEL, Joaquim Goulart. Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1908, p. 06. IRMÃOS MORGANTI. Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1908, p. 06. Disponíveis em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acessos em: 27 mai. 2014.

principais sócios da empresa que as coligia. A reforma dos estatutos da Companhia Refinadora Paulista foi aprovada pelo Decreto Federal n. 7.246, de 24 de dezembro de 1908, publicado em conjunto com a ata da referente assembleia. Esta reunião, vale salientar, contou com as presenças de Thomaz A. Alves Saraiva e Nicola Puglisi Carbone (membros do Conselho de Administração), Egídio Pinotti Gamba, Rodolfo Crespi, Lins de Vasconcellos Junior (membros da Comissão Fiscal), assim como de um representante da Falchi Giannini & Comp. Cabe destacar também que a assembleia se realizou no escritório da Societé Financiere et Commerciale Franco Bresilienne, com a participação de Edward W. Wysard.⁵⁰

Diante da ausência de um sistema de crédito que deixava os pequenos produtores à mercê das casas comissárias e alijados das melhores colocações no mercado, tornava-se interessante constituir parte de uma empresa maior, dotada de meios diretos de financiamento e comercialização. Justifica-se, nesse ponto, a representação da Societé Financiere et Commerciale Franco Bresilienne, instituição sediada no município paulista de Santos que atuava especialmente no comércio de importação e exportação.⁵¹

No mesmo sentido, ressalta-se que a Companhia partiu do empreendimento de Nicola Puglisi Carbone, irmão do fundador de um dos mais importantes institutos brasileiros de crédito à época: o Banco Comercial Italiano de São Paulo. Criado em 1900, contou na sua formação com 116 acionistas, a maioria de origem italiana, cujos principais sócios vinculavam-se à indústria alimentícia, como Falchi, Matarazzo e Pinotti Gamba. Por esses aspectos, concorria diretamente com a Casa Bancária e Industrial, fundada no ano anterior por Rigoli e Crespi. Após cinco anos, o capital passou de 2:000\$000 para 5:000\$000, fase na qual Giuseppe Puglisi Carbone conseguiu a participação do banco milanês homônimo. Na época, Matarazzo e Pinotti Gamba afastaram-se da iniciativa para fundar o Banco Italiano do Brasil. Aos trancos e barrancos, desenvolveu-se até constituir o Banco Francês e Italiano para a América do Sul (Sudameris), em 1910, pela fusão com a Banca Commerciale di Milano, Società Generale e Banque Paris et des Pays-Bas.⁵²

⁵⁰ BRASIL. Decreto n. 7246, de 24 de dezembro de 1908. In: *Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, v. II, p. 1470-1473.

⁵¹ TOSI, Pedro Geraldo, FALEIROS, Rogério Naques e FONTANARI, Rodrigo. "Modalidades e Hierarquias do Crédito na Cafeicultura Paulista (1889-1930)". In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v..65 n.4, p. 401-412, out./ dez. 2011, p. 410.

⁵² TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico – um século de imigração italiana no Brasil.* São Paulo: Nobel, 1989, p. 147-148.

No mesmo ano da fusão acima mencionada, Nicola Puglisi Carbone, em conjunto com Pedro Morganti, constituíram a Companhia União dos Refinadores, a atual e mundialmente conhecida marca Açúcar União, cujo estatuto inicial data de 15 de setembro de 1910. Nas referências encontradas sobre a União dos Refinadores consta como data de fundação o dia 04 de outubro de 1910, o que, na realidade, corresponde à edição do Diário Oficial da União que publicou o Decreto n. 8216, do dia 22 de setembro daquele ano, concedendo a autorização para o seu funcionamento. 53

Em ambas as companhias, Pedro Morganti participou como acionista e gerente, afiliando-se à primeira, conforme já afirmado, por meio da firma Irmãos Morganti, com aquisição de 500 ações (50:000\$000) e, à segunda, mediante subscrição de 900 ações (90:000\$000) por firma aberta com seu nome. Se registros das transações de Pedro Morganti nas duas companhias refinadoras revelam o acelerado crescimento de seu patrimônio no período: em ata da assembleia da União dos Refinadores, realizada em 25 de março de 1912, consta o registro do aumento de capital na importância de 350:000\$000, cujos subscritores foram Pedro Morganti e a Companhia Puglisi em 50% cada um (1.750 ações – 175:000\$000).



Imagem 04 – Propaganda da Companhia União dos Refinadores, na qual se observa a indicação de Pedro Morganti como gerente. Fonte: Acervo da Companhia União. Disponível em: http://www.ciauniao.com.br/historia. Acesso em: 02 dez. 2013.

-

⁵³ BRASIL. Decreto nº. 8.216, de 22 de setembro de 1910. Concede autorização para o funcionamento da Companhia União dos Refinadores. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 04 out. 1910, p. 8081-8082. Disponível: Acervo Digital JusBrasil <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

⁵⁴ BRASIL. Decreto n°. 8.216, 1910. p. 8081-8082.

⁵⁵ BRASIL. Decreto nº. 9.602, de 29 de maio de 1912. Concede autorização à Companhia União dos Refinadores para continuar funcionando na República. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1912, p. 7328. Disponível: Acervo Digital JusBrasil <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

Um dos principais pesquisadores sobre a história do açúcar no Brasil, José Cesar Gnaccarini, afirmou que a participação de Morganti na Companhia União dos Refinadores contou com o apoio de Giuseppe Falchi⁵⁶ e a oposição de Giuseppe Puglisi Carbone, sendo respaldado pelos principais credores - Crespi e Prado - após a falência da companhia de Puglisi.⁵⁷ Entretanto, a descrição sobre os acionistas nos compeliu a crer que, na verdade, o fato em questão se relaciona à Companhia Refinadora Paulista.

A documentação indica que Morganti não teria permanecido na Companhia Refinadora Paulista quando esta, em 1911, foi incorporada à Casa Tolle (fundada em 1885) e às empresas Companhia Indústria e Comércio e a Société Anonyme des Distilleries Brésiliennes, originando a Companhia de Industria e Comércio Casa Tolle. O acionista majoritário e presidente na ocasião era o mencionado Edward Wysard, da Societé Financiere et Commerciale Franco Bresilienne. Na publicação inglesa *Impressões do Brasil no Seculo Vinte*, de 1913, encontra-se um registro detalhado e bastante elucidativo sobre como operavam as empresas do ramo:

os produtos de primeira ordem manufaturados por esta Companhia lhe têm granjeado uma grande reputação, não só em São Paulo como em todo o Brasil. Os ramos de atividade que exercem são a fabricação de chocolate, refinação de açúcar, destilação de álcool e a preparação de Cusenier e águas de mesa. (...)

A produção diária da refinação de açúcar é de 300 sacos de 60 quilos em média. O açúcar em bruto provém de engenhos espalhados por todo o Brasil. Uma outra seção se ocupa do preparo de águas gasosas, das quais a produção é a seguinte: 2.000 sifões de soda e 2.000 garrafas de águas gasosas adocicadas. (...)

DELANEY, L. T.; EULALIO, J; WRIGHT, A. (ed.) *Impressões do Brazil no Seculo Vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company,1913, p. 675-700. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39e.htm. Acesso em: 05 abr. 2016.

⁵⁶ A Casa Falchi foi fundada, em 1885, por Emídio Falchi e funcionou sob as razões sociais: Irmãos Falchi & Cia., Falchi & Cia. e Falchi Giannini & Cia. Desde 1910, pertenceu à firma Falchi, Papini & Cia., composta dos sócios solidários srs. Giuseppe Falchi e Menotti Papini e dos comanditários Bernardino Falchi, Rodolfo Crespi e Menotti Falchi. Emidio Falchi também era sócio de Rodolfo Crespi na Casa Falchi, fábrica de chocolates. Menotti Falchi também foi sócio de Nicola Puglisi Carbone na Manufatura de Chapéus Ítalo-Brasileira. Ambas localizadas em São Paulo. Cf. FELDWICK, W.;

⁵⁷ GNACCARINI, 1975, p. 342. Provavelmente, Gnaccarini se refere a Fabio da Silva Prado (cunhado de Rodolfo Crespi), cuja família era influente nos cenário político-econômico do país desde o início do século XIX, sendo proprietária da Companhia Prado Chaves Exportadora, Companhia de Armazéns Gerais Prado Chaves, Fazenda São Martinho, em Ribeirão Preto.

⁵⁸ COMPANHIA DE INDUSTRIA E COMMERCIO <<CASA TOLLE>>. "Acta da Assemblea Geral Extraordinaria de Accionistas da Companhia de Industria e Commercio <<Casa Tolle>>". In: *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 15 de março de 1911, p. 2842-2843. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

A fábrica na cidade tem também um maquinismo completo para torrar e moer café, produzindo 3.000 quilos diariamente de café em pó. Tanto o açúcar como o café são vendidos com a marca Periquito, e, devido à excelência desses produtos, a sua procura nos mercados paulistas é cada vez maior. O maquinismo desta fábrica é movido por um motor a vapor de 450 cavalos e também por 6 dínamos elétricos de uma força total de 2540 cavalos. Emprega o estabelecimento cerca de 170 pessoas. (...)

A Companhia de Indústria e Comércio, Casa Tolle, é na realidade a amalgamação de três companhias: a Companhia Indústria e Comércio, a Companhia Refinadora Paulista e a Société Anonyme des Distilleries Brésiliennes. A firma primitiva, Casa Tolle, foi fundada em 1885 e organizada em companhia nos princípios de 1911 com o capital de Rs. 1.500:000\$000, em ações de Rs. 100\$000 cada uma. Os diretores são os srs. Edward Wysard, presidente; W. Smith Wilson, vice-presidente; J. Copinger-Walsh, diretor-gerente, e B. D. G. Ball, secretário. O sr. Copinger Walsh, que está na América do Sul há 20 anos, ocupa-se dos interesses desde a amalgamação. ⁵⁹

É interessante notar que a Casa Tolle, assim como as primeiras empresas refinadoras de Morganti, Matarazzo e outros, demonstram que os negócios do açúcar foram incrementados em São Paulo ao longo das primeiras décadas do século XX, estando intrinsicamente ligados à torrefação de café. Além disso, os casos enumerados esboçam certa tendência de liderança por imigrantes italianos, tanto em relação aos empresários refinadores-comerciantes, quanto no tocante aos membros financiadores e acionistas bancários, numa espécie de mutualismo mercantil "a la canna mostra". Essas características naturalmente decorrem do contexto paulista de predomínio cafeeiro e de recepção de grandes levas imigratórias procedentes da Itália, com a qual o Brasil travou importantes vínculos comerciais e bancários na época. Porém, tais fatores carecem de um maior aprofundamento pela historiografia. Por ora, cabe enfatizar que os primeiros estabelecimentos de refino foram os empreendimentos embrionários da consolidação da hegemonia usineira em São Paulo, conforme abordaremos nos capítulos seguintes.

⁵⁹ FELDWICK, W.; DELANEY, L. T.; EULALIO, J; WRIGHT, A. (ed.), 1913, p. 686. Disponível em: < http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39e.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

1.2. De refinador-comerciante a usineiro: a Refinadora Paulista S.A.

(...) as usinas paulistas foram mais favorecidas do que as nordestinas e fluminenses, devido ao potencial econômico do Estado de São Paulo, refletido no maior poder econômico dos setores de refino, comercialização e setores auxiliares (transportes, seguro, cobertura bancária). 60

Os dados biográficos e as informações constantes na documentação levantada indicam que, durante a década de 1910, Pedro Morganti passou a investir na aquisição de engenhos de açúcar, os quais estavam, por sua vez, em processo de adaptação ao *modus operandi* usineiro. A virada de chave começara a delinear-se em sua participação na Companhia União dos Refinadores, cujo estatuto já previa a aquisição de usinas:

1º, compra e venda de açúcar, café e outros artigos que convenha, por atacado e a varejo, dentro e fora do país;

2º, beneficiar os mesmos, pelos processos de clarificação, refinação, torrefação e moagem, tendo para tais fins os maquinismos próprios e aperfeiçoados;

3°, adquirir, por compra ou arredamento, usinas, refinações de açúcar, moagem de café e outras indústrias similares, bem como fazer contratos e participar das mesmas pela forma que julgar conveniente.⁶¹

A previsão contida no último dispositivo citado viabilizou que a Companhia União de Refinadores adquirisse o Engenho Central Monte Alegre, o sistema antecessor da futura Usina Monte Alegre. Na ata daquela mesma assembleia realizada em 1912, registrou-se que

o Sr. Nicola Puglisi, diretor-presidente, usou da palavra, dizendo que a presente reunião foi convocada (...) para ser autorizada a diretoria a adquirir a propriedade agrícola e industrial, denominada Engenho Central Monte Alegre, sita na cidade de Piracicaba neste Estado, com todas as suas terras, plantações, maquinismos, benfeitorias, resoluções estas para as quais é indispensável a reforma dos estatutos; disse mais que o capital social para a aquisição aludida e para os negócios da companhia, que bastante desenvolvimento tem tido, é suficiente (...). 62

⁶¹ BRASIL. Decreto n°. 8.216, 1910, p. 8081-8082.

⁶⁰ GNACCARINI, 1972, p. 168.

⁶² BRASIL. Decreto n. 9.602,1912, p. 7328.

Nessa época, a produção açucareira do país ainda vivenciava os efeitos da breve experiência com os engenhos centrais, programa implementado pelo governo imperial no último quartel do século XIX. Desenvolvido por Jean François Cail, em 1838, esse sistema foi primeiramente introduzido na Ilha de Bourbon, no Oceano Índico, e nas antigas colônias francesas no Caribe, espalhando-se por várias regiões canavieiras. De modo geral, o conceito propunha a separação entre os setores agrícola e industrial na fabricação do açúcar, visando assim a redução dos custos e a qualidade do produto final. Priorizava, nesse sentido, a estrutura fabril, encerrando em si toda racionalidade e tecnologia advindas do avanço industrial verificado no período. A proposta era a de que a matéria-prima fosse fornecida a peso pelas lavouras canavieiras do entorno e transportada ao engenho central por estradas de ferro ou vias fluviais.

No caso brasileiro, foi a profunda crise financeira verificada na década de 1870 que evidenciou os entraves da produção nacional. Em 1875, a Assembleia Geral, então, organizou uma Comissão Especial encarregada de propor soluções, especialmente para o setor açucareiro. Aos 20 de julho daquele mesmo ano, a Comissão apresentou na Câmara dos Deputados um "Parecer e projeto sobre a criação do banco de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar." Com base no relatório, o então Ministro da Fazenda (Barão de Cotegipe) assinou o Decreto n. 2.687, promulgado em 06 de novembro de 1875, o qual garantia juros de no máximo 7% ao ano até o capital de 30 mil réis às companhias de capital aberto que se comprometessem na montagem de engenhos com modernos maquinários e processos de fabricação. O programa também vetava o uso de mão-de-obra escrava nos engenhos centrais devido à modernização que pretendiam e, principalmente, em razão da iminente Abolição da mão-de-obra escrava.

O Governo Imperial iniciou a distribuição de concessões para a montagem de fábricas centrais, conferindo 18 logo nos dois primeiros anos de vigência do decreto. A primeira inauguração no Brasil ocorreu aos 12 de setembro de 1877, sendo a do Engenho Central de Quissamã, no município de Macaé (região açucareira do norte fluminense). Fundado em 28 de outubro de 1878, o de Porto Feliz foi o primeiro engenho central paulista e o terceiro do país. Das 13 unidades instaladas em São Paulo, as principais localizavam-se em Porto Feliz, Piracicaba, Villa Raffard (atual Capivari) e

⁶³ MENDES, Maria C. T. *Aspectos da evolução rural em Piracicaba no tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975, p. 116.

Lorena, no Vale do Paraíba. Foi no contexto desse programa que ocorreu a fundação do Engenho Central Monte Alegre, acerca da qual discorreremos no capítulo seguinte.

Foi também no decorrer desse processo que surgiu o Engenho Central de Porto Real. Localizado no Vale do Paraíba Fluminense, na região do atual município de Porto Real, esse engenho foi implantado por Elói da Câmara, em 1874, e recebeu muitos colonos italianos à época. A No ano de 1895, a propriedade compreendia cinco fazendas de porte médio e foi adquirida por Edward Pellew Wilson Jr., o primeiro Conde de Wilson, nobre português e súdito britânico que atuava no Brasil há mais de quatro décadas. Acionista de companhias de navegação, estradas de ferro e empresas voltadas para os negócios de importação e exportação, o conde instalou modernos maquinários oriundos da Europa no engenho. Seu filho e sucessor, Eduardo Pellew Wilson, construiu uma ferrovia para transportar a produção até o porto do Rio de Janeiro, transformando o empreendimento na Sociedade Anônima Engenho Central Conde de Wilson.

Como mostra do crescente enfoque no setor produtivo, em 1915, Pedro Morganti tornou-se acionista da Sociedade Anônima Engenho Central Conde de Wilson, rebatizada como Companhia União Agrícola três anos depois e presidida por por ele. De acordo com sua biografia, posteriormente, o engenho fluminense foi vendido a um sobrinho de Morganti para que ele adquirisse o Engenho Central Fortaleza (futura Usina Tamoio), situado em local hoje pertencente ao município paulista de Araraquara. No demonstrativo da conta de lucros e perdas de 1923, consta que a produção do recém-adquirido engenho representou 84% do montante de crédito, cabendo o restante ao movimento de mercadorias.

Aos 25 de setembro daquele ano, Pedro Morganti constituiu a Refinadora Paulista S. A., com sede em São Paulo, ⁷⁰ e a primeira assembleia acatou a proposta da

⁶⁴ PRAÇA, Gustavo; PEREIRA, Joel. "A saga dos imigrantes italianos em Porto Real". *O Ponte Velha*, Resende e Itatiaia, set. 2013, n. 209, p 06-07, p. 07.

⁶⁷ BRASIL. Decreto n. 12.791, de 02 de janeiro de 1918. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1918. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

⁶⁸ ORNELLAS, 1967, p. 126.

⁶⁵ CASTRO, Rute Andrade; SANTOS, Cristiane Batista da Silva. "Influência britânica no império: as primeiras explorações minerais na Bahia". In: *Recôncavo* (Revista de História da UNIABEU) [online], v. 5, n. 9, jul. – dez. 2015, p. 150-167, p. 162.

⁶⁶ PRAÇA; PEREIRA, loc. cit.

⁶⁹ COMPANHIA UNIÃO AGRICOLA. "Demonstração da conta de <<Lucros e Perdas>> em 31 de dezembro de 1923." *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 04 de março de 1924, p. 1941. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

⁷⁰ BRASIL. Decreto nº. 16.467, de 07 de maio de 1924. Concede autorização para funcionar a sociedade anônima Refinadora Paulista, resultante da fusão da sociedade do mesmo nome e das Companhias União Agrícola e Engenho Central de Porto Real, e aprova os respectivos estatutos. Disponível em: <</p>

fusão com a Companhia União Agrícola e com os acionistas do engenho em Porto Real.⁷¹ Entre as justificativas, enumerou-se a diminuição considerável das despesas, maior facilidade administrativa e melhores resultados para as empresas coligadas.⁷² Além de Pedro Morganti, acionista majoritário, a diretoria constitutiva incluía Daniel Dhelomme e Roberto Melaragno, indicados nos documentos como proprietários. Na lista de acionistas⁷³ também constaram as subscrições de Giuseppe Puglisi Carbone, Joaquim Goulart Pimentel (diretor da extinta Companhia Refinadora Paulista), João A. Martins (engenheiro), assim como Victor M. da Silva Ayrosa Filho e Alfredo Rubino, ambos advogados de proeminentes escritórios na Capital paulista.

Em parte, a paulatina alteração do perfil das empresas de Pedro Morganti acompanhou as transformações que se verificavam no plano da produção nacional. A experiência brasileira com os engenhos centrais foi breve porque o sistema esbarrou em fatores característicos de nossa economia, como a concentração fundiária, escassa mãode-obra e ausência de preparo técnico, que contribuiram para a derrocada do programa. Por outro lado, essas unidades centrais espalhadas pelo país impulsionaram o surgimento de outro sistema que conjugava a nascente indústria ao "velho amanho dos engenhos tradicionais"; lavoura e indústria reunidas novamente nas mãos de um mesmo dono e convivendo com pequenos engenhos e banguês.⁷⁴ Durante esse processo, desenvolveu-se um novo tipo de unidade fabril alcunhado de "meia usina" ou "meio aparelho", com pouca terra e pequena capacidade produtiva.⁷⁵

A denominação "engenho central" foi empregada na denominação de muitas propriedades até 1909, mas a transição de um sistema para o outro durou até as primeiras colheitas em canaviais próprios e a instalação de maquinários específicos. Nasciam, assim, as usinas no Brasil. Entre 1912/13 e 1919/21, a produção dos engenhos aumentou 144%, enquanto que nas safras de 1925/26 - 1929/30, a elevação

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16467-7-maio-1924-517601.publicacao original-1-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2011.

⁷¹ JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha Cadastral da Refinadora Paulista S/A, NIRE 3530006035-1. Disponível em: https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre_Visualiza. aspx?idproduto=&nire=353000603501>. Acesso em: 29 jun. 2011.

⁷² REFINADORA PAULISTA S/A. "Acta da Assembléa Geral Extraordinaria da Refinadora Paulista S/A". Diário Oficial de São Paulo, São Paulo, 12 de janeiro de 1924, p. 314. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

⁷³ REFINADORA PAULISTA S/A. "Refinadora Paulista (Sociedade Anonyma)". *Diário Oficial de São* Paulo, São Paulo, 24 de maio de 1924, p. 3792-3797. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2011.

⁷⁴ MEIRA, 2007, p. 115.

⁷⁵ RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 30.

⁷⁶ MEIRA, 2007, loc. cit.

representou apenas 22% para depois decrescer até 40% entre 1930/31 e 1939/40. Já o aumento da produção usineira foi de 63% entre 1912/13 - 1919/21, sendo de 205% nas safras de 1925/26 - 1929/30 e de 74% entre 1930/31 e 1939/40. Szmrecsányi apontou que, na década de 1910, contabilizaram-se 187 fábricas de açúcar de tamanho maior no país, número que aumentou para 233 em 1920. Dez anos depois, existiam 302 unidades desse tipo, somando-se 24 fábricas até o final dos anos 1930. Em outras palavras, o número de usinas cresceu aproximadamente 127% no período entre 1910 e 1940.

A despeito do progressivo crescimento usineiro, a economia canavieira da época permanecia nas mãos de empresas organizadas por refinadores e comerciantes. Durante as décadas de 1910 e 1920, empreendimentos como as companhias refinadoras de Morganti (Companhia Refinadora Paulista, Companhia União dos Refinadores e a Refinadora Paulista S.A.) representaram alianças entre importantes comerciantes, produtores e casas bancárias de São Paulo. Antes, a compra do açúcar para o refino se dava, em geral, de forma isolada por refinadores independentes e algumas usinas e engenhos mantinham refinarias em suas propriedades, desempenhando também o papel de comerciantes atacadistas.

Embora os usineiros já apresentassem veio capitalista, ainda estavam sujeitos às especulações dos comissários, dos quais dependiam em razão das ligações destes com as filiais dos grandes bancos. Em 1910, determinou-se que todo o açúcar produzido em São Paulo e despachado pelos próprios fabricantes gozaria de uma redução de 40% sobre a tarifa comum, protegendo assim o açúcar paulista da concorrência fluminense e nordestina. A maioria dos produtores, entretanto, não contava com meios para a comercialização direta de sua produção, o que provavelmente explicaria a aquisição de unidades produtivas pelas empresas refinadoras-comerciantes. Seria este o caso da referida compra do Engenho Central Monte Alegre - o qual já se tornava usina - pela Companhia União dos Refinadores.

Nessa conjuntura, o arrefecimento do comércio externo de açúcar progressivamente redirecionava a produção para o mercado interno e também afastava o capital estrangeiro da economia brasileira, fortalecendo o poder dos monopólios comerciais internos e impulsionando sua gradativa nacionalização. A essa altura, eram exceções a Companhia Açucareira (fundada no Rio de Janeiro por capitais ingleses e

⁷⁷ SZMRECSÁNYI, 1988, p. 52.

⁷⁸ Ibidem, p. 49.

⁷⁹ MEIRA, 2007, p. 156.

proprietária das grandes usinas do Sergipe e da Paraíba) e a Societé de Sucréries Bresiliènnes (constituída por capitais franceses e dona de importantes usinas em São Paulo). Por força de lei, as linhas de cabotagem do Loide Brasileiro também foram nacionalizadas mediante a associação do governo federal a capitais particulares, além de proibir-se a operação de linhas estrangeiras na cabotagem.⁸⁰

Os açúcares pernambucanos também procuraram colocação no mercado paulista por meio de acordos com os comerciantes de São Paulo. O primeiro foi firmado entre a casa comissária pernambucana de José Bezerra e o grupo banqueiro paulista de Gastão Vidigal. Anos depois, outro contrato articulou os interesses de Francisco Matarazzo e do Sindicato Açucareiro de Pernambuco. O preço comercial médio em São Paulo passou a ser pautado no preço de produção regulador do açúcar pernambucano, acrescido dos gastos adicionais de sua comercialização, tais como as despesas portuárias em Recife e em Santos, frete ferroviário, comissões de vendas e impostos de exportação e importação, cobrados respectivamente no estado produtor e no estado consumidor. 81

Essa condição era de grande importância para os produtores, impulsionando a fundação, em 1905, da Coligação Açucareira de Pernambuco por usineiros liderados pela empresa Mendes Lima & Cia., no sentido de enfrentar as crises de superprodução por meio da exportação de excedentes e formação de estoques reguladores. No ano seguinte, o grupo conseguiu o apoio dos produtores de Alagoas, Bahia e Campos (Rio de Janeiro), tornando-se a Coligação Açucareira do Brasil, a qual manteve os preços artificialmente elevados até 1907. A Coligação foi minada pelos acordos fechados entre usineiros de Campos e refinarias fluminenses, que estabeleceram preços menores na safra 1908/09, e também pela falta de incentivos fiscais para expansão das exportações. Tratou-se, porém, da primeira tentativa dos usineiros de se organizarem e colocarem o mercado nas mãos dos produtores, que não obteve êxito devido à

O

⁸⁰ Como as linhas do Loide eram a frota costeira mais importante do país à época, os subsídios oficiais empregados em sua nacionalização garantiam relativa flexibilização de fretes e condições de operação, motivo que impulsionou boa parte da luta comercial em torno do domínio privado dessa transportadora. Usineiros e comissários pernambucanos se empenharam no processo e detiveram a maior influência na direção da companhia (através da concessionária M. Buarque & Cia). Isso lhe permitiu sobrepor a concorrência dos açúcares sergipanos, alagoanos e fluminenses no mercado do Distrito Federal, dominar os mercados do Pará e do Amazonas e também tornar-se o maior fornecedor do mercado paulista. Os grandes comerciantes internos, contudo, detinham as suas próprias companhias de cabotagem, além de interesses em empresas concessionárias dos portos açucareiros do Nordeste e bancos locais, como no caso de Matarazzo, citado anteriormente. GNACCARINI, 1975, p. 336-337.

⁸¹ GNACCARINI, 1975, p. 340.

⁸² Cf. EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁸³ VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. *Agroindústria canavieira:* estratégias competitivas e modernização. Campinas: Átomo, 2003, p. 70.

impossibilidade de coibir as especulações mercantis feitas, em geral, por grandes comerciantes mediante operações com açúcares brutos fabricados em engenhos pelas divergências entre os interesses dos usineiros do Nordeste e do Sul.

Na véspera do conflito mundial desencadeado em 1914 e nos dois anos seguintes, o açúcar apresentou baixa cotação no mercado atacadista e os grandes comerciantes brasileiros, prevendo a contenda bélica e a subsequente escassez, arremeteram as safras e obtiveram lucros significativos no período. Conforme mencionamos anteriormente, as exportações brasileiras tiveram breve aumento no período, bastando que fossem reguladas as vendas do açúcar de Pernambuco e de Campos para se controlar o mercado. A estratégia favoreceu ganhos elevados para os usineiros paulistas e, principalmente, para os comerciantes de São Paulo, os quais conseguiram dobrar o capital a cada exercício. 84

No final dos anos 1920, a expansão dos cafezais desde meados da década e o crescimento industrial sinalizavam um período favorável para os negócios açucareiros, embora os estoques já se avolumassem desde 1927. O mercado interno estava então dominado pelos especuladores, que controlavam a exportação do açúcar, a refinação e o comércio atacadista. O período foi marcado por uma verdadeira guerra de preços na disputa pelo mercado paulista, travada pelos grandes comerciantes e encabeçada pelo grupo Matarazzo. No alvo, estavam as empresas menores ligadas à usinagem e sediadas em São Paulo - o centro das operações do açúcar no estado -, principalmente a Companhia União dos Refinadores, Refinadora Paulista, Sucréries Brésiliennes e Açucareira Esther (grupo Nogueira).

Um estratagema de Matarazzo é emblemático desse contexto. Reunidos na citada Cooperativa Açucareira, os usineiros de Pernambuco se associaram, em 1928, a comerciantes do Rio de Janeiro e São Paulo e obtiveram a adesão de usineiros nordestinos, fluminenses e paulistas a um convênio para a defesa de preços, destinado a reter a oferta nordestina em prol da estabilidade dos mercados sulinos, desde que razoavelmente compensados. Com estoque acumulado na ordem de um milhão de sacas em Recife - e pressentindo a falência do plano regulador -, os usineiros pernambucanos ofereceram aos especuladores do Rio de Janeiro a oportunidade de se anteciparem à safra paulista, mas estes já dispunham de um milhão de sacas em estoque e recusaram a oferta. A situação deu margem para que Matarazzo aplicasse seu "golpe especulativo":

⁸⁴ PESTANA, Nereu Rangel. *A oligarquia paulista*. São Paulo, 1919, p. 158 e 268. Apud. GNACCARINI, 1975, p. 340.

Comprando 400 mil sacas, na baixa, às firmas Barcelos e Magalhães, Matarazzo em seguida adquiriu 900 mil sacas do estoque do Recife, a um preço certo mais uma pequena participação nos lucros futuros. Forçando a alta, em janeiro, o intuito de Matarazzo era garantir preços elevados na safra a iniciar-se em maio, às usinas paulistas que não participavam dos esquemas dos grandes usineiros-refinadores-comerciantes (Morganti-Puglisi, Nogueira, Alves de Almeida, Ferraz de Camargo) e que frequentemente tinham de se submeter às condições leoninas que estes podiam impor.⁸⁵

Naquele mesmo ano de 1928, assembleias realizadas pela Companhia União dos Refinadores⁸⁶ e pela Refinaria Paulista S.A.⁸⁷ demonstraram a tentativa de juntas sobreviverem à concorrência. Compartilhando basicamente o mesmo conteúdo, as atas de ambas descrevem um rol de propostas elaboradas por Pedro Morganti:

- a) A Companhia União dos Refinadores permutará a sua fazenda de
 <<Monte Alegre>> pela refinaria de assucar da Refinadora Paulista
 S/A e o seu depósito de álcool desta Capital;
- b) Assim, a Companhia União dos Refinadores concentrará as duas mais importantes refinarias de assucar e torrefação de café em S. Paulo, melhorando de muito a sua situação industrial e commercial, com a aquisição de uma refinaria modelo e suppressão de uma importante concorrente;
- c) O proponente procurará obter dos credores hyphotecarios a desligação da hypotheca, que grava sobre essas propriedades industriaes, ficando assim com um activo superior a 12.000\$000 (doze mil contos de réis);
- d) A esse activo será acrescida a importância de 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis), com quanto contará um grupo de usineiros;
- e) O capital social será elevado a 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis) representado por cem mil ações ao portador ou nominais;
- f) Será feita uma comissão de debentures, com garantia real, de primeira e única e especial hyphoteca da importancia de 8.000:000\$000 (oito

⁸⁵ GNACCARINI, 1972, p. 141-142.

⁸⁶ COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES. "Acta da assembléa geral extraordinaria". *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 23 de outubro de 1928, p.7947-7948. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.

⁸⁷ REFINADORA PAULISTA S/A. "Acta da assembléa geral extraordinaria". *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 09 de novembro de 1928, p. 8379-8300. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 19 set. 2013.

mil contos de réis). (...) Essas debentures representarão o passivo Chirographario da Companhia na importância de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis) e as restantes serão dadas ao Cotonifício Rodolpho Crespi, em pagamento e por conta de seu credito hypothecario correspondente á refinaria da R. Borges de Figueiredo que lhe fora dado em garantia. ⁸⁸ [sic]

As medidas apresentadas por Morganti pautaram-se no fato de que

(...) a Companhia União dos Refinadores e a Refinadora Paulista S/A tem os mesmos fins sociaes, representando as duas maiores indústrias assucareiras do Estado, uma em concorrência com outra, com desvantagens para ambas, além dos acionistas, em sua totalidade, serem os mesmos, tanto de uma quanto de outra, e, considerando a permuta a que se refere a letra <<a>>> da proposta, virá cessar concorrencia redundando em grandes vantagens para ambas as sociedades pela concentração nas mãos da Companhia União dos Refinadores a parte industrial e commercial, refinações e torrefações de café em São Paulo e nas mãos da Refinadora Paulista S/A a parte Agricola e Industrial, representada pelas fazendas Monte Alegre, Taquaral e Santa Rita e respectivas usinas, facilitando assim em muito as administrações respectivas e considerando, finalmente, que a reorganização da Companhia União dos Refinadores nos moldes da proposta feita pelo sr. Pedro Morganti, será o único modo de reerguimento da sociedade (...). 89 [sic]

Ambas as diretorias acataram as propostas e gradativamente a Refinadora Paulista S.A. centrou suas atividades na produção agrícola e industrial. Na tentativa de sobreviver ao embate com os grupos comerciais maiores, ações como essas elucidam o processo de concentração do domínio das refinadoras-comerciantes que se estendeu de 1926 a 1932, durante o qual o número de empresas deste tipo em São Paulo passou de 22 para apenas duas: Matarazzo & Cia. e a Companhia União dos Refinadores. Poderíamos dizer que a alteração do foco da Refinadora Paulista para agrícola e industrial refletia as próprias mudanças nas formas de concentração dos capitais e nas conjunturas produtivas. Como concluiu Gnaccarini, nos primeiros anos republicanos,

⁸⁸ COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES, 1928, p. 7947.

⁸⁹ Ibidem, p. 7948.

⁹⁰ MEIRA, 2007, p. 159.

as práticas usurárias, as manobras especulativas, o caráter oligopólico da demanda junto ao produtor, a existência de um sem-número de pequenos e grandes intermediários – "comissários", "armazenistas", "carreteiros", banqueiros locais, armadores, grandes fírmas exportadoras aliadas a brancos estrangeiros e a alguns grandes exportadores nacionais – coloriam a circulação dos capitais da indústria do açúcar com o sabor picante de um imenso negócio-aventureiro, onde qualquer espécie de golpe podia fazer parte do jogo. A política, personalizada, era uma arma nessa luta travada de preferência pela audácia que cada um pudesse esgrimir melhor do que o antagonista. 91

Até então os negócios de Matarazzo e outros grandes comerciantes apropriaram-se da forma mercantil do lucro, mas o cenário político e econômico já sinalizava que as características econômicas de produção do açúcar propiciariam novas alternativas. Nesse período, Pedro Morganti lideraria um dos maiores grupos açucareiros de São Paulo, ao lado de Matarazzo e também da Societé de Sucreries Brésiliennes e Junqueira - proprietários de oito das 30 usinas paulistas e responsáveis por quase dois terços do açúcar fabricado.

A Refinadora Paulista S.A. começou a crescer no setor com desenvolvimento das usinas Tamoio e Monte Alegre e suas adjacências nas regiões de Araraquara e Piracicaba. Essa opção de centrar esforços no nicho usineiro provavelmente decorreu das possibilidades que surgiram à época, especialmente relacionadas à circulação do capital, às relações sociais de propriedade e ao processo técnico de produção, sem as quais não ocorreria a consolidação usineira na fase seguinte, questões estas que serão debatidas ao longo dos próximos capítulos.

⁹¹ GNACCARINI, 1975, p. 344.

-

1.3. A consolidação e a sucessão da Refinadora Paulista S.A.

O homem deve vir ao mundo com o ânimo de renovar. (...) Morganti sabia disso, quando sublinhou a frase de Garibaldi: "Somos destinados a coisas maiores". Seu impulso, de imediato, era o de rumar às ondulações verdes daquele trato de terra paulista que se perde nas regiões de Piracicaba. (...). Mas se a Morganti sobrava idealismo, convicção e tenacidade, faltava-lhe, ainda, os meios financeiros para a aventura. Contentou-se em iniciar sua indústria, em proporções mais modestas. Discernia bem: deixava o comércio de café, para reatar, no tempo histórico, a caminhada desbravadora dos Adorno, na indústria do açúcar. Viu longe. Sabia o que lhe ia custar a audácia.⁹²

Para muitos refinadores-comerciantes, as disputas de interesses acirradas em fins dos anos 1920 e a intervenção estatal na década seguinte significaram a falência ou a mudança para a vertente usineira, verificando-se a rápida concentração dos capitais comerciais e a derrocada das tradicionais formas de comercialização-refinação. O domínio acionário da Companhia União dos Refinadores foi transferido, a empresa de Giuseppe Puglisi Carbone dissolvida, bem como ocorreu a redução ou cessação das atividades comerciais de alguns capitais usineiros, caso da Refinadora Paulista S.A.⁹³ Nessa época, Pedro Morganti passou a dedicar-se a esta empresa, a qual gradualmente centrou-se na Usina Monte Alegre e na Usina Tamoio. A sede da empresa, inclusive, chegou a ser transferida para Piracicaba, em 1932, onde estava localizada a Monte Alegre.94

A ficha da Refinadora Paulista S.A. indica que, apesar de fundada no ano de 1924, as atividades da empresa se acentuaram na década de 1930, momento que, de acordo com a bibliografia apreciada, coincidiria com uma fase de acentuado desenvolvimento industrial em São Paulo e início da hegemonia usineira paulista. Além

⁹² ORNELLAS, 1967, p. 123. Ao citar "os Adorno", o biógrafo provavelmente referiu-se aos "irmãos Adorno" (Antônio, José, Francisco, Paulo e Rafael), nobres genoveses que estiveram dentre os primeiros povoadores do Brasil, como integrantes da armada de Martim Afonso de Sousa (1530-32). Em 1533, Paulo Adorno fugiu para a Bahia por ter cometido assassinato e lá casou-se com Felipa Dias (ou Álvares), filha de Diogo Álvares (o Caramuru). Seu neto, o bandeirante Antônio Dias Adorno, compôs diversas expedições pelo sertão do país, principalmente nas regiões da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Cf. FRANCO, Francisco A. de C. F. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. São Paulo. São

Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p 11; MAGALHÂES, Basílio de. Expansão Geographica do Brasil colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 52. PORCHAT, Edith. Informações Históricas sobre São Paulo no século de sua fundação. São Paulo: Iluminuras, 1993, p. 17-18.

⁹³ MEIRA, 2007, p. 160.

⁹⁴ JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Refinadora Paulista S/A, NIRE 3530006035-1. Disponível em: https://www.jucesponline. sp.gov.br/Pre_Visualiza. aspx?idproduto=&nire=353000603501>. Acesso em: 29 jun. 2011.

do aumento no número de registros, é possível observar que o controle da empresa foi paulatinamente centralizado na família Morganti:

Tabela 02 – Registros na ficha da Refinadora Paulista S.A. – década de 1930

Ano	Registro
1936	Nomeada diretoria composta por Luiz Alves de Almeida, Pedro Morganti e mais quatro diretores, dentre os quais estavam dois de seus filhos (Fulvio e Helio);
1936	Pedro Morganti foi eleito gerente;
1939	Nomeados como diretores Lino Morganti (filho) e Alcides Marques Silva Ayrosa (casado com a filha, Bice Morganti);
1940	Os filhos Fulvio, Helio, Lino e o genro Alcides foram eleitos como diretores; Pedro Morganti nomeado gerente.

Fonte: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Refinadora Paulista S/A, NIRE 3530006035-1

Conforme demonstram os registros, na diretoria nomeada em 1936 constou como membro o Coronel Luiz Alves de Almeida, proeminente cafeicultor paulista e proprietário da Fazenda São Pedro (Santa Bárbara d'Oeste) e da Fazenda Barreiro (Ribeirão Preto). Esse fato é uma pista para entendermos a origem do capital usineiro em São Paulo, para o qual convergiu recursos cafeeiros e também de empresários industriais que se destacavam à época, como a citada atuação de Rodolfo Crespi. Ambas as parcerias, inclusive, encontram-se destacadas na biografia analisada:

Até 1930 a vida de Morganti oscilou entre plenos êxitos e ligeiros insucessos. O homem emergia das dificuldades, de cabeça erguida. Num determinado momento, decisivo para a definição de sua carreira industrial, recebe a solidariedade de dois homens ilustres: do Conde Rodolfo Crespi e do Cel. Luiz Alves de Almeida, solidariedade que Morganti nunca olvidou. 95

Além de trabalhar, até 1929, com os irmãos Puglisi Carbone na Companhia União dos Refinadores, Morganti foi sócio de Giuseppe Falchi, co-fundador do Banco Comercial Italiano de São Paulo, como mencionamos, e dono da Casa Falchi (da qual Crespi era sócio). Em conjunto com a família Papini, Falchi e Morganti constituíram a Refinaria Tupy S. A., em 1937. Sobre esta, cabe mencionar que foi autorizada por Decreto Federal e declarou como fins

-

⁹⁵ ORNELLAS, 1967, p. 147.

a indústria e o comércio de assucar, torrefação e moagem de café, moagem de sal, fubá, seus anexos e derivados. (...) Os diretores além dos direitos e deveres que lhes são impostos pelas leis em vigor sobre as sociedades anônimas, plenos e gerais poderes para tratar, gerir e resolver sôbre todos os negócios e interesses sociais, competirão-lhes mais: a) criar agências ou filiais, dentro ou fóra do paiz, e nomear gerentes ou procuradores para administra-las; b) adquirir, alienar, empenhar, hipotecar ou onerar bens de qualquer natureza ou espécie; c) constituir ou fazer parte de outras sociedades; d) crear fundos de reservas e outros; (...).

Vale salientar que a Refinaria Tupy S.A. tinha como objetivos primordiais a indústria e o comércio de açúcar, enquanto a Refinadora Paulista S.A. registrara em seu objeto "produtos agrícolas em geral — beneficiamento — usinas". A fundação da segunda sociedade anônima com os fins declarados pode encontrar justificativas nas políticas implementadas no período. Durante o Estado Novo (1937-1945), a indústria açucareira foi considerada um problema nacional e as primeiras ações nesse sentido visaram controlar, regularizar e limitar a produção de açúcar bruto, considerado uma ameaça a toda política que procurasse dirimir a crise de superprodução. Constituída na iminência do recrudescimento estatal, a Refinadora Tupy garantiria ao grupo Morganti a possibilidade de manter ou expandir os negócios, inclusive, para fora do país.

Muitas das transações entre as duas empresas constam escrituradas nos livros contábeis da Refinadora Paulista, como por exemplo no documento "Bancos e Pagamentos", referente ao período de 06 de junho de 1942 a 02 de março de 1943, que levantamos durante as pesquisas. Nele pudemos constatar pagamentos praticamente diários à Refinaria Tupy, na ordem de \$ 200.000.000, assim como a outras refinadoras (Companhia União dos Refinadores e Usina Esther), empresas industriais (Cotonifício Crespi, Industrias Reunidas Francisco Matarazzo e Mario Dedini) e ao advogado Miguel Reale. Também se registraram pagamentos à firma Pedro Morganti Ltda., empresa estabelecida por ele no ano de 1936. Acerca desta não foram encontradas informações detalhadas, visto que a respectiva ficha da Junta Comercial de São Paulo

5 **1**

⁹⁶ BRASIL. Decreto n. 1.586, de 26 de abril de 1937. Condece á sociedade anônima Refinaria Tupi autorização para funcionar. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1937, p. 9614-9617. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

⁹⁷ JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Refinadora Paulista S/A, NIRE 3530006035-1. Disponível em: https://www.jucesp.online.sp.gov.br/ Pre_Visualiza.aspx?idproduto=&nire=353000603501>. Acesso em: 29 jun. 2011.

não está acessível, 98 supondo-se que tinha a finalidade de viabilizar as transações comerciais do empresário. Nos saldos bancários, constam registradas movimentações no Banco do Brasil, City Bank, Comércio e Indústria, Francês e Italiano, London Bank, Mercantil, Novo Mundo, Nacional Ultramarino, Português do Brasil, dentre outros. 99

Convém destacar a importância da formação de alianças entre os empresários à época, especialmente as baseadas em identidade étnica. Essa característica não foi uma prerrogativa dos nomes aqui citados nem dos italianos apenas, perpassando relações empresariais, políticas no Brasil e até mesmo no exterior. No caso de Pedro Morganti, interrelações estabelecidas com industriais em Piracicaba, por exemplo, impulsionaram o desenvolvimento da agroindústria canavieira paulista, como discorreremos no próximo capítulo deste trabalho. No âmbito sociocultural, quando a importância da associação

> não permitia a gestão exclusiva ou conjunta, recorria-se a um turnover periódico, seja diretamente, seja através de elementos ligados ao clã, para impedir a consolidação de posições de poder. Assim, na presidência do Circolo Italiano - a mais elevada expressão da elite colonial (...) – alternaram-se, de 1923 a 1939, sete pessoas, três das quais pertenciam à fina-flor do mundo produtivo (Rodolfo Crespi, Francisco Matarazzo Sobrinho e Pietro Morganti) e uma era expressão do mundo financeiro (Arturo Apollinari, representante do Banco Francês e Italiano para a América do Sul). 100

Outro notório exemplo desse mecanismo foi a aproximação desses empresários com o regime fascista propagado por Benito Mussolini, num processo de identificação nacional das lideranças da coletividade italiana no estrangeiro. 101 Rodolfo Crespi e Francisco Matarazzo foram os expoentes nas relações entre a elite paulista e o fascismo, mas a adesão de Pedro Morganti é enfatizada por pesquisadores sobre o assunto, os

⁹⁸ A firma Pedro Morganti Ltda. está registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) com NIRE 35206358384 Ao consultar os dados até o momento, informa-se que "digitalização desta FBR - Ficha de Breve Relato não está disponível".

⁹⁹ REFINADORA PAULISTA S.A. Bancos e Pagamentos, 06 de junho de 1942 a 02 de março de 1943, p. 05, 59, 71 et seq. ¹⁰⁰ TRENTO, 1989, p. 289.

PINNA, Pietro. "Alla conquista dei migranti italiani: la fascistizzazione in Francia e Brasile". Colóquio Internacional Tempos de Guerra e de Paz. Estado, Sociedade e Cultura Política nos séculos XX e XXI, São Paulo, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 13 de outubro de 2011. Disponível em: < http://comunicacao.fflch.usp.br/ node/1516>. Acesso em: 25 abr. 2013.

quais apontam que ele foi o secretário do *fascio* de Piracicaba¹⁰², cedendo sua fazenda para instruções de ginástica e financiando as atividades fascistas na cidade.¹⁰³

Eventualmente, as relações mantidas com importantes membros do cenário político dos dois países podem ter favorecido os negócios dos empresários imigrantes em vários sentidos, especialmente pela influência política ou pela obtenção de recursos. Ou, ao contrário, reverteram-se em problema, já que muitos imigrantes enfrentaram severas investidas do governo nacionalista e autoritário de Getúlio Vargas, imerso nas disputas políticas de um conflito distante. De qualquer modo, é fato que a Condessa Edda Mussolini Ciano (filha do Chefe do Governo italiano, Benito Mussolini, e esposa do Conde Ciano, Ministro do Exterior da Itália) foi recebida na Usina Monte Alegre no dia 1º de junho de 1939, às vésperas, portanto, da eclosão do conflito mundial. 105



Imagem 06 – Edda Mussolini Ciano (à esquerda) e Pedro Morganti (à direita) durante a visita da condessa à Usina Monte Alegre, em 1939. Imagem disponível na entrevista de Marisa Morganti Ayrosa Falanghe à Tribuna Piracicabana. Disponível em: http://blognassif.blogspot.com.br/2016/03/marisa-morganti-ayrosa-falanghe.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

10

¹⁰² TRENTO, 1989, p. 311. O termo *fascio* foi empregado para definir uma "célula ativa" e reconhecida do Partido Nazionale Fascista (PNF) no exterior *(estero)*.

¹⁰³ BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 171. De acordo com o pesquisador, "o Brasil parece ter sido um dos países mais visados para a implantação dos *fasci all'estero*, num processo que continuou até o fim dos anos 30, quando a polícia brasileira ainda registrava a criação de novas células. O Estado de São Paulo (...) foi o centro nervoso desse processo. De fato, o número de *fasci all'estero* passou de 19 em 1924 (...) a 32 em 1928. (...) O processo de expansão continuou, contudo, pela década de 30 e o número de 34 fasci e algumas seções entre 1934 e 1937 se manteve até o final da década, quando novos núcleos foram abertos e a rede de fasci atingiu o seu apogeu em São Paulo, com cerca de 38 núcleos por volta do início dos anos 40" (p. 90-91). ¹⁰⁴ GERALDO, Endrica. "Trabalhadores estrangeiros em tempos de guerra." In: *Perseu*, ano 02, nº 02,

GERALDO, Endrica. "Trabalhadores estrangeiros em tempos de guerra." In: *Perseu*, ano 02, nº 02, 2008, p. 180-202, p. 180.

¹⁰⁵ A visita foi registrada no *Diário de Piracicaba*, n. 608, de 02 de junho de 1939. Disponível em: http://acervoshistoricos.blogspot.com.br/2015/04/edda-mussolini-visita-piracica ba.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Embora não tenhamos encontrado os registros até o momento, Pedro Morganti já detinha importantes relações políticas e econômicas com a Itália nesse período. Segundo sua biografia, ele recebeu a Comenda da Coroa e a Medalha de Ouro de "Cavalière del Lavoro". Portugal também o distinguiu com o título de "Comendador da ordem da Lavoura e da Indústria" e, no Brasil, foi nomeado "Cidadão Honorário". No caso de seus filhos Hélio e Lino, há referências de concessão para ambos do título de "Commendatore dell'Ordine della Stella d'Italia" (già Stella della solidarietà italiana), respectivamente atribuídos em 1950 e 1952. 107

Considerado o "rei do açúcar"¹⁰⁸, Pedro Morganti preparou os descendentes para assumir os negócios, a fim de manter o grupo empresarial nas mãos da família. De acordo com sua biografia, ele era autodidata e

mandou-os estudar na Itália: Fulvio, Renato, Lino e Helio, êstes gêmeos, e às filhas Beatriz e Elsa deu os educandários mais ilustres de São Paulo. Êle não tivera a ventura de chegar à conquista de disciplinas de letras e ciências a que seus filhos chegaram. Mas, homem de fino espírito, conhecia pintores, músicos, poetas e escritores e tinha uma admiração enorme por quantos se afirmavam nos mundos da inteligência. ¹⁰⁹

Os gêmeos Hélio e Lino, nascidos no dia 28 de novembro de 1911, em São Paulo, revezaram-se com Fúlvio e Renato (formados em Medicina) na diretoria da Refinadora Paulista e da Refinadora Tupy. Ambos estudaram no Colégio Dante Alighieri, tradicional instituição escolar na Capital paulista¹¹⁰ - e no "Real Instituto Cicognini de Prato", em Florença, formando-se químicos. Em depoimento, Hélio comenta que, aos 19 anos, pretendeu estudar na Louisiana State University (em Baton Rouge, Estados Unidos), considerada a melhor faculdade na área de produção canavieira à época. Entretanto, Lino e ele passaram a auxiliar o pai na administração das usinas Monte Alegre e Tamoio.¹¹¹

¹⁰⁶ ORNELLAS, 1967, p. 149.

Disponível em: . Acesso em: 25 abr. 2016.

¹⁰⁸ TRENTO, 1989, p. 139.

¹⁰⁹ ORNELLAS, 1967, p. 147.

¹¹⁰ Instituto vinculado à estrutura do fascismo italiano no exterior, conforme TRENTO, 1989, p. 178-179.

¹¹¹ MORGANTI, Hélio. "Programa Arte Final". Piracicaba: *TV Beira Rio*, 1992.



Imagem 07 – Pedro Morganti e os gêmeos Hélio e Lino, seus braços na direção da Usina Tamoio e Usina Monte Alegre, respectivamente. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Devido à projeção socioeconômica alcançada, a família Morganti estabeleceuse na cidade de São Paulo, residindo na Avenida Paulista, n. 548, assim como as elites da cafeicultura, comércio e indústria. Através de pesquisas acerca do endereço indicado, verificamos que se tratava do antigo número 115^{112} , casarão de Giuseppe Tomaselli. Construída em 1904, a residência foi projetada por Eduardo Loschi e reformada com projetos do renomado arquiteto Victor Dubugras, em 1916. Segundo notícias publicadas no *Correio Paulistano*, a casa tornou-se propriedade de Pedro Morganti no ano de 1937 e foi vendida à Fundação Getúlio Vargas em 1943.

1

As pesquisas foram realizadas na Seção de logradouros do Arquivo Histórico de São Paulo (AHP), Departamento da Secretaria Municipal de Cultura, em São Paulo.

¹¹³ Proprietário da empresa de exportação de café e outros produtos G. Tomaselli & Cia. e também da casa bancária J. Tomaselli & Comp.

¹¹⁴ Cf. TOLEDO, Benedito Lima. Álbum Iconográfico da Avenida Paulista. São Paulo: Ex Libris, 1987.

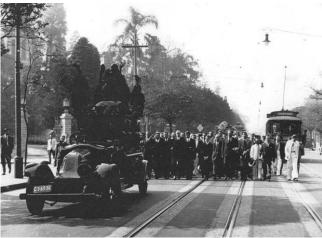
¹¹⁵ Cf. COTRIM, Luciana. "Série Avenida Paulista: do ambíguo Tomaselli à FGV". In: *SãoPauloCity* [online], 14 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://spcity.com.br/serieavenidapaulista doambiguotomaselliafgy/>. Acesso em: 21 mar. 2016.

^{116 &}quot;Nas notas do 11° Tabelião da Capital de São Paulo, foi firmada, a 30 de julho de 1943, uma escritura de compra e venda de um im6vel pelo preço ajustado de Cr\$ 1.290.350,00, e na qual figuram, como outorgante vendedora a: 'Refinadora Paulista S. A', e como outorgada compradora a 'Fundação Getúlio Vargas'". MINISTÉRIO DA FAZENDA, Recurso n. 19.898 (isenção tributária Fundação Getúlio Vargas). Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br - Acesso em: 11 abr. 2015. A família Morganti também residiu na Rua Maranhão n. 690 e era proprietária do edifício Umuarama, na Rua Albuquerque Lins n.977, ambos no bairro paulistano de Higienópolis. O edifício localizava-se praticamente em frente

Segundo os registros da Refinadora Paulista S.A., a sede da empresa retornou à Capital paulista, em 1939. Dois anos depois, Pedro Morganti faleceu na madrugada de 22 de agosto, aos 65 anos, na Casa de Saúde São Sebastião, no Rio de Janeiro. Foi sepultado no Cemitério São Paulo, inaugurado em 1926 para abrigar os jazigos da elite paulistana diante da lotação no tradicional Cemitério da Consolação. O cortejo fúnebre partiu da residência da família e percorreu a Avenida Paulista até o cemitério, onde posteriormente também foram sepultados dona Giannina ou Joaninha (1948) e os filhos Fúlvio (1966), Renato (1967), Bice (1972), Elsa (1985) Lino (1985) e Hélio (1995).







Imagens 08, 09 e 10 – Fotos de Pedro Morganti pouco antes de falecer e do cortejo de seu enterro pela Avenida Paulista, em 1941. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior

da casa do então governador Adhemar de Barros. Cf. http://blogdoronco.blogspot.com.br/2010/09/ proximidadecomadhemardebarros.html>. Acesso em: 28 abr. 2016.

117 PERES, Maria T.M. & TERCI, Eliana T. "Pedro Morganti, un empresario en la historia de la industria

¹¹⁷ PERES, Maria T.M. & TERCI, Eliana T. "Pedro Morganti, un empresario en la historia de la industria del caña de azúcar en el estado de São Paulo (1900-1930)". Disponível em: <www.economia. unam.mx/cladhe/registro/ponencias/243_abstract.doc> Acesso em: 25 out. 2010, p. 22.

Com o falecimento de Pedro Morganti e o restante da família morando no exterior¹¹⁸, seus filhos e genros buscaram diversificar os negócios da família, com a fundação do Banco da Metrópole de São Paulo S.A, em 1943. Constituído por um capital social de 10 milhões de cruzeiros, a instituição foi presidida por Fúlvio, que subscreveu metade do montante inicial. Seu discurso inaugural elucida a mentalidade do empresariado paulista em um contexto perpassado pelas tensões do governo Vargas:

Dizia Theodor Roosevelt que o século XIX fora dos Estados Unidos, mas que o século XX seria do Brasil. (...) E com maior vantagem quando, possuindo pelo menos igual soma de reserva em matériasprimas, o Brasil firma os seus passos na observação da experiência e na segurança do apôio da própria nação norte-americana. É certo, pois, que o Brasil é o país do futuro, baseado na imensidade dos seus recursos, na extensão do seu território habitável, no afluxo de elementos financeiros e técnicos de outros povos combalidos e no âmbito de sua capacidade de penetração comercial. E se o futuro próximo no mundo é do Brasil, no Brasil este futuro, em grande parte, é de São Paulo, que, aliás, já constitui a mais brilhante realidade nacional um fenômenos econômico-sociais dos impressionantes do continente. - Se o Rio de Janeiro é a Capital Política do país, São Paulo será sempre a sua metrópole econômica e financeira, agrícola, industrial e comercial. (...) Em São Paulo se concentrará cada vez mais a fôrça propulsora da economia patrícia, com a fibra da raça, o arrôjo da iniciativa, a coragem do cometimento, a abundância do dinheiro, disseminação bancária, a expansão do comércio, a técnica da indústria, a organização da lavoura, a capacidade aquisitiva – todo êsse conjunto de elementos e requisitos que estructuram um sólido arcabouço econômico em que não apenas a existência mas a aplicação remunerada do dinheiros constituem base e fator de riqueza e prosperidade incoercíveis. (...) E trabalhar pela economia de São Paulo (...) é trabalhar para a grandeza do Brasil. É ao Brasil que servimos dando a São Paulo mais um instrumento de progresso – o Banco da Metrópole de São Paulo S.A. (...)" [sic]

¹¹⁸ Segundo Hélio Morganti, os seis irmãos de seu pai estavam morando na Itália e nos Estados Unidos. MORGANTI, Hélio. "Programa Arte Final". Piracicaba: *TV Beira Rio*, 1992.

¹¹⁹ DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS. BANCO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO S.A. "Certidão". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1944, p.6831-6835, p. 6831. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2015.

Além da matriz estabelecida na cidade de São Paulo, o banco contou com escritórios regionais em Piracicaba e Araraquara para apoio na administração das agências de Santos, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto, Catanduva e Barretos. A sociedade tinha por objeto a realização de operações de crédito em geral, especialmente o desconto e redesconto de letras de câmbio, promissórias, duplicatas, warrants e outros efeitos comerciais, assim como empréstimos ou adiantamentos a comerciantes, industriais, lavradores e particulares. Também estavam previstas operações de câmbio, abertura de créditos simples ou irrevogáveis (mediante garantias), compra e venda de títulos por conta de terceiros e depósitos a prazo fixo ou em conta corrente.

Segundo o estatuto, eram vedadas operações hipotecárias a longo e curto prazo (com exceção das que se tornassem necessárias à liquidação de negócios já realizados), venda de títulos da dívida pública em prestações, compra de títulos por conta própria (salvo exceções) e aquisição de imóveis desnecessários ao próprio uso, excetuando os casos que visassem à liquidação de crédito periclitante. Em 1947, mais de 80% do Banco da Metrópole foi adquirido pelo Crédit Lyonnais, então pertencente ao grupo formado pelo Banque de Suez et de l'Union des Mines e o Banque del'Indochine instituições de origem francesa que formaram décadas depois o Banco Indosuez. 121 No ano seguinte, a instituição tornou-se o Banco Francês e Brasileiro S.A., cuja denominação foi alterada para Itaú Unibanco Holding S.A. 122, em 2009, a qual permanece em atividade.

Embora o grupo Morganti tenha buscado ampliar suas atividades, a Refinadora Paulista S.A. foi o "fio condutor" da trajetória do grupo, constituindo a base mais duradoura. Além das usinas, a empresa também foi proprietária da Fazenda Guatapará, em Ribeirão Preto (que chegou a ter cerca de um milhão de pés de café e aproximadamente 5 mil cabeças de gado), assim como o engenho Porto Real, no Rio de Janeiro, e os hortos florestais de Itaquera (em São Paulo) e São Pedro (em Franco da Rocha). A maior parte dessas propriedades foi vendida para provimento de recursos às ampliações e à modernização das usinas Monte Alegre e Tamoio, ¹²³ que ocorreram

¹²⁰ DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS. BANCO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO S.A., 1944, p. 6832.

Cf. https://www.caindosuez.com/group/pt/ANossaCasa/AHistoria/Linhadotempo/EntradanoBrasil>.

Acesso em: 28 abr. 2016.

122 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato e Ficha Cadastral Completa do Banco Francês e Brasileiro S.A., NIRE 35300010230. Disponível em: https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre Visualiza.aspx?idproduto=&nire=35300010230>. Acesso em: 28 abr. 2016.

123 MORGANTI, Hélio. "Programa Arte Final". Piracicaba: *TV Beira Rio*, 1992.

principalmente na década de 1950, quando a hegemonia usineira consolidou-se em São Paulo.

Em fins da década de 1960, iniciou-se um processo de deslocamento da proeminência da tradicional região açucareira de Piracicaba para o território em torno de Ribeirão Preto. Um dos fatores que contribuíram para essa alteração regional foi o programa de erradicação dos cafezais, implantado pelo governo estadual no começo daquela década, o qual decorreu das políticas federais mais amplas que visaram à modernização da cafeicultura no Brasil. Algumas relações entre as crises de superprodução de café e o incremento da indústria sucroalcooleira serão estabelecidas no decorrer dos capítulos seguintes. Cabe dizer que o promissor ramo canavieiro se tornou bastante atraente para muitos cafeicultores na época, especialmente porque a Revolução Cubana, iniciada em 1959, afetou o fornecimento do açúcar cubano para o mercado internacional, abrindo uma brecha para os produtores de outros países, como abordaremos na sequência.

Durante essa transição, a família Morganti retirou-se do ramo sucroalcooleiro. Desde o falecimento do patriarca, seus filhos se alternaram na presidência da Refinadora Paulista, cuja sede foi instalada em Piracicaba novamente, e os netos assumiram alguns cargos diretivos até a compra da empresa pelo grupo Silva Gordo, em 1968. Sua denominação foi alterada para Refinadora Paulista S.A. – Açúcar e Álcool, Usinas Paulistas de Açúcar S.A. e Imobiliária Guatapará. Em 1974, a Usina Monte Alegre foi vendida para o grupo Ometto, sendo denominada Usina Monte Belo S.A. até sua desativação, em 1981. No caso da Refinaria Tupy, os herdeiros revezaram a presidência e a diretoria com membros das famílias Falchi, Senise e Papini (também acionistas do Banco da Metrópole de São Paulo), até a extinção da empresa, ocorrida no ano de 1968.

Vale salientar que as vendas de ambas as refinadoras ocorreram logo depois dos falecimentos dos filhos mais velhos, Fúlvio (1966) e Renato (1967), o que a princípio sugeriria o esfacelamento da unidade familiar na condução dos negócios. Porém, em seu depoimento, Hélio Morganti acrescentou à análise a percepção de que o trabalho árduo e a dedicação diária cabiam apenas a Lino e ele. Os demais familiares teriam ocupado, portanto, os cargos de chefia sem comprometimento prático e emocional com as empresas do grupo.

¹²⁴ SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 97-98.

MORGANTI, Hélio. "Programa Arte Final". Piracicaba: *TV Beira Rio*, 1992.

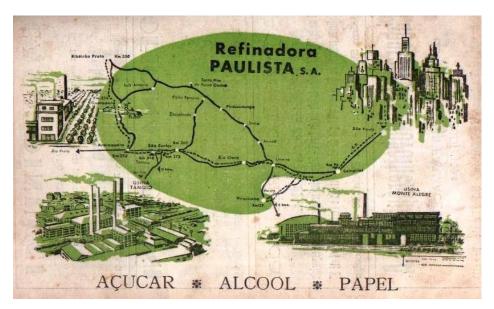


Imagem 11 - Refinadora Paulista S.A. Fonte: USINA TAMOIO. Revista Umuarama, nº 85, 1957.

Em fins da década de 1960, a família teria então optado pela venda e divisão do patrimônio como a solução mais viável e adequada aos interesses da maioria dos seus cerca de 40 membros. Na transição da primeira geração para a segunda, a Refinadora Paulista S.A. superou um processo que é considerado uma das etapas mais traumáticas na trajetória das empresas familiares de administração pessoal e não profissional. 126 Embora não tenha contado com o engajamento de todos os familiares, a dedicação dos gêmeos Lino e Hélio às usinas Monte Alegre e Tamoio garantiu a continuidade da empresa. Ao direcionar os dois irmãos para a superintendência da produção, observamos o interesse de Pedro Morganti em prepara-los tanto para o trabalho administrativo quanto para a supervisão direta dos estabelecimentos produtores, o que indicaria atitudes empresariais no trato de seus negócios.

Entretanto, a sucessão seguinte da empresa esbarrou no despreparo dos herdeiros e na ausência do planejamento sucessório. Esses fatores, somados a profundas mudanças nas estruturas políticas e econômicas decorrentes no período - as quais impossibilitavam os tipos de relações empresariais travadas entre acionistas, investidores, dentre outros -, contribuíram para a ruína do "império de açúcar" dos Morganti. Coincidentemente (ou não) o desfecho do grupo empresarial ocorria na mesma época que a biografia *Um Bandeirante da Toscana* era publicada.

126 MOYANO, Daniel. "Empresa y familia em la agroindustria azucarera tucumana: el caso de la firma 'Avellaneda & Terán' (1907-1949)". História Econômica & História de Empresas, [S.l.], v. 14, n. 1, jul. 2012, p. 73-126. Disponível em: <a href="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe&page="http://www.abphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe.org.br/revista/index.php.gournal=rabphe.o

article&op=view&path%5B%5D=36&path%5B%5D=16>. Acesso em: 15 abr. 2014, p. 89.

1.4. Uma empresa dentre os grupos sucroalcooleiros de São Paulo

E se alegavam o preço, respondia: - "Peço mais porque vale mais. Meu açúcar é o melhor da praça de São Paulo". 127

O desempenho da Refinadora Paulista destacou-se durante os anos nos quais foi administrada pela família Morganti. Ao estudar a evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista, Tamás Szmrecsányi e Pedro Ramos apontaram que, no período de 1930 a 1990, muitos grupos constituídos por famílias de imigrantes italianos e seus descendentes se formaram e cresceram no ramo usineiro, predominando dentre estes os comerciantes-refinadores que haviam se transformado em grandes produtores nas décadas anteriores, como no caso da Refinadora Paulista S.A. 128

Tabela 03 – Produção de açúcar pelos maiores grupos paulistas no período de 1930 a 1968.

Produção	1930-1935		1936-1940		1946-1950		1956-1960		1965-1968	
Grupos	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Societé Sucreries Brasiliennes	04	28,2	03	24,8	03	14,1	03	7,3	03	5,0
Morganti (Refinadora Pta.)		17,3	02	17,6	02	13,6	02	6,0	02	4,3
F. M. Junqueira	01	9,8	01	9,2	01	5,9	01	2,8	-	-
Matarazzo	01	8,9	01	7,9	01	4,7	s/d	s/d	01	1,9
Alves de Almeida	01	7,9	01	7,2	01	4,0	-	-	-	-
Família Nogueira	01	5,7	01	5,1	01	3,6	s/d	s/d	02	2,6
G. Schmidt & Irmãos	02	3,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Reis de Magalhães	01	3,5	01	3,5	-	-	-	-	-	-
Francisco Frascino	-	-	01	3,3	-	-	-	-	-	-
Irmãos Ometto	-	-	-	-	08	13,3	09	21,7	11	25,0
Irmãos Biagi	-	-	-	-	02	3,3	02	3,5	02	3,5
Grupo Dedini	-	-	-	-	-	-	06	5,5	04	4,6
Família Marchesi	-	-	-	-	-	-	03	3,3	03	2,4
Zillo-Lorenzetti	-	-	-	-	-	-	02	3,6	03	5,1
Família Balbo	-	-	-	-	-	-	-	-	02	2,6
Coury/Furlan/Barrichello	-	-	-	-	-	-	-	-	03	2,4
Família José Corona	-	-	-	-	-	-	-	-	01	1,9
Fam. Virgolino de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irmãos Bellodi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Wolney Atalla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fam. Renato R. Barbosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais (nº) (%)	13	85,1	11	78,6	19	62,5	28	53,7	37	61,3
Total em São Paulo (nº) (t)	31	102.527	33	139.774	76	353.156	95	1.220.496	98	2.077.222

O item "Nº" representa o número de usinas pertencentes a cada grupo e o caractere "%" corresponde à parcela de produção dos grupos. A ausência de dados é indicada pela abreviação "s/d" e o item "-" aponta que o grupo não possuía usinas no período. Fontes: IAA – *Anuários Açucareiros*; RAMOS, 1983, p. 80 et ali; e SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 94 e 98.

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. "Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista". In: *História Econômica e História de Empresas*, v. 5, n.1, p. 85-115, 2002, p. 85 e 93, p. 85.

¹²⁷ Frase atribuída à Pedro Morganti, segundo sua principal biografia. ORNELLAS, 1967, p. 143.

Com base nos dados da tabela anterior, pudemos observar que os resultados das usinas da Société des Sucréries Brésiliennes e do grupo Morganti representaram quase metade da produção paulista de açúcar durante as décadas de 1930 e 1940. Vale sublinhar que o número de usinas nos maiores grupos não se alterou entre os anos de 1936 e 1960. De acordo com os mencionados pesquisadores, nesse período, os principais grupos paulistas estudados elevaram o total de sua produção em 25,6%, percentual reduzido a 12,6% nos anos de 1940 a 1945, "algo que pode ter decorrido de esgotamento da possibilidade de aproveitamento da capacidade produtiva instalada ou de sua ampliação nas mesmas unidades produtoras". 129

O artigo citado derivou das análises de Pedro Ramos em *Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. Partindo dos conceitos relativos a concentração e centralização do capital elaborados por Karl Marx (*O Capital*, livro 1, 1867), Michal Kalecki (*Teoria da dinâmica econômica*, 1954), Paolo S. Labini (*Oligopolio e progresso técnico*, 1957), Joe S. Bain (*Organización industrial*, 1959) e Michel Aglietta (*Regulacion y crisis del capitalismo*, 1979), o pesquisador definiu um quadro teórico sobre o qual pautou a sua análise sobre aspectos do desenvolvimento da agroindústria sucroalcooleira paulista. Elaborada com base nos dados estatísticos do período, os resultados foram organizados por Ramos em dois tópicos: a concentração econômica/financeira-centralização de capital e a concentração técnica. 130

Antes, porém, de nos atermos propriamente aos levantamentos feitos por Ramos, cabe mencionarmos suscintamente os apontamentos acerca dos conceitos de concentração e centralização dos teóricos por ele considerados. Segundo as premissas marxistas, a concentração seria o processo de absorção crescente dos meios sociais de produção por capitalistas individuais, enquanto que a centralização seria o processo de expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes, pressupondo a alteração na repartição dos capitais já existentes e podendo significar, inclusive, a monopolização. O objetivo de Marx era o de mostrar "como o desenvolvimento de uma economia capitalista leva a sua estrutura industrial em direção ao maior tamanho das empresas, técnica e

¹²⁹ SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 93.

¹³⁰ RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da aroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada à Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 1983, p. 34-50.

economicamente falando (concentração) e, também, em direção à monopolização dos mercados (centralização). 131

Segundo Ramos, Aglietta também diferenciou os dois processos, entendendo a concentração como uma alteração quantitativa (no qual se conservaria a autonomia dos capitais) e a centralização como uma modificação qualitativa, que remodelaria a autonomia dos capitais. Sem distinguir esses conceitos, Labini ponderou questões afeitas à concentração, distinguindo três formas distintas: a concentração técnica (no nível das unidades de produção), a concentração econômica (que deriva da concentração das empresas) e a concentração financeira (concretizada através de ligações pessoais entre os administradores das empresas). 132

Já a conceituação de Joe Bain sobre o assunto teria focado a estrutura industrial, revelando sua preocupação em como medir a concentração e caracterizar as economias de escala, firma multiplana e integração vertical. Em termos gerais, as economias de escala significariam ajustes nas dimensões das fábricas para elevar ao máximo sua eficiência ou produtividade e reduzir os custos por unidade de produção (os quais conduziriam ao que Labini denominou como concentração técnica). As economias da firma multiplana decorreriam de administração de ampla escala, distribuição em grande escala ou economia pecuniária de compra em grande escala. Enquanto esses dois primeiros tipos de economia conduzem a um aumento na dimensão horizontal das plantas e/ou firmas, "a integração vertical pode mesmo não aumentar a participação da firma no mercado, mas é força auxiliar no processo de concentração por permitir maior poder de mercado e, assim, provocar a exclusão de novos competidores", sendo muito importante no caso da agroindústria canavieira. 133

A unidade de medida adotada no estudo de Pedro Ramos em questão partiu do conceito então formulado de empresa capitalista, podendo esta representar uma firma individual ou ser constituída sob a forma de sociedade anônima. O autor salienta que, segundo Marx, o surgimento das sociedades anônimas foi um poderoso meio de centralização de capital, visto que possibilitou a união de capitais individuais em torno

¹³¹ RAMOS, 1983, p. 34-35 e 45.

¹³² Ibidem, p. 39.

¹³³ Ibidem, p. 44. Ramos aponta que Joe Bain propôs uma classificação dos mercados, baseada no número total de vendedores na indústria, a distribuição geral de suas dimensões e o possível controle de mercado exercido, podendo ser de tipos I (caso de oligopólio em grau máximo ou de elevada concentração), II (industrias altamente concentradas), III (concentração moderadamente elevada), IV (concentração moderadamente baixa), V (baixa concentração ou levemente concentrada) e VI (indústrias atomizadas). Também salienta que o conceito de Bain parece atender mais à medição do estágio de centralização definida por Marx do que propriamente caracterizar o processo de concentração. Ibidem, p. 41-49.

de um só empreendimento e tornou possível a realização de experimentos que de outra forma não ocorreriam ou demorariam muito para se efetivar. A empresa foi nas pesquisas de Ramos compreendida, portanto, como uma unidade de capital com comando e atuação autônoma do processo de desenvolvimento capitalista. 134

De acordo com o pesquisador, poucos autores marxistas (como Michel Aglietta e Michal Kalecki) ou não (como Paolo Labini) haviam se preocupado em definir ou deixar claro qual deveria ser a unidade de medida empregada no estudo de concentração e centralização do capital. Um destes trabalhos foi o mencionado estudo de Joe Bain, que avançou na conceituação da unidade de medida com base nas colocações dos autores mencionados. Considerando os pressupostos recortados, a análise dos grupos açucareiros de São Paulo desenvolvida por Ramos pautou-se, conforme o próprio autor, pela noção de que a unidade de medida precisaria se caracterizar como uma fração do capital total aplicado no setor, com uma direção ou controle independente das demais. Em outros termos, considerou as empresas ou firmas com diretorias autônomas e uma distribuição de ações majoritariamente possuída por determinada família. 135

Com base em tais premissas, Pedro Ramos definiu o período compreendido entre as safras de 1930/31 e 1945/46 como de alta concentração econômica/financeira-centralização de capital no ramo sucroalcooleiro paulista. Dentre os grupos que se consolidaram nesse intervalo, a Société de Sucréries Brésiliennes foi o de maior projeção. Fundado em 1907, vale lembrar que foi constituído por capital de origem francesa, formando-se mediante verdadeiro movimento de centralização a partir da liquidação de cinco usinas montadas sobre antigos engenhos centrais localizados em São Paulo (Porto Feliz, Piracicaba, Villa Raffard e Lorena) e no Rio de Janeiro (Cupim). Em 1933, a usina de Lorena foi fechada, mas as demais unidades paulistas permaneceram entre as maiores e mais produtivas no estado de São Paulo. 136

O grupo Morganti despontou como o segundo mais importante no recorte de quinze anos enfocado. 137 Este e outros que se destacaram no período (Matarazzo,

¹³⁴ Ibidem, p. 37 e 48.

RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da aroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada à Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 1983, p. 75.

¹³⁵ Ibidem, p. 50.

¹³⁷ Cabe informar que Pedro Ramos não considerou a Usina da Serra S.A. como parte do grupo Morganti, pois a considerou uma empresa independente apesar do grau de parentesco existente entre os proprietários (Nello Morganti era primo de Pedro Morganti). RAMOS, 1983, p. 87 (N/R). Os documentos sobre as empresas de Pedro Morganti que levantamos também não indicam vinculação administrativa e hierárquica. Encontram-se apenas registrados alguns repasses a Nello no livro "Bancos e Pagamentos" da Refinadora Paulista S.A, referente ao período de 06 de junho de 1942 a 02 de março de 1943.

Nogueira, Alves de Almeida e Reis de Magalhães), eram refinadores-comerciantes e dominavam o atacado paulista. Conforme já mencionamos, entre 1900 e 1930, ocorreu um intenso movimento de concentração de capitais no comércio interno e no beneficiamento industrial de açúcar, gorduras animais, carnes preservadas e cerais. 138 Em âmbito nacional, São Paulo manteve, no decorrer dos anos 1930, o papel de estado "importador" de acúcar, principalmente oriundo do Nordeste, sendo que os maiores ganhos estavam nas atividades de refino e comércio de açúcar. Esta última, muitas vezes, adquiria um caráter especulativo devido ao oligopsônio que havia no mercado atacadista. 139

Parte dos demais proeminentes grupos açucareiros paulistas tiveram origens cafeeiras. Segundo Gnaccarini, durante as duas primeiras décadas do século XX, a produção açucareira em São Paulo havia expandido significativamente em virtude da ampliação do mercado consumidor paulista e da inversão de capitais na indústria sucroalcooleira, liberados pelas crises do café. Grandes cafeicultores como Dumont, Junqueira, Schmidt, Pimentel, Miranda, Pinto e Ferreira Ramos tornaram-se usineiros, e, em muitos casos, passaram a dedicar-se exclusivamente à produção açucareira. 140 Também estariam entre esses o grupo F. Frascino e o Monteiro de Barros, o qual tinha vínculos com a família Silva Prado – proprietária da Cia. Prado Chaves-Exportadora, produtora e comerciante de café. Algumas dessas firmas entraram também no comércio atacadista de açúcar, como os citados grupos Nogueira, Alves de Almeida e Reis de Magalhães. 141

Conforme enfatiza Pedro Ramos em seu estudo, as origens dos grandes capitais investidos na produção sucroalcooleira paulista foram, basicamente, comercial e cafeeira. A maioria das usinas dos grupos analisados foi montada no início do século passado e estava localizada na região Mogiana e de Araraquara, ambas de forte tradição cafeicultora, salvo as usinas da Société, a Usina Monte Alegre (de Morganti), bem como as unidades pertencentes ao grupo Nogueira (Usina Esther, em Campinas) e à família Alves de Almeida (Usina Santa Bárbara, em Piracicaba). Tais origens proporcionavam às empresas consolidadas no período

¹³⁸ GNACCARINI, 1972, p. 134.

RAMOS, 1983, p. 76. Em termos gerais, o oligopsônio é uma estrutura de mercado, na qual existem poucos compradores de um determinado produto em relação a um grande número de fornecedores do produto em questão. Os mecanismos de oligopsônio do ramo sucroalcooleiro no Brasil foram estudados por José C. Gnaccarini nos capítulos 07, 08 e 09 de sua tese Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo (1972).

¹⁴⁰ GNACCARINI, 1972, p. 134-135.

¹⁴¹ RAMOS, 1983, p. 77.

uma perspectiva de obtenção de ganhos no âmbito da circulação e não da produção de açúcar, ou seja, para eles o lucro advinha do refino e do comércio atacadista mais do que da própria produção açucareira. Essa "visão comercial" do lucro era exacerbada na época da guerra, dada a falta ou diminuição do produto nordestino no sul, com o qual podiam especular. Na verdade, sabe-se que o açúcar cristal e o refinado eram encontrados com dificuldades, tornando comum o consumo durante o conflito, do açúcar demerara, mascavo ou batido. 142

Tabela 04 – Concentração econômica/financeira-centralização de capital na agroindústria canavieira paulista (1930-1946).

Períodos	1930/31 a 1935/36		1936/37 a	1940/41	1941/42 a 1945/46		
Grupos	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Societé Sucreries Brasiliennes	04	28,2	03	24,8	03	20,8	
Morganti (Refinadora Pta.)	02	17,3	02	17,6	02	17,4	
F. M. Junqueira	01	9,8	01	9,2	01	9,4	
Matarazzo	01	8,9	01	7,9	01	7,9	
04 primeiros	08	64,2	07	59,5	07	55,5	
Alves de Almeida	01	7,9	01	7,2	01	6,2	
Nogueira	01	5,7	01	5,1	01	5,5	
G. Schmidt & Irmãos	02	3,8	-	-	-	-	
Reis de Magalhães	01	3,5	01	3,5	-	-	
Francisco Frascino	-	_	01	3,3	-	_	
João B. de L. Figueiredo	-	-	-	_	01	3,0	
Monteiro de Barros	-	-	-	-	01	2,9	
08 primeiros	13	85,1	11	78,6	11	73,1	
Demais grupos	18	14,9	22	21,4	27	26,9	
TOTAIS	31	100,0	33	100,0	38	100,0	

O item "N°" representa o número de usinas pertencentes a cada grupo e o caractere "%" corresponde à parcela de produção. O símbolo "-" indica não haver usina e produção no período. Fontes: Adaptado de RAMOS, 1983, p. 74.

No pós-1945, a tendência observada por Pedro Ramos, e corroborada pela bibliografia e fontes documentais consultadas, evidencia que os fatores impulsionadores da formação dos maiores conglomerados canavieiros entre a crise de 1929 e o final da Segunda Guerra foram justamente aqueles que impossibilitaram a ampliação das participações dessas empresas e o advento de novos grupos no período seguinte. A natureza e os efeitos desses fatores sobre a concentração industrial e latifundiária serão oportunamente abordados mais adiante, entretanto convém apontar a inserção do

¹⁴² Ibidem, p. 77 e 79.

conjunto empresarial vinculado aos Irmãos Ometto e a Mário Dedini entre os quatro principais grupos nos resultados de 1946/47 até 1960/61.

Tabela 05 – Concentração econômica/financeira-centralização de capital na agroindústria canavieira paulista (1946-1961).

Períodos	1946/47 a 1	1950/51	1951/52 a	1955/56	1956/57 a 1960/61		
Grupos	Nº	%	N^o	%	N^o	%	
Societé Sucreries Brasiliennes	03	14,1	03	9,3	03	7,3	
Morganti (Refinadora Pta.)	02	13,6	02	8,5	02	6,0	
Irmãos Ometto	08	13,3	10	20,0	09	21,7	
F.M. Junqueira (espólio)	01	5,9	01	4,3	-	-	
Dedini	-	-	-	-	06	5,5	
04 primeiros	14	46,9	16	42,1	20	40,5	
Matarazzo	01	4,7	01	3,1	-	-	
Alves de Almeida	01	4,0	-	-	-	-	
Nogueira	01	3,6	01	2,9	-	-	
Irmãos Biagi	02	3,3	02	3,4	02	3,5	
Marchesi	-	-	02	3,2	03	3,3	
Zillo-Lorenzetti	-	-	-	-	02	3,6	
Fundação Sinhá Junqueira	-	-	-	-	01	2,8	
08 primeiros	19	62,5	22	54,7	28	53,7	
Demais grupos	57	37,5	70	45,3	67	46,3	
TOTAIS	76	100,0	92	100,0	95	100,0	

O item "N" representa o número de usinas pertencentes a cada grupo e o caractere "%" corresponde à parcela de produção. O símbolo "-" indica não haver usina e produção no período. Fontes: Adaptado de RAMOS, 1983, p. 80.

A comparação entre a trajetória dos grupos Morganti e Ometto elucida as diferentes estratégias adotadas na época. Enquanto o primeiro manteve a propriedade e a superintendência de suas usinas sob controle direto da família (Lino e Hélio), as usinas do segundo grupo foram constituídas acionariamente por casamentos entre os filhos de Luiz e João Ometto com membros de tradicionais famílias paulistas, assim como associações ou participações minoritárias de pessoas diversas na formação usineira. É o caso da Usina São Martinho, montada pelo grupo Silva Prado em uma extensa área em Pradópolis (região de Ribeirão Preto) destinada à cafeicultura ¹⁴³, a qual foi transformada pelos Irmãos Ometto em uma das principais produtoras de açúcar e álcool do país. ¹⁴⁴

1.

¹⁴³ RAMOS, 1983, p. 83.

Atualmente, a usina pertence ao Grupo São Martinho, que está entre os maiores grupos sucroenergéticos do Brasil, com capacidade aproximada de moagem de 22 milhões de toneladas de cana. Possui quatro usinas em operação: São Martinho (em Pradópolis, região de Ribeirão Preto-SP); Iracema (em Iracemápolis, na região de Limeira-SP), Santa Cruz (em Américo Brasiliense-SP) e Boa Vista (em Quirinópolis-GO), esta última vinculada à Petrobras Biocombustível. A companhia também possui uma unidade para produção de ácido ribonucleico (a Omtek), localizada em Iracemápolis. As usinas São Martinho, Santa Cruz e Iracema produzem açúcar e etanol enquanto a Usina Boa Vista é dedicada exclusivamente à produção de etanol. Todas elas geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da

Sobre o Grupo Ometto, consta que o pai e o tio de Pedro Ometto desembarcaram no Brasil, em 1887, para trabalhar como colonos na fazenda de café Salto Grande, localizada em São Paulo. A família deixou a condição de colonos ao adquirir, em 1906, alqueires da Fazenda Água Santa, na região de Piracicaba. Entre as décadas de 1910 e 1930, o patrimônio dos Ometto foi consideravelmente ampliado. Adquiriram a Fazenda Aparecida, em 1918 (Iracemápolis-SP), hipotecada em razão dos prejuízos causados por uma geada à época - rebatizando a propriedade como Boa Esperança. A partir de então, a família se dividiu entre a administração de uma olaria e a produção de cana e aguardente na fazenda de Iracemápolis.

Com o sucesso da empreitada canavieira e acompanhando o desenvolvimento regional do setor, Pedro Ometto comprou a Fazenda Primavera, em 1922, sem a participação do restante da família. Uma década depois, reuniu-se aos irmãos e constituiu a empresa Irmãos Ometto visando comprar a Fazenda Boa Vista (Piracicaba), com 440 alqueires, onde construíram uma usina de mesmo nome. 145 Junto com o Grupo Dedini, o grupo Irmãos Ometto construiu a Usina Costa Pinto, em 1936, também na região piracicabana. Na mesma ocasião, foi fundada a Cosan S.A., um dos atuais líderes mundiais no ramo, com negócios nas áreas de energia, alimentos, logística, infraestrutura e gestão de propriedades agrícolas. Dentre as empresas que a constituem está a Raízen, proprietária da antiga Usina Tamoio (de Morganti). 146

cana, garantindo autossuficiência e venda do excedente. A Omtek é fabricante de derivados de levedura por meio de avançados processos biotecnológicos que atendem, principalmente, os mercados de alimentação humana e animal. Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA). Disponível em: http://www.unica.com.br/empresa/19334644/sao-martinho. Acesso em: 11 mai. 2016.

145 CAMPOS, Zoia Vilar. "A trajetória dos empreendedores italianos em São Paulo. De colonos a usineiros (1876-1941)." In: *III Seminário de História do Açúcar – produção, trabalho e estrutura fundiária*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 26 a 30 de abril de 2010, p. 05.

146 Originada a partir de 1936, com a construção da Usina Costa Pinto (Piracicaba), a Cosan S.A. dedicou

seus primeiros 50 anos aos seus ativos agrícolas e industriais, no que diz respeito à produção de açúcar e etanol. Em 1946, três anos após a aquisição das fazendas Pau D'Alho, em Barra Bonita (São Paulo) pelo usineiro Pedro Ometto, a Cosan levou seus primeiros milhares de litros de álcool e sacas de açúcar ao mercado. A partir de 1986, a companhia deu início à estratégia de crescer e diversificar por meio de negócios, adquirindo outras usinas e expandindo significativamente sua produção de açúcar e etanol. Entre as unidades incorporadas estão Santa Helena, São Francisco, Serra, Raffard e Univalem, Ainda que a capacidade de produção tenha aumentado com evidência, a companhia inovou posteriormente com a produção de energia elétrica oriunda da queima de bagaço de cana. Suas usinas se tornaram, assim, autossuficientes. Em 2008, o grupo anunciou a aquisição de ativos de produção e distribuição da Esso (combustíveis) e Mobil (Lubrificantes) no país. Com essas marcas, a companhia criou uma nova empresa: a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, responsável por gerir uma rede de 1.700 postos de combustível em todo o país, uma fábrica de lubrificantes no Rio de Janeiro e os direitos de uso das marcas. A companhia tornava-se, então, o único player totalmente integrado do setor de energia renovável, já que atuava em todos os elos da cadeia produtiva do etanol (desde o plantio da cana-deaçúcar até a distribuição e comercialização de combustíveis no varejo). Ainda em 2008, a Cosan criou a Rumo Logística, que oferece serviços integrados de transporte multimodal. Suas instalações no porto de

Além da concentração econômica/financeira e centralização demonstrada pelo desenvolvimento das empresas usineiras no período, a existência de estratégias compartilhadas também acentuou esse processo. Em 1953, foram criadas duas "cooperativas" regionais: a Cooperativa Piracicaba de Usinas de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e a Cooperativa de Usineiros do Oeste de São Paulo, sediada em Ribeirão Preto. Dentre outras finalidades previstas, ambas atuavam na comercialização da produção das usinas cooperadas, estocavam produtos quando necessário e funcionavam como central de compras de insumos para a produção de açúcar. Também buscavam recursos junto aos órgãos financiadores existentes, prestavam assistência aos cooperados (administrativa, fiscal e técnica) e mantinham centros de pesquisa para aprimoramento da produção agrícola e industrial. 147

Em 1959, as duas cooperativas se fundiram, originado a Cooperativa Central de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool (Copersucar), com os objetivos de:

- 1. Receber, financiar e vender a produção de açúcar e álcool de suas associadas, defendendo seus interesses comerciais e econômicos.
- 2. Financiar a estocagem dos produtos com recursos próprios ou de terceiros, sendo co-responsável pelos financiamentos efetuados.
- 3. Construir armazéns e reservatórios para açúcar e álcool, facilitando o recebimento e a comercialização.
- 4. Vender a produção e os estoques de duas associadas para conciliar os interesses de produtores e consumidores. 148

Afirma-se que essa cooperativa chegou a controlar "o mercado interno de açúcar e de álcool engarrafado com as marcas Cristalçúcar, Cristalsalvo e Cooperálcool.

Santos (SP) contam com uma capacidade de embarque anual de 10 milhões de toneladas de açúcar e outros granéis sólidos, 380 mil toneladas de armazenagem estática para açúcar a granel e de 55 mil toneladas de açúcar ensacado: números da maior instalação portuária especializada no embarque de açúcar no mundo. Em 2009, a Cosan incorporou a NovAmérica Agroenergia, por meio de uma operação de troca de ações entre a companhia e a holding Rezende Barbosa. Com a aquisição, o grupo Cosan reforçou sua posição de maior produtor de açúcar e álcool do mundo e passou a ter uma capacidade de processamento anual de cerca de 56 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 10% do mercado brasileiro, administrando 23 usinas. A centenária marca União, líder no mercado varejista de açúcar, também passou a fazer parte do portfólio da companhia, junto com as marcas Dolce, Neve e Duçula. Em 2010, a Cosan anunciou a formação de uma joint venture com a Royal Dutch Shell para produzir etanol, açúcar e energia elétrica a partir da cana, além de distribuir e comercializar combustíveis. Integrante da companhia, a Raízen iniciou suas operações em 2011, absorvendo as usinas do grupo e os postos da rede Esso. Em 2013, estava entre as cinco maiores empresas do Brasil (em faturamento), com valor de mercado estimado em US\$ 12 bilhões." Cf.:http://www.cosan.com.br/pt-br/cosan/trajetoria e http://pt.

wikipedia.org/wiki/Cosan>. Acessos em 01 abr. 2016 e 29 nov. 2013, respectivamente.

147 Cf. DE MARCO, C. *O oligopsônio açucareiro paulista: das refinarias às cooperativas*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, 1991. Apud. VIAN, 2003, p. 79.

¹⁴⁸ DE MARCO, 1991. Apud. VIAN, 2003, p. 79.

Posteriormente, a Copersucar entrou em outros mercados com a compra da Companhia União dos Refinadores de Açúcar. Na era usineira, o oligopsônio antes praticado pelos comerciantes-refinadores durante a Primeira República foi mantido em São Paulo através da criação de cooperativas como as que integraram a Copersucar, a despeito da atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool, autarquia federal criada em 1933 e destinada a regular a dinâmica sucroalcooleira no país, conforme trataremos em tópico específico. 150

Essas cooperativas visaram fortalecer os usineiros frente aos atacadistas, resolvendo questões inerentes à venda dos produtos sucroalcooleiros. Reproduziam, portanto, a prática oligopsonista ao concentrar a produção das unidades cooperadas com o objetivo de se unirem nas atividades de comercialização dos produtos. Essa estrutura concentrada de comercialização caracterizou o ramo sucroalcooleiro até os anos 1980, quando a Copersucar chegou a ser responsável por 65% do açúcar refinado que era comercializado nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. ¹⁵¹

Lino Morganti participou da diretoria constitutiva da Copersucar, assim como Hermínio Ometto e Maurílio Biagi¹⁵², representantes dos mais importantes grupos do Oeste paulista. A projeção destes últimos na administração da cooperativa evidencia o início do processo de deslocamento da proeminência da tradicional região açucareira de Piracicaba para o território em torno de Ribeirão Preto. Um dos fatores que contribuíram para essa alteração regional foi o programa de erradicação dos cafezais, implantado pelo governo estadual no começo daquela década, o qual decorreu das políticas federais mais amplas que miravam modernização da cafeicultura no Brasil. ¹⁵³ Algumas relações fundamentais entre as crises de superprodução de café e o incremento da indústria sucroalcooleira serão estabelecidas mais adiante, no decorrer deste trabalho.

Embora ainda tenha se mantido no ramo por mais alguns anos, os dados demonstram que a participação da Refinadora Paulista na produção média paulista caiu 50% entre a década de 1940 e 1960. No mesmo intervalo, a participação do grupo

¹⁴⁹ VIAN, 2003, p. 79.

¹⁵⁰ Ver nota de rodapé 139.

¹⁵¹ RODRIGUES, Laura Poggi. Evolução histórica da concentração da indústria de refino no centro-sul brasileiro e análise da estrutura de equilíbrio dessa indústria. Dissertação (Mestrado em Economia), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"- ESALQ, Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 2005.

¹⁵² JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Central dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), NIRE 35400021136. Disponível em: < https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre_Visualiza.aspx?nire=35400021 136&idproduto=>. Acesso em: 02 mai. 2016.

¹⁵³ SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 97-98.

Ometto aumentou cerca de 60% e a produção média dos Irmãos Biagi saltou de 193.777 para 703.312 (sacos de 60 quilos). Esses foram os últimos anos de permanência de antigos grupos comerciantes-refinadores formados no início do século XX entre os oito maiores (caso da Société, Morganti e Nogueira), não figurando também as empresas Dedini e Marchesi.

A respeito dos Irmãos Biagi, vale mencionar que Pedro Biagi e sua família trabalharam como colonos em fazendas de café até adquirirem, em 1909, o sítio Vargem Rica (Pontal-SP), ampliado no ano seguinte com a aquisição de mais terras. ¹⁵⁴ Como proprietário da Fazenda Barbacena (em sociedade com Mario Brighett), Biagi tornou-se fornecedor de cana-de-açúcar para o engenho central de Francisco Schimidt e o transformou na Usina Barbacena. Uma década depois, vendeu a sua parte para Francisco Frascino e fundou, em 1931, a Usina da Pedra (Serrana-SP). No ano de 1936, auxiliou os seus filhos (Baudílio, Gaudêncio e Maurílio) na compra da Usina Santa Elisa (então propriedade do grupo Marchesi), em Sertãozinho, transformada depois em sociedade anônima. ¹⁵⁵

Tabela 06 – Concentração econômica/financeira-centralização de capital na agroindústria canavieira paulista (1961-1976).

Períodos	1961/62 a 1965/66		1966/67 a 1970/71		1971/72 a 1975/76	
Grupos	N°	%	Nº	%	Nº	%
Irmãos Ometto	11	24,9	11	25,0	11	25,5
Dedini	06	6,3	04	4,6	-	-
Societé Sucreries Brasiliennes	03	5,5	03	5,0	-	-
Zillo-Lorenzetti	02	4,9	03	5,1	02	5,2
Silva Gordo	-	-	-	-	03	5,4
Irmãos Biagi	-	-	-	-	02	3,8
04 primeiros	22	41,6	21	39,7	18	39,9
Morganti	02	4,7	02	4,3	-	-
Irmãos Biagi	02	3,5	02	3,5	-	-
Marchesi	03	2,8	-	-	-	-
Nogueira	02	2,5	02	2,6	-	-
Balbo	-	-	02	2,6	02	3,0
Atalla	-	-	-	-	02	3,5
Virgolino de Oliveira	-	-	-	-	02	3,1
José Corona	-	-	-	-	02	2,7
08 primeiros	31	55,1	29	52,7	26	52,2
Demais grupos	62	44,9	67	47,3	58	47,8
TOTAIS	93	100,0	96	100,0	84	100,0

O item "N" representa o número de usinas pertencentes a cada grupo e o caractere "%" corresponde à parcela de produção. O símbolo "-" indica não haver usina e produção no período. Fontes: Adaptado de RAMOS, 1983, p. 86.

¹⁵⁴ CAMPOS, 2010, p. 02.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 03.

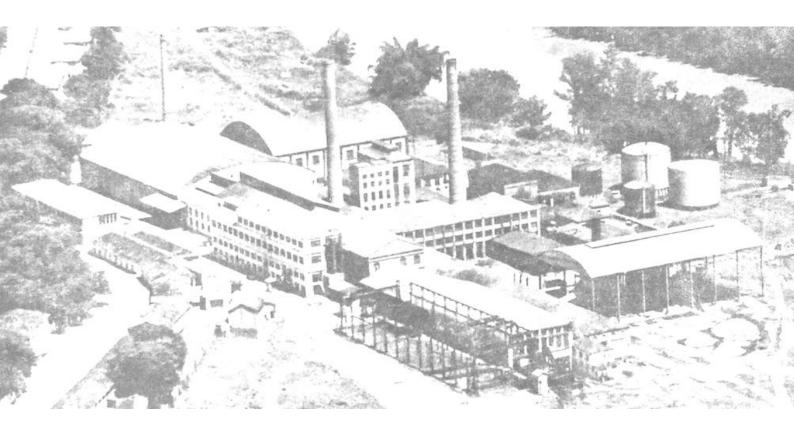
No final de 1960, os maiores grupos tiveram sua participação diminuída e a Société (que se nacionalizou em 1969) e Morganti saíram do ramo sucroalcooleiro, sendo as suas cinco usinas adquiridas pelo grupo Silva Gordo, cuja inserção decorreu da

estratégia do grupo proprietário do Banco Português do Brasil, que queria tornar-se em pouco tempo um dos maiores, senão o maior, grupo açucareiro do Brasil. Mas isso não foi possível: provavelmente por problemas financeiros, o Grupo vende as usinas Porto Feliz e Raffard para os proprietários/sócios da Coopersucar, em 1973, e vende a Usina Monte Alegre para os Irmãos Ometto/Grupo Dedini em 1975. Pela difícil localização da usina Piracicaba (área central da cidade) ela é fechada e sua quota transferida para outras duas usinas do Grupo: a Tamoio, em Araraquara-SP e a Tupy, no estado de Goiás. Uma observação importante a fazer sobre a venda das usinas do grupo, pelo menos quanto a Piracicaba e Monte Alegre, ambas no município homônimo da primeira, é que o Grupo Silva Gordo conservou a posse de boa parte da terra, criando empresas de loteamento e imobiliárias, transformando antigos canaviais em áreas urbanizadas e urbanizáveis. ¹⁵⁶

Dentre os demais grupos que despontaram nos anos 1970, estão o de Jorge Wolney Atalla (o administrador da Coopersucar na época) e o da família de Virgolino de Oliveira, proprietária de uma usina que deslanchou graças às relações estabelecidas com Mário Dedini, cujo caso será abordado em tópicos seguintes. O grupo Balbo alicerçou-se na Construtora e Comercial Balbo S.A., fundada em 1946, que tinha investimentos na Usina Santo Antonio, em Sertãozinho, e adquiriu no mesmo município a Usina São Francisco, na década posterior. Apenas contando com a Usina Bonfim, em Guariba, a família José Corona também se consolidou entre os maiores grupos no período.

O processo de concentração econômica/financeira-centralização foi intrínseca à concentração técnica industrial e à concentração fundiária, as quais se concretizaram no âmbito das usinas. Considerando que estas constituem sistemas e empreendimentos integrados e que a agroindústria canavieira girava ao seu redor, seguem apresentados os estudos acerca da Usina Monte Alegre com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão do desenvolvimento do ramo sucroalcooleiro no período enfocado.

¹⁵⁶ RAMOS, 1983, p. 91-92.



CAPÍTULO 2 – A fábrica:

a Usina Monte Alegre pela perspectiva da indústria sucroalcooleira

2.1. O açúcar no contexto da industrialização brasileira

A transformação do velho quadro dos engenhos banguês, do Nordeste, do Recôncavo e de Campos, em vastas e modernas instalações de usinas e a criação, em São Paulo, dum grande parque industrial açucareiro, coincidiram com as transformações de estrutura política que se iniciaram, em 1889, com a mudança de regime e, depois de um período de relativa estabilidade, adquiriram, em 1930, uma intensidade maior, francamente revolucionária, entrando numa fase de mudanças radicais. 157

Os derivados da cana-de-açúcar são usualmente classificados como "produtos primários", contudo constituem artigos manufaturados que requerem para a sua fabricação uma estrutura industrial bastante complexa. Até o século XIX, o açúcar de cana era visto como um produto tipicamente agrícola e preponderava no comércio internacional. As aceleradas mudanças no mercado açucareiro mundial que se processaram desde aquela época vieram no esteio das inovações técnicas impulsionadas pela chamada Revolução Industrial 60, transformando o açúcar em um produto de fabricação intricada e diversificada. Como mencionamos no capítulo anterior, as metrópoles investiram na modernização das fábricas nas colônias canavieiras durante o oitocentos a fim de enfrentar a competição internacional, sendo a experiência do sistema de engenhos centrais um marco do início dessa transição.

Ainda hoje existe uma parte da produção de açúcar que apresenta um processamento rudimentar, fazendo-o parecer um produto agrícola. São exemplos o *gur* na Índia e a rapadura no Brasil. Segundo Pedro Ramos, a distinção entre um açúcar caracteristicamente agrícola e um de origem industrial tem sido feita com base na

¹⁵⁷ AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil:* ensaio sociológico sôbre o elemento político na civilização do açúcar. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 174.

 ¹⁵⁸ SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930—1975). São Paulo: Hucitec, 1979, p. 42. Sobre esse aspecto, ver: GAMA, Ruy. Engenho e tecnologia.
 São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1983; e BAYMA, Cunha. Tecnologia do açúcar. Da matéria-prima à evaporação. Rio de Janeiro: IAA, 1974.
 159 RAMOS, RAMOS, Pedro. "Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira

do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno". In: *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 11, n. 4, p.559-585, out. / dez. 2007, p. 561.

¹⁶⁰ Processo iniciado na Grã-Bretanha em fins do século XVIII como resultado de fatores econômicos, político e sociais, implicando no surgimento do sistema fabril, da divisão do trabalho e da expansão urbana. A indústria têxtil foi o primeiro ramo a se desenvolver, demandando máquinas e ferramentas. Sucederam-lhe uma série de inovações tecnológicas, tais como os motores a vapor e, posteriormente, os equipamentos movidos à eletricidade. Em meados do século XIX, a Inglaterra tornou-se a nação mais poderosa (como mencionado no capítulo anterior) e o processo estendeu-se para outros países europeus, Estados Unidos e Japão no período.

existência ou não do processo de centrifugação nas unidades produtoras, conforme discutiremos mais adiante. No caso brasileiro, a tardia tentativa de modernização da produção canavieira com base na ideia dos engenhos centrais partiu do princípio de que a atividade industrial ficaria a cargo do capital estrangeiro, enquanto o cultivo da cana caberia aos proprietários de terras brasileiros. Implantados no esteio de um programa imperial, o sistema não avançou, especialmente em razão da

estrutura de poder então vigente nos Estados produtores de açúcar no Brasil (Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro), tendo ocorrido uma modernização que se concentrou no processamento fabril, mas de maneira parcial. Assim, pode-se afirmar que o advento das novas fábricas que passaram a ser chamadas de "usinas", significou quase que tão somente uma ampliação quantitativa da capacidade de produção dos antigos engenhos, cabendo destacar a introdução da centrifugação, ou seja, a produção de açúcar branco. 161

No início do século XX, a persistente estrutura produtiva baseada em engenhos, engenhocas e banguês deparou-se com a expansão usineira e sua acelerada consolidação em regiões que se industrializavam no período. Ainda que praticada em moldes primitivos, a manufatura do açúcar e de outros produtos canavieiros envolve elaboradas tecnologias de processamento¹⁶² e pesados investimentos, características estas acentuadas durante o desenvolvimento do sistema usineiro no Brasil. Tais fatores explicariam porque, de certa forma, a industrialização no setor sucroalcooleiro e a subsequente hegemonia usineira tenham prevalecido em São Paulo, especialmente entre as décadas de 1930 e 1960, consagradas pela historiografia como um período de intensa expansão industrial no país e no qual a indústria paulista apresentou os maiores índices de crescimento. ¹⁶³

Além das questões propriamente técnicas, outros relevantes aspectos afeitos à história da indústria no Brasil devem ser ponderados nos estudos sobre o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no país. Sem pretender exaurir o tema da industrialização brasileira, cumpre-nos apenas pontuar brevemente algumas questões

.

¹⁶¹ Ibidem, p. 562.

¹⁶² SZMRECSÁNYI, 1979, p. 42.

¹⁶³ SAES, Flavio; NOZOE, Nelson. "A indústria paulista da crise de 1929 ao Plano de Metas", *História e Economia*-revista interdisciplinar, Brazilian Business School, v. 12, n. 1, p. 125-145, 2014, p. 142.

sobre o assunto com o intuito de contextualizar a consolidação da indústria de açúcar e de álcool no período enfocado, partindo da questão da formação do mercado interno.

Conforme analisa Tamás Szmrecsányi, a tendência brasileira à superprodução de açúcar no início do século XX foi induzida pelo crescimento das exportações do produto durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e nos anos imediatamente posteriores. Entretanto, o considerável aumento da produção verificado no período de 1923 a 1939 (ano de eclosão da Segunda Guerra Mundial) foi impulsionado pela expansão do consumo interno no país. De acordo com Szmrecsányi,

O desenvolvimento de um mercado interno no Brasil ainda era na ocasião um processo relativamente recente. Ele tinha começado algumas décadas antes, na segunda metade do século passado, e sua ocorrência se deveu basicamente à difusão, à diferenciação espacial e ao crescimento produtivo do complexo exportador de café. Entre 1850 e 1930, este se manteve como setor de ponta da emergente economia nacional do país. Sua expansão e diversificação daria origem, através do tempo, tanto ao surgimento de um setor manufatureiro cada vez mais importante como ao estabelecimento, dentro do Brasil, de uma nova divisão regional de trabalho.¹⁶⁴

As interpretações acerca da temática da industrialização invariavelmente debateram as relações estabelecidas entre o desempenho do setor cafeeiro, o crescimento do mercado interno e a guinada industrial do país. Na época da chamada "grande depressão", deflagrada pela crise mundial de 1929, o café era responsável por 71% do total das exportações brasileiras e a resultante queda da demanda externa do produto coincidiu com a superprodução cafeeira dos anos 1920. O volume de divisas geradas pelas exportações durante a crise tornou-se insuficiente para cobrir os compromissos financeiros do país e garantir as importações necessárias, impelindo o Estado a tomar medidas drásticas a fim de reforçar o apoio ao setor cafeeiro e amortizar os impactos sobre a economia brasileira. De acordo com Wilson Suzigan (1986), a análise dessa conjuntura suscitou quatro eixos interpretativos: a teoria dos "choques adversos", a industrialização liderada pela expansão das exportações, o denominado "capitalismo tardio" e o desenvolvimento industrial estimulado pela ação do Estado. 165

¹⁶⁵ Cf. SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁶⁴ SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. "1914-1919: Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil." In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(7), p. 42-68, jun.1988, p. 44.

É fato que, em 1931, o governo suspendeu parte do pagamento da dívida externa e implantou o controle de câmbio e outros controles diretos que, combinados à desvalorização da moeda, provocaram significativa redução no valor das importações. 166 As atribuições do Instituto do Café do Estado de São Paulo e outras instituições estaduais que regulavam a economia cafeeira foram então centralizadas no Conselho Nacional do Café (CNC), criado no mesmo ano de 1931, o qual, por sua vez, foi substituído pelo Departamento Nacional de Café (DNC), em 1933. 167 A fim de lidar com os estoques que não encontravam colocação no mercado internacional, uma parcela do produto cafeeiro foi destruída, visando reduzir a oferta e assim sustentar os preços, sendo eliminadas cerca de 29 milhões de sacas até meados de 1934. 168

Com colheitas menores a partir deste ano, diminuiu a pressão sobre o DNC, que passou a controlar a oferta mediante divisão da produção em cotas retidas em armazéns e cotas de exportação. Em safras maiores, eram instituídas "cotas de sacrificio", normalmente 30% da produção do ano paga a taxas irrisórias enquanto o restante recebia pagamentos maiores de forma que, em média, o preço da cota fosse bem superior ao preço da "cota de sacrificio". De acordo com Simão Silber, nessa segunda fase da política cafeeira (1935-1939), foram destruídas mais 34 milhões de sacas, contudo, o preço externo do produto não se recuperou, permanecendo 60% abaixo do verificado em 1929. 169 A prática de destruição de estoques de café estendeuse até 1944. 170

Para Celso Furtado (1959), "o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Kevnes". ¹⁷¹ Os recursos injetados na economia pela aquisição e destruição parcial dos estoques de café, associados à resultante criação de renda, contrabalancearam a queda de investimentos no período.

¹⁶⁶ BAER, Werner. A economia brasileira. Uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970. São Paulo: Nobel, 2009, p. 54-55.

¹⁶⁷ O Conselho Nacional do Café foi criado em um contexto de aparelhamento da administração pública durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o qual abordaremos oportunamente ao longo deste capítulo.

¹⁶⁸ SILBER, Simão. "Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939". In: VERSIANI, Flávio R.; BARROS, José Roberto M. de (Orgs.). Formação econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 196. ¹⁶⁹ Ibidem, 1978, p. 196.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 285.

¹⁷¹ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 271. Para o autor, o programa de defesa cafeeira anteciparia as recomendações do economista inglês John Maynard Keynes em sua obra Teoria Geral (1936). Keynes utiliza-se do exemplo da construção de pirâmides no antigo Egito a fim de ilustrar o investimento em ações que movimentam a economia em fases de estagnação.

Nesse sentido, a política de apoio ao setor cafeeiro nos anos da "grande depressão" concretizou-se em um verdadeiro programa de fomento da renda nacional, praticando-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica sem precedentes dentre os países industrializados.¹⁷² De acordo com o autor, o financiamento da política de sustentação do setor cafeeiro ocorreu via expansão do crédito, afirmação contestada nos estudos que o sucederam.

Ainda segundo Furtado, nos anos que se seguiram à crise mundial, o mercado interno tornou-se o centro dinâmico da economia brasileira. As atividades relacionadas a ele não somente cresceram impulsionadas por seus maiores lucros, como também receberam novo ânimo ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação. A manutenção da renda, o decréscimo nas importações e o decorrente aumento relativo dos preços industriais contribuíram para o deslocamento da dinâmica econômica. Até então determinada pela demanda externa - em especial, de café -, a economia passou a ter na procura do mercado interno o determinante fundamental do nível de renda, produto e emprego. No deslocamento de seu centro dinâmico, a economia brasileira se voltou principalmente (não exclusivamente) para a indústria, propiciando o rápido crescimento do setor no país a partir de 1933, inclusive com a instalação de bens de capital.

Podemos entender que, para Furtado, este mecanismo explicaria o processo de industrialização irrompido na década de 1930, estando presentes aí "alguns dos elementos que, em formulações mais gerais, constituem a tese da industrialização por substituição de importações". ¹⁷⁶ Nas suas palavras,

a transição para uma economia industrial deu-se no quadro da crise do café. As condições ecológicas altamente favoráveis do altiplano paulista haviam permitido ao Brasil, uma vez assegurada a oferta elástica de mão-de-obra, controlar o mercado mundial do produto. (...) O impacto positivo da política do café nas atividades ligadas ao mercado interno podia ser aferido. Os investimentos continuaram em nível relativamente elevado, e já em 1933 a economia começava a recuperar-se, não obstante haja sido o ano em que a depressão alcança

¹⁷² FURTADO, 2007, p. 271-272.

¹⁷⁵ SAES; NOZOE, 2014, p. 125.

¹⁷³ FURTADO, 2007, p. 274-309.

¹⁷⁴ BAER, 2009, p. 58.

¹⁷⁶ SAES, Flavio A. M. de. "A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 03, n. 07, p. 20-39, dez. 1989, p. 21.

o máximo de intensidade nos Estados Unidos. (...) A produção de bens de capital (medida pela de ferro, aço e cimento) recomeçara a crescer em 1931, e em 1932 superava em 60% a de 1929. E afirmava enfático: "É de enorme significação o fato de que em 1935 as inversões líquidas (medidas a preços constantes) tenham ultrapassado o nível de 1929, quando as importações de bens de capital apenas haviam alcançado 50% do nível deste ultimo ano". A conclusão era inescapável: "O mercado interno ascendera à posição de centro dinâmico principal da economia". 177

A tese de que a indústria nacional crescia nos momentos de crise das exportações aparece delineada em estudos de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Roberto Simonsen. Contudo, a concepção de que a industrialização está diretamente vinculada às crises de agroexportação, comumente denominada "teoria dos choques adversos", é atribuída a membros da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), especialmente a Celso Furtado e Raúl Prebisch. De acordo com essa linha interpretativa, as condições geradas pelos entraves nas atividades agroexportadoras propiciaram o redirecionamento da economia para o mercado interno, que cada vez mais foi liderado pelo crescente setor industrial. A situação impôs ao governo a adoção de políticas cambiais, fiscais e de juros para a resolução de problemas de âmbito interno, como os efeitos sobre o balanço de pagamentos. No caso brasileiro, "algumas peculiaridades ajudam a reforçar esta associação Mercado/Estado para imprimir novo direcionamento à economia". ¹⁸⁰

A respeito dos instrumentos de política econômica adotados no período, também são clássicas as análises cepalinas que compreenderam a industrialização como um processo de substituição de importações impulsionado por longos e profundos desequilíbrios externos, principalmente os efeitos proporcionados pela crise de 1929 e a

¹⁷⁷ FURTADO, Celso. "A fantasia organizada" (13. As contas do passado). In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

.

¹⁷⁸ SAES, 1989, p. 23. Particularmente, o momento de crise do setor externo gerado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi entendido como um período de expansão da atividade industrial devido à interdição das importações que atendiam ao mercado brasileiro.

¹⁷⁹ Cf. FONSECA, Pedro Cezar D. "O processo de substituição de importações". In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 248-282, p. 249. Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, tendo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional através de ações que promovam e reforcem as relações econômicas entre os países latino-americano e destes com as demais nações do mundo.

¹⁸⁰ FONSECA,2003, p. 249-251.

Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os países latino-americanos reagiram a tais conjunturas internacionais de modos diversos e em momentos diferentes, aproveitando os estímulos gerados (crise e desvalorização cambial) para internalizar a produção de alguns bens industriais até então importados. De modo geral, essas vertentes consideram que o processo desenrolou-se até a conclusão dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento, implantado pelo Governo Geisel, em meados de 1970. 182

Outros cepalinos analisaram o processo de substituição de importações como modelo, dentre os quais Maria da Conceição Tavares (1972). Segundo a economista, as medidas implantadas ao longo das sucessivas crises mundiais de 1914 a 1945 — interstício demarcado por dois conflitos bélicos mundiais — visaram à proteção da economia frente ao desequilíbrio externo, baseando-se no controle das importações, elevação da taxa de câmbio e financiamento de estoques. A industrialização derivou dos planos de desenvolvimento industrial do período por substituição de importações. Em resposta ao estrangulamento externo, iniciou-se a expansão da oferta doméstica de bens de consumo final devido ao baixo custo de sua produção e a maior reserva de mercado.

Segundo Tavares, a industrialização ocorre por meio de sucessivas "ondas" de substituição de bens, estimuladas por momentos de estrangulamento externo da economia. Nessa linha, a redução quantitativa global das importações é um resultado das restrições impostas externamente, verificando-se gradual elevação na demanda por bens intermediários e de capital conforme o processo avança. A economista salienta que se trata de um processo de desenvolvimento interno, orientado pelas restrições externas e caracterizado pela ampliação e diversificação da capacidade de produção industrial. ¹⁸³ Mais tarde, a própria autora propôs a revisão desse modelo, considerando o estrangulamento externo como um fator menos decisivo na indução das ondas de substituição de importações. ¹⁸⁴

Em geral, as interpretações revisionistas apontam que a teorias cepalinas são insuficientes para explicar o fenômeno porque compreendem que a industrialização decorre fundamentalmente de fatores externos, não relevando adequadamente a dinâmica endógena de acumulação. Dentre as principais críticas, encontram-se as

¹⁸¹ CANO, 2012, p. 123.

¹⁸² FONSECA, 2003, p. 248.

¹⁸³ TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. Segundo FONSECA (2014, p. 261), esse estudo de Maria da Conceição Tavares foi originalmente divulgado com o título *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, em 1963.

¹⁸⁴ Cf. SAES e NOZOE (2014, p. 127). Ver TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasi*l. Campinas: Unicamp/ IE, 1998.

formuladas por Carlos Peláez (1968), especialmente no tocante à "teoria dos choques adversos", atribuída por ele a Alexandre Kafka. Peláez também considera que as políticas relacionadas à defesa do café foram, na realidade, prejudiciais à industrialização brasileira, uma vez que distorceram artificialmente a lucratividade relativa. Sobre esse aspecto, o pesquisador argumenta que a política de defesa do café não estava baseada na expansão do crédito (como afirma Furtado), sendo muito mais alavancada por recursos provenientes de impostos sobre as vendas de café. Para ele, a recuperação da economia nos anos 1930 resultou de fatores externos diretos (balanço de pagamentos) e indiretos (efeitos sobre o déficit orçamentário devido à queda nas importações). De um lado desse debate, encontram-se aqueles que, seguindo os passos de Furtado e da corrente cepalina, entendem que a industrialização brasileira nasceu "da crise do setor exportador e graças a certo tipo de intervenção do Estado. De outro, os que entendem ser a expansão das exportações o elemento impulsionador da indústria (identificando-se, nessa medida, com a análise de Peláez)". 187

Em seu estudo sobre a política econômica e o comportamento da economia brasileira no período, Silber (1978) demonstra que a análise de Furtado não é totalmente equivocada, apesar de incompleta, relativizando a afirmação furtadiana de que o financiamento das compras de café ocorreu via crédito (do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional) e imputando como de difícil comprovação empírica o argumento quanto à transferência de recursos da agricultura de exportação para a indústria. Do mesmo modo, relativiza os argumentos de Peláez de que as compras foram financiadas basicamente pelo imposto de exportação e de que este fator, aliado à fixação de preços mínimos internos para o café, distorceram rentabilidades relativas em detrimento da industrialização. 189 Para Silber, este resultado é correto, mas a sua importância durante

¹⁸⁵ Segundo Peláez, a denominação "choques adversos" foi primeiramente utilizada por Alexandre Kafka em seu trabalho "Interpretação teórica do desenvolvimento latino-americano" (in: ELLIS, H.S. (ed.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964). Cf.: PELÁEZ, Carlos M. "A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira". *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 01, p. 15-47, mar. 1968; Cf. CANO, 2012, p. 124.

¹⁸⁶ PELÁEZ, Carlos M. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972, p. 50-213. Apud. BAER, 2009, p. 58.

¹⁸⁷ SAES, 1989, p. 22.

¹⁸⁸ SILBER, 1978, p. 203-204.

¹⁸⁹ Nesse sentido, ressalta as observações de Albert Fishlow (1972) de que o imposto não foi um simples arranjo interno dentro do setor cafeeiro, sendo de certa maneira gerado pelo comprador estrangeiro em função da demanda inelástica do café, resultante da posição dominante no país no mercado mundial. FISHLOW, Albert. "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio R.; BARROS, José Roberto M. de (Orgs.). *Formação econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 26-27. Apud. SILBER, 1978, p. 192.

os anos 1930 é pequena, apontando a demanda como o fator relevante para explicar o desenvolvimento industrial no período. E conclui que "a manutenção da demanda agregada (pelos fatores já apontados), a piora das relações de troca e a desvalorização real do valor externo de nossa moeda fazem com que a demanda interna por produtos industriais cresça rapidamente, fazendo com que o setor possa crescer 125% durante a década dos 30". 190

Por outro viés, Warren Dean (1971) enfoca o primeiro período republicano, argumentando que o aumento das exportações de café propiciou a criação de um mercado interno e as condições para os avanços iniciais da indústria no Brasil no século XIX. A economia cafeeira ampliou a circulação monetária, impulsionou a transição do trabalho escravo para o assalariado e a chegada de imigrantes, estimulando o mercado de trabalho, o consumo interno, a infraestrutura (transportes, energia elétrica, dentre outros) e a urbanização, fatores estes que desencadearam o primeiro surto industrial no país, com a crescente instalação de fábricas em São Paulo. Nessa linha, o empresariado industrial emergente nesse cenário teve sua acumulação gerada pelo café, por ser constituído por cafeicultores que investiram em fábricas e por imigrantes dedicados aos negócios de importação, cuja renda acumulada também derivava do setor cafeeiro. Para o autor, "durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa. (...) Durante os anos maus do comércio do café (...) a indústria local agonizou".

Longe de expor todas as possíveis interpretações, vale apenas pontuar que muitos daqueles que se dedicaram ao tema não necessariamente optaram de forma categórica por uma ou outra corrente. É o caso de Albert Fishlow, cujos estudos apresentaram conclusões que transitaram entre a "teoria dos choques adversos" e os pressupostos da industrialização pela expansão das exportações. Para ele, o crescimento inicial da indústria no final do século XIX foi induzido pelas exportações, sem refutar a tese de que o processo de substituição de importações foi influenciado positivamente pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia brasileira. 193

Pelo viés do que se convencionou denominar "capitalismo tardio", o crescimento industrial constitui parte do processo de desenvolvimento no Brasil,

¹⁹⁰ SILBER, 1978, p. 207.

¹⁹¹ DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971, p. 15 et seq. 192 Ibidem, p. 93-94.

¹⁹³ FISHLOW, Albert. "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil". *Estudos Econômicos*, 2(6), p. 07-75, dez. 1972, passim.

propondo uma espécie de terceira via interpretativa para o impasse entre a "teoria dos choques adversos" e a industrialização liderada pelas exportações. Destacam-se os trabalhos de João Manuel Cardoso de Mello (1975) e de Sérgio Silva (1976) que, argumentam:

para compreender a gênese da indústria é preciso buscar suas précondições no desenvolvimento capitalista da economia cafeeira. Imigração europeia, trabalho assalariado, formação de mercado de trabalho, constituição da burguesia cafeeira que é dominantemente mercantil, são elementos comuns às análises dos dois autores no esforço de caracterizar as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. 194

Outros estudos buscaram compreender o papel desempenhado pelo Estado no processo de industrialização brasileira, notadamente as ações de proteção tarifária e a concessão de subsídios que estimularam as atividades industriais no país. Para Furtado, a intervenção estatal praticada via defesa do café e demais medidas empregadas na década de 1930 foi um determinante. Esse fator também é considerado por Wilson Cano em seu estudo sobre a política econômica adotada na crise de 1929, no qual define a industrialização como resultado de um processo de acumulação de capital, por intermédio do qual a economia passa a contar com bases especificamente capitalistas de produção, isto é, produz os meios de reprodução da força de trabalho e também os meios necessários à reprodução de seu sistema produtivo. A respeito da "teoria dos choques adversos", o economista salienta que os desequilíbrios externos sucessivos ou longos não bastam para induzir o processo de industrialização, fazendo-se necessária uma série de condições políticas e econômicas que garantam a sustentação desse processo no seu princípio e também durante o seu desenvolvimento, enumerando:

- como ressaltou Furtado, a existência prévia de implantação industrial ("induzida pelas exportações"), que tenha, portanto, capacidade produtiva suficiente para atender tanto a demanda interna que, com a crise não pode mais ser abastecida por importações, como a fração decorrente da recuperação e expansão da renda e do emprego, como o que se minimizam os requisitos de investimentos líquidos;

-

¹⁹⁴ SAES, 1989, p. 30.

- a restrição de divisas, embora aguda, ainda deve bastar para pagar importações essenciais de insumos e equipamentos industriais ainda não produzidos no país;
- acima de tudo, é imprescindível uma *vontade política*, explicitada por um Estado nacional atuante e indutor do setor privado, que coloque em prática instrumentos e políticas econômicas relativas à crise e de industrialização. Mais ainda, um Estado que fará a produção industrial, no sentido de internalizar a produção de meios de produção;
- quanto mais profunda for a crise, menores restrições internas (dos setores liberais e reacionários à industrialização) surgirão, fortalecendo o apoio político necessário para esse processo;
- quanto mais profunda e longa for a crise externa, tanto melhor para essa primeira etapa do processo, dado que a soberania nacional poderá ser melhor exercida, haja vista que os *imperialismos* estarão muito ocupados com suas próprias economias, dando-nos maior grau de liberdade. ¹⁹⁵

Submetidos a constantes revisões desde então, os principais modelos interpretativos ganharam novos contornos e definições. O caso mais emblemático refere-se ao processo de substituição de importações, que passou a ser denominado como industrialização restringida por João Manuel Cardoso de Mello (1975) e outros autores. Conforme afirma Wilson Cano (1981),

restringida porque, de um lado, da mesma forma que na conceituação de "substituição de importações", a reprodução ampliada de seu capital produtivo depende ainda do setor exportador que gera as divisas necessárias às importações dos bens de produção. Restringida também, entretanto, porque, não possuindo expressivo compartimento produtor de bens de produção, "não marcha sobre seus próprios pés", isto é, não tem condições de autonomia para sua reprodução. Em que pese a possível controvérsia teórica entre os conceitos de "substituição de importações" e de industrialização restringida, cabe esclarecer, entretanto, o corte temporal que deve ser feito exatamente para o período 1930-1955. O período que se inicia em 1956 reflete mudança

-

¹⁹⁵ CANO, 2012, p. 124.

inequívoca no padrão de acumulação do capital quando se instalam no país, de forma mais significativa, setores da indústria pesada. 196

A despeito dos pressupostos teóricos, a historiografia tende a afirmar que a expansão do setor industrial marcou a economia brasileira a partir de 1930, especialmente após 1933. A crise da agroexportação criou condições para que a economia se voltasse ao mercado interno, propiciando a substituição de importações. Embora as origens industriais no país remontem ao final do século XIX e um considerável crescimento da indústria tenha se verificado durante a Primeira República (1889-1930), o setor industrial ganhou fôlego e certa diversificação em meados dos anos 1930, tornando-se responsável pela dinâmica econômica do país nas décadas seguintes. 197 Entre 1933 e 1939, o setor industrial cresceu 11, 2% por ano. 198

No caso paulista, a franca expansão da indústria iniciada em 1933 prolongou-se com poucas oscilações até a década de 1960, consolidando São Paulo como o principal centro industrial do Brasil. 199 A posição de destaque da indústria paulista era evidenciada desde o primeiro censo industrial, realizado em 1907, que apontara São Paulo como o segundo mais importante centro industrial do país, superado apenas pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O caráter ainda incipiente da indústria paulista, como ocorria com o setor no restante do país, revelava-se na dependência em relação ao exterior no tocante às matérias-primas e a máquinas e equipamentos em geral, os quais precisavam ser importados. No censo industrial de 1920, São Paulo já aparece como o mais importante centro industrial brasileiro, com 4.145 estabelecimentos industriais (dos quais 3.831 foram fundados no intervalo entre os dois censos) e gerando 35,2% do valor total adicionado pela indústria do país no período. 200

Os dados demonstram que, no início da década de 1920, grande parte da produção nacional de importantes gêneros industriais foi incrementada pelo valor gerado pela produção paulista. Também é possível observar que em alguns segmentos a concentração era significativamente mais elevada, sendo essa uma característica

¹⁹⁶ CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Tese (Livre Docência), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas,

FONSECA, Pedro Cezar D. "O processo de substituição de importações". In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 248-249. ¹⁹⁸ VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia

Brasileira, 1889-1945. Brasília: Ipea, 1973, p. 163. ¹⁹⁹ SAES; NOZOE, 2014, p. 129.

²⁰⁰ SUZIGAN, Wilson. "A industrialização de São Paulo: 1930-1945". Revista Brasileira de Economia, 25 (2), p. 89-11, abr.-jun. 1971, p. 92.

fundamental da concentração industrial em âmbito paulista. O surto de industrialização prosseguiu com gradual aumento da produção até 1923, quando foi estancado devido a fatores alheios ao processo, tais como a Revolução de 1924 e a crise da energia elétrica, a qual se estendeu até 1926. Em seguida, a concorrência estrangeira no mercado nacional de tecidos postergou a retomada do crescimento do setor industrial.²⁰¹

Os dados do período revelam que os números de fábricas e de operários no estado de São Paulo dobraram durante a década de 1930, sendo estes resultados triplicados até o final dos anos 1960. O acelerado ritmo da indústria nesse intervalo situou a economia brasileira entre aquelas que mais cresceram no mundo, sendo essa expansão verificada com maior intensidade na conjuntura paulista. Tal fato é patente devido ao aumento da proporção do valor da produção industrial brasileira correspondente a São Paulo: 37% (1928), 45,4% (1939), 48,0% (1949), 52,2% (1956) e 54,4% (1959). De acordo com Wilson Cano, o crescimento ocorreu de forma mais concentrada em relação às indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital (mecânica, materiais de transporte, elétrico e de comunicações, dentre outros)²⁰⁴, indicando que a preponderância industrial paulista foi marcada pela concentração dos segmentos comumente chamados de "indústria pesada". ²⁰⁵

Mas qual seria a trajetória da indústria sucroalcooleira frente ao panorama que foi apresentado? É o que pretendemos elucidar da melhor forma ao longo deste capítulo, com base na bibliografia e nas fontes documentais consultadas. Partimos do ponto em que, na crise mundial de 1929, a indústria paulista retraiu-se novamente, implicando na redução dos números de fábricas e operários, assim como em expressivas quedas na taxa de produção e no nível absoluto dos preços de produtos industrializados.²⁰⁶ Conforme aponta Wilson Suzigan, alguns segmentos industriais parecem não ter sentido os efeitos da "grande depressão", como o açucareiro, tendo inclusive

aumentado a produção no período 1928-32. Tal foi o caso das indústrias de produtos alimentares (devido principalmente ao rápido

²⁰¹ Ibidem, 1971, p. 93.

²⁰² SAES; NOZOE, 2014, p. 127-128.

²⁰⁶ SUZIGAN, 1971, p. 93-94.

-

NEGRI, BARJAS. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 45 et seq.

Assim como no artigo de Saes e Nozoe (2014), consideramos neste estudo a classificação dos ramos industriais proposta por Negri (1996), qual seja: ramos produtores de bens de consumo não duráveis (alimentos, bebidas, têxtil, calçados, perfumaria, sabões, entre outros); de bens intermediários (química, metalurgia, minerais não-metálicos, papel etc.); e bens de capital e de consumo duráveis (dentre os quais, mecânica, materiais elétricos e de transporte).

²⁰⁵ Cf. CANO, 1981.

aumento na produção estadual de açúcar, que coincidiu com a fase de recuperação nas exportações brasileiras daquele produto, após seu quase desaparecimento da pauta de exportação em 1924-1925).²⁰⁷

Como foi dito, entre meados do século XIX e os anos 1930, o café se manteve como o setor de ponta da emergente economia brasileira, contribuindo para a formação de um setor manufatureiro com crescente importância e também estabelecendo, dentro do país, uma nova divisão regional do trabalho. Entretanto, durante a década de 1920, o café começou a desinteressar os capitais em razão das sucessivas crises motivadas pelas valorizações artificiais, situação agravada pela derradeira depressão econômica desencadeada em 1929, acelerando o processo de formação do mercado interno e o deslocamento gradual do centro dinâmico da economia brasileira "de fora para dentro". Essas condições propiciaram o crescimento da agroindústria canavieira no país, impulsionando definitivamente a expansão sucroalcooleira em São Paulo. 209

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a produção de açúcar de cana se revigorou no mercado internacional porque os maiores produtores do açúcar de beterraba dedicavam-se ao conflito. A capacidade mundial de produção açucareira aumentou em grande escala, principalmente em Cuba e em Java. Sem condições técnicas e financeiras para acompanhar essa tendência de expansão, o Brasil passou a desviar o açúcar destinado ao mercado interno para a exportação, causando grave crise de abastecimento no país e a necessidade da intervenção estatal, em 1919, no sentido de disciplinar e limitar a exportação. Com a normalização da produção europeia de açúcar de beterraba, o mercado internacional vivenciou na década de 1920 uma forte crise de superprodução, decorrência direta da ampliação da capacidade produtiva implementada por países produtores do açúcar de cana no decorrer da guerra. 210

Nessa conjuntura, o Brasil perdeu o mercado norte-americano (abastecido quase que exclusivamente pelo açúcar cubano) e internamente passou a enfrentar graves problemas resultantes do desequilíbrio de oferta e procura entre as diversas regiões brasileiras. Sem os mercados estrangeiros, a produção açucareira nacional se restringiu cada vez mais ao mercado interno e manteve sua importância somente nas antigas

²⁰⁷ Ibidem, p. 96.

²⁰⁸ SZMRECSÁNYI, 1988, p. 44.

Cf. RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da aroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada à Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 1983.

²¹⁰ Cf. SAMPAIO, S. S.., 1976, p. 74.

monoculturas canavieiras, como o litoral do Nordeste e a área de Campos, no Rio de Janeiro. Voltado inteiramente para a produção do café, o estado de São Paulo à primeira vista não ameaçou concorrência, uma vez que sua produção canavieira era modesta e restrita aos vales dos rios Tietê e Piracicaba. Entretanto, no decênio 1920-1930, e especialmente a partir de 1924, as sucessivas crises cafeeiras passaram a canalizar uma considerável parcela dos investimentos paulistas para a produção do açúcar.²¹¹

De fato, os resultados da produção brasileira de açúcar no período e a tendência à superprodução refletem os primeiros sinais do crescimento paulista no setor. Entre 1900 e 1914, foram produzidas 230 milhões de toneladas do produto, volume este que o mercado interno ainda não era capaz de absorver. O excesso gerado anualmente variava de 45 a 60 mil toneladas, isto é, aproximadamente, 20 ou 30% da safra anual. No intervalo entre 1915 e 1924, o aumento foi superior a 16% ao ano e atingiu o montante de 980 mil toneladas nos anos de 1926 a 1930. Parte desse incremento deveu-se ao desenvolvimento da agroindústria canavieira na região Centro-Sul, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, fato que foi considerado por Szmrecsányi como uma das principais causas para a grande crise de superprodução de açúcar que irromperia no Brasil ao final dos anos 1920. Transcorrida apenas uma década, Gileno Dé Carli 14 já afirmaya:

Poderíamos admitir o ano de 1929 como o início de um novo ciclo açucareiro no Brasil. Emergia a lavoura canavieira de uma grave crise motivada pela disseminação do mosaico, umas das incógnitas para os fitopatologistas de todo o mundo. As canas importadas de Java, bem aclimatadas no Brasil, traziam a ressurreição das plantações, a melhoria dos rendimentos agrícolas e industriais. No Sul, essa renovação se processa bruscamente e, em menos de três anos, a percentagem de canas resistentes ao mosaico nos canaviais paulistas, fluminenses e mineiros é quasi integral. No Norte, por efeito de clima ou de solo, a moléstia estacionou ou não causou o estado de calamidade verificado nos canaviais das regiões meridionais. De

²¹¹ Idem, *Ibidem*, 1976, p. 75.

GNACCARINI, José César A. "A economia do açúcar. Processo de trabalho e processo de acumulação". In: FAUSTO, Boris (org.) *III. O Brasil Republicano – 1 Estrutura de Poder e Economia*. São Paulo: Difel, 1975, p. 336.

²¹³ SZMRECSÁNYI, 1988, p. 46.

²¹⁴ Gileno Dé Carli era agrônomo e começou a carreira política em Pernambuco. Na época analisada pela citação, ele era o chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura daquele estado (1931-1934). Futuramente, assumiria a chefia da Seção de Estudos Econômicos do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e depois a presidência da instituição, entre os anos de 1951 e 1954. Fonte: Câmara dos Deputados.

forma que havia a possibilidade de alcançar grandes volumes de produção quando as condições do meio fossem satisfatórias.²¹⁵

Em 1925, São Paulo e Rio de Janeiro produziram, respectivamente, 155.348 e 861.070 sacos de açúcar. No ano de eclosão da crise mundial, as produções paulista e fluminense atingiram respectivamente 1.113.417 e 2.102.019 sacas, representando crescimentos de 616% e 144%. O "surto açucareiro sulista" coincidiu com as maiores safras já obtidas em Pernambuco e Alagoas (4.603.127 e 1.450.986 sacos de açúcar de usina) e com a natural retração do consumo frente à deflagração da crise mundial, provocando extrema redução dos preços do produto. Em 1929, o preço do saco de açúcar de usina caiu de 76\$500 no mercado do Distrito Federal (Rio de Janeiro) para 72\$000, 63\$000, 51\$500, 41\$500, 36\$500, 33\$500 e 26\$500 em outubro daquele ano, significando uma depreciação de 65% no valor do produto.

O aumento da produção decorreu da expansão da capacidade produtiva das fábricas já existentes e também à crescente instalação de novas unidades produtoras, notadamente "em áreas que, até então, não haviam sido grandes produtoras de açúcar, mas, pelo contrário, importadoras do produto do Nordeste." Das 187 usinas existentes em 1910, Pernambuco contava com 46 e somente 10 estavam localizadas em São Paulo. Na safra de 1912-1913, a participação pernambucana na produção nacional foi de 38,1% e a paulista representou 10%. Porém, no decorrer de apenas uma década, o nível médio de produção das usinas em Pernambuco equivaleu a 28.200 sacas (de 60 kg), enquanto as unidades localizadas em São Paulo produziram 35.800 sacas, mais que o dobro da média brasileira para o período (17.100 sacas). 218

Esse cenário foi agravado pela progressiva perda da importância do açúcar brasileiro no comércio internacional, visto que as exportações apresentavam contínuo declínio e um comportamento oscilatório. As exportações que representaram uma média de 19,4% do total produzido entre 1914 e 1923 tiveram seu percentual reduzido a 4,0% de 1924 a 1929. Com efeito, o açúcar nordestino gradativamente substituiu os mercados estrangeiros pelo mercado interno. A princípio, essa mudança não prejudicou a

DÉ CARLI, Gileno. "História contemporânea do açúcar no Brasil". In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). *Anuário Açucareiro*, 1939, Rio de Janeiro: IAA, 1939, p. 229.

²¹⁷ SZMRECSÁNYI, 1988, p. 46.

²¹⁶ Ibidem, p. 236.

RAMOS, Pedro; PIACENTE, Fabricio José. "A evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1990 e o predomínio do sistema de moendas." In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010, p. 03.

produção nordestina em razão da severa competição prevalecente no comércio internacional à época. Apesar de serem menores e menos dinâmicos, os mercados internos do Centro-Sul tinham a vantagem de não sofrerem a ação dos competidores externos, sendo capazes de proporcionar maiores lucros para os produtores e/ou comerciantes brasileiros de açúcar.

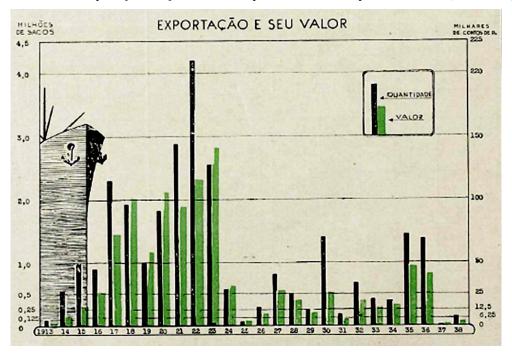


Gráfico 01 – Exportação de açúcar brasileiro para o exterior e respectivos valores (1913-1938).

Fonte: IAA - Anuário Açucareiro, 1939, p. 148.

Entretanto, o redirecionamento do açúcar nordestino ocorria em meio à expansão da demanda paulista do produto e às recorrentes crises de superprodução de café, fatores que tiveram "o efeito de atrair novos competidores internos para a indústria açucareira". Entre as safras de 1929-30 e 1934-35, a produção nordestina representou 63% do total nacional, cabendo às regiões produtoras de Centro-Sul os 37% restantes. Pernambuco remeteu aos mercados externos a média anual 16,2% e Alagoas a de 13,7%, reduzindo-se, contudo, a participação do Nordeste no abastecimento do mercado interno para 59%, enquanto que o Centro-Sul alcançava o patamar dos 40,8% no início da década de 1930. Nesse contexto, as regiões produtoras travaram uma verdadeira

²¹⁹ SZMRECSÁNYI, 1988, p.44.

²²⁰ DÉ CARLÍ, Gileno. *Aspectos de economia açucareira*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos Pongetti, 1942, p. 60-61.

disputa pelo abastecimento do consumo interno, incorrendo no início do deslocamento da supremacia açucareira no país.

Para Caio Prado Junior, o que a princípio manteve a sobrevida das tradicionais culturas canavieiras do Nordeste foi a expansão cafeeira no sul do país, particularmente em São Paulo. Voltado exclusivamente para o café, esta região brasileira inicialmente não representava séria concorrência em relação ao açúcar, como havia ameaçado na primeira metade do século XIX.²²¹ Além do mais, com o desenvolvimento de sua população e riqueza, esse mercado também se apresentava como "um consumidor apreciável", compensando apenas parte da perda dos mercados exteriores, sem, entretanto, contrabalançar o comércio perdido na exportação para o mercado externo. Prado Junior afirma que,

efetivamente, assistiremos aí ao tremendo esforço de adaptação de uma atividade produtora, organizada em função da exportação, ao mercado interno, cuja capacidade de absorção ela ultrapassa largamente. Tendo perdido seus mercados externos, a produção de açúcar fica restrita unicamente ao interno. E daí uma crise profunda e de graves consequências. A falta de plasticidade da estrutura econômica brasileira fará as regiões de monocultura açucareira insistirem numa atividade que já perdera boa parte do seu sentido, em vez de diversificarem sua economia e procurarem outras perspectivas. Condenam-se com isso a um nível econômico muito baixo e à estagnação.²²²

Paulatinamente, o Nordeste se desvinculava de uma divisão internacional do trabalho, na qual permanecera por trezentos anos, para ser inserido numa divisão nacional, onde não detinha as mesmas condições dos seus rivais. O redirecionamento do açúcar nordestino para o mercado interno representava a substituição de um mercado mais amplo e dinâmico (o internacional) por outro, bem mais restritivo. A situação agravou-se quando, em meio a crises sucessivas do café, São Paulo passou a se dedicar à produção açucareira. Como consumidor que era,

²²¹ Sobre o assunto, ver PETRONE, Maria Thereza Shorer. *A Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

 ²²² PRADO JÚNIOR, Caio. Histórica Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 243-244.
 ²²³ SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977, p. 313.

sua vantagem sobre outras regiões produtoras que tinham de exportar quase toda sua produção, era considerável. A produção paulista que no ano agrícola (junho a maio) de 1894-1895 era de 96 mil sacas de 60 kg apenas, subirá em 1930-1931 para mais de um milhão (...). Nessa progressão, São Paulo ameaçava atingir o limite do seu consumo (pouco mais de 6 milhões de sacas) e tornar-se autossuficiente. E seria a ruína final das velhas regiões produtoras, em particular do Norte. ²²⁴

Conforme mencionamos anteriormente, as sucessivas crises no setor cafeeiro impulsionaram a produção açucareira em São Paulo, atraindo os capitais que se formavam ou se desinvertiam no setor de exportação²²⁵ e grupos empresariais dedicados seriamente à produção sucroalcooleira (como a Refinadora Paulista S.A.). Os cafeicultores encontraram na economia canavieira a alternativa para driblar os prejuízos, sendo beneficiados por disponibilidade de capitais, abundante mão-de-obra e proximidade a maior parcela do mercado nacional²²⁶, crescente graças ao aumento demográfico em São Paulo (estes dois últimos fatores principalmente ampliados pela entrada de contingentes de imigrantes). Essa conjuntura favoreceu o redirecionamento progressivo dos investimentos no setor cafeeiro

para outras atividades, como o cultivo da cana e a fabricação do açúcar. Essa transferência de terras, capitais, trabalhadores e talentos empresariais das fazendas cafeeiras e das empresas exportadoras de café para plantações de cana e usinas de açúcar começou a ocorrer lentamente no Estado de São Paulo no início do século XX, vindo a acelerar-se consideravelmente nas décadas de 1920 e 1930. Em parte por razões equivalentes, tendências similares podiam ser observadas, mais ou menos ao mesmo tempo, em outros Estados do Centro-Sul, tais como Rio de Janeiro e Minas Gerais. Todos esses movimentos iriam adquirir uma importância decisiva mais adiante, quando, durante e após a Segunda Guerra Mundial, aquela região iria ultrapassar definitivamente o Nordeste como a principal área produtora de açúcar no Brasil.²²⁷

_

²²⁷ SZMRECSÁNYI, 1988, p.45.

²²⁴ PRADO JÚNIOR, 2012, p. 245.

²²⁵ FURTADO, 2007, p. 198.

²²⁶ QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*. Tese (Doutorado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 1972, p. 60-61; SZMRECSÁNYI, 1979, p. 169.

A concorrência entre o Nordeste e o Centro-sul abalou definitivamente o funcionamento do livre mercado, sustentado até então pela complementaridade entre as regiões. No momento em que "a competição passou a ser frontal, os agentes não se entenderam mais quanto a interesses comuns como a estocagem, financiamento e controle da produção". Até então, cada estado apresentava um produto de exportação, que era utilizado como a sua principal moeda de troca, constituindo assim uma divisão de trabalho interna. Face à crise insurgente, a manutenção do *status quo* passou a ser fundamental para os dirigentes, sendo a importância desse comércio interestadual a principal base de argumentação dos idealizadores da política açucareira. Nas palavras de Szmrecsányi,

os dias da multissecular indústria açucareira do Nordeste pareciam estar contados. Alguma coisa tinha que ser feita a fim de se evitar a sua bancarrota pelo menos parcial; e isto efetivamente ocorreu, graças à revolução política de 1930, a qual derrubou do poder o regime oligárquico da Primeira República, dominado pelos interesses agrários, comerciais e financeiros relacionados à economia exportadora de café. Os novos governantes postos no poder pela mencionada revolução adotaram prontamente uma série de programas intervencionais, cuja principal intenção era de pelo menos garantir a sobrevivência da indústria açucareira nordestina.²²⁹

A conjuntura da economia açucareira e o cenário político do país resultaram na criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933. Conforme abordaremos a seguir, a equalização das demandas regionais perpassaria uma série de questões relacionadas ao verdadeiro "mosaico produtivo" que se formou no início do século XX, repleto de dualismos: engenhos e usinas; açúcar bruto e açúcar refinado; açúcar e álcool-motor; usineiros, refinadores e comerciantes; usineiros e colonos e, posteriormente, usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, dentre outros, provocando embates e justaposições ao longo do período estudado pelo presente trabalho.

-

²²⁹ SZMRECSÁNYI, 1988, p. 42-68.

²²⁸ VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. *Agroindústria canavieira:* estratégias competitivas e modernização. Campinas: Átomo, 2003, p. 73.

2.2. Sob os auspícios do Estado: o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA)

No jogo ou no mecanismo das tensões, isto é, das oposições inter grupais que tem por objetivo uma discordância existente no julgamento do Estado, entre as forças reais e as necessidades, de uma parte, e a situação jurídica existente, de outra, prevaleceram àquelas forças e necessidades que obrigaram o Estado, em 1931 e 1933, a encarar novamente o problema do açúcar nas suas perspectivas históricas e reexaminá-lo no seu estatuto jurídico que aparecia então como ultrapassado pela evolução das estruturas e pela transformação dos engenhos nas usinas. Impunha uma completa revisão na legislação anterior, com o fim de regular as relações entre lavradores e usineiros, e entre os produtores e os consumidores, no país. (...) Era como se vê, por uma política francamente intervencionista que enveredara o Estado, em 1933, para atender aos interesses de produtores, intermediários e consumidores, e sob a pressão de crises sucessivas, nacionais e mundiais, de superprodução do açúcar, com suas conseqüências de retraimento e mesmo colapso dos mercados, internos e estrangeiros. 230

As relações entre o Estado e a economia do açúcar permeiam a história brasileira desde o início. Porém, as interferências do poder público no setor sucroalcooleiro não ocorreram "ex-abrupto, foram vacilantes, sendo em certos momentos protecionistas, liberais em outros, para chegarem, no início dos anos [19]30, a ser abertamente intervencionistas". O intervencionismo apenas não predominou no intervalo entre o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930), mas foi permanente no período colonial e bastante decisivo a partir deste último período. 232

Vale salientar que a Coroa portuguesa foi sócia na fundação de engenhos na época colonial, incentivando a produção e impondo limitações e taxações aos lucros dessa atividade. Após a Independência (1822), prevaleceram políticas de cunho liberal, segundo as quais a fabricação e comercialização do açúcar ficaram a cargo de iniciativas privadas que, no entanto, contaram com incentivos intermitentes do Governo Imperial, culminando no programa de Engenhos Centrais. Conforme mencionamos, nos primeiros anos republicanos preponderaram as manobras de grupos comerciais que se utilizaram da máquina estatal para estimular guerras de preços e disputas por tarifas e subsídios, fomentando a anarquia na produção e os lucros mercantis extraordinários. A

²³⁰ AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 204-206.

²³¹ QUEDA, 1972, p. 05.

²³² Cf. QUEDA, 1972; GNACCARINI, 1972; SZMRECSÁNYI, 1979; RAMOS, 1983; MEIRA, 2007. ²³³ QUEDA, 1972, passim.

economia açucareira nos primórdios republicanos esteve à mercê de qualquer interesse hegemônico devido à ausência de planos de desenvolvimento e tentativas de coordenação das partes estanques e independentes, resultando no "indisfarçável predomínio de interesses puramente especulativos e aventureiros do grande capital mercantil que precisamente se cevava nos momentos de maior anarquia da produção social".²³⁴

Durante a fase republicana inicial, algumas tentativas de regulação da economia canavieira repercutiram numa sequência de insucessos. Em 1911, na ocasião da IV Conferência Açucareira realizada no Rio de Janeiro, os produtores sugeriram a fixação de um preço de defesa de \$ 300 (trezentos réis) por quilo de açúcar cristal branco vendido nos mercados internos, configurando uma espécie de socialização dos prejuízos. Ensaiou-se outra medida com a criação da Caixa Reguladora do Açúcar, em 1922, cujas atribuições visaram propagandear o produto no exterior e incrementar a manufatura e a exportação de chocolates, doces e confeitos no país, porém não surtiu os efeitos almejados.²³⁵

Pouco depois, em 1926, os produtores pernambucanos fundaram o Instituto de Defesa do Açúcar, sociedade cooperativa apoiada pelo governo pernambucano, ao qual coube a regulação da oferta do produto com o objetivo de evitar a baixa dos preços. No ano seguinte, nova iniciativa intentada por produtores de Campos (no Rio de Janeiro), buscou propósitos semelhantes. Em 1928, o Instituto de Defesa de Pernambuco também realizou uma conferência interestadual, cujos debates resultaram no *Plano Geral de Defesa do Açúcar, da Aguardente e do Álcool,* com o qual se pretendia disciplinar as atividades da agroindústria canavieira no país em moldes cooperativistas. A crise econômica superveniente impediu que a ideia fosse colocada em prática, porém esta influenciaria no equacionamento da política intervencionista adotada após 1930.²³⁶

A conjuntura econômica e política do final dos anos 1920 alterou definitivamente os rumos do setor açucareiro no país, sendo este completamente redefinido a partir da denominada Revolução de 1930. Em linhas gerais, este episódio da história brasileira foi desencadeado quando a oligarquia paulista rompeu a aliança com os mineiros na chamada "política do café-com-leite", indicando Júlio Prestes (então governador de São Paulo) como candidato à Presidência da República. Como

²³⁴ GNACCARINI, 1975, p. 330.

-

²³⁵ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 165-167.

²³⁶ Ibidem, p. 167.

reação, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou o candidato da "Aliança Liberal", o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas. Nas eleições de 1º de março de 1930, Júlio Prestes foi eleito, mas não tomou posse em razão de um movimento conduzido por lideranças de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, iniciado em 03 de outubro daquele ano. O então Presidente Washington Luís foi deposto e Vargas assumiu a presidência do país. 237

Boris Fausto demonstra que a relativa perda de influência da elite agrária no período também decorreu da reinserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Diante da ausência de um grupo hegemônico e da incipiente atuação do empresariado industrial, os conflitos de interesses acabaram acomodados na proposta do "Estado de Compromisso" do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). ²³⁸ O novo olhar do poder estatal sobre a classe operária (condição para o populismo) e a perda do comando político do grupo social dominante deram maior fôlego ao desenvolvimento industrial, no marco do compromisso como sustentáculo de um Estado que ganhou autonomia em relação ao conjunto da sociedade.²³⁹

A defesa do café e demais políticas econômicas implantadas durante a fase varguista denominada Governo Provisório (1930-1934) visaram à superação da crise mundial de 1929. Adotou-se uma política cambial aparentemente liberal – mas, restritiva na prática – com o objetivo de sustentar a taxa de câmbio e, assim, evitar a redução da receita gerada no setor cafeeiro. 240 No interregno democrático de 1934-1937 (Governo Constitucional)²⁴¹, a importância das exportações de café diminuiu devido à queda dos preços do produto e à expansão das exportações de algodão. Já durante a fase identificada como Estado Novo (1937-1945), as políticas referentes à absorção do "choque externo" provocado pela recessão norte-americana determinaram a reversão das medidas anteriores relacionadas ao café, ao câmbio e à dívida externa.

Com efeito, a defesa do café, o desenvolvimento da indústria substitutiva de importações, a apropriação das fontes de riqueza pelo Estado e a valorização da cultura

²³⁷ Cf. FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930:* historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras,

²³⁸ O governo de Getúlio Vargas não esteve vinculado a grupo específico, desempenhando o papel de intermediador dos antagonismos que afetassem os interesses da nação, situação comumente denominada como "Estado de Compromisso". Por ganhar a simpatia das camadas populares, a construção ideológica do "Estado de Compromisso" também foi sustentado pelo populismo.

²³⁹ Cf. FAUSTO, 1997.

²⁴⁰ ABREU, Marcelo de P. "Crise, crescimento e modernização autoritária". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). A ordem do progresso: dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 79-80.

²⁴¹ Em julho de 1934, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

brasileira no movimento Modernista imprimiram a ideia de um projeto nacional no Brasil durante o governo Vargas. Ao assumir as rédeas do processo socioeconômico no país a partir de 1930, o Estado passou por uma profunda reestruturação, mediante aparelhamento administrativo, planos e programas de ordenamento econômico, criação de infraestrutura, constituição de empresas públicas e uma série de medidas e providências que atingiram diversos setores públicos. Como organismo político-administrativo, com predomínio do poder executivo, o Estado então criou uma tecnicoestrutura básica do aparelho estatal, estabelecendo novas relações com o sistema econômico, os interesses internacionais e os grupos políticos e sociais. Dentre os órgãos públicos e códigos implementados no período, cabe destacar a própria criação do IAA:

Tabela 07 – Departamentos públicos e legislação instituídos entre 1930-1945

1930	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;					
1931	Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia, início da regulamentação dos sindicatos;					
1932	Ministério da Educação e Saúde Pública, Juntas de Conciliação e Julgamento;					
1933	Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), Departamento Nacional do Café;					
1934	Instituto Nacional de Estatística, Instituto Biológico Animal, Conselho federal de Comércio Exterior, Código de Minas, Código de Águas;					
1937	Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças;					
1938	Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Conselho Nacional do Petróleo, Instituto Nacional do Norte, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);					
1940	Instituto Nacional do Sal;					
1941	Instituto Nacional do Pinho, Companhia Siderúrgica Nacional (que implantou a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, em 1943), Fábrica Nacional de Motores;					
1942	Companhia Vale do Rio Doce, Coordenação de Mobilização Econômica;					
1943	Fundação Brasil Central, Companhia Nacional de Álcalis;					
1944	Conselho Nacional de Política Comercial e Industrial, Serviço de Expansão do Trigo;					
1945	Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Comissão do Vale do São Francisco, Companhia Hidrelétrica do São Francisco;					

Fonte: MACHADO, 1980, p. 191 et seq.;

Em meio às mudanças que se processavam no país, a economia açucareira enfrentava os mencionados problemas de superprodução, agravados pelas condições climáticas excepcionalmente propícias no Nordeste e pela crescente produção na região Centro-Sul. Tais fatores culminaram na safra de 1929-1930, considerada a maior do Brasil até aquele momento²⁴³, constituindo o estopim da política intervencionista do Estado, conforme justificou Gileno Dé Carli:

²⁴² MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980, p. 190-191.

MATTOS, Anibal R. Açucar e álcool no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 23.

Em 1929-1930, a produção brasileira foi de 10.804.034 sacos de açúcar de usina, que representava um aumento de 2.803.627 sacos ou 35% sobre a safra anterior, aliás volumosa e, positivamente, bem superior à capacidade de absorção dos mercados consumidores. Além disso, coincidindo essa época com o período inicial de desorganização de todos os mercados, com a ginástica dos preços de todas as utilidades, com o amontoamento dos preço stocks de todos os produtos agrícolas e industriais, com o rebaixamento dos salários e concomitante retração dos consumidores, ficamos com um grande stock de açucar, produzido a altos preços e com a matéria-prima alta, e valendo preços ínfimos. (...) Ante o clamor dos produtores, completamente perdidos sem uma intervenção do governo, o Estado interveiu para que se transformasse o problema do açucar num problema nacional, se saneassem os mercados dos remanescentes das safras anteriores, acumulados, e para que se traçassem normas de regulamentação da produção, afim de diminuir, dentro das possibilidades econômicas, a capacidade de produção das fábricas de açucar.244

Conforme afirmamos, o mercado interno de açúcar também era marcado por embates entre produtores (engenhos x usinas) e equilíbrio entre produção e venda dos vários produtos de origem canavieira, especialmente entre os açúcares não-centrifugados e os centrifugados. Os primeiros são os fabricados por engenhos ou manufaturas rudimentares, recebendo no mercado nacional o nome de açúcar turbinado, de forma, mascavo, batido e rapadura, sendo tipos de açúcar bruto (com 65 a 85% de sacarose e cor escura, variando entre caramelo e pardo). Os açúcares centrifugados são de origem usineira, apresentando 99% de sacarose ou mais, com forma de cristais e coloração branca, e destinados ao consumo direto. As usinas também produzem açúcar cristal de cor escura, mais impuro (com cerca de 95% de sacarose), comercializado no mercado internacional como açúcar bruto (*raw-sugar*) ou açúcar-pardo (*brown sugar*), sendo refinado ou destinado ao consumo direto em alguns países. No Brasil, esse açúcar

²⁴⁴ DÉ CARLÍ, Gileno. *Aspectos de economia açucareira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942, p. 155-156.

é produzido para exportação com o nome de demerara.²⁴⁵ Os açúcares inferiores produzidos pelas usinas também são denominados como somenos e de terceiro jato.

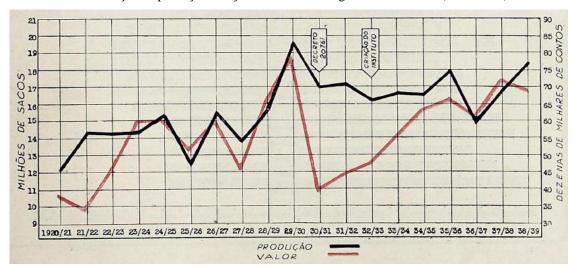


Gráfico 02 – Correlação da produção de açúcar de usinas e engenhos e seu valor (1920-1939)

Fonte: IAA - Anuário Açucareiro, 1939, p. 95.

Tabela 08 – Produção de açúcar discriminada por categoria de fábricas (1925-1939)

Safras	Produ	ção em sacos do	% sobre o total		
Sairas	Usinas	Engenhos	Total	Usinas	Engenhos
1925-26	5.282.071	7.207.291	12.480.362	42,3	57,7
1926-27	6.378.360	9.214.120	15.592.480	40,9	59,1
1927-28	6.992.551	6.876.882	13.869.433	50,4	49,6
1928-29	8.000.407	7.699582	15.699.989	50,9	49,1
1929-30	10.804.034	8.797.288	19.601.272	55,1	44,9
1930-31	8.256.153	8.789.992	16.996.145	48,6	51,4
1931-32	9.156.948	7.968.331	17.125.279	53,4	46,6
1932-33	8.745.779	7.524.218	16.269.997	53,7	46,3
1933-34	9.049.590	7.552.510	16.602.100	54,5	45,5
1934-35	11.136.010	5.418.693	16.554.703	67,3	32,7
1935-36	11.841.087	6.059.112	17.900.199	66,2	33,8
1936-37	9.550.214	5.446.440	14.998.654	63,7	36,3
1937-38	10.907.204	5.835.508	16.742.712	65,1	34,9
1938-39	12.702.719	5.637.009	18.339.728	69,3	30,7

Fonte: IAA - Anuário Açucareiro, 1939, p. 96.

É possível afirmar que o funcionamento do IAA relacionava-se ao ideário varguista segundo o qual o desenvolvimento econômico estava vinculado à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional, atribuindo-se esse papel ao Estado. Nesse sentido, a intervenção estatal objetivava a reconstrução da nação "fragmentada", por meio de uma política integradora dirigida por um governo central, forte e dotado de

²⁴⁵ SOUSA, Julio S. I. de. (coord.); PEIXOTO, Aristeu M.; TOLEDO, Francisco F. de. *Enciclopédia agrícola brasileira*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 49.

recursos, justificando-se assim o autoritarismo. De acordo com palavras do próprio Vargas, o "Estado, segundo a ordem nova, é a nação e deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos para manter contato com o povo e consultar suas aspirações e necessidades". A reorientação da economia para o mercado interno e o fomento da industrialização requeria ampla ação estatal na economia:

É fato verificado a transformação que vem se operando na economia do país no sentido de maior diversificação da produção, tanto agrícola como industrial, e do aumento da capacidade de absorção dos mercados internos. A administração não pode permanecer alheia a tão significativo e fecundo movimento, denunciador da vitalidade das nossas energias de povo jovem e capaz, emparedando-se nos velhos processos fiscais e de controle financeiro. Precisa acompanhar, adaptar-se aos novos aspectos das atividades produtoras, concorrer e não entravar a sua expansão.²⁴⁷

A questão do desenvolvimento ganhou espaço nos discursos varguistas ao mesmo tempo em que o seu governo acentuou a inclinação nacionalista. Isso é mais evidente no Estado Novo com a promulgação da Constituição 1937, que estabeleceu a nacionalização progressiva das jazidas de minérios, bancos e companhias de seguros, e indústrias consideradas essenciais à defesa econômica e militar do país. A unidade nacional somente ocorreria com a resolução da dicotomia existente entre os "dois Brasis", um político e outro econômico, urgindo a consolidação do mercado interno:

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar suas fronteiras econômicas e integrar em um sistema coerente em que a circulação de riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes que aniquilem as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são resultados da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha sua unidade assegurada, acrescentando-se sua capacidade de absorção,

²⁴⁶ VARGAS, 1938-1947, v. 05, p. 123. Apud. CORSI, Francisco Luiz. "O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira". In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 219-252, p. 234.

²⁴⁷ VARGAS, 1938-1947, v. 05, p. 169-170. Apud. CORSI, 2012, p. 234.

estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país.²⁴⁸

Essas preocupações relacionavam-se diretamente com as disparidades da economia canavieira no país, especialmente em relação às questões enfrentadas entre o Nordeste e a produção paulista, como apontamos no primeiro tópico deste capítulo. Conforme conclui Francisco Corsi, a radicalização da postura nacionalista e a implementação de uma política externa mais independente durante o Estado Novo (1937-1945) - associadas à percepção da urgência de medidas estatais que visassem a unificação do mercado interno e o desenvolvimento calcado na indústria - evidenciam que o governo varguista vislumbrou a possibilidade de um caminho nacional para o desenvolvimento brasileiro. Citando Octavio Ianni (*Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970*), Corsi ressalta que não se tratava de um projeto acabado, constituindo muito mais uma clara expressão do projeto nacional, uma estratégia política norteadora das ações governamentais alicerçada no desenvolvimento do país através da industrialização.²⁴⁹

Durante o Estado Novo (1937-1945), o IAA ganhou força em razão do próprio recrudescimento do poder público e da intervenção estatal em diversos setores da economia. ²⁵⁰ Nesse contexto, a questão do açúcar tornou-se um "problema nacional" e a ideia do dirigismo estatal firmou-se na ideologia dominante, ganhando intensidade e outra dimensão. ²⁵¹ O primeiro plano foi o de controlar, regularizar e limitar a produção de açúcar bruto, considerado uma ameaça a toda política que procurasse dirimir a crise de superprodução. Como discutiremos mais adiante, o Instituto assumiu a montagem e a operação de refinarias, as quais executavam o beneficiamento final do açúcar bruto destinado ao mercado interno. ²⁵² Em suma, pode-se dizer que "a política de defesa do açúcar e de outros produtos – como seria o caso do café – adotada entre os anos de 1930 e 1945, estruturou-se de forma a superar a crise econômica que abrangeu em sua totalidade todos os ramos econômicos do país". ²⁵³

²⁴⁸ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1947, v. 05, p. 165. Apud. CORSI, 2012, p. 233-243.

²⁴⁹ CORSI, 2012, p. 235.

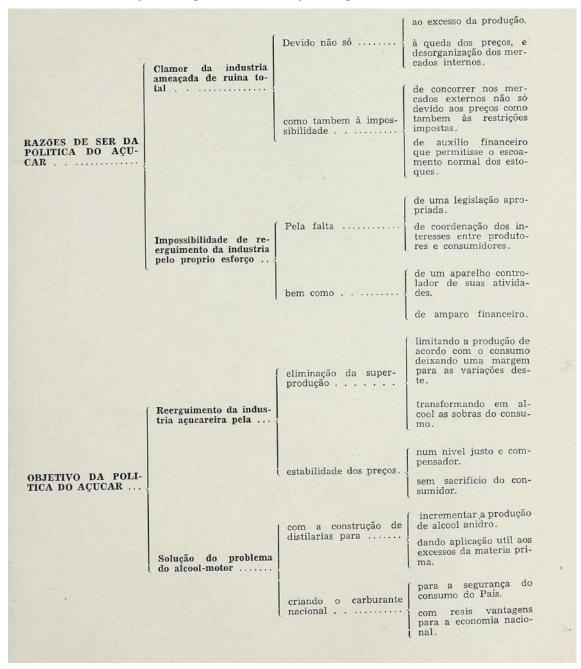
²⁵⁰ GNACCARINI,1972, p. 60.

²⁵¹ Ibidem, p. 71-74.

²⁵² MEIRA., 2007, p. 203.

²⁵³ Ibidem, p. 188.

Tabela 09 - Razões e objetivos da política oficial do açúcar no primeiro decênio (1931-1941).



Fonte: Anuário Açucareiro, 1941, 1942, p. 36.

A historiografia indica como primeira medida assumidamente intervencionista o Decreto n. 20.401, promulgado em 1931, o qual dispôs sobre uma série de ações em defesa da indústria e do comércio de açúcar. O trecho introdutório da norma revela a complexidade de interesses e os tipos de entraves vivenciados pelo setor:

Atendendo, de um lado, a necessidade de conciliar do melhor modo possível os vários interesses dos produtores de assucar, dos

plantadores de cana, dos comerciantes dêsses gêneros e dos seus consumidores e, do outro, á impossibilidade de lhes satisfazer pronta e completamente todos os desejos e solicitações;

Considerando a conveniência de uma solução intermédia, com o estabelecimento de medidas suscetíveis de crear obrigações não só com referência aos preços, mas também alcançando outros objetivos; Considerando que a situação mundial presente obriga os governos, cada vez mais, a modificar as causas da desorganização econômica, pela aplicação de uma economia logicamente organizada, o que obriga o Estado, em proveito dos interesses gerais, a seguir uma política de intervenção defensora do equilíbrio de todos os interesses em jogo; Considerando, finalmente, a urgente necessidade de desafogar o mercado de assucar, comprimido especialmente por interesses antagônicos e desorganizadores (...). 254

Os primeiros artigos do decreto regulamentaram os estoques obrigatórios e as cotas de exportação, apelidadas de "quotas de sacrifício" pelos usineiros. Nas entrelinhas da redação, apreende-se o objetivo de atenuar a derrocada dos preços e dirimir a predisposição à superprodução:

Art. 1º Os produtores de assucar dos Estados brasileiros ficam obrigados a depositar em armazéns indicados pelos respectivos Governos 10 % da quantidade de assucar que sair das suas usinas para o mercado consumidor. Servirão estes assucares para regularizar os preços de venda do produto, do modo a garantir uma razoável remuneração do produtor, evitando ao mesmo tempo altas excessivas prejudiciais aos consumidores.

Art. 2º Sempre que o preço do assucar atingir no mercado da Capital Federal a cotação do 45\$000 por saca, com qualquer tendência para maior elevação, será imediatamente lançada nos mercados a parte dos assucares retidos que fôr julgada necessária.

Art. 3º Quando o preço do mercado na Capital Federal fôr inferior a 39\$000, com qualquer tendência a maior baixa, deverá ser exportada

²⁵⁴ BRASIL. Decreto n. 20.401, de 15 de setembro de 1931. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 set. 1931. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Coleção de Obras Raras / Leis da República < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 20 out. 2014; E publicado em: VELLOSO, Lycurgo. *Legislação Açucareira e Alcooleira I (1931- 1952)*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool/ Emp. Editora Carioca Ltda., 1955, p. 33-34.

para o estrangeiro, dos assucares depositados, a quantidade que fôr julgada necessária para desafogar o mercado.

Art. 4º Para atender a necessidades prementes do momento, fica determinada, desde já, a exportação para o estrangeiro, pelos seus atuais possuidores, de 200.000 sacas dos assucares chamados frios. Enquanto esta quota de exportação não tiver sido satisfeita, esses assucares não poderão ser dados ao consumo no território nacional.²⁵⁵

No mesmo ano de 1931, a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA) foi instituída pelo Decreto n. 20.761. Composta por representantes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do banco ou consórcio do qual tratava o decreto (Banco do Brasil) e de cada estado produtor de açúcar, o órgão tinha por objetivo a sistematização dos percentuais sobre os estoques a fim de regular os preços no mercado interno.²⁵⁶ Este, aliás, foi o maior problema que a intervenção estatal enfrentou²⁵⁷, pairando o temor de que equívocos no equacionamento dos estoques acarretassem graves problemas socioeconômicos no país. Também instituiu a chamada "taxa de defesa", segundo a qual:

> Todo o açúcar produzido pelas usinas do país fica sujeito ao pagamento de uma taxa de três mil réis por saca de sessenta quilos, cujo produto será destinado à execução de medidas de financiamento, para amparo e defesa, da produção açucareira, por intermédio do banco ou consórcio bancário.²⁵⁸

Segundo Gnaccarini, a ideologia predominante na primeira fase de intervenção estatal na economia (1931 e 1933) foi uma versão livre-cambista, pela qual o Estado pretendeu apenas garantir que as forças de mercado, bloqueadas no momento, pudessem agir livremente. Como a crise havia desarticulado o mercado e imposto obstáculos à livre circulação, fazia-se necessária a extirpação desses entraves. Foi com base nesse raciocínio que se implementaram os "estoques reguladores", pelos quais o organismo regulador (Banco do Brasil) suprimia a queda no consumo, comprando açúcar,

²⁵⁶ BRASIL. Decreto n. 20.761, 07 de dezembro de 1931. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1931. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Coleção de Obras Raras / Leis da República < http://bd.camara.leg.br/bd/>.; E publicado em: VELLOSO, L. Op. cit., 1955, p. 36-41.

²⁵⁵ BRASIL. Decreto n. 20.401, de 15 de setembro de 1931.; Ibidem, 1955, p. 34.

DÉ CARLI, Gileno. História contemporânea do acúcar no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto do Acúcar e do Álcool, 1940, p. 14-15.

²⁵⁸ BRASIL. Decreto n. 20.761, 07 de dezembro de 1931. E publicado em: VELLOSO, L. Op. cit., 1955, p. 36-41.

financiando a sua retenção pelos usineiros e, eventualmente, exportando a preços gravosos. Caso tais medidas elevassem demais os preços, o órgão regulador fazia a vez da oferta, lançando seus estoques novamente no mercado interno.²⁵⁹

As medidas colocadas em prática não funcionaram por inúmeras razões. Em primeiro lugar, os gravames da exportação a preços de *dumping*²⁶⁰ recaiam totalmente sobre os usineiros, deprimindo suas rendas e a de seus subordinados. Além disso, a acumulação de estoques nos meses iniciais da safra impedia que a especulação comercial e a grande oscilação de preços fossem eliminadas. Em terceiro lugar, a determinação de que intervenção do Banco ocorresse *a posteriori* fazia com que o controle das condições de mercado permanecesse na mão dos especuladores e não do órgão controlador. Por fim, esses mecanismos acabavam por beneficiar os usineiros de São Paulo, uma vez que contavam com a situação de "mercado à porta" e com a aplicação do controle no início da safra paulista, quando deveria ser o inverso. ²⁶¹ Essas ponderações explicariam a inocuidade da atuação da CDPA quanto à crise de superprodução, repercutindo em efeitos reversos ao causar a estabilização dos preços e a oposição dos produtores à política de defesa.

Em paralelo aos mecanismos da taxa de defesa e dos estoques reguladores, o Estado paulatinamente incentivou a produção e o consumo de álcool. As políticas para o setor encontravam sua legitimação no ideário defendido desde a Primeira República de que o incremento da indústria alcooleira era o principal meio para debelar a crise de superprodução de açúcar e diminuir os gastos com a importação de gasolina. ²⁶² Uma medida inicial foi determinada em 1931, pelo Decreto n. 19.717:

Art. 1º A partir de 1 de julho do corrente ano, o pagamento dos direitos de importação de gasolina somente poderá ser efetuado, depois de feita a prova de haver o importador adquirido, para adicionar à mesma, álcool de

24

²⁵⁹ GNACCARINI, 1972, p 56.

^{260 &}quot;Dumping, de uma forma geral, é a comercialização de produtos a preços abaixo do custo de produção. Por que alguém faria isso? Basicamente para eliminar a concorrência e conquistar uma fatia maior de mercado. A definição oficial desse termo, que ao pé da letra significa liquidação, está no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt, das iniciais em inglês), documento que regula as relações comerciais internacionais. A rigor, o dumping diz respeito às vendas ao exterior, mas ele também pode acontecer no mercado interno. Os dumpings ocorrem, normalmente, em duas situações. A primeira é quando determinado setor recebe subsídios governamentais e, por isso, consegue exportar seus produtos abaixo do custo de produção. (...). A segunda situação é quando alguma empresa decide, como estratégia, arcar com o prejuízo das vendas a preços baixos para prejudicar, ou até mesmo eliminar, algum concorrente". WOLFFENBÜTTEL, Andréa. "O que é? – Dumping". In: Desafios do Desenvolvimento [online], ano 3, edição 18, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em: 08 jun. 2015.

²⁶¹ GNACCARINI,1972, p. 56.

²⁶² MEIRA, 2007, p. 249.

procedência nacional, na proporção mínima de 5% sobre a quantidade de gasolina que pretender despachar, calculada em álcool a 100%. Até 1 de julho do 1932, tolerar-se-á a aquisição de álcool de grau não inferior a 96 Gay Lusac a 15° C., tornando-se obrigatória, dessa data em diante, a aquisição de álcool absoluto (anhydro).²⁶³

O mencionado decreto tornou obrigatória a aquisição de quantidade de álcool relativa a 5% da gasolina importada, visando diminuir as importações de combustível e impulsionar a fabricação de álcool no Brasil. Também impôs que os carros pertencentes ou a serviço dos entes públicos (União, Estados e Municípios) deveriam ser abastecidos com álcool ou, na falta deste, com carburante que contivesse, pelo menos, álcool na proporção de 10%. Ainda estabeleceu a isenção de taxas e impostos de importação (até 31 de março de 1932) sobre os equipamentos necessários à montagem de usinas para o fabrico e redistilação do álcool anidro, bem como ao aperfeiçoamento ou adaptação das destilarias existentes no país. Outra medida implementada foi a de que "os automóveis de carga ou de passageiros com motores de compressão 1 para 6 gozariam de abatimento de 20% sobre os direitos de importação". 264

A diferença entre os dois tipos de álcoois diz respeito à quantidade de água presente em cada um deles: com a denominação de origem grega que significa "sem água", o álcool anidro apresenta, no mínimo, 99,6% de graduação alcoólica (sendo também chamado de etanol puro ou etanol absoluto), enquanto que o álcool hidratado tem maior quantidade de água em sua composição. Ambos passam pelo mesmo processo de fabricação, até a etapa de fermentação. Desta resulta diretamente o hidratado, enquanto que álcool anidro ainda depende da destilação fracionada para ser produzido, na qual a água evapora após separada do álcool. O etanol anidro é bastante utilizado para fins carburantes, especialmente na mistura com a gasolina automotiva, e também na fabricação de tintas, vernizes, solventes, bebidas destiladas, entre outros produtos. Já o etanol hidratado é usado como combustível e está presente em cosméticos, produtos de limpeza, antissépticos, vinho, cerveja e outros líquidos. 265

²⁶³ BRASIL. Decreto n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 de mar. 1931. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Coleção de Obras Raras / Leis da República < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

-

²⁶⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "O Instituto do Açúcar e do Álcool e a indústria do álcool-motor no primeiro governo Vargas (1930-1945)". In: *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 01, p. 135-168, 2012, p. 139.

²⁶⁵ Cf. Associação Nova Cana. Disponível em: https://www.novacana.com/etanol/anidro-hidratado-diferencas/. Acesso em: 16 mai. 2016.

No Brasil, as primeiras experiências com álcool remontam aos anos 1920, quando se procurou estabilizar a produção açucareira frente às quedas nas exportações do produto. Surgiram naquela época inúmeras fórmulas, dentre as quais a USGA (Usina Serra Grande de Alagoas) e Azulina, ambas compostas por etanol e éter, além de Motogás, Nacionalina, Rosada e Motorina Lacerda. O desenvolvimento da indústria álcool-motora na década seguinte produziu uma mistura carburante, resultante da composição de álcool anidro e/ou hidratado com gasolina, sendo concebida como um instrumento de controle da superprodução açucareira e também como forma de diminuição da importação de derivados de petróleo e de redução dos gastos com combustíveis. 267

A sistematização das políticas alcooleiras remonta à criação da Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (CEAM), em 1931, mesmo ano da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar. Composta por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio, a instituição não contava, porém, com a representação dos produtores.²⁶⁸ A resolução que instituiu a CEAM também fixou um prêmio em dinheiro para a primeira unidade de produção que fosse instalada no país, com uma capacidade mínima de 15 mil litros diários, e dentro do prazo estipulado pelo Decreto n. 19.717, mas nenhuma destilaria de álcool anidro foi montada.²⁶⁹

Assim como essas normativas, uma série de instrumentos legais buscaram estabelecer diretrizes quanto à produção do álcool anidro. O maior obstáculo no período era a definição de preços que satisfizessem produtores e importadores de gasolina. Com o Decreto n. 21.613, o preço de venda do carburante para veículos oficiais e automóveis particulares foi fixado em 80% do preço dos postos de venda a varejo. Pouco depois, esse dispositivo legal foi alterado (Decreto n. 22.008), consignando "o preço de venda ao álcool-motor nos postos mantidos pela Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, tanto para carros oficiais, como para carros particulares, tendo em vista o preço nas vendas a varejo e a diferença entre o consumo desse produto e o carburante nacional nos motores de explosão". ²⁷⁰

²⁶⁶ Cf. CARVALHO, Leidiane; BUENO, Regiane; CARVALHO, Marina; FAVORETO, Ana; GODOY, Ana. "Cana-de-açúcar e álcool combustível: histórico, sustentabilidade e segurança energética." Enciclopédia Biosfera, Goiânia, v.9, n.16, p. 530-543, 2013, p. 534 et seq.

²⁶⁷ GUIMARÃES, 2012, p. 135.

²⁶⁸ MEIRA, 2007, p. 249.

²⁶⁹ GUIMARÃES, 2012, p. 140.

²⁷⁰ DÉ CARLI, Gileno. "O problema do combustível no Brasil". *Brasil Açucareiro*, v. 06, n. 04, p. 48-62, jun. de 1939, p. 27.

Assim como no caso do açúcar, os primeiros decretos e legislações não surtiram efeitos até a criação IAA, em 1933. Na exposição dos motivos para a criação da autarquia, a referida carta revela a conjuntura da indústria sucroalcooleira à época:

Foi meu objetivo fundir a antiga Commissão de Estudos sobre o Alcool-Motor, instituída por Portaria de 4 de agosto de 1932, do ministro da agricultura, com a Commissão de Defesa da Produção do Assucar, criada pelo Decreto n.º 20.761, de 7 de dezembro de 1931. Até então cada uma dellas, trabalhando com orientações diversas, não dispunha de meios indispensáveis a solução completa do problema que lhe incumbia, em virtude da intima dependência em que se acham a questão do assucar e do álcool. Isoladamente, nem uma nem outra pode ser convenientemente abordada e resolvida. O problema fundamental, que é o de assegurar o equilíbrio interno entre as safras e annuaes de cana e o consumo de assucar só admite solução racional mediante applicação obrigatória de uma parte de matéria prima ao fabrico do álcool. Deste modo, o álcool se torna a válvula de segurança das culturas e das uzinas, baixando automaticamente o seu preço de custo com acréscimo de sua produção. Evitam-se, além disso, os inconvenientes da redução forçada das áreas de cultura; da acquisição do excesso de assucar produzido, para exportação a preços de "dumping"; da redução de mão de obra nas uzinas e dos prejuízos e riscos causados pela especulação sobre os stocks de assucar (...). Foram ouvidas as sugestões dos representantes da indústria asucareira em todos os Estados productores para a elaboração do projecto que submeto a sua consideração. Nem todas, certamente, puderam ser atendidas, pelo interesse de ordem puramente local que visavam, em conflito, muitas vezes, com interesses contrários, de outras regiões.271

Como se acreditava na ação do Estado para resolução do problema açucareiro, em 1933 foi promulgado o Decreto n. 22.789, criando o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Até então exercida em caráter provisório por órgãos de emergência, a intervenção governamental passou então a ser definitiva e atribuída a um órgão permanente. Organizado como uma autarquia, o instituto recebeu a função de dirigir, fomentar e controlar a produção de açúcar e de álcool em todo o país, concentrando as finalidades das instituições que o precederam e outras que lhe foram acrescidas ao longo

²⁷¹ Economia e Agricultura, 1933:11. Apud. GUIMARÃES, 2012, p. 144-145.

²⁷² PINA, Hélio. A Agroindústria Açucareira e sua Legislação. Rio de Janeiro: APEC, 1972, p. 25.

do tempo, até sua extinção na década de 1990. A implantação do IAA é considerada o marco inicial do "processo de planejamento na agroindústria canavieira do Brasil". ²⁷³ Na ocasião, Leonardo Truda, principal responsável pela política canavieira à época, afirmou que a criação do instituto representava

a ultima etapa de um plano progressiva e racionalmente desenvolvido. Ele completará uma obra que se não podia ter levado a cabo se não por partes, para não entrar em choque com a realidade e as possibilidades que a esta não podem deixar de condicionar-se. Uma [a CDPA] representava, não apenas recurso de emergência, mas solução preparatória; o outro [o IAA] aspira a trazer a solução definitiva. O que era possível fazer em defesa da produção, dentro das normas e disposições reguladoras da existência da Comissão, não só se mantém plenamente nas atribuições do Instituto, como encontra nelas mais sólidos esteios e ampla aplicação em favor dos produtores. E complementando a obra, a solução do álcool-motor, pelo aproveitamento dos excessos da safra, converterá em benefício inestimável para a economia nacional o que era, até aqui, sacrifício do produtor. 274

A autarquia era administrada por uma Comissão Executiva, inicialmente composta por representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e de cada Estado cuja produção de açúcar de usina fosse superior a 200.000 sacos de 60 quilos. Os membros da Comissão elegiam entre si o Presidente e o Vice-presidente do IAA, ambos com mandatos de três anos, renováveis. Por muitos anos, a escolha do Presidente recaiu no representante do Banco do Brasil. A direção do instituto também cabia a um Conselho Consultivo, com finalidade de estabelecer a comunicação entre a Comissão Executiva e os vários interesses representados no Colegiado, mediante apresentação de quaisquer sugestões que interessassem à indústria do açúcar e do álcool, por meio de, pelo menos, uma reunião anual.

Conforme demonstra o organograma a seguir, três seções eram diretamente subordinadas à presidência do IAA: Contadoria (Serviços de Contabilidade; Fiscalização; e Estatística), Secretaria (Serviços de Expediente; Correspondência e Expedição; e Arquivo e Almoxarifado) e Seção Técnica (Serviços de Fiscalização técnica do açúcar e das misturas carburantes; Pesquisas sobre açúcar, álcool e

²⁷³ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 177.

²⁷⁴ TRUDA, Francisco Leonardo. *A Defesa da Produção Açucareira*. Rio de Janeiro: IAA, 1941, p. 238-239

subprodutos deste; e Estudos para aperfeiçoamento e racionalização da produção). Também estavam vinculadas sete Delegacias Regionais, situadas nas capitais dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Estas tinham as funções de: a) comprar açúcar e álcool conforme determinação da sede; b) cuidar dos respectivos seguros, armazenagens, transportes etc.; c) enviar à sede um extrato semanal de suas despesas; e d) registrar e transmitir imediatamente à sede as relações semanais de arrecadação da taxa de defesa pelas agências do Banco do Brasil.²⁷⁵

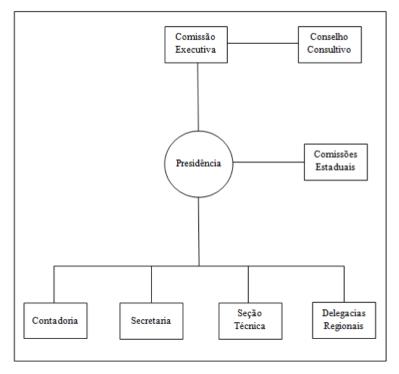


Imagem 12 - Esquema da estrutura inicial do IAA (1933)Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 187.

As principais incumbências do IAA foram definidas no artigo 4º do decreto de sua instituição

- a) Assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de assucar, mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, á determinar, ao fabrico do álcool;
- b) Fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de distilarias centrais nos pontos mais aconselháveis ou auxiliando, nas condições previstas neste decreto e no regulamento a ser expedido, as cooperativas e sindicatos de uzineiros que, para tal

²⁷⁵ SZMRECSÁNYI., 1979, p. 188-189.

- fim se organizarem, ou os uzineiros individualmente, a instalar distilarias ou melhorar suas instalações atuais;
- c) Estimular a fabricação de álcool anidro durante todo o ano, mediante a utilização de quaisquer outras matérias primas, (além da cana), de acôrdo com as condições econômicas de cada região.²⁷⁶

Embora tenha sido oficialmente criado por decreto, as atribuições do Instituto somente tornaram-se exequíveis com a sua regulamentação, publicada em seguida.²⁷⁷:

- a) Organizar e manter um serviço estatístico relativo á produção, ao consumo e aos preços correntes do assucar e do alcool nacionais, apresentando trimestralmente relatorio sobre o assunto, (...);
- b) Determinar (...) o limite de produção de cada usina, tendo em vista as necessidades dos mercados nacionais e sua capacidade de consumo;
- c) Sugerir aos Governos da União e dos Estados as medidas necessárias ao melhoramento dos processos de produção do assucar e promover por todos os meios ao seu alcance tais melhoramentos:
- d) Retirar dos mercados nacionais (...) a quantidade de assucar necessário ao restabelecimento do equilíbrio entre a produção e consumo, e restituir esse assucar, no todo ou em parte, aos mesmos mercados, quando assim for conveniente;
- e) Transformar em álcool o açúcar adquirido, quando para isso se dispusesse do necessário aparelhamento, exportá-lo para o exterior, ou dar-lhe qualquer outro destino, se parecesse inconveniente a sua restituição aos mercados nacionais;
- f) Financiar, sempre que dispuzer de recursos bastantes, com as necessárias garantias, sem discriminações pessoais ou regionais, de modo a atender aos interesses dos produtores e aos da coletividade.²⁷⁸

²⁷⁶ BRASIL. Decreto n. 22.789, 01 de junho de 1933. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 06 jun. 1933. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Coleção de Obras Raras / Leis da República < http://bd.camara.leg.br/bd/>,; E publicado em: VELLOSO, L.,1955, p. 85-97.
²⁷⁷ SZMRECSÁNYI., 1979, p. 182.

²⁷⁸ BRASIL. Decreto n. 22.981, 25 de julho de 1933. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1933 e rep. 04 ago. 1933. Disponível em: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Coleção de Obras Raras / Leis da República < http://bd.camara.leg.br/bd/>.; E publicado em: VELLOSO, 1955, p. 97-187.

A Comissão Executiva adequou sua composição conforme as mudanças na dinâmica do setor sucroalcooleiro. Por meio de leis e decretos, incorporaram-se representantes dos produtores de açúcar de engenho (1934), de plantadores de cana para fabrico de açúcar de usina e dos estados com produção até 200.000 sacos de 60 quilos de açúcar de usina (1937). O Decreto-Lei n. 634 determinou, em 1938, o restabelecimento da composição original da Comissão, incluindo-se representante dos banguêzeiros e de fornecedores de cana (1939). Por fim, em 1941, a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei n. 3.855) estabeleceu uma forma eletiva completamente diversa do original.²⁷⁹ É bastante interessante notar que o segundo artigo do decreto de criação do instituto determinou que os comerciantes, comissários e distribuidores de açúcar não poderiam integrar a autarquia como representantes dos estados, nem das delegações ou das representações regionais, sendo permitido escolher para tais cargos apenas produtores de açúcar.²⁸⁰

Segundo os idealizadores da política açucareira da época, a situação exigia a definitiva intervenção estatal. Para Szmrecsányi, foi a Resolução de 20, de 1934 que, na pratica, definiu o verdadeiro início do planejamento governamental na agroindústria canavieira do país. ²⁸¹ Com este dispositivo, estabeleceram-se

o critério e a norma de importantes assuntos, consequentes da organização da economia açucareira: 1) a limitação das safras, de acordo com a média qüinquenal de produção e com a capacidade dos maquinismos; 2) os casos de exceção; 3) o rateio dos excessos dentro dos limites de produção dos Estados; e 4) a produção extra-limite.²⁸²

O instrumento adotado pelo IAA para o controle da produção açucareira foi o estabelecimento de cotas, incialmente fixadas com base na capacidade produtiva e nas previsões de crescimento do mercado. Estimado a partir de um excesso de produção em torno de 600 mil sacos, o cálculo do contingenciamento da safra de 1934-35 foi realizado com base nas safras de 1929-30 a 1933-34. Os dados levantados pelo Serviço de Estatística, complementados pelos produtores, possibilitaram a fixação dos limites para os estados que possuíam usinas, mediante resoluções específicas para cada um

<u>-</u>

²⁷⁹ VELLOSO, 1955, p. 86. As implicações do Estatuto da Lavoura Canavieira serão abordadas no Capítulo 3 deste trabalho.

²⁸⁰ BRASIL. Decreto n. 22.789, de 1º de junho de 1933. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 06 jun de 1933. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Coleção de Obras Raras / Leis da República. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

²⁸¹ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 193.

²⁸² DÉ CARLI, 1940, p. 72.

deles. Conforme observamos na tabela a seguir, o limite de 62,8% do total da produção foi atribuído às regiões Norte e Nordeste, enquanto que o restante coube aos estados do Centro-Sul, constituindo este o retrato da produção brasileira à época.²⁸³

Tabela 10 - Primeiros limites de produção do açúcar de usina - 1934/35

Estados produtores	Limites de p	orodução	Data de resolução do
Estados produtores	Sacos	%	IAA
Pará, Maranhão, Ceará e	54.443	0,4	24/09/1935
Rio Grande do Norte	225.012	1.0	24/00/1025
Paraíba	225.912	1,9	24/09/1935
Pernambuco	4.450.193	37,6	11/03/1936
Alagoas	1.301.928	11,0	23/12/1935
Sergipe	721.519	6,1	01/10/1935
Bahia	685.101	5,8	16/09/1935
Minas Gerais	339.599	2,9	09/07/1935
Rio de Janeiro	2.000.137	16,9	11/07/1935
São Paulo	2.067.863	17,4	11/07/1935
Total	11.846.695	100,0	

Fonte: DÉ CARLI, 1940, p. 72.

Vale ressaltar que Pernambuco detinha uma cota individual maior do que a soma dos limites de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, mas este último já se tornava o segundo produtor de açúcar de usina no país. Também é importante salientar que os 11,8 milhões de sacos de açúcar superavam as necessidades do consumo interno. Os estados, a limitação não resolveria *per se* o problema de superprodução nacional. Os limites consideravam somente as usinas, não incluindo fábricas menores (engenhos e banguês), "cuja produção chegava a alcançar mais de 40% do açúcar então consumido no país. Em vários Estados (Minas Gerais, Bahia, Ceará etc.) esses pequenos estabelecimentos constituíam, inclusive, a parcela dominante da produção açucareira na época". 286

O sistema de cotas adotado não era uma exclusividade das políticas do IAA, sendo muito mais uma derivação no âmbito nacional do que ocorria no cenário mundial naquele período. Após nova tentativa frustrada do Acordo de Chadbourne – firmado em 1931 com o objetivo de equilibrar a produção e o consumo mundiais de açúcar – os estudos e negociações iniciadas na Conferência Monetária e Econômica Mundial de 1933 originaram, em 1937, o Conselho Internacional do Açúcar e o Acordo

²⁸⁶ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 194.

²⁸³ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 193-194.

²⁸⁴ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 193.

²⁸⁵ DÉ CARLI, 1940, p. 72.

Internacional do Açúcar. Este visou incentivar a expansão do consumo e introduzir uma política de contingenciamento da produção pela definição de cotas de exportação com base na média das exportações do quinquênio imediatamente anterior ao acordo, que poderiam ser complementadas conforme as possibilidades de absorção dos países importadores.²⁸⁷

O sistema de contingenciamento foi inspirado nas ideias do economista norteamericano O. W. Willcox, autor da obra Can industry govern itself? An account of ten direct economies, de 1936. Traduzida e publicada pelo IAA, em 1941, com o título A economia dirigida na indústria açucareira, tratava-se de uma consagrada defesa do dirigismo na economia canavieira²⁸⁸, argumentando que

> o contingenciamento entra para congelar o status quo, para deter a indústria à beira da auto-destruição. Com isso o publico apropria-se de um instrumento com o qual é plenamente satisfeita a sua necessidade de um gênero essencial a um preço justo, sobre o qual não deve e não tem controle, preço que servirá a fins nacionais, conservando a indústria viva e permitindo todos os seus trabalhadores viverem com razoável conforto. (...) Para perpetuar essa desejável condição é indispensavelmente necessário por um lado garantir a cada produtor qualificado uma parte preemptiva no negocio existente e, por outro proibir-lhe de usurpar as partes preemptuvas dos que, com ele, palmilham a mesma longa estrada.²⁸⁹ [sic]

Para sustentar sua argumentação, Willcox forneceu um panorama da economia acucareira mundial e das questões particulares dos países que praticavam o dirigismo. Sobre o Brasil, afirmou que:

> a lei criadora do Instituto do Açucar e do Alcool conferiu-lhe o poder e o dever de fazer cumprir a limitação da produção, de manter o preço fixo e de promover a fabricação e o uso do alcool industrial. (...) De um modo geral, essa economia dirigida do açucar no Brasil tem funcionado tão suavemente quanto era de esperar. Os primeiros passos produziram algumas perturbações devidas à novidade da coisa e a idéias errôneas, que foram corrigidas pela experiência acumulada. 290

²⁹⁰ Ibidem, p. 119-121.

²⁸⁷ RAMOS, 2007, p. 564.

²⁸⁸ Ibidem, p. 564.

²⁸⁹ WILLCOX, O. W. A economia dirigida na indústria açucareira. Rio de Janeiro: IAA, 1941, p. 20.

Szmrecsányi afirma que a atribuição de limitar a produção de cada usina era indubitavelmente a função mais importante do IAA do ponto de vista do planejamento. As cotas deveriam ser fixadas anualmente e obedecidas no nível de cada unidade de produção, mais especificamente nas usinas, conforme determinado no artigo 59 do instrumento legal que criou a autarquia. Como não podia ser diferente, tal preceito enfrentou resistência por parte dos produtores e precisou ser formalmente reafirmado em 1939 (Decreto-lei n. 1130).

O maior problema do dimensionamento era definir critérios para a limitação de cada unidade produtora do país. Inicialmente, determinou-se que o teto para a produção de usinas, engenhos, banguês, meio aparelhos ou quaisquer outras instalações destinadas ao fabrico de açúcar seria fixado de acordo com a capacidade dos maquinismos e o tamanho das lavouras²⁹¹, prevendo-se alterações conforme os ditames do mercado. Porém, os limites não se mostraram compatíveis com a realidade, impondo uma revisão, determinando que as cotas seriam estipuladas anualmente pelo Instituto,

a partir dos limites de produção equivalentes à média da produção anual do último quinqüenio, tendo em vista os estoques de açúcar existentes no País e as estimativas das safras de cana a iniciar-se. A percentagem dos eventuais aumentos ou reduções de quotas deveriam ser iguais para todas as usinas situadas em determinado Estado (artigo 59 do Regulamento). O eventual decréscimo da produção efetiva de algumas usinas poderia ser compensado por outras do mesmo Estado, mediante requerimento dos interessados, mas sempre dentro do limite geral de produção estabelecido para o Estado em questão (artigo 60). Toda a produção de açúcar que ultrapasse as quotas autorizadas pelo IAA estava sujeita a confisco, sem qualquer indenização para o seu proprietário.²⁹²

A atuação do IAA foi irreversivelmente afetada pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) sobre a economia do açúcar no país, acelerando as tensões regionais. A interrupção do comércio de cabotagem pela guerra submarina dificultou o abastecimento de açúcar no Centro-Sul, na época ainda efetuado em grande parte pelos produtores do Nordeste. A situação obrigou o instituto a permitir a instalação de pequenas unidades produtoras no território paulista, mediante condição de serem fechadas posteriormente e/ou mantidas como tais após a normalização do tráfego

²⁹² SZMRECSÁNYI, 1979, p. 182.

²⁹¹ BRASIL. Decreto n. 22.789, 01 de junho de 1933, p. 193.; VELLOSO, 1955, p. 85-97.

marítimo. Contudo, por pressão dos produtores de São Paulo, a autarquia abriu mão do planejamento do controle de oferta, dando origem a um número bastante significativo de pequenas usinas entre 1946 e 1951. Em outras palavras, formaram-se e adentraram a produção paulista novos grupos empresariais a partir de famílias proprietárias de terras, tanto nas tradicionais regiões açucareiras, quanto em novos redutos que também passaram a ter seus canaviais. De acordo com Szmrecsányi,

> a consequência principal e mais duradoura desse processo foi a transferência do eixo da agroindústria canavieira do Brasil, da Região Nordeste para o Centro-Sul. Essa transferência, que só seria completada no início da década de 1950, já se tornou visível antes do término das hostilidades. ²⁹³

Da mesma forma, a situação do açúcar paulista foi favorecida na época pelas mudanças que se processaram em âmbito político. Findo o primeiro governo varguista com as eleições de 02 de dezembro de 1945, iniciou-se um período democrático no qual se sucederam os presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) – seguido de seu vice-presidente João Café Filho e dos governos interinos de Carlos Luz e Nereu de Oliveira Ramos (1954-1956) -, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Trataram-se de governos especialmente marcados por uma política monetarista que, "preocupada exclusivamente com a capacidade de pagamento de uma economia mergulhada em regime clássico de dependência, evidenciava, mais uma vez, sua incompatibilidade com as aspirações nacionais de desenvolvimento e bem-estar social". ²⁹⁴ As pressões do capital financeiro internacional e da sociedade contribuiriam para a ruptura do instável equilíbrio político e social, concretizada no golpe de 1964.

A Constituição outorgada em 1946 optou pelo viés liberal-democrático²⁹⁵, afastando-se da Carta de 1937. Essa inclinação é evidenciada na deliberada intenção de diminuir a intervenção do Estado na economia e, por conseguinte, na ausência de

²⁹³ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 204-205.

²⁹⁴ MACHADO, 1980, p. 237.

²⁹⁵ As perspectivas no início do governo Dutra foram determinadas fundamentalmente pela ideia "de um mundo organizado de acordo com os princípios liberais de Breton Woods. É um equívoco imaginar, contudo, que a reorganização da economia mundial no imediato pós-guerra tenha resultado de uma implementação automática das decisões da conferência de Bretton Woods, em 1944." VIANNA, Sérgio Besserman. "Política econômica externa e industrialização, 1946-1951." In: ABREU, Marcelo de P. (org.). A ordem do progresso: dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 114.

²⁹⁶ FAUSTO, 2012, p. 341.

ações diretas do Governo Dutra no desenvolvimento industrial no país. Idealizado em 1948, o Plano Salte (acrônimo de saúde, alimentação, transporte e energia) é considerado como a única iniciativa de intervenção estatal planejada no período em relação ao desenvolvimento econômico, sendo uma tentativa de coordenar os gastos e os investimentos nas áreas definidas pelo plano. Aprovado pelo Congresso apenas em 1950, a implantação das ações previstas ocorreu de forma fragmentada e esbarrou na inexistência de formas de financiamento definidas, sendo abandonado no ano seguinte.²⁹⁷

A denominada redemocratização da economia, implantada na gestão Dutra, representou alterações no foco do "desenvolvimento equilibrado", significando perigo para o IAA.²⁹⁸ Sobre o assunto, José Gnaccarini afirma que o Plano Salte coadunava com o livre-cambismo dos círculos empresariais de São Paulo, propondo a liquidação sumária do instituto.²⁹⁹ Afinal, a autarquia era encarada como um produto do governo varguista³⁰⁰ e sua extinção já fora cogitada no ano anterior, durante as discussões do projeto de lei para a criação de um Banco Rural, que extinguiria o instituto, destinando a importância apurada na liquidação ao financiamento da lavoura canavieira e das usinas por intermédio de uma Carteira Especial.³⁰¹ Szmrecsányi enfatiza que as tentativas de extinção do IAA somente não se consumaram devido à resistência encontrada no Congresso Nacional recém-empossado, notadamente dos parlamentares do Nordeste e do Rio de Janeiro. 302

Até então, a intervenção do Estado na economia canavieira visou "equilibrar" o mercado no nível nacional, mas a promulgação do Decreto-Lei n. 9.827, em 1946, alterou os rumos dessa política ao revisar as cotas de produção de açúcar de usina atribuídas a cada estado ou território, pautando-se: a) pelas exigências de consumo; b) pelos índices de expansão da produção de açúcar de cada unidade federal; c) pelos déficits verificados entre a produção e o consumo dos estados importadores. O 2º artigo do decreto previa que as sobras resultantes do reajustamento deveriam se destinar à concessão de cotas para engenhos turbinadores se transformarem em usinas e à fundação de novas fábricas. Assim, estavam dadas as condições legais para a larga

³⁰² SZMRECSÁNYI, 1979, p. 213.

²⁹⁷ VIANNA, 2014, p. 114.

²⁹⁸ RAMOS, 1983, p. 16.

²⁹⁹ GNACCARINI, 1972, p. 175.
³⁰⁰ OLIVEIRA, H.P. de. "Os presidentes do IAA (I)". *Brasil Açucareiro*, v. 72, n. 05, p. 36-42, nov. 168,

p.40. Apud. SZMRECSÁNYI, 1979, p. 213.

O anteprojeto do Banco Rural e o IAA". *Brasil Açucareiro*, v. 30, n. 04, p. 64-70, out. 1947, p.64.

expansão do número de fábricas de açúcar no estado de São Paulo que ocorre no pósguerra. ³⁰³

As políticas implementadas nesse período contribuíram positivamente para o desenvolvimento da indústria paulista de açúcar e álcool, criando as condições para um "processo irreversível de transferência de hegemonia no subsetor". 304 Em 1944, a região Nordeste perdeu 13 usinas, enquanto nos estados do sul houve o acréscimo de 42 fábricas, das quais 30 eram ex-engenhos turbinadores. Beneficiado com o disposto nos artigos do Decreto n. 9827 e pelo aumento dos limites de produção concedido pela Resolução 125/46, o estado de São Paulo terminou os anos 1940 com o dobro do número de usinas que possuía ao término da guerra, em 1945. Essa grande expansão no intervalo de cinco anos se dá fundamentalmente pela transformação dos engenhos turbinadores criados durante o conflito em usinas. 306

No esteio dessas mudanças e de outras que se consolidariam na década de 1950, estiveram os incentivos à produção alcooleira no país. O primeiro deles decorreu da promulgação do Decreto n. 22.981, em 1933, estabelecendo-se:

Art. 2º Ficam isentos de impostos ou taxas de qualquer natureza, federais, estaduais ou municipais:

- a) todo o alcool anhidro produzido no país;
- b) toda a aguardente e alcool destinados ao fabrico de alcool anidro;
- c) todo o alcool destinado aos fabricantes do alcool motor, para fabricação dos carburantes cujas formulas tenham sido aprovadas pelo Instituto do Assucar e do Alcool ou pela extinta Estação Experimental de Combustiveis e Minerios;
- d) os carburantes mencionados na alinea anterior;
- e) todo o alcool destinado ás companhias importadoras de gazolina, para que possam satisfazer ás exigencias do decreto n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931 e bem assim o que fôr destinado ás bombas do Instituto do Assucar e do Alcool.³⁰⁷

³⁰³ RAMOS, 1983, p. 17.

³⁰⁴ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 215.

³⁰⁵ INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). "Depoimento do Presidente Gileno Dé Carli na Comissão de Inquérito da Câmara dos deputados." Rio de Janeiro, 1955, p. 51-56. Apud. GNACCARINI, 1972, p. 173.

³⁰⁶ RAMOS, 1983, p. 17.

³⁰⁷ BRASIL. Decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933. In: CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO. *Legislação Nacional sobre Álcool.* Brasília: CNP, 1978, p. 133.

Foi decretada a instalação de três grandes destilarias centrais para a fabricação de álcool anidro junto aos principais centros de distribuição de gasolina importada. Para duas dessas destilarias, a escala de produção prevista era de 60 mil litros por dia cada uma, enquanto que a terceira deveria produzir 20 mil litros. Inicialmente, como matériaprima, essas fábricas deveriam utilizar o melaço que as usinas em seu entorno produziam e não aproveitavam, assim como os próprios excedentes da produção açucareira. Tanto a instalação quanto a operação das destilarias centrais deviam contar com a participação financeira e administrativa dos usineiros. Para isso, o IAA se dispôs

> a emprestar a sindicatos e cooperativas de produtores nada menos 50% do capital necessário. Mas, se por um motivo qualquer, essa participação da iniciativa privada não se materializasse, a instalação e a operação das destilarias centrais seriam promovidas pelo próprio Instituto. Isto sem prejuízo ao apoio financeiro prestado pelo IAA à implantação, ampliação e modernização de destilarias anexas às usinas, as quais também iriam contribuir para o aumento da produção de álcool anidro, especialmente em Pernambuco e em São Paulo.³⁰⁸

Em 1933, a destilaria central localizada em Campos, no Rio de Janeiro, iniciou a fabricação de álcool anidro. Dois anos depois, foram contabilizadas 14 unidades e, em 1942, registraram-se 42 destilarias centrais no país, com uma capacidade diária de 700 mil litros.³⁰⁹ Essa expansão deveu-se fundamentalmente aos incentivos financeiros e administrativos do IAA e, em parte, aos próprios investimentos da autarquia no setor alcooleiro. Dentre os principais subsídios às destilarias particulares – anexas a usinas -, destacam-se o aumento para 20% na proporção de álcool anidro a ser adicionado na gasolina importada e, a partir de 1942, a destinação da maior parte da matéria-prima para a produção direta de álcool (realizada com o caldo de cana e com o melaço residual da fabricação do açúcar).310

O considerável incremento da indústria alcooleira a partir do final da década de 1930 decorreu da própria ampliação da intervenção estatal na economia durante o Estado Novo. De acordo com Carlos Guimarães, a ideia do dirigismo econômico -

³⁰⁸ SZMRECSÁNYI., 1979, p. 191-192.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Alcool-motor, a ação do Instituto do açucar e* do alcool na defesa do carburante nacional. Rio de Janeiro: Americ-edit, 1943, p. 66.

³¹⁰ SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K.; MOREIRA, Eduardo P.. "O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial". In: Estudos Avançados, v. 5, n.11, p. 57-79, 1991, p. 59.

combatido pelos produtores açucareiros - passaria a se configurar na política dominante do IAA. As mencionadas alterações na estrutura da autarquia, notadamente na composição da Comissão Executiva, e a criação de diversas seções voltadas à produção sucroalcooleira seriam fortes indícios da inserção da agroindústria canavieira no projeto corporativo do Estado Novo. 311

Um marco legal para a indústria álcool-motora no período foi o Decreto-Lei n. 737, de 1937, que definiu as atribuições concorrentes entre o IAA e o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), bem como regulamentou a mistura de álcool anidro com gasolina, em vigência desde 1931 (Decreto n.º 19.717). Ao tornar obrigatória a adição de álcool anidro à gasolina, importada ou produzida no país, o Estado pretendeu

não só conciliar as disposições vigentes relativas ao petróleo e seus derivados e ao álcool anidro, mas também, e principalmente, a atender a imperiosa necessidade de proteger e desenvolver a indústria de fabricação de álcool anidro para debelar as crises de superprodução da indústria açucareira, estabelecendo o equilíbrio entre a população e o consumo e, igualmente, para diminuir a importação do carburante estrangeiro. 312

O advento da Segunda Guerra Mundial não provocou uma abertura do mercado externo como era esperado. As exportações brasileiras de açúcar caíram e o país precisou substituir a gasolina importada, cuja oferta esteve reduzida durante o conflito mundial. Diante desse cenário e do recrudescimento da intervenção estatal na economia açucareira, o álcool-motor se tornou o "combustível nacional". Pela Resolução n. 18 (de 1940), a Comissão Executiva do Instituto estabeleceu normas com a finalidade de limitar a produção de açúcar e incentivar a transformação de seu excesso em álcool, que entravam em vigor já na safra de 1940-41. No Relatório da Presidência do IAA registrou-se:

O Instituto do Açúcar e do Álcool enfrentou dificuldades criadas pela guerra. Já o programa de safra de 1940/41, verificando a existência de um excesso, dentro da limitação, sobre as necessidades do consumo, destinava a maior parte desse excesso à transformação em álcool. Aos produtores concedia-se o direito de transformar em álcool, de qualquer

³¹² CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior. *Dez anos de atividades (1934-1943)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 76 e 81. *Apud.* GUIMARÃES, C. G., 2012, p. 162.

³¹¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A indústria álcool-motora no primeiro governo Vargas (1920-1945)*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1991, p. 94.

qualidade, o açúcar em excesso de sua produção, sem falar na produção direta de álcool que era inteiramente livre. 313

Em 1938, uma ação conjunta entre o IAA e o Conselho Federal de Comércio Exterior obrigou as companhias importadoras de gasolina a manterem bombas para viabilizar a distribuição de álcool anidro, cujo objetivo principal era o de estimular sua fabricação a fim de dirimir a crise de superprodução da indústria açucareira, estabelecendo o equilíbrio entre produção e consumo, bem como a diminuição nas importações de carburante estrangeiro. 314 O instituto buscou incentivar o consumo de álcool-motor pela população, mediante realização de congressos e o patrocínio de corridas (Subida da Tijuca, em 1938, e o Grande Prêmio do Rio de Janeiro, em 1939).³¹⁵

Tabela 11 – Produção brasileira de álcool segundo a matéria-prima, 1935-1942 (unidade: 1.000 litros)

Estada/ musasdân sis				Safras			
Estado/ procedência	1935-36	1936-37	1937-38	1938-39	1939-40	1940-41	1941-42
Pernambuco							
Residual (mel)	25.553	11.853	17.878	27.876	29.259	28.915	26.619
Direto	2.965	5.934	5.260	6.620	27.368	8.347	4.052
De açúcar						6.197	1.260
Total	28.519	17.787	23.138	34.497	1.891	43.460	31.932
Alagoas							
Residual (mel)	3.011	3.222	4.625	7.061	7.591	7.483	7.107
Direto	630	628	467		187	955	1.505
Total	3.635	3.851	5.092	7.061	7.778	8.438	8.613
São Paulo							
Residual (mel)	12.320	13.578	13.946	15.728	19.395	19.042	19.482
Direto	1.711	2.444	973	6.002	10.298	15.823	12.318
De açúcar						1.772	- 1
Total	14.031	16.023	15.369	21.731	29.694	36.638	31.801
Rio de Janeiro							
Residual (mel)	10.631	13.845	12.343	10.636	15.267	11.910	24.781
Direto	816	1.152	3.224	5.920	3.398	14.521	16.545
De açúcar				7.948	3.565	5.713	6.839
Total	11.448	14.997	15.567	24.505	22.231	32.145	48.166
Total país	62.038	57.382	63.861	92.314	93.714	126.620	128.342

Fonte: LIMA SOBRINHO, 1943, p. 86-92 (anexos).

Em 1942, a indústria alcooleira foi oficialmente declarada "de interesse nacional"316. No ano anterior, sua importância estratégica já havia sido reconhecida,

³¹³ IAA. A ação do I.A.A. Relatório do Sr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho como Presidente da Comissão Executiva de maio de 1938 a abril de 1946. Rio de Janeiro: I.A.A., 1946, p. 305.

³¹⁴ CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. Dez anos de atividade. Rio de Janeiro: 1944, p. 83-84. Apud. MEIRA, 2007, p. 261. ³¹⁵ Guimarães, 1991, p. 97 et seq.

³¹⁶ Decreto-Lei n. 4.722, de 22 de setembro de 1942. In: CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO, 1978, p. 172.

com a criação da Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes, composta pelos presidentes do Conselho Nacional do Petróleo e da Comissão Executiva do IAA, além de representantes da Comissão Nacional de Gasogênio, do Conselho de Minas e Metalurgia, Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica. Localizava-se na sede do Conselho Nacional de Segurança (o voto de minerva cabia ao Secretário Geral). 317

Tabela 12 – Destilarias registradas no IAA (1941-1960)

Ano	Destilarias						
	Anidro	Hidratado	Aguardente	Total			
1941	42	186	8.611	8.839			
1942	44	187	8.944	9.175			
1943	46	192	9.043	9.281			
1944	53	198	9.333	9.584			
1945	54	226	9.483	9.763			
1946	60	213	9.679	9.952			
1947	60	234	9.886	10.180			
1948	60	238	10.207	10.505			
1949	59	242	10.434	10.735			
1950	62	241	10.508	10.811			
1951	62	242	10.735	11.039			
1952	62	244	10.912	11.218			
1953	63	244	11.179	11.486			
1954	64	244	11.241	11.549			
1955	64	244	13.645	13.953			
1956	64	244	13.819	14.127			
1957	64	244	14.151	14.459			
1958	64	244	14.328	14.636			
1959	35	431	14.235	14.701			
1960	35	427	14.113	14.575			

Fonte: IAA – Anuário Açucareiro, 1956-57 a 1958-59, p. 15.

Ao mesmo tempo em que incentivava a produção e o consumo do álcoolmotor, o IAA não podia expandir as dosagens de álcool na mistura carburante devido a questões para além dos problemas meramente técnicos. Segundo o então presidente do instituto, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho³¹⁸,

não houve nunca o pensamento de fazer produzir o álcool para cobrir as necessidades totais de carburante do país. Procurava-se, apenas

³¹⁷ MEIRA, 2007, p. 262.

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1917. Foi presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, de 1938 até 1945, quando assumiu o cargo de deputado federal por Pernambuco, na Assembleia Constituinte de 1946. Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Instituto dos Advogados Brasileiros e Associação Brasileira de Imprensa. Em 1973 candidatou-se pelo MDB nas eleições presidenciais como vice de Ulisses Guimarães. LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. "Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977)". Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 274 p. dat.

conseguir parte do carburante de que o Brasil precisava. A ideia de eliminar a importação de gasolina não parecia prudente, quando se considerava que tínhamos saldo no intercâmbio com os Estados Unidos, notoriamente os maiores compradores do nosso café. (...) Se o álcool pudesse ser vendido mais barato que a gasolina, os Estados Unidos não teriam motivo para considerar inamistosa a expansão da produção alcooleira. Mas forçar essa expansão por meio de proteção alfandegária, quando temos saldo na balança comercial com os Estados Unidos, eis o que ninguém aconselharia. E obter que o álcool concorresse, nos preços, com o produto americano, era totalmente impossível. (...) Ora, desde que estava em vigor, não a ideia da substituição da gasolina pelo álcool, mas a de fazer prevalecer um tipo de mistura recomendável, nunca pensou o Instituto do Acúcar e do Álcool em exigir mais de 20% de álcool na mistura.³¹⁹

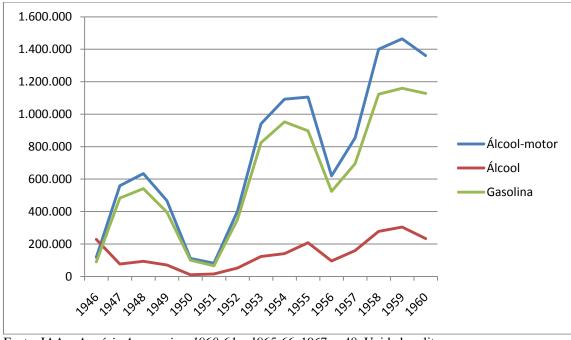


Gráfico 03 – Quantidade de álcool e gasolina na composição do álcool-motor (1946-1960).

Fonte: IAA – *Anuário Açucareiro*, 1960-61 a 1965-66, 1967, p.48. Unidade = litros.

³¹⁹ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Alcool-motor*, a ação do Instituto do açucar e do alcool na defesa do carburante nacional. Rio de Janeiro: Americ-edit, 1943, p. 12-13 e 25.

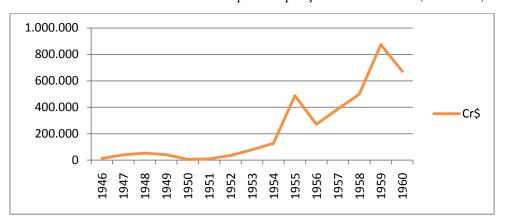


Gráfico 04 – Valor da economia realizada pela composição do álcool-motor (1946-1960).*

Fonte: Fonte: IAA - Anuário Açucareiro, 1960-61 a 1965-66, 1967, p.48.

*Valor a bordo no Brasil da gasolina substituída na composição de álcool-motor.

Dados originalmente fornecidos pelas companhias de gasolinas e usinas.

Os usineiros responderam favoravelmente aos estímulos do IAA no tocante às políticas alcooleiras, notadamente quanto à instalação de destilarias autônomas, produção de álcool diretamente de mel rico, aquisição de açúcares de terceiros para a fabricação alcooleira e transformação da aguardente de seus engenhos em álcool. 320 Destarte, os usineiros de São Paulo passaram a pressionar o governo, que decidiu facilitar a transformação de engenhos turbinadores em usinas, conforme mencionamos, e ampliar as cotas. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, uma nova tentativa de defesa do açúcar nordestino não obteve êxito. Diante da forte oposição das usinas paulistas, o instituto promulgou a Resolução 501/1951, determinando aumentos nas cotas de produção do açúcar de usina. É bem provável que "essa elevação tenha sido concedida, pelo menos em parte, para apaziguar os produtores do Centro-Sul, especialmente os usineiros de São Paulo, então francamente rebelados contra o IAA". 321

Por conseguinte, a produção paulista de açúcar igualou-se à pernambucana na safra de 1951/1952, superando-a na safra seguinte.³²² Para subsistir, a política de planos anuais de safra e de contingenciamento "teria que submeter-se, como de fato se submeteu, aos ditames da nova situação, gerados pela maior expansão demográfica e pelo maior poderio econômico e político do Centro-Sul".³²³ A forte oposição dos

³²⁰ GNACCARINI, 1972, p. 173.

³²¹SZMRECSÁNYI., 1979, p. 241.

³²² QUEDA, 1972, p. 109.

³²³ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 242.

usineiros paulistas consolidou-se na segunda metade da década de 1950, impondo mudanças na condução política dos entraves do setor.

Tabela 13 – Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina concedido pela Resolução 501/1951 do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA (sacos de 60kg).

Estados produtaros	Cota ant	erior	Reajuste concedido		
Estados produtores	Sacos	%	Sacos	% (+)	
Pará, Maranhão, Piauí e Ceará	96.117	0,4	22.568	23,5	
Rio Grande do Norte	142.527	0,6	37.453	26,3	
Paraíba	612.576	2,7	114.460	18,7	
Pernambuco	6.660.973	29,5	2.699.314	40,5	
Alagoas	2.414.272	10,7	626.798	26,0	
Sergipe	1.118.401	4,9	636.894	56,9	
Bahia	1.156.015	5,1	442.319	38,3	
Espirito Santo	118.148	0,5	142.506	120,6	
Minas Gerais	1.298.207	5,8	527.081	40,6	
Rio de Janeiro	3.748.482	16,6	1.161.113	31,0	
São Paulo	4.856.961	21,5	2.853.706	58,7	
Paraná	110.000	0,5	348.880	317,2	
Santa Catarina	178.366	0,8	29.449	16,5	
Goiás e Mato Grosso	94.918	0,4	132.987	140,1	
Total	22.605.963	100	9.775.632	43,2	

Fontes: VELLOSO, 1955, p. 366-380 e SZMRECSÁNYI, 1979, p. 240.

Tabela 14 – Produção de açúcar no Nordeste e Centro-Sul (1937-1952)

Cafras	1.000.0	00 sacos	Variaçã	o percentual
Safras	Nordeste	Centro Sul	Nordeste	Centro Sul
1937	5,5	5,4		
1938	8,0	4,7	32,1%	-17,0%
1939	9,1	5,3	13,5%	13,3%
1940	8,0	5,5	-22,1%	4,8%
1941	7,7	6,1	-3,8%	12,9%
1942	8,6	6,1	11,7%	0,9%
1943	9,5	5,8	10,4%	-7,5%
1944	8,2	6,7	-13,7%	19,8%
1945	8,3	7,2	1,2%	9,7%
1946	9,9	8,4	19,2%	27,2%
1947	12,1	10,5	22,4%	44,9%
1948	12,7	10,8	4,9%	6,9%
1949	10,1	11,1	-20,6%	4,7%
1950	12,6	12,2	24,7%	25,1%
1951	11,8	14,8	-6,4%	54,3%

Fonte: GNACCARINI, 1972, p. 173-174.

No início do segundo governo de Getúlio Vargas, a conjuntura interna apresentou relativa melhora, favorecendo a desvinculação do país do Acordo Internacional do Açúcar e reabrindo as portas no mercado externo. Em 1955,

O Conselho Internacional do Açúcar se reuniu em Londres, de 1º a 3 de junho, expedindo-se um comunicado à Imprensa, noticiando o seguinte: O Brasil notificou o Conselho informando que não ratificaria

o Acôrdo, não se considerando, pois, país-participante. A quota atribuída ao Brasil, foi, por isso, redistribuída, juntamente com as da Holanda e da Rússia, num total de 372.000 toneladas. Dessa redistribuição, Cuba recebeu a maior parte, isto é, aproximadamente, 200.000 toneladas. Foi anulada a obrigação dos países exportadores de reter um quinto de suas quotas até setembro, liberando dêsse modo outros fornecimentos imediatos. O total das quotas, apesar de tudo, ficou inalterado em 4.133.500 toneladas. O Comité Estatístico calculou as necessidades do mercado livre em 4.650.000 toneladas, o que deixa um total de 516.000 toneladas a serem fornecidas pelos países não-participantes. Dêsses países não-participantes, cita-se o Brasil como tendo exportado cêrca de 240.000 toneladas até o presente momento, e que espera exportar ainda, até o fim do ano, mais 150.000 toneladas. Os outros, inclusive o Peru, a Indonésia e a Alemanha Oriental, que segundo o Acôrdo teriam as suas quotas totalizadas em 775.000 toneladas, deverão embarcar uma cifra total bem superior a essa no decorrer dêste ano. Parece certo, pois, que o Conselho subestimou a situação ao fixar a quantia de 516.500 toneladas. 324

As condições no mercado externo eram favorecidas pelo sensível aumento nos preços, decorrente da quebra da safra europeia de beterraba e pela instabilidade da situação internacional (Crise de Suez, levantes na Polônia e na Hungria, agitações político-militares em Cuba e a iminência da revolução). Internamente, uma das consequências foi a possibilidade de ampliação das cotas aos estados produtores. Em 1957, a Resolução n. 1284 elevou o contingente global da produção das usinas do país para mais de 47,7 milhões de sacos, repartido entre as mesmas proporcionalmente à maior produção alcançada por cada uma delas entre as safras de 1951/52 e 1956/57.

Contudo, embora fosse condizente com a realidade, essa orientação ficou no papel porque, na época, faltava ao IAA um maior controle do subsetor e a produção continuava a aumentar, em velocidade maior do que a demanda interna. Na safra 1957-58, o consumo interno manteve o nível anterior de 33,5 milhões de sacos, enquanto que a produção atingia 44,4 milhões, frente ao contingente autorizado de 41,4 milhões. Se

 ³²⁴ INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). "Mercado Internacional do Açúcar". *Brasil Acucareiro*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 01, p. 118-120, jul. 1955, p. 119.
 ³²⁵ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 247.

não houvesse o desvio de mel rico para a fabricação de álcool e a grande produção de álcool direto, seriam contabilizados 46,2 milhões de sacos. O problema se agravaria na safra seguinte, com um aumento na produção de 21%, retomando-se as exportações como alternativa. Deste modo, o Brasil retomou a via do comércio açucareiro mundial e o "açúcar voltou a figurar com destaque na sua pauta de exportações". 326

Tabela 15 – Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina concedido pela Resolução 1284/57 do Instituto do Açúcar e do Álcool- IAA (sacos de 60kg)

Estados musdutanos	Cota ant	erior	Reajuste concedido		
Estados produtores	Sacos	%	Sacos	% (+)	
Pará, Maranhão, Piauí e Ceará	119.689	0,3	20.904	17,5	
Rio Grande do Norte	192.601	0,6	116.469	60,5	
Paraíba	728.556	2,2	191.715	26,3	
Pernambuco	9.393.350	28,3	3.324.582	35,4	
Alagoas	3.153.708	9,5	994.279	31,5	
Sergipe	1.682.950	5,1	343.391	20,4	
Bahia	1.599.441	4,8	255.069	15,9	
Espirito Santo	304.560	0,9	23.065	7,6	
Minas Gerais	1.898.166	5,7	582.440	30,7	
Rio de Janeiro	4.925.151	14,8	1.350.325	27,4	
São Paulo	8.232.914	24,8	6.851.787	83,2	
Paraná	458.880	1,4	393.942	85,6	
Santa Catarina	210.715	0,6	43.422	20,6	
Mato Grosso	154.745	0,5	14.928	9,6	
Goiás	171.780	0,5	16.048	9,3	
Total	33.227.206	100,0	14.522.266	43,7	

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 248 (baseado em Brasil Açucareiro, abr. 1958, p. 53).

A Resolução n. 1284/57 também incrementou a indústria alcooleira, instituindo cotas anuais para o álcool direto. Alguns anos antes, a questão do álcool-motor ganhou novos contornos com as campanhas do "petróleo é nosso" e a possibilidade de formulação com a gasolina nacional. Em 1953, o Conselho Nacional do Petróleo instituiu uma parcela que se denominava "adicional do álcool" na estrutura do preço de venda da gasolina. Com o objetivo de reembolsar as companhias distribuidoras durante os períodos de vigência fixados, o adicional incidia sobre toda a gasolina comum consumida no território nacional. Outra medida adotada decorreu do Plano Nacional de Aguardente, criado também em 1953, o qual visava transformar aguardente em álcool-motor, mediante sua desidratação. A posição do IAA no setor aguardenteiro foi bastante questionada e a ação definitivamente abandonada no ano de 1959. 328

³²⁸ PINA, 1972, p. 42.

³²⁶ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 249-250.

³²⁷ Resolução n. 4-53, 10 de abril de 1953. In: CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO, 1978, p. 179.

Em um cenário mais abrangente, o segundo governo Vargas incentivara o desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização. Foram realizados investimentos públicos nos setores de transportes e de energia, sendo fundado, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial e, no ano seguinte, a estatal Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). A industrialização também foi incentivada pela concessão de crédito ao setor privado por meio dos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil. Em 1953, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) promulgou a Instrução nº 70, a qual introduziu o denominado confisco cambial a fim de redirecionar receitas obtidas com a exportação de café para outros setores da economia, especialmente a indústria.³²⁹

No entanto, medidas implantadas na presidência de Juscelino Kubitschek lidaram melhor com a objeção dos usineiros paulistas à intervenção do IAA, devido principalmente ao viés industrializante de seu programa. Os diagnósticos e projeções da economia brasileira, que foram realizados sistematicamente desde o final da Segunda Guerra Mundial, resultaram na formulação do Plano de Metas, considerado o mais abrangente e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira. Embora não caiba aqui uma comparação entre os governos de Vargas e de Kubitscheck, é importante salientar que não se restringiam aos constructos ideológicos de "nacional-desenvolvimentismo" e "desenvolvimentismo", até porque a gestão do segundo apoiou-se em instrumentos políticos, financeiros e organizacionais herdadas do primeiro. ³³¹

Implantado em 1956, o Plano de Metas (ou Plano Nacional de Desenvolvimento) era composto por 31 metas referentes a cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, além da construção de Brasília. Seguindo o modelo clássico de substituição das importações, o Plano visava estimular a diversificação e o crescimento da economia brasileira, com base na

³²⁹ A instrução nº 70 da SUMOC determinava um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café quando convertido em cruzeiros, significando que o governo ficava com uma parte dos dólares recebidos na transação com o objetivo de financiar projetos considerados prioritários. FAUSTO, 2012, p. 349-350.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACCZWSKI, Antonio Claudio. "Democracia com desenvolvimento, 1956-1961". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). *A ordem do progresso:* dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 157-177, p. 177.

331 BASTOS, Pedro Paulo Z."Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio

BASTOS, Pedro Paulo Z."Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas". In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 361-454, p. 454.

expansão industrial e na integração regional. Em linhas gerais, o plano alcançou a maioria das metas estabelecidas tanto no setor público quanto no privado e a economia cresceu a taxas aceleradas. Dentre os estímulos à empresa privada, destacaram-se os créditos concedidos pelo BNDE e pelo Banco do Brasil, suprindo "recursos de longo prazo a juros baixos e pagamentos sujeitos a carência, o que, na conjuntura inflacionária, significava uma taxa real de juros baixa". 332

Nesse sentido, a crescente intervenção do governo na atividade econômica encontrou menos resistência por parte das empresas privadas. No caso do ramo sucroalcooleiro, os dados do IAA indicam um estrondoso aumento nos financiamentos do ramo sucroalcooleiro durante os anos JK (1956-1961), especialmente em relação aos recursos aplicados pelo Banco do Brasil, conforme observamos no gráfico a seguir.

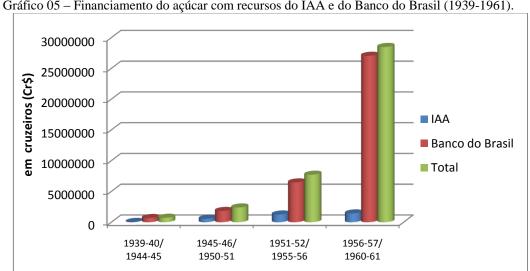


Gráfico 05 – Financiamento do açúcar com recursos do IAA e do Banco do Brasil (1939-1961).

Fonte: IAA – Anuários Açucareiros, 1948-49, (1950, p. 194) e 1960-61 a 1965-66, (1967, p. 99).

Nesse período, o Instituto procurou reduzir a produção açucareira nacional ou, ao menos, diminuir seu aumento desmedido, formulando-se o Plano de Safra do Açúcar de 1959-1960 (Resolução 1380/59). Diferentemente das medidas anteriores, este plano buscou dimensionar as demandas do mercado interno e os compromissos internacionais para determinar o total de produção que poderia ser autorizado. Pela primeira vez em anos, implantou-se um plano de safra menor do que a produção alcançada no ano anterior, buscando o equilíbrio estatístico que o IAA conseguia impor no início de seu funcionamento. Tratava-se de uma tentativa de manter sob controle o desenvolvimento do setor e de preservar o sistema de planejamento instituído na agroindústria canavieira.

³³² Ibidem, 2014, p. 164.

Os resultados positivos da safra em questão, porém, não se prolongariam da maneira desejada em razão de eventos externos e internos, que "iriam alterar por completo as perspectivas da agroindústria canavieira do Brasil, provocando, em consequência, uma série de modificações nos objetivos e na organização de seu planejamento". 333 Com base nas cotas de produção do período, observa-se uma total inversão entre as porcentagens das regiões Nordeste e Centro-Sul do país, evidenciando uma alteração significativa na postura do IAA.

Tabela 16 - Evolução das cotas de produção por estado – (safras 1935-36 a 1963-64)

Estado/ vasião			Safras		
Estado/ região	1935-36	1946-47	1951-52	1957-58	1963-64
Paraíba	1,9	1,9	2,7	1,9	1,4
Pernambuco	37,6	37,7	29,5	26,6	22,7
Alagoas	11,0	12,3	10,7	8,7	8,4
Sergipe	6,7	6,0	4,9	4,2	2,8
Bahia	5,8	1,3	5,1	3,9	2,8
Outros	0,4	0,8	1,0	1,0	0,9
Norte-Nordeste	63,4	60,0	53,9	42,1	36,8
Minas Gerais	2,9	3,7	5,8	5,2	4,4
Rio de Janeiro	16,9	16,8	16,6	13,1	11,9
São Paulo	17,4	17,6	21,5	31,6	40,8
Outros		1,9	2,2	8,0	6,1
Centro-Sul	37,2	40,0	46,1	57,9	63,2
BRASIL	100	100	100	100	100

Fontes: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 194, 248 e 266; VELLOSO, 1955, p. 144 e 366; RAMOS; PIACENTE, 2010, p. 07.

As mudanças no cenário canavieiro refletiam também a singular turbulência política pela qual passou o país entre o final de 1961 e os primeiros meses de 1964, período marcado pela única experiência parlamentarista da era republicana, pelos mandatos de três presidentes, pela atuação de cinco chefes de governo e a gestão de seis ministros da fazenda. Essa "rotação no comando da política econômica contribuiu para progressiva do controle sobre a inflação e outras macroeconômicas."334 A breve tentativa de estabilização do governo de Jânio Quadros, as políticas econômicas implementadas durante o parlamentarismo e o Plano Trienal³³⁵,

³³³ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 252.

MESQUITA, Mário M. C. "Inflação, estagnação e ruptura". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). A ordem do progresso: dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 179-196, p. 179.

Anunciado em 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi elaborado sob a coordenação de Celso Furtado, então Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico. Em linhas gerais, o plano pretendia responder ao quadro de deterioração externa e à aceleração inflacionária, presumivelmente favorecendo a aproximação entre o governo e os segmentos da classe média e empresariado, ampliando a sua base de apoio, com vistas a viabilizar a aprovação das

implantado na presidência de João Goulart, contribuíram para um quadro de desaceleração econômica entre 1963-1964 e para o agravamento das tensões políticas existentes desde as décadas de 1940 e 1950³³⁶, culminando no denominado Golpe de 1964.

Durante a década de 1960, o Brasil tornou-se o quarto maior produtor mundial de açúcar centrifugado, atrás apenas da União Soviética, Cuba e Estados Unidos (incluindo o Havaí). Em 1965, a produção brasileira atingiu 3,7 milhões de toneladas métricas, um total quase quatro vezes maior do que o apresentado em 1929. Dentre os fatores que contribuíram para esses resultados figura a Revolução Cubana, em 1959, visto que, além de representar um marco na história política e social das Américas, afetou diretamente agroindústria canavieira. O rompimento nas relações entre os Estados Unidos e Cuba provocou a exclusão do açúcar cubano do Mercado Preferencial (MP) norte-americano, abrindo novas perspectivas para as exportações brasileiras do produto. 338

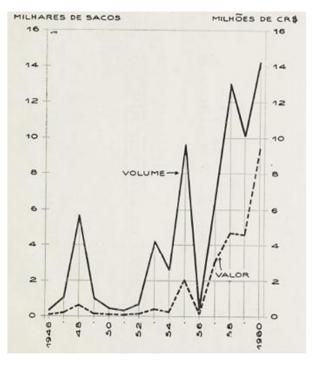


Gráfico 06 – Exportação de açúcar de todos os tipos (1946-1960). Fonte: IAA – *Anuário Açucareiro*, 1956-57 a 1959-1960, 1961, p. 54.

reformas de base. Assim como outras medidas o período, o plano foi implantado de forma heterogênea entre 1963 e 1964. Cf. MESQUITA, 2014, p. 188 e 190.

³³⁷ RAMOS, 2007, p. 575.

³³⁸ Ibidem, 1979, p. 254.

r

³³⁶ Ibidem, 2014, p. 179.

Os volumes das vendas externas aumentaram substancialmente a partir de 1960, crescendo a participação destas na produção nacional de açúcar. De acordo com Szmrecsányi, entre esse ano e 1968, as ações do IAA voltaram-se à busca de novas vinculações no mercado externo. O instituto passou por readequações estruturais e políticas, dentre as quais, a criação da Divisão de Exportação, em 1961, embora o instituto já possuísse há anos um escritório de representação em Londres, Inglaterra. Vale ressaltar que importantes reestruturações também ocorreram nas duas décadas anteriores, destacando-se a criação da Seção Técnico-Industrial (STI) e da Seção Técnica Agronômica (STA), respectivamente em 1942 e 1950, assim como o Regimento de 1951, mais minucioso e amplo do que o original de 1933. Na verdade, a autarquia modificou constantemente suas condutas e aparatos administrativos, conforme a natureza e a amplitude das questões sucroalcooleiras que se colocavam diante dela, até ser extinta na década de 1990, em conjunto com uma série de órgãos públicos no contexto das privatizações.

Segue um quadro-síntese sobre as principais fases da agroindústria canavieira no país elaborado por Carlos Vian a partir dos estudos de Walter Belik:

Tabela 17 – Fases da economia sucroalcooleira do Brasil (Final séc. XIX – 1945)

Período	Fatos	Medidas	Resultados
Final do séc. XIX	Perda da participação relativa no mercado externo; Protecionismo europeu e norte-americano; Crises de superprodução.	Desvalorização cambial; Programa de engenhos centrais	Derrocada dos projetos de engenhos centrais; Surgimento e desenvolvimento de usinas.
1905-07	Conflitos entre refinadores- comerciantes e usineiros.	Tentativas de coligações açucareiras (Pernambuco e do Brasil)	Estabilização dos preços por dois anos-safra; comportamentos oportunistas
1929-33	Crise mundial; superprodução mundial de açúcar; disputas internas (usinas e comerciantes; Nordeste e Sudeste)	Primeiras ações intervencionistas, com a CEAM e a CDPA; Criação do IAA	Controle da produção nacional e estabilização dos preços.
1939-45	Segunda Guerra Mundial e problemas de abastecimento de açúcar e gasolina no país.	Incentivo ao álcool- motor.	Aumento da produção sucroalcooleira paulista.
1959-62	Revolução Cubana. Problemas sociais no Nordeste e erradicação dos cafezais em São Paulo.	Tentativa de modernização da produção nordestina.	Exportação para os EUA. Crescimento da produção paulista.
1968-71	Alta dos preços internacionais e otimismo no mercado mundial de açúcar.	Implantação de programa de modernização agroindustrial pelo IAA.	Expansão da produção paulista.

Fonte: Adaptado de VIAN, 2003, p. 60.

³³⁹ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 254.

³⁴⁰ RAMOS, 2007, p. 575.

2.3. A indústria de Piracicaba como esteio do desenvolvimento usineiro

Foi assim que cresceu a usina: um terno de moendas aqui, outro mais além. Modificada a moenda, no interior, as diversas secções sofriam aumentos. Uma moenda pequena era substituída por outra maior.³⁴¹

O povoado piracicabano teve origem na necessidade de se estabelecer uma interligação entre a Capitania de São Paulo e as minas de ouro nas terras do atual Mato Grosso. Em 1722, Luiz Pedroso de Barros empreendeu a abertura do célebre Picadão de Mato Grosso, alcançando Cuiabá mediante utilização do Rio Piracicaba como via de acesso. O primeiro segmento do trajeto foi executado pelo sertanista Felipe Cardoso e conectava a Vila de Itu à Piracicaba. Oficialmente, a fundação da Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba na data de 1º de agosto de 1767, pelo povoador Antônio Corrêa Barbosa, em local demarcado por um monumento próximo aos remanescentes do antigo Engenho Central de Piracicaba. Foi elevada à Vila Nova da Constituição no dia 10 de agosto de 1822 (às vésperas do Brasil tornar-se independente) e erigida à condição de cidade na data de 24 de abril de 1856. O seu antigo nome foi restituído apenas em 11 de março de 1877, após sessão extraordinária da Câmara Municipal na qual foi aceita a manifestação do então vereador Prudente José de Morais e Barros.

Apesar de contar com alguns moradores desde os fins do século XVII, Piracicaba "deve seu povoamento em escala maior ao cultivo da cana. O Morgado de Mateus fizera criar a povoação (...) para poder contar com um sítio habitado no caminho para Cuiabá e o Iguatemi. Mas o povoamento ocorreu principalmente porque, desde cedo, se percebeu que ali as terras eram propícias ao cultivo da cana." A economia da região delineou-se a partir de 1784, quando surgiram as primeiras lavouras de cana-deaçúcar. Proveniente da expansão de Porto Feliz, a cana foi justamente a primeira cultura introduzida na região e também aquela que determinou a sua vocação produtiva. Em 1816, Piracicaba já possuía 14 engenhos de açúcar, 04 de aguardente e mais ou menos 12 em construção. Em apenas duas décadas, o número de engenhos saltou para 78, os quais produziam 115.609 arrobas de açúcar e 1.078 canadas de aguardente. Piracicaba

³⁴¹ DÉ CARLÍ, Gileno. Aspectos de economia açucareira. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942, p. 24.

³⁴² PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 47.

³⁴³ CANABRAVA, Alice P.; MENDES, Maria T.. "A região de Piracicaba". In: *Revista do Arquivo Nacional* XLV, Departamento de Cultura, São Paulo, 1938, p. 283.

ultrapassou em quantidade produzida a tradicional terra canavieira de Itu, fornecendo um quinto da produção da Província de São Paulo.³⁴⁴

É fato que a produção açucareira paulista não atingiu os patamares verificados no nordeste brasileiro e no Rio de Janeiro à época. No entanto, considera-se que tenha havido um "ciclo do açúcar" entre os anos de 1765 e 1851, quando a economia paulista dependeu principalmente da cana-de-açúcar. Na apresentação da obra *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, Sergio Buarque de Holanda enfatizou que o açúcar desencadeou um verdadeiro processo revolucionário nas terras paulistas, estabelecendo-se

pela primeira vez em escala considerável, uma lavoura de cunho comercial sustentada no trabalho escravo. Com isso, não só se firmará a estrutura agrária que passa depois a sustentar por um longo tempo a produção cafeeira, mas se formarão e consolidarão os cabedais necessários à exploração da nova e mais pujante fonte de riqueza. Não há pois exagero em dizer que a dinâmica de toda a economia paulista, a partir do século XIX e indiretamente a da economia brasileira, se torna mais inteligível com o conhecimento prévio desse fator, que a alentou de modo decisivo. 345

A partir da segunda metade do século XIX, o café consolidou-se como o principal produto paulista. Após a expansão no eixo Campinas-Mogi Mirim, a lavoura cafeeira chegou até a tradicional região açucareira de Piracicaba. Embora tenha transformado muitos engenhos em fazendas de café, a produção açucareira no "quadrilátero do açúcar" (região delimitada por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí) apresentou razoável declínio, porém manteve índices consideráveis se comparados aos números das demais regiões de São Paulo. Nos anos 1830, a soma das produções de Itu, Piracicaba, Porto Feliz e Capivari representava, aproximadamente, a metade do açúcar paulista exportado. Entre de 1854-1855, período de guinada da expansão cafeeira, essas localidades contribuíram com 2/3 da exportação de açúcar. Os vales dos rios Tietê e Piracicaba eram, portanto, os redutos canavieiros em São Paulo. 346

³⁴⁴ PETRONE, 1968, p. 49.

³⁴⁵ PETRONE, 1968, s/d [apresentação impressa nas dobras da capa].

³⁴⁶ PETRONE, p. 49. Cabe salientar que em seu ensaio sobre a formação do país, publicado em 1942, Caio Prado Júnior já havia estabelecido os limites do quadrilátero canavieiro pelas Vilas de Mogi Guaçu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba (PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 84-85). Ernani Silva Bruno também delimitou o quadrilátero por essas cidades (BRUNO, Ernani S. Viagem ao país dos paulistas. Ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro: José

Mesmo sendo suscetível ao declínio açucareiro, Piracicaba não presenciou a substituição total de um produto pelo outro. Em 1851, existiam 14 cafeicultores que juntos produziram 13.400 arrobas. Destes, nove apresentavam uma produção individual abaixo de 900 arrobas, indicando os patamares da cultura cafeeira na região. Dentre estes 14 produtores, 10 também fabricavam açúcar, como o Visconde de Monte Alegre (José da Costa Carvalho), o maior produtor piracicabano à época. Enquanto a produção de seus dois engenhos chegava a 15.000 arrobas de açúcar, ele produzia cerca de 400 arrobas de café. Vale ressaltar que a quantidade de açúcar produzida por Monte Alegre per si já superava a toda a produção piracicabana de café nesse período. 347

A partir da segunda metade dos anos 1850, observa-se um considerável avanço da cafeicultura na região de Piracicaba, a qual passou a fazer frente à produção canavieira. A economia piracicabana que, em 1854, contava com 51 fazendas de cana e um resultado de 131.000 arrobas de açúcar vivenciou breve predominância da produção cafeeira. Os dados referentes ao ano 1866 aludem o fato: existiam 70 fazendas dedicadas à produção do café, 16 fazendas com culturas de cana e de café equivalentes e 18 propriedades que produziam apenas açúcar.³⁴⁸

Tabela 18 - Produção de açúcar e café - Constituição (Piracicaba), 1866

Tamanho de plantel	Número de senhores	Número de escravos	Produção de açúcar (arrobas)	Produção de café (arrobas)
01 – 10	03	21	400	230
11 – 20	04	66	1.700	2.500
21 – 30	05	143	7.500	3.400
31 – 40	03	109	2.600	7.000
+ de 40	04	240	8.700	8.800
Total	19	579	20.900	22.930

Fonte: Relatório municipal de Constituição, 1866 (Arquivo AESP, ofícios diversos, cx. 378, ordem 1173) apresentados por MELO,, 2009, p. 73.

Olympio, 1966, p.117). Petrone argumentou: "Preferimos Sorocaba a Porto Feliz, como um dos pontos formadores do quadrilátero, pois em Sorocaba o cultivo da cana-de-açúcar ainda teve relativa importância e, porque, dessa maneira, Itu, importantíssimo centro canavieiro e outras áreas produtoras de açúcar ficam decididamente enquadrados" (PETRONE, 1968, p.24).

³⁴⁷ MELO, José Evando V. de. *O Engenho Central de Lorena. Modernização açucareira e colonização* (1881-1901). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2003, p. 67.

³⁴⁸ Cf. SAMPAIO, Silvia S. *Geografia Industrial de Piracicaba. Um exemplo de interação indústria-agricultura.* São Paulo: IGEOG-USP, 1976 (Série Teses e Monografias nº 21), p. 62 e 64.

Entretanto, a política de modernização dos engenhos implementada pelo Governo Imperial no último quartel do oitocentos logo se frutificou em Piracicaba, com a instalação de dois engenhos centrais, revertendo assim o quadro a favor da produção açucareira. O modelo de engenhos centrais já se insere em uma fase posterior do que teria sido o chamado "ciclo paulista do açúcar", em um contexto de transformação da agroindústria canavieira na reconfiguração do cenário mundial, impulsionada pela Revolução Industrial na Europa (séculos XVIII e XIX) e a decorrente divisão internacional do trabalho. Conforme mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho, nesse sistema os setores agrícola e industrial eram desvinculados, visando à redução dos custos e à qualidade do produto final, priorizando a estrutura fabril e encerrando em si toda racionalidade e tecnologia advindas com o avanço industrial do período. De acordo com a proposta, a matéria-prima deveria ser fornecida a peso pelas lavouras canavieiras do entorno e transportada às fábricas por estradas de ferro ou vias fluviais.

Decretado pelo Governo Imperial, em 1875, o programa de engenhos centrais é considerado o primeiro ato oficial de favorecimento da industrialização do açúcar no país. A legislação correlata determinava garantia de juros às companhias de capital aberto que se comprometessem na montagem de engenhos com modernos maquinários e processos de fabricação³⁴⁹, vetando-se o emprego de mão-de-obra escrava pelas premissas modernizadoras e, principalmente, em razão da iminente Abolição. Iniciadas as concessões, foram instaladas 13 unidades em São Paulo, sendo as principais localizadas em Porto Feliz, Piracicaba, Villa Raffard (atual Capivari) e Lorena.

O Engenho Central de Piracicaba foi autorizado em 1881 (Decreto Imperial n. 8.089) e a concessão atribuída à sociedade de Estevão Ribeiro de Souza Rezende (advogado, fazendeiro de café e cana-de-açúcar), Antônio Correa Pacheco (fazendeiro de café e de cana-de-açúcar) e Joaquim Eugenio Amaral Pinto, entrando em funcionamento apenas em 1883. Mais tarde, este e outros três engenhos centrais de São Paulo (Porto Feliz, Villa Raffard e Lorena), em conjunto com outros dois no Rio de Janeiro (Cupim e Tocos) constituiriam, em 1907, a *Société des Sucréries Brésiliennes*, grupo de capital francês e proeminência no mercado até meados do século seguinte.

³⁴⁹ No mesmo ano, o Decreto 2.658 já havia isentado da taxa de importação os equipamentos necessários à montagem e ao funcionamento das fábricas centrais. Cf. IAA. *Brasil Açucareiro*, vol. I, Rio de Janeiro, 1946; e MENDES, Maria C. Torres. *Aspectos da evolução rural em Piracicaba no tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975, p. 116.

Antes da promulgação dos decretos de concessões, a fazenda Monte Alegre, também situada em Piracicaba, contava com um engenho que havia inclusive pertencido ao Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e à firma de Nicolau de Araújo Vergueiro e do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz. Organizada no início do século XIX, a sociedade detinha pujante capital e tornou-se proprietária das fazendas Limoeiro, Taquaral, Monjolinho, Morro Azul e Pau-Queimado, além daquela que originaria a Monte Alegre. As propriedades se estendiam por Piracicaba, Limeira, Campinas, Itu, Porto Feliz, Rio Claro e Araraquara. Com o falecimento do Brigadeiro Luiz Antônio, em 1819, e a subsequente dissolução da sociedade Vergueiro e Souza, a propriedade passou para a viúva, Genebra (ou Genoveva) de Barros Leite. Pouco depois, esta se casou com o José da Costa Carvalho, futuro Visconde (1843) e Marquês de Monte Alegre (1854), a respeito do qual se falou anteriormente. Ele organizou a ampliou a área produtiva da propriedade, transformando-a na maior produtora de açúcar na região à época e, por isso, lhe cedendo o nome de Monte Alegre.

Entre os anos de 1860 e 1881, o engenho pertenceu a vários proprietários, mantendo importante e constante produção de açúcar. Em 1887, enquanto propriedade de Pedro Augusto da Costa Silveira, o Monte Alegre foi ampliado e modernizado, passando a dedicar-se exclusivamente à produção açucareira e ganhando alcunha de "engenho central". O maquinário foi adquirido

nos antigos estabelecimentos Cail da França, em 30 de dezembro do ano anterior [1886], no valor de 151.860 francos, pagáveis em três prestações, no ano de sua instalação. Os fornecedores franceses obrigaram-se a entregar o engenho montado em julho do ano seguinte, no edifício construído pelo proprietário. Em julho e agosto de 1887, o novo edifício foi levantado e a

O padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel foi professor e diretor da Academia de Direito e proprietário da gleba da Fazenda Monte Alegre. Esta foi adquirida por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, conhecido como Senador Vergueiro, que se destacou como senador do Império e foi importante cafeicultor paulista, proprietário da primeira colônia de imigrantes em São Paulo (Fazenda Ibicaba). Formou sociedade com o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz, negociante de fazendas no interior paulista, cujo neto fundou a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), em Piracicaba.

³⁵¹ Consta registro de que a propriedade foi transmitida *manus caput* ao Dr. José da Costa Carvalho devido ao casamento deste com Genebra de Barros Leite. José da Costa Carvalho foi um senhor de terras, político, jornalista e fundador do primeiro jornal de São Paulo, *O Farol Paulistano*, em 1827. Integrou a Regência Trina quando da abdicação de D. Pedro I (junto a Nicolau de Campos Vergueiro e Diogo Feijó, em 1831). Também foi Diretor da Faculdade São Francisco nos anos de 1835-1836. Cf. MELO, José Evando V. de.. *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850 a 1910)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2009.; e Galeria dos Diretores da Faculdade de Direito da USP, disponível em: http://www.direito.usp.br.

maquinaria importada montada. Em outubro, faltava montar o alambique e terminar a chaminé, mas a safra estava sendo processada.³⁵²

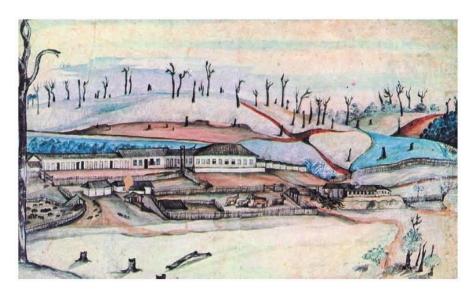


Imagem 13 - Fazenda Monte Alegre, 1845. Aquarela de Miguel Archanjo Benício de Assumpção Dutra (Miguelzinho Dutra). Acervo do Museu de Arte de São Paulo – MASP.

Contraditoriamente, o agora denominado Engenho Central Monte Alegre era a maior propriedade escravista de Piracicaba, com 79 cativos. Devido às fugas e a iminência da própria Abolição (em 1888), a mão-de-obra reduziu-se drasticamente na ocasião da primeira moagem do novo engenho, o qual contava 85 quartéis de canas. Após a morte do marido, Rita da Costa Silveira tomou empréstimos, mediante penhor da safra a fim de saldar os compromissos da empresa. Com as novas edificações, a fazenda Monte Alegre foi avaliada em 225:000\$000\$55, porém a propriedade foi vendida por um valor bem mais baixo sob a pressão dos credores. Em 07 de julho de 1888, a *Gazeta de Piracicaba* publicou:

35

355 Cf. MELO, J. E. V. de. *Op. Cit.*, 2009, p. 121.

³⁵² Informações extraídas da "Escriptura de compra e venda que fazem Francisco Lumoy ao Doutor Pedro Augusto da Costa Silveira, de um engenho central e montagem pela quantia de cento e cincoenta e um mil oitocentos e sessenta francos, 30/12/1886", inserido no Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira, 1887. Piracicaba, 1º Ofício, caixa 21 A. In: MELO, 2003, p. 107; MELO, 2009, p. 121 e 242.

A fim de contornar essa situação e também a de atraso na instalação do engenho, Rita da Costa Silveira (então viúva de Pedro Augusto da Costa Silveira) alugou os serviços de dois escravos pertencentes a Carlos Morato de Carvalho. Provavelmente, ambos tinham experiência com construção: Laurentino (por um mês e 25 dias, totalizando 45\$825) e Anastacio (por um mês e 13 dias, somando 35\$829). Foram produzidas cerca de 12.000 arrobas (180.000 quilos) de açúcar na primeira safra com o emprego de trabalho escravo. Cf. Inventário de Pedro Augusto da Costa Silveira, 1887. Piracicaba, 1º Ofício, caixa 21 A. Apud. MELO, 2009, p. 121-122 e 307.

³⁵⁴ Registro no 2º Cartório de Notas, Livro 50, fls. 41/42. Fonte: TERCI, Eliana Tadeu & PERES, Maria Thereza Miguel. "Ascensão da agroindústria canavieira paulista: o caso de Piracicaba no início do século XX". In: *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 12, n. 3, p. 445-456, 2010, p. 450.

com autorização do juízo competente, foi ontem vendida a importante Fazenda Monte Alegre, a uma légua dessa cidade, pertencente a herança do finado Pedro Augusto da Costa Silveira; aos srs. Joaquim Rodrigues do Amaral e Indalécio de Camargo Penteado, pela quantia de 150.000\$000, compreendidos os imóveis, semoventes e móveis. 356

Os novos proprietários formaram uma sociedade aos 10 de setembro de 1889 e obtiveram empréstimos junto ao Banco Real de São Paulo. Nesse período, a produção saltou de 150.000 para 375.000 quilos, atingindo o montante de 450.000 (30.000 arrobas) em 1891, o que significou a triplicação da capacidade produtiva do engenho. Embora tenha se constituído para funcionar até o ano de 1898, a sociedade atuou somente até 1893, quando vendeu a propriedade para Antônio de Almeida Rocha e Francisco de Paula Bueno por 100.000\$000 contos de réis. 357

A modernização tecnológica que se colocou "na ordem do dia" era, em parte, impulsionada pela transição do trabalho escravo para o assalariado e pela pressão crescente por melhoria da competividade externa do produto. O caso da montagem do Engenho Central Monte Alegre por Pedro Augusto da Costa Silveira elucida bem uma das principais dificuldades enfrentadas nesse sentido. Os proprietários, em geral, esbarraram em questões financeiras e técnicas relativas "à manutenção da estrutura produtiva imposta pelas novas instalações industriais, que demandavam a importação de máquinas e implicou, em alguns casos, na venda de toda a propriedade (terra e indústria)."³⁵⁸

Cabe ressaltar que o caso do Monte Alegre também indica que a denominação "engenho central" muitas vezes decorreria da simples iniciativa de modernizar o processo de fabricação na unidade produtiva e não necessariamente do enquadramento desta às exigências da legislação vigente. Afinal, neste caso, a instalação ocorreu

em uma fazenda canavieira e escravista, há muito ocupada por essa cultura, à margem do Rio Piracicaba, 6 Km do centro da cidade. Não era uma fábrica nas dimensões das quatro instaladas anteriormente [Porto Feliz, Piracicaba, Vila Raffard e Lorena], e seu proprietário não recorreu à política imperial

³⁵⁷ Baseado no Livro de Notas nº 62, 2º Cartório de Piracicaba. In: PERES, Maria Thereza Miguel. *O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 1990, p. 40.
³⁵⁸ TERCI; PERES, 2010, p. 447.

³⁵⁶ Gazeta de Piracicaba. Piracicaba, 07 jul. 1888. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

para a implantação dos engenhos centrais. Não estava, portanto, subordinado ao projeto dos setores agrícola e fabril e da proibição do trabalho escravo, que permaneceria nos trabalhos agrícolas da fazenda e talvez nas operações que não exigiam qualificação técnica na fabricação do açúcar e da aguardente.³⁵⁹

Com a dissolução da Sociedade Almeida Rocha e Bueno, em 1898, o complexo montealegrino foi vendido a Antônio Alves Carvalho. Aproveitando o cenário econômico promissor, ele transformou a pequena fábrica em uma das maiores unidades produtivas à época através da reestruturação da produção, contratação para o fornecimento de canas, compra de propriedades, instalação de colônias de trabalhadores e organização da companhia, que originou a Sociedade Anonyma Engenho Central Monte Alegre. Em 1900, a empresa apresentava o seguinte quadro de acionistas:

Tabela 19 – Sociedade Anônima Engenho Central Monte Alegre, 1900.

Accionista	Ações	Importâncias
Antônio Alves de Carvalho (pelo Banco Comercial Paulista)	500	100.000.000
Pedro de Almeida	200	40.000.000
João da Cunha Caldeira	100	20.000.000
Antônio Alves de Carvalho	500	100.000.000
Dr. Clemente Ferreira	50	10.000.000
Jonas Pompéia	10	2.000.000
Christiano C. R. Luy	50	10.000.000
	50	10.000.000
Francisco de Freitas	50	10.000.000
Total	1.510	300.000.000

Fonte: Dados coletados da pasta de documentos referentes a Usina Monte Alegre. Arquivo da Usina Monte Alegre. Apud. PERES, 1990, p. 41.

No início, a sede da Sociedade estava localizada na cidade de São Paulo, o capital social era de 300.000\$000 em 1.500 ações e os diretores eram remunerados anualmente. Com as alterações no estatuto votadas em Assembleia Geral de 14 de março de 1901, a sede foi transferida para Piracicaba e o presidente passou a ser remunerado mensalmente, assim como os diretores. Em 30 de janeiro de 1905, o capital social atingiu 750.000\$000, dividido em 3.250 ações de 200\$000 cada uma. Em

³⁵⁹ MELO, 2009, p. 242.

³⁶⁰ TERCI; PERES, 2010, p. 450.

³⁶¹ MELO, 2009, p. 258 e 309.

³⁶² PERES, 1990, p. 42.

1900, o *Boletim da Agricultura* indicou que o engenho produziu 900.000 quilos (5.000 sacas) de açúcar, porém a pesquisadora Eliana Tadeu Terci contabilizou 1.500.000 quilos de açúcar, quantidade superior ao padrão da fábrica à época. Para os anos 1901, 1902 e 1903, os dados apresentados pelo *Boletim* e pela pesquisadora se aproximam: 900.000, 600.000 e 800.000 quilos, de acordo com o primeiro, e 600.000, 512.400 e 750.000 quilos, conforme a autora. A despeito da discrepância entre os dados, vale salientar que "o engenho central de Antonio Carvalho passou a fabricar em média mais de 800.000 quilos de açúcar nos primeiros cinco anos do século XX."³⁶³

Os resultados do Engenho Central Monte Alegre despertaram o interesse dos grandes comerciantes de açúcar da época. Essa conjectura explicaria a sua aquisição pela Companhia União de Refinadores, em 1912. Em ata de assembleia extraordinária da empresa, realizada em 25 de março daquele ano, consta um aumento de capital na importância de 350:000\$000, cujos subscritores foram Pedro Morganti e a Companhia Puglisi–Nicola Puglisi em 50% cada um (1.750 ações – 175:000\$000). Na mesma reunião, registrou-se que

o Sr. Nicola Puglisi, diretor-presidente, usou da palavra, dizendo que a presente reunião foi convocada (...) para ser autorizada a diretoria a adquirir a propriedade agrícola e industrial, denominada Engenho Central Monte Alegre, sita na cidade de Piracicaba neste Estado, com todas as suas terras, plantações, maquinismos, benfeitorias, resoluções estas para as quais é indispensável a reforma dos estatutos; disse mais que o capital social para a aquisição aludida e para os negócios da companhia, que bastante desenvolvimento tem tido, é suficiente (...).

Como vimos, o crescimento da agroindústria paulista era alavancado nesse período, graças ao aumento de seu consumo interno decorrente, dentre outros fatores, das quedas na exportação do açúcar brasileiro. Entre os anos de 1891 a 1900, o país exportou 183.000 toneladas, enquanto que nos intervalos de 1901-1910 e de 1911-1920 as exportações não ultrapassaram 64.000 e 62.000 toneladas, respectivamente. ³⁶⁵ O secular e típico produto de exportação do Brasil gradativamente transformava-se em artigo de consumo interno. Isso se deveu em grande parte ao incremento do mercado

³⁶³ MELO, 2009, p. 326.

BRASIL. Decreto n.. 9.602, de 29 de maio de 1912. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 05 jun. 1912. Disponível: Acervo Digital JusBrasil <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

³⁶⁵ LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, p. 301.

interno com o aumento demográfico, especialmente em São Paulo com a chegada dos imigrantes, fazendo justamente crescer a produção açucareira para lhe garantir o abastecimento. Ao longo das décadas seguintes, o consumo global de açúcar de usina e engenho no país cresceu cerca de 30%, alcançando o consumo per capita de aproximadamente 28 Kg em meados de 1940.

Tabela 20 – Consumo dos açucares de usina e engenho no Brasil (1932-1945)

	Quantidade (scs. 60kg)			P	er capita (kg)	
Anos	Tipos de usina	Tipos de engenho	Total	Tipos de usina	Tipos de engenho	Total
1932	8.490.863	7.960.101	16.460.964	13,9	13,0	26,9
1933	8.324.334	7.521.163	15.845.497	13,4	12,1	25,5
1934	8.653.870	7.549.950	16.203.820	13,7	12,0	25,7
1935	10.173.996	6.143.065	16.317.061	15,9	9,6	25,5
1936	10.073.572	5.774.215	15.817.787	15,5	8,8	24,3
1937	10.074.906	5.664.091	15.718.997	15,3	8,5	23,8
1938	10.790.390	5.063.760	15.854.150	16,1	7,5	23,6
1939	11.552.107	5.572.217	17.124.324	16,9	8,2	25,1
1940	12.660.358	6.051.344	18.711.702	18,3	8,7	27,0
1941	13.195.377	7.050.568	20.245.945	18,6	9,9	28,5
1942	13.470.655	6.777.173	20.247.828	18,6	9,3	27,9
1943	14.000.674	6.765.036	20.765.710	18,9	9,2	28,1
1944	14.537.208	5.249.114	19.786.322	19,3	6,9	26,2
1945	15.742.112	5.630.103	21.372.215	20,5	7,3	27,8

Fonte: IAA – Anuários Açucareiros, 1942, p. 142), 1953-1954/1954-1955/1955-1956, p. 96.

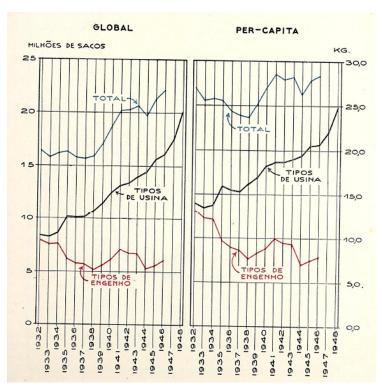


Gráfico 07 – Consumo de açúcar por tipos (1932-1948). Fonte: Anuário Açucareiro, 1948-49, p. 185.

³⁶⁶ SAMPAIO, 1976, p. 74.

Na safra de 1919-20, o nível médio de produção das usinas em Pernambuco foi de 28.200 sacos de 60 quilos de açúcar, enquanto que o das unidades localizadas em São Paulo foi de 35.800 sacas, mais que o dobro da média brasileira para o período (17.100 sacas de açúcar). Esses dados revelam que

as poucas usinas paulistas possuíam maior tamanho médio do que as de Pernambuco e as do Brasil e que a estrutura de produção usineira em São Paulo era menos heterogênea. Em grande medida isto se devia às quatro usinas do grupo francês Société des Sucréries Brésiliennes (Piracicaba, Villa Raffard, Lorena e Porto Feliz), às duas (Monte Alegre e Freitas, depois Tamoio) da Refinadora Paulista S. A. (pertencente à família Morganti), e à do Grupo Matarazzo (Amália).³⁶⁷

Nos primórdios da consolidação usineira, foi justamente o fator capital e a função ânimo de lucro que emprestaram feição capitalista às usinas em um grau não encontrado nos antigos engenhos e banguês. Acerca da produção canavieira, Mário Lacerda Melo³⁶⁸ afirmou que, nas usinas, a indústria do açúcar vivenciava a fase inicial da era da máquina,

quando vapor ainda exprimia a última palavra de progresso tecnológico... O que qualitativamente distingue o processo de fabricação de açúcar representado pela usina sabe-se que é sobretudo a evaporação a vácuo da água contida no caldo da cana. A esse característico, diversos outros se vêm juntar, ora quanto à qualidade, ora quanto à quantidade. (...) Conjuntos de moendas de grande capacidade de extração retiram da cana o máximo de açúcar e deixam o bagaço em condição de ser usado como combustível nas fornalhas das caldeiras. Outras fases do processo industrial procuram assegurar um mínimo de desperdício, o que se traduz por um máximo de rendimento. O produto obtido é dos tipos cristalizados, de menos impurezas que os açúcares de engenho. Do melaço residual, fabrica-se o álcool. Em suma, constituindo a aplicação no setor do açúcar dos modernos processos de produção, é a usina um tipo de fábrica em harmonia com os progressos tecnológicos do nosso tempo...³⁶⁹

³⁶⁷ RAMOS; PIACENTE, p. 03.

³⁶⁸ Mário Lacerda Melo foi chefe do Serviço de Estudos Econômicos do IAA (1943-1948), Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco (1964-1965), assessor da SUDENE (1968-1969) e Secretário Executivo do Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1967), dentre outros. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

³⁶⁹ MELO, Manoel Lacerda de. "Aspectos da Geografía do Açúcar no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografía*, vol. 16, n. 04, p. 474-476, 1954. Apud. SAMPAIO, 1976, p. 69-70.

Cabe salientar que a moenda foi, durante séculos e no mundo todo, o único equipamento utilizado para o processamento de cana e a obtenção de açúcar nas fábricas, sendo constantemente modificado. Passou de vertical para horizontal, de madeira para metal, de acionamento manual para o acionamento por motores a vapor e elétrico, dentre outros aprimoramentos. No Nordeste brasileiro, denomina-se moenda qualquer equipamento entre os quais a cana é esmagada, abrangendo "desde as engenhocas destinadas à produção do simples caldo-de-cana usado como refrigerante nos arremedos de botequim ou nas feiras, até as rudimentares instalações para o fabrico das rapaduras, de aguardente, de açúcar mascavo ou bruto-melado". 370

A sua importância e o princípio de seu funcionamento permanecem os mesmos até hoje: esmagar a cana e separar o caldo do bagaço, constituindo a primeira etapa da fabricação do açúcar. O conjunto fabril de uma usina de açúcar divide-se, basicamente, em duas partes: a edificação das moendas - que extraem o caldo da cana - e as demais instalações, nas quais ocorre a fabricação do açúcar e do álcool a partir desse caldo. Como o processo industrial nada produz sem o caldo que lhes mandam as bombas da primeira parte, pode-se concluir que as peças mais importantes de uma usina são as moendas, ou sejam, os rolos, que esmagam e espremem a cana-de-açúcar, separando o líquido sacarino das fibras que compõem o bagaço. 371

Nas moendas usineiras, os rolos (também denominados como cilindros ou tambores) são em ferro fundido e dotados de ranhuras em forma de "V", com a função de agarrar a cana esmagada ou o bagaço em seu caminho mecânico. Em geral, essas moendas apresentam de quatro a sete unidades de moagem, chamadas de ternos. Cada terno é composto por três rolos (superior e inferiores), aos quais se incorpora um quarto rolo com a função de realizar a "alimentação forçada" (entrada de cana-de-açúcar no terno). 372 Os três rolos de um terno de moenda convencional são dispostos em formato triangular, numa armação inclinada ou reta que se denomina virgem, pedestal ou castelo. O rolo superior é afixado na ponta do vértice de cima do triângulo e gira no sentido anti-horário. Abaixo dele, encontram-se os inferiores: rolo de entrada (anterior ou "rola cana") e o de saída (posterior ou "rola bagaço"), que giram no sentido horário. A disposição dos rolos permite que a cana seja esmagada duas vezes: uma entre o rolo

³⁷⁰ BAYMA, Cunha. *Tecnologia do açúcar*. Da matéria-prima à evaporação. Rio de Janeiro: IAA, 1974, p. 29. 371 Ibidem, 1974, p. 34.

³⁷² ZOCCA, Marcelo. *Máquinas e equipamentos – açúcar e álcool*. Piracicaba: COTIP – Colégio Técnico e Industrial de Piracicaba/ Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, s/d, p. 01-03

superior e o rolo de entrada, e outra entre o rolo superior e o rolo de saída. Ao passar pelo rolo superior e o de entrada, a cana é conduzida por sobre uma bagaceira até o rolo de saída. Os rolos de entrada e de saída são fixos, enquanto o superior se movimenta para cima e para baixo. A cana é conduzida de um terno a outro através de esteiras intermediárias. Os ternos de moenda podem ser acionados por turbinas a vapor (final do século XIX), motores elétricos (século XX) ou motores hidráulicos, mais recentemente. O acionamento dos ternos pode ser individual, duplo ou único para todo o conjunto.³⁷³

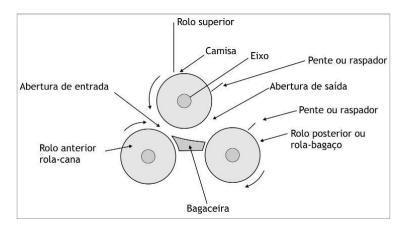


Imagem 14 - Representação esquemática de um terno de moenda. Disponível em: http://repositorio.sead.ufscar.br/handle/123456789/572. Acesso em: 11 dez. 2014

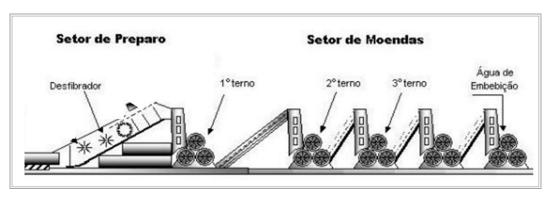


Imagem 15 - Representação esquemática de um conjunto de moendas com três ternos, adaptada de esquema apresentado por LIMA; FERRARESI, 2006, p. 03.

No processamento da beterraba, o principal maquinário era (e continua sendo) o difusor, que também foi incorporado pela agroindústria canavieira no final do século XIX. Na época, as usinas cubanas e jamaicanas passaram a utilizar o conjunto

2

³⁷³ Cf. RIBEIRO, Paulo Roberto. *A usina de açúcar e sua automação*. S/d: Smar Equipamentos Industriais Ltda., 2003, p. 38; e ZOCCA, Marcelo. *Máquinas e equipamentos – açúcar e álcool*. Piracicaba: COTIP – Colégio Técnico e Industrial de Piracicaba/ Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, s/d, p. 01-03.

sequencial de três e de até quatro moendas, cada vez maiores, em substituição as primeiras moendas com cinco, seis ou oito rolos.³⁷⁴ Os conjuntos de moendas viraram unanimidade por sua eficiência e também por flexibilizar a produção, tornando-se comuns no Brasil durante a primeira década do século XX, especialmente em Pernambuco e no Rio de Janeiro, principais estados produtores de açúcar naquela época. As inovações introduzidas na Europa e nos Estados Unidos proporcionaram maior eficiência, especialmente os trens de moendas e os controles hidráulicos de pressão nos rolos e esmagadores.³⁷⁵ O quadro abaixo apresenta um panorama geral da composição mecânica e da capacidade de processamento das principais usinas paulistas no início do século passado:

Tabela 21 - Dados das principais usinas de São Paulo - Safras de 1910 e 1911 (sacos de 60 kg)

Unidade	Sistema	Força motriz	Capacidade esmagamento (tc/dia)	Safra 1910		Safra 1911	
				tc moída	sacas açúcar	tc moída	sacas açúcar
Esther	Difusor	300 CHE	230	-	-	-	30.000
Monte Alegre	2 moendas	500 CV	250	30.000	37.000	20.000	27.000
Piracicaba	3 moendas c/desfibrador	740 CV	500	58.900	92.800	82.800	95.850
Vila Raffard	3 moendas	750 CV	350	47.600	69.810	36.200	39.160
Lorena	4 moendas	500 CV	270	18.700	25.540	14.900	20.000
Porto Feliz	2 moendas	158 CV	250	13.800	21.430	9.900	12.500
Amália	3 moendas	800 V	300	36.000	49.800	17.000	24.000
Freitas	3 moendas	330 CV	200	-	=	4.100	5.300
Itahyquara	2 moendas c/esmagador	-	200	-	-	4.137	5.000
Schmidt	1 moenda c/ repressão	220 CV	200	19.071	23.600	14.000	17.000
Pimentel	3 moendas c/esmagador	200 CV	120	8.100	7.000	-	
Cachoeira	1 moenda	-	38	3.052	3.307	-	-
Barra	1 moenda	-	20	1.200	1.000	800	600

Adaptado de BRANDÃO SOBRINHO, 1912, p. 94-96.

No final dos anos 1920, a introdução de um número cada vez maior de ternos com trituradores no conjunto aumentou significativamente a capacidade e o coeficiente

-

³⁷⁴ MATTOS, Antônio Gomes de. *Esboço de um manual para os fazendeiros de assucar*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1882.

³⁷⁵ RAMOS; PIACENTE, 2010, p. 03.

de extração do caldo. A versatilidade da composição visava sempre a eficiência na extração, que aumenta com a instalação de rolos e ternos no conjunto, significando maior "capacidade da usina em toneladas de matéria-prima esmagadas por hora, a quantidade de fibra e – o que é mais importante – o rendimento industrial em termos de açúcar obtido por tonelada de cana moída". A simples adição de um segundo terno a um sistema de moendas composto por um terno de moenda e um esmagador, por exemplo, elevava o coeficiente de extração de 80% para 85%, aumentando a capacidade de esmagamento de 125 para 150 toneladas de cana por dia 377, como demonstra o quadro a seguir.

Tabela 22 - Composições de moendas e respectivas capacidades de esmagamento e extração (eficiências) – safra de 1927

Composição	Cilindros	Capacidade de extração	Capacidade de esmagamento (tonelada de cana/dia)
1 terno de moenda	03	75%	100
1 terno de moenda + 1 esmagador	05	80%	125
2 ternos de moenda + 1 esmagador	08	85%	150
3 ternos de moenda + 1 esmagador	11	90%	200
4 ternos de moenda + 1 esmagador	14	95%	225

Fontes: NEVES, 1937, p. 19.

As possibilidades na composição dos equipamentos viabilizaram a divisão do processo de extração da sacarose em fases ordenadas e bastante automatizadas, reduzindo a interferência humana no processo de fabricação. A partir da década de 1930, o arranjo tecnológico dividiu o processo de extração por esmagamento em duas etapas: a preparação da cana e a moagem, como demonstra a representação gráfica do conjunto de moendas inserida anteriormente. Fazia parte do Setor de Preparação o desfibrador (dilacera a cana, expondo células com sacarose) e o picador (tritura a cana, possibilitando distribuição regular de material na entrada da moenda). Já o Setor de Moagem (ou de Extração) era composto por uma seqüência de até seis ternos de moendas, com três cilindros que exerciam pressões de esmagamento diferentes. 378

Completado o estágio de moagem da cana-de-açúcar, o caldo resultante é destinado aos processos de extração do açúcar ou transformação em álcool, passando

³⁷⁶ BAYMA, 1974, p. 29.

³⁷⁷ RAMOS; PIACENTE, 2010, p. 04.

³⁷⁸ Idem, *Ibidem*, 2010, p. 04.

em ambos por etapas que envolvem maquinários pesados e equipamentos complexos. Retomando o que foi mencionado no início deste capítulo de que a indústria canavieira requer avançadas tecnologias e pesados investimentos, é importante destacar que as usinas localizadas na região piracicabana saíram na frente das demais. Nesse sentido, a industrialização em Piracicaba apresenta a peculiar simbiose desenvolvida entre a agroindústria canavieira e a indústria metalmecânica que, inclusive, persiste até hoje.

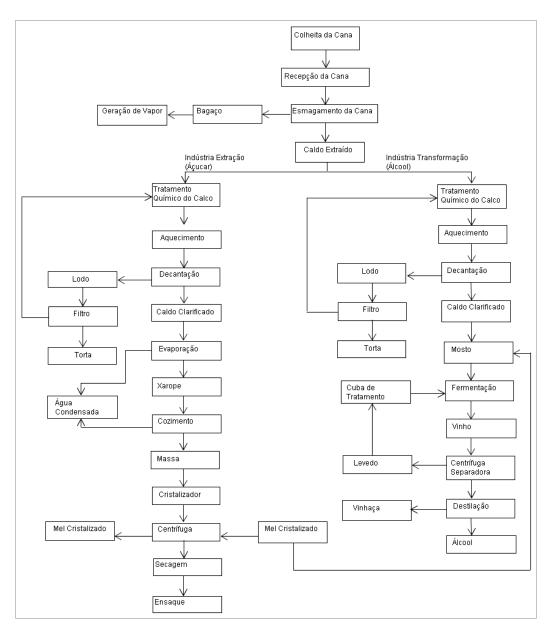


Imagem 16 - Fluxograma geral do processo de fabricação de açúcar e álcool. Fonte: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP) / Faculdade de Engenharia Mecatrônica. Disponível em: http://www.mecatronica.eesc.usp.br >. Acesso em 10 fev. 2015.

Mesmo os antigos engenhos e as usinas pioneiras demandavam constante manutenção e reposição de peças para manterem suas eficiências. Ao longo do século XX, a produção mecânica e metalúrgica em Piracicaba abrangeu uma gama diversificada de produtos, destinados principalmente ao uso pela indústria. Em seu estudo sobre a geografia industrial piracicabana, a pesquisadora Silvia Sampaio apontou que a importância do ramo industrial na região caracterizava-se tanto pelo número elevado de estabelecimentos quanto por sua significância, destacando a atuação do grupo Dedini e da empresa futuramente incorporada, a Metalúrgica de Acessórios para Usinas S.A. (Mausa S.A.), cuja trajetória se detalhará no próximo item deste capítulo.

Na verdade, pequenas oficinas surgiam na cidade desde fins do oitocentos, formando-se o embrião do futuro núcleo metalmecânico paulista, em Piracicaba. Dentre as pioneiras, estiveram as Oficinas Krähenbuhl, fabricante de tílburis e troles, fundada em 1870. Considerada a primeira grande indústria mecânica paulista, "com 40 operários, número elevado para a época, esse estabelecimento se constituiu em um dos pioneiros na introdução de carroças e carros à tração animal, chegando a exportar carros para todo o estado de São Paulo". Além dessa, registram-se a fábrica de arados e troles de João Martins, estabelecida em 1900, e a Funilaria e Caldeiraria Vesúvio, fundada no ano de 1907 por Victorio Furlani.

Também é relevante mencionar a Oficina e Fundição Teixeira Mendes & Cia., que trabalhava com a forja de ferro e bronze, mecânica, carpintaria e veículos. Em 1920, a oficina aceitou o desafio de atender à encomenda feita pelo Engenho Central de Lorena de uma peça de sete toneladas que sustentava três mancais da moenda e precisaria ser trazida da França, caso não pudesse ser forjada no Brasil. Como sua fundição tinha capacidade para apenas 1.600 quilos, Teixeira alugou um local na cidade de São Paulo para realizar o procedimento. A peça danificada, então, foi levada de Lorena para Piracicaba, onde se fez um molde em madeira, o qual foi levado à Capital paulista e utilizado na fabricação de uma nova peça para reposição. A Teixeira Mendes & Cia. ainda respondeu por outros grandes serviços, como reformas de peças para engenhos centrais e de duas locomotivas para a Estrada de Ferro Sorocabana, e também por reparos em itens menores, como ventiladores para porões, ferros de engomar para alfaiates, serras circulares, tornos mecânicos, panelas de alumínio, dentre outros. O

³⁷⁹ SAMPAIO, 1976, p. 84.

estabelecimento localizava-se em antigos edifícios e barracões na atual Rua Octávio Teixeira Mendes.³⁸⁰

Em seu estudo sobre a industrialização em São Paulo, Warren Dean afirma que, nos anos 1920, as atividades fabris mais importantes empregaram materiais agrícolas locais, principalmente algodão, couro, cereais, madeira, minerais não metálicos (barro, areia, cal e pedras), constando dentre esses itens a cana-de-açúcar. As jazidas de ferro eram exíguas, mas já subsistia uma indústria metalúrgica em pequena escala, que fabricava peças sobressalentes, máquinas especializadas e equipamentos por encomenda. Contudo, nessa fase, o setor industrial era marginal dentro da economia orientada para a exportação e, "enquanto os únicos fregueses dos fabricantes paulistas foram os agricultores e seus rendeiros, a indústria continuava sendo uma empresa arriscada e mais especulativa do que a própria plantação". ³⁸¹

Em Piracicaba, considera-se como o marco da consolidação da indústria metalmecânica a fundação da Oficina Dedini. Nascido na comuna italiana de Lendinara, na região do Vêneto, Mário Dedini formou-se como mestre-mecânico na Escola Técnica de Desenho Mecânico de sua cidade natal e trabalhou em uma grande usina de açúcar de beterraba, provavelmente a Fabbrica Lendinarese per lo Zucchero di Barbabietola G. Maraini & C., inaugurada em 1900.³⁸² Entre 1913 e 1914, às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial, ele e seu irmão, Armando Cesare, vieram para o Brasil, trabalhando inicialmente na Usina Santa Amália (Santa Rosa do Viterbo) e

NETTO, Cecílio Elias. "Usinas: Teixeira Mendes antes de Dedini. O pioneirismo industrial de Piracicaba foi marcante no início do Século XX." In: *Memorial de Piracicaba: Almanaque 2002-2003*.
 Piracicaba: Tribuna Piracicabana/ Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2003. Disponível em: http://www.aprovincia.com. Acesso em: 13 mar. 2013.
 DEAN, 1971, p. 16.

^{382 &}quot;Concepito alla fine dell'Ottocento, lo zuccherificio lendinarese ha segnato per il Polesine l'avvio di un innovativo processo di industrializzazione legato ai prodotti dell'agricoltura. L'avvento dell'industria ha costituito una tappa fondamentale nella storia della economia polesana, trasformandola da prevalentemente agricola a mista. (...) Alla costruzione dello zuccherificio, che avviene tra la primavera del 1899 e l'estate del 1900, trovano occupazione circa 250 operai manovali avventizi, con una paga oraria che varia dai 20 ai 13 centesimi all'ora, ed una giornata lavorativa variabile, a seconda della stagione, dalle 9 alle 12 ore. Il 22 settembre 1900 viene inaugurato ufficialmente lo zuccherificio. Alla cerimonia sono presenti tutte le autorità, la stampa e la gente bene di Lendinara. (...)Lo zuccherificio entra in attività con la campagna saccarifera del 1900, lavora inizialmente 5000 quintali di bietole al giorno e tiene impiegati per la durata della campagna, che è di oltre 60 giorni, circa 400 operai di cui la maggior parte sono di Lendinara. Tra il 1908-1909 lo stabilimento viene ampliato per adeguarsi alle sempre maggiori richieste di zucchero da parte del mercato, la sua capacità di lavorazione viene portata da 7600 a 14000 quintali di barbabietole lavorate nelle 24 ore. Diventa così il più grande zuccherificio d'Italia, superando quello di Legnago che fino a pochi anni prima era considerato uno dei più grandi d'Europa." MARANGONI, Massimo. "Lo zuccherificio di Lendinara". In: Ventaglio [online], n. 49, luglio 2014. Disponível em:< http://www.ventaglio90.it/articolo.php?id=1220>. Acesso em: 15 abr. 2015.

posteriormente na Usina Santa Bárbara, de Adolpho Lourencini (Santa Bárbara d'Oeste). 383

Em 1920, os irmãos Dedini compraram de José Sbravatti uma pequena oficina de carpintaria e ferraria na Vila Rezende, em Piracicaba, transformando-a na firma Mário Dedini & Irmão, fábrica e oficina de reparos de carroças, charretes e outros veículos, bem como reparação de peças para máquinas agrícolas, engenhocas, caldeiras e fundição. Mário continuou a trabalhar na Usina Santa Bárbara, da qual assumiu a gerência, enquanto Armando se dedicava à firma. A partir de 1922, a oficina diversificou suas atividades e passou a atuar como prestadora de serviços na fabricação de peças e reparos de moendas, caldeiras e outros equipamentos, não fugindo à regra das oficinas fundadas desde fins do século XIX.³⁸⁴ Com a morte do irmão, em 1926, Mário se transferiu para Piracicaba e assumiu a direção da empresa, que então se denominaria M. Dedini. O empreendimento continuou expandindo, com a instalação de uma seção mecânica e uma pequena fundição de ferro³⁸⁵, incremento que possibilitou, "além de reparos a pecas quebradas ou desgastadas, produzir certos equipamentos mais simples, provenientes do exterior o que, de imediato, era de todo interesse dos proprietários de engenhos, que não mais precisariam importá-los a preços mais elevados."386

Entre 1926 e 1928, a firma iniciou a montagem de moendas, além da fabricação de eixos, engrenagens, luvas, camisas, mancais, facas, rodetes e outros componentes. As moendas "eram relativamente simples, constituindo-se em três cilindros horizontais e outras peças de ferro fundido, em sua maior parte acionados por motores elétricos de baixa potência." A Dedini deixava de ser uma simples oficina de reparos para transformar-se em uma empresa de produção de equipamentos, porém sua estrutura ainda era modesta no início da década de 1930 quando comparada a outros estabelecimentos de São Paulo. Ainda assim, com um capital constituído por 200.000 réis na época, a M. Dedini já figurava dentre os 20 maiores fabricantes paulistas de produtos para a agroindústria canavieira, cuja liderança cabia à Cia. Mac-Hardy

³⁸³ A Usina Santa Amália foi comprada pelo Conde Francisco Matarazzo, durante década de 1930.

³⁸⁴ MALUF, R. S. J. (org.). Aspectos da constituição do mercado de trabalho urbano e rural de Piracicaba. Piracicaba: UNIMEP, 1984, p.29.

³⁸⁵ TERCI; PERES., 2010, p. 454.

NEGRI, Barjas. Estudo de Caso da Indústria Nacional: Análise do Grupo Dedini (1920 - 1975). Piracicaba: Equilíbrio/ Instituto Histórico e Geográfico - IHGP, 2010, p. 28-29.

³⁸⁷ MARSON, Michel D. *Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1960.* Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012, p. 128.

(sediada em Campinas, com capital de 943 mil réis) e à Comp. Ind. Stamato (localizada em São Paulo, capital de 400 mil réis). 388

A partir do final dos anos 1930, porém, as atividades da empresa expandiram largamente. A partir da experiência com o reparo de peças e a formação em desenho mecânico, Dedini fabricou, em 1939, o primeiro equipamento para usinagem canavieira: um conjunto de moendas para a Usina Nossa Senhora Aparecida, localizada no município paulista de Itapira. Aliás, esse fator diferenciou a M. Dedini das demais oficinas similares, resultando na ampliação da firma e na transformação desta em uma empresa industrial. Em 1943, foi fundada a Codistil - Construtora de Destilarias Dedini S/A e, em 1952, a Dedini Refratários, destinada à produção de cerâmica vermelha. Progressivamente, o empreendimento "constituiu uma base produtiva composta de um conjunto de empresas que passaram a oferecer uma variedade de equipamentos e máquinas para muitas atividades do complexo canavieiro paulista."



Imagem 17 - Aprendizes e funcionários na Oficina Dedini. Acervo da Dedini S/A - Industria de Base.

Dentre as características que poderiam explicar a grande expansão da firma estava o tipo de relacionamento que Mario Dedini estabelecia com os usineiros e, especialmente, o método que adotava para vender seus produtos. Os equipamentos usados do cliente eram aceitos como forma de pagamento na compra de novos, sendo então reformados e revendidos para usinas de menor porte. Essa prática possibilitava a assimilação da tecnologia do maquinário retirado e, ao mesmo tempo, incentivava que

³⁸⁸ MARSON, Michel D. "A evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil". *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.24, p. 685-710, set./ dez. 2014, p. 693 e 701.

³⁸⁹ Fonte: Dedini S/A – Indústria de Base. Disponível em: http://www.codistil.com.br/>. Acesso em: 26 mar. 2015.

³⁹⁰ RAMOS, Pedro; SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. "Evolução histórica dos grupos empresarias da agroindústria canavieira paulista". In: *História Econômica & História de Empresas*, n. 1, 2012. p. 96.

as usinas antecipassem a decisão de modernizar suas fábricas. Quando um grupo ou empresa pretendia realizar inversões no setor sucroalcooleiro, mas não dispunha de recursos suficientes para alavancar o empreendimento, Dedini

aproveitava a oportunidade para vender seus equipamentos e participar como sócio entrando na sociedade apenas com os equipamentos produzidos por sua firma. A vantagem de agir assim, além da ampliação imediata do mercado, residia no fato de garantir no futuro uma demanda cativa para sua produção, quer seja pelas peças de reposição necessárias anualmente, como porque as unidades produtoras em geral são projetadas para que se possam realizar ampliações posteriores de capacidade produtiva, o que evidentemente asseguraria um mercado para os produtos Dedini, quando se efetuassem tais expansões.³⁹¹

Acompanhando e até impulsionando o processo de modernização das usinas de açúcar, a estratégia de Dedini garantiu sua consolidação no ramo, possibilitando seu desenvolvimento como um grande complexo industrial e único produtor da maior parte dos equipamentos de usinagem de cana-de-açúcar. Isso também demonstra que a "opção locacional" para o empreendimento não foi feita ao acaso, mas sim com base na projeção do potencial que o mercado lhe proporcionava na região de Piracicaba. A concentração de capital decorrente evidencia que o sucesso das firmas industriais dependia, sobretudo, de certa iniciativa para aproveitar as oportunidades oferecidas pela conjuntura. Nesse sentido, a trajetória da maior empresa do núcleo metalmecânico do subsetor também elucida as formas que a indústria voltada para a produção sucroalcooleira encontrou para o financiamento de sua expansão. É possível afirmar que as estratégias de acumulação praticadas por essa empresa de cunho familiar estão na origem e consolidação do grande capital usineiro em São Paulo, em conformidade com o que apresentamos no primeiro capítulo deste estudo.

Entre 1943 e 1959, o grupo era constituído por seis empresas, que produziam maquinários para usinas, destilarias de álcool, alambiques de aguardente, dentre outros itens, fornecendo também implementos agrícolas, transformadores elétricos e vergalhões para a construção civil. ³⁹³ Cabe pontuar também que as vendas do grupo

³⁹¹ NEGRI, 2010, p. 45.

³⁹² TERCI; PERES, 2010, p. 454.

³⁹³ NEGRI, Barjas. *Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: uma análise do Grupo Dedini (1920-1975)*. Dissertação (Mestrado em Economia), Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1977.

Dedini tornaram-se maiores que as importações de máquinas a partir de 1949. Em 1952, obteve valor de venda três vezes maior do que todas as importações brasileiras de máquinas e equipamentos para a fabricação sucroalcooleira. A representatividade alcançou o patamar nacional, a ponto de o presidente Juscelino Kubitscheck lhe conferir a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul, conforme noticiado à época:

Piracicaba que sabe o quanto é merecedor o comendador Mário Dedini dessa distinção do governo brasileiro, exulta com medida, justa e oportuna, que vem laurear um grande batalhador de um dos mais importantes setores da economia brasileira. ³⁹⁵

Numa ocasião em que estava na cidade, Kubistchek foi convidado para ser paraninfo dos formandos em agronomia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), e, segundo o Jornal de Piracicaba, comentou em seu discurso:

Ao visitar, hoje, a Indústria Mario Dedini S.A. surpreendi-me do arrojo e da imponência de suas instalações. – Presidente da República, dominado pela preocupação de estabelecer bases sólidas e poderosas à indústria do meu País, quero louvar, com calor e entusiasmo. Iniciativas como esta de Mário Dedini contribuem para a emancipação econômica do Brasil e firmam, assim, os alicerces da nossa soberania. 13-3-58, Juscelino Kubitscheck. 396

É relevante salientar que o teor do pronunciamento de Kubitscheck coadunava com as expectativas declaradas em seu Plano de Metas (1956-1960), cuja implantação provocou significativo crescimento do setor industrial. Notadamente, verificou-se um aumento da produção gerada no agrupamento das indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis (mecânica e materiais de transporte, elétrico e de comunicações, dentre outros)³⁹⁷. O desenvolvimento da M. Dedini e demais empresas do ramo metalmecânico de Piracicaba no período expressa a "fase da industrialização pesada" como superação da etapa de "industrialização restringida", cujos aspectos principais expusemos no início deste capítulo. Na década anterior, o processo de industrialização

³⁹⁴ Cf. SAMPAIO, 1976.

³⁹⁵ Jornal de Piracicaba, 02 abr. 1957. Apud. BILAC, Maria Beatriz B.; TERCI, Eliana T.; PADILHA, Danieli Alves; MAESTRELLO, Aba Paula V. *Piracicaba: a aventura desenvolvimentista* (1950-1970). Piracicaba: MB Editora, 2001, p. 61.

 ³⁹⁶ Jornal de Piracicaba, 14 mar. 1958. Apud. BILAC; TERCI; PADILHA; MAESTRELLO, 2001, p. 39.
 ³⁹⁷ NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.p. 37 et seq.

brasileiro enfrentou entraves na importação dos equipamentos necessários para lhe dar suporte. A conjuntura de reestruturação em que os países se confrontaram

para superar as perdas da guerra, impondo fortes restrições às importações, está entre as determinantes da denominada "fase da industrialização restringida", que, carente de base tecnológica, teve seu curso de substituição de importações restrito aos setores de bens de consumo. A conjuntura do pós-guerra, entretanto, favoreceu significativamente o desenvolvimento das Indústrias Dedini, na medida em que seu proprietário soube aproveitar o momento de dificuldade que as usinas brasileiras enfrentavam para importar componentes para reposição de seus equipamentos e se aparelhou para fornecê-los.³⁹⁸

As importações cresceram 40% em valor entre 1936 e 1937, causando uma escassez de divisas que serviu para justificar a dívida externa e a adoção de monopólio cambial do governo após o golpe de novembro de 1937. Om exceção dos bens de capital, consumo durável e intermediários do gênero elétrico, a produção nacional já representaria mais de 90% da oferta no final da década de 1930. Durante a Segunda Guerra Mundial, as exportações brasileiras foram impulsionadas por acordos de suprimentos de materiais estratégicos para os Estados Unidos e no crescimento da demanda de produtos nacionais em mercados tradicionalmente atendidos pelas indústrias norte-americana e britânica, ambas em esforço bélico no período. Além disso, deveu-se às remessas de algodão e carne para o Reino Unido e aos melhores preços de café definidos pelo Convênio Interamericano 401, firmado em 1940. O considerável

³⁹⁸ BILAC; TERCI; PADILHA; MAESTRELLO, 2001, p. 38.

³⁹⁹ A Constituição promulgada em 1934 previa eleições presidenciais em 1938. Os anos de 1936 e 1937 foram marcados por disputas políticas e tentativas de neutralização das resistências civis e militares à continuidade de Getúlio Vargas no poder. Lançaram-se como candidatos Armando de Sales Oliveira (então governador de São Paulo), José Américo de Almeida e Plínio Salgado (líder da Ação Integralista Brasileira). Em 10 de novembro de 1937, um golpe liderado pelo presidente Vargas e apoiado pelo General Góes Monteiro iniciou o período autoritário conhecido como Estado Novo, findo em 1945.

FISHLOW, Albert. "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil". *Estudos Econômicos*, 2(6), p. 07-75, dez. 1972.

⁴⁰¹ O Convênio Interamericano do Café, foi um acordo entre países produtores e consumidores, "firmado em Washington a 28 de novembro de 1940, pelo qual os Estados Unidos estabeleceram para os países latino-americanos u m regime de quotas básicas anuais de exportação. Este acordo, que foi provocado pelas circunstâncias da guerra — desaparecimento do mercado europeu para os países latino-americanos e conseqüente desproporção entre produção é consumo, interesses políticos de segurança dos E UA na ocasião, que aconselharam um acordo com a América Latina — apesar dos seus aspectos positivos trouxe dificuldades para os países produtores em função da rigidez do preço-teto para o café imposto pelos EUA e que vigorou de 1942 a 1946." LAFER, Celso. "O Convenio Internacional do Café". *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 68, n. 02, p. 285-340, 1973, p. 286-287.

aumento nas exportações provocou elevação dos saldos da balança comercial brasileira, alavancados também pela escassez de importações.⁴⁰²

Os efeitos das dificuldades relacionadas às importações provocaram efeitos contraditórios no desempenho da economia brasileira. Se, por um lado, a fabricação de determinados bens podia desenvolver-se como alternativa aos similares importados, por outro o crescimento industrial acabava limitado por problemas na obtenção de bens de capital e insumos essenciais que viabilizassem a ampliação da capacidade produtiva. Contudo, os entraves à importação não causaram redução significativa da taxa de crescimento da produção industrial doméstica agregada. Após relativa queda entre 1937-1939 para 6,1% ao ano, a taxa de crescimento do produto industrial diminuiu para 1,6% nos anos de 1940-1942. Já no intervalo de 1943-1945, quando a escassez de insumos e de bens de capital continuou grave, a taxa média de crescimento foi de 9,8%, comparável aquela verificada entre 1933 e 1939. 403

Durante o governo Dutra, o sistema de contingenciamento das importações instituído com objetivo de racionar e melhor aplicar a moeda estrangeira frente ao cenário externo, acabou contribuindo para o crescimento da indústria brasileira no pósguerra. Nas sucessivas fases de aplicação, o controle foi implementado para promover o crescimento industrial por substituição de importações. Tavares considera que as medidas aplicadas em relação ao câmbio e à contenção das importações de bens de consumo não essenciais e daqueles com similares nacionais estimularam a implantação interna de indústrias substitutivas desses gêneros, especialmente os bens de consumo duráveis. Os desenvolves desses gêneros, especialmente os bens de consumo duráveis.

No segundo período Vargas, os interesses ligados à indústria foram protegidos da competição internacional através do controle de importações e do acesso a insumos relativamente baratos. Apesar dos discursos varguistas variarem conforme a circunstância e o público alvo, o governo aumentou a proteção à produção doméstica por meio de aumento de impostos específicos, regulação do consumo compulsório de matérias-primas de produção nacional e proibição de importações de equipamentos para as indústrias com capacidade ociosa. A ideia de fomento do setor industrial como

⁴⁰² ABREU, 2014, p. 95.

⁴⁰³ Ibidem, p. 96.

⁴⁰⁴ VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização, 1946-1851". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). *A ordem do progresso:* dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 105-119, p. 112.

⁴⁰⁵ TAVARES, 1972, p. 71.

⁴⁰⁶ ABREU, 2014, p.86.

requisito essencial à manutenção da independência do país foi um dos alicerces do projeto de desenvolvimento de Vargas, havendo convergência de discursos da burocracia e de líderes da burguesia industrial, que procuravam identificar a industrialização com o interesse nacional. ⁴⁰⁷A industrialização no país intensificou-se com o término da Segunda Guerra Mundial e concentrou boa parte de seus efeitos no estado de São Paulo, cuja participação no valor da produção industrial brasileira havia crescido de 45% em 1939 para 54,5% em 1959.

Seguindo a trajetória de industrializações tipicamente retardatárias, o crescimento verificado em 1930-50 é um indicativo que as etapas de predomínio absoluto do segmento de bens de consumo não duráveis (alimentos, tecidos, bebidas etc.) dos anos 1920 era superada, havendo maior equilíbrio nas décadas seguintes entre estes e os seguimentos de bens de consumo duráveis (dentre os quais, eletrodomésticos e veículos) e de bens de capital (máquinas e equipamentos, como mencionado). Os dados do período revelam que o crescimento industrial no período - mais propriamente a partir de 1933 – ocorreu

com a progressiva diversificação dos ramos produtivos, no sentido do aprofundamento da estrutura industrial rumo a setores mais "pesados" e com crescente integração intersetorial. Assim, não se trata apenas de "substituir importações" no sentido estrito do termo, ou seja passar a produzir internamente o que antes era importado, e sim estabelecer elos entre as industrias produtoras de bens de consumo – duráveis e não duráveis – e aquelas fornecedoras de insumos e de bens de capital. 408

A acelerada expansão e diversificação da indústria paulista refletiram em sua distribuição pelo território. As primeiras fábricas haviam se instalado no interior do estado, no final do século XIX, como as tecelagens de Itu, Piracicaba, Jundiaí, Santa Bárbara, Tatuí, Sorocaba e São Luiz do Paraitinga, com justificativas primordiais na disponibilidade de matéria-prima e na existência de rios para utilização de energia hidráulica. No transcorrer da década de 1930, porém, o crescimento industrial reforçou a tendência à concentração na chamada Grande São Paulo. Nos anos de vigência do

⁴⁰⁸ SAES; NOZOE, 2014, p. 131.

⁴⁰⁷ CORSI, Francisco Luiz. "O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira". In: BASTOS, Pedro Paulo Z; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 219-252, p. 229.

Plano de Metas, a concentração industrial nos arredores da cidade de São Paulo inibiu a formação de uma indústria diversificada no interior do estado. Dessa forma, até 1960 - ou mesmo 1970 - havia municípios interioranos em que um determinado tipo de indústria, ou às vezes uma empresa industrial, caracterizava o setor local. Dentre os exemplos típicos, estavam as usinas de açúcar de Piracicaba. 409

Embora tenha se diversificado, o processo de industrialização na região tendeu à produção sucroalcooleira e ao fabrico de equipamento pesado (máquinas, peças e acessórios) para usinas de açúcar e destilarias de álcool e aguardente. Observa-se um exemplo de interligação entre agricultura local e crescimento da indústria. Al As atividades agroindustriais da região impulsionaram o incremento das empresas que atendessem à crescente demanda de bens de capitais relacionados ao ramo canavieiro. Em via de mão dupla, a oferta de maquinário e a assistência técnica com prazos e preços acessíveis possibilitaram o desenvolvimento da indústria sucroalcooleira em Piracicaba por meio de uma trama de relações formada entre os dois setores e acentuada pela intervenção do Estado. O quadro seguinte constitui um retrato da indústria brasileira de máquinas e equipamentos para o setor no início da década de 1960, pelo qual é possível observar a hegemonia piracicabana no setor:

Tabela 23 – Principais fabricantes de máquinas para a agroindústria canavieira (1963)

Empresa	Local	Fundação
Cia. Federal de Fundição	Rio de Janeiro-RJ	1901
3		
Bardella S.A. – Ind. Mecâncias	São Paulo-SP	1911
Lilla de Máquinas Ind. e Com.	São Paulo-SP	1918
M. Dedini S.A Metalúrgica	Piracicaba-SP	1920
Morlet – Equip. usinas açúcar e álcool	Piracicaba-SP	1936
Codistil – Construtora destilaria Dedini	Piracicaba-SP	1943
Mausa S.A. – Equip. usinas de açúcar	Piracicaba-SP	1948
Santin S.A. – Indústria Metalúrgica	Piracicaba-SP	1948
Mepir – Metalúrgica Piracicabana S.A.	Piracicaba-SP	1950
Zanini S.A. – Equipamentos pesados	Sertãozinho-SP	1950
Fundição Goytacaz S.A.	Campos-RJ	1953
Mescli – Metalúrgica Santa Cruz S.A.	Piracicaba-SP	1953
Fazanaro S.A. – Industrial e Comercial	Piracicaba-SP	1954
Conservit S.A. – Fábricas de Caldeiras	São Paulo-SP	1955
Mario Mantoni Metalúrgica Ltda.	Piracicaba-SP	1956
Cimei – Cia. metalúrgica de Equip.	Araras-SP	1959
Metalúrgica Conger S.A.	Piracicaba-SP	1962

Fonte: BANAS, 1963, p. 43; NEGRI, 1981, p. 94. Apud. MARSON, 2014, p. 702.

Nota: A Morlet foi adquirida pelo grupo Dedini, em 1958, e incorporada à Codistil, em

1969. A Mepir foi incorporada ao grupo Dedini em 1969.

400

⁴⁰⁹ Ibidem, 2014, p. 132-134.

⁴¹⁰ SAMPAIO, 1976, p. 74.

⁴¹¹ MARSON, 2012, p. 138.

2.4. Um capítulo da indústria sucroalcooleira: a Usina Monte Alegre

Vi as turbinas no cansaço da respiração ofegante. Vi os feixes de cana, chegando ao estômago das trituradoras e o sumo a escorrer, como o sangue doce da terra... Um monstro devorava as lavouras... Vi as câmaras de calor, dignas de Proserpina. E, depois, o bagaço jogado às cargas, com destino à fábrica de papel de Monte Alegre.

Nos tópicos anteriores, buscamos analisar as principais mudanças estruturais e regionais que transformaram a indústria relacionada ao ramo canavieiro no Brasil, especialmente entre as décadas de 1930 e 1960. Caberá aqui pontuarmos os aspectos históricos dessa trajetória, os quais, simultaneamente, causaram e repercutiram na trajetória da UMA no período, visando contribuir para um melhor entendimento sobre essa fase da indústria sucroalcooleira de São Paulo - e quiçá do país. Como expusemos no início deste capítulo, o crescimento inicial da economia canavieira em São Paulo no começo do século XX não ameaçou a hegemonia do açúcar nordestino a princípio, tendo em vista que a produção paulista era modesta e restrita aos vales dos rios Tietê e Piracicaba. Entretanto, no decênio 1920-1930, especialmente a partir de 1924, as sucessivas crises cafeeiras passaram a canalizar uma considerável parcela dos investimentos paulistas para a fabricação de açúcar e álcool.⁴¹³

É importante lembrar que foi justamente em 1924 que Pedro Morganti fundou a Refinadora Paulista S.A., realizando uma série de transações com a Companhia União dos Refinadores numa estratégia de melhor aproveitamento dos setores de produção e de comércio para assim sobreviver à "guerra de preços" vigente entre as refinadoras. A partir de 1928, a Companhia União dos Refinadores concentrou sua atuação na Capital paulista e na comercialização do açúcar, enquanto que a Refinadora Paulista voltou-se para a produção sucroalcooleira, como proprietária da Usina Monte Alegre e da Usina Tamoio, em Araraquara. Além dos complexos usineiros, a empresa manteria empreendimentos menores relacionados a pequenas plantações de café, criações de gado e hortos florestais, vendidos nas décadas seguintes para investimentos nas duas usinas.⁴¹⁴

⁴¹⁴ De acordo com a biografia de Pedro Morganti e o depoimento de seu filho, Hélio (MORGANTI, 1992).

⁴¹² ORNELLAS, 1967, p. 141.

⁴¹³ SAMPAIO, 1976, p. 75.

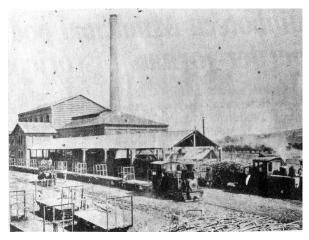


Imagem 18 - Usina Monte Alegre, cerca de 1920. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Os recursos para aquisição do antigo Engenho Central Monte Alegre e ampliação das antigas instalações pela Refinadora Paulista foram obtidos, portanto, graças à articulação do futuro usineiro com o capital comercial. Segundo Eliana Terci e Maria Thereza Peres, o grande capital usineiro de Piracicaba foi constituído fundamentalmente de três maneiras: pelo apoio do capital estrangeiro de origem francesa (a mencionada Societé de Sucréries Bresiliènnes), pela constituição da fortuna na empresa de cunho familiar (a formação do núcleo metalmecânico no município) e pela associação de refinadores com o capital comercial, como no caso da Usina Monte Alegre.

As mencionadas pesquisadoras enfatizam que a historiografia explorou o importante papel dos comissários como intermediários no financiamento da produção na formação e a dinâmica das atividades agroexportadoras, a qual extrapolava a função de distribuidor do produto. Na ausência de um sistema de crédito minimamente funcional devido ao incipiente sistema bancário na época, eram os comissários que intermediavam a relação entre produtores e banqueiros, responsabilizando-se pessoalmente pelos empréstimos concedidos. Evidentemente, isso os colocava em posição privilegiada na obtenção de açúcar para a comercialização. Essa realidade, atribuída à produção cafeeira, pode também ser identificada na agroindústria canavieira paulista entre fins do século XIX e início dos anos 1930. Deste modo, "a ausência de crédito bancário para a produção agroindustrial deixava as usinas com uma reduzidíssima capacidade para financiar seus estoques, não lhes restando outra saída que o recurso ao adiantamento de dinheiro tomado das casas comissárias." 415

⁴¹⁵ TERCI; PERES, 2010, p. 451.

Assim como a fabricação, a comercialização do açúcar também dependia de grandes investimentos em razão da falta de infraestrutura de transporte e armazenamento, o que impulsionou a formação de um oligopsônio açucareiro a partir das refinadoras, com grande concentração de capital no comércio interno e beneficiamento industrial, monopolizando o mercado (principalmente em São Paulo). A Companhia União dos Refinadores e a Refinadora Paulista S.A. estavam dentre as maiores refinarias de açúcar do país, e a articulação desses grupos comerciais diretamente com a produção viabilizou a formação da Usina Monte Alegre. Esse tipo de interlocução atendia aos interesses de ambos (produtores e comerciantes) por fortalecer o monopólio da distribuição do açúcar e garantir o mercado certo aos fabricantes. Os dois casos em questão evidenciam ainda o estabelecimento de relações diretas com as instituições bancárias por meio de seus sócios ou mesmo pela fundação de bancos (Banco Comercial Italiano de São Paulo e o Banco Metrópole de São Paulo).

A intervenção do Instituto do Açúcar e do Álcool, a partir de 1933, significou uma profunda alteração na estrutura do financiamento, ao disponibilizar créditos próprios e do Banco do Brasil. Além de subsídios públicos, os recursos distribuídos pelo IAA ao setor sucroalcooleiro eram constituídos pela arrecadação de tributos sobre a produção, especialmente a chamada "taxa de defesa do açúcar". De acordo com os relatórios anuais da Usina Monte Alegre, entre meados dos anos 1940 e início da década seguinte, a taxa representou Cr\$ 3,10 sobre cada saco de açúcar cristal produzido pela usina ao ano. Para se ter uma ideia, em 1947, a empresa recolheu Cr\$ 979.637,20 de taxa sobre a produção de 316.012 sacos. Já em 1960 o valor pago saltou para Cr\$ 17.480.227,00 em relação a 575.010 sacos produzidos, equivalendo a Cr\$ 30,39 pagos ao IAA por unidade. Além desta, era cobrada uma taxa sobre a produção alcooleira e recolhidos impostos de venda e de consumo de açúcar, álcool e outros produtos. 419

Conforme demonstra o gráfico a seguir, a Usina Monte Alegre manteve a produção de açúcar constante e crescente no período enfocado pelo estudo, produzindo

⁴¹⁶ Ibidem, 2010, p. 451.

⁴¹⁷ Na época, a refinação do açúcar era a moagem do cristal por elevação e baixa rápida de temperatura e controlava "o grosso da comercialização, formando uma verdadeira rede de distribuição. Embora não houvesse diferença entre o açúcar cristal amarelo e o refinado, os comerciantes – refinadores, através do monopólio na distribuição, controlavam a demanda dos consumidores das cidades maiores." In: GNACCARINI, 1972, p. 125.

⁴¹⁸ TERCI; PERES, 2010, p. 452.

⁴¹⁹ REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório do exercício de 1947*, 1948, p. 62; REFINADORA PAULISTA S.A. *Relatório final da safra de 1960*, 1961, p. 27.

76.215 sacos de açúcar em 1930 e atingindo os maiores resultados nos anos de 1958 e 1960, quando foram produzidos 560.278 e 575.010 sacos, respectivamente. É importante lembrar que, pelo Decreto n. 1.669, de 1939, o IAA classificava a capacidade das usinas pela quantidade de sacos que produziam anualmente. Em âmbito paulista, as usinas pequenas fabricavam até 40 mil sacos, as unidades com porte médio produziam de 40 a 120 mil sacos e as grandes tinham a capacidade para quantidades superiores a 120 mil sacos. Vale destacar que, no ano da promulgação do decreto, a UMA produziu uma quantidade duas vezes maior do que o patamar inicial de classificação das grandes usinas paulistas. A média, no entanto, foi de 314.117 sacos entre 1940 e 1960.

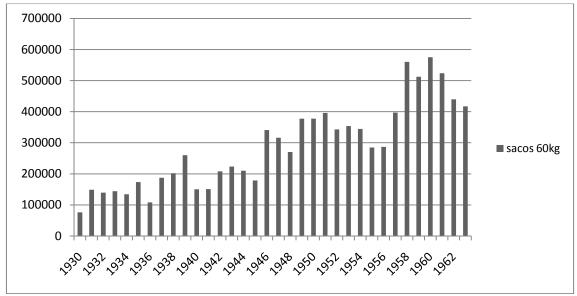


Gráfico 08 – Açúcar produzido pela Usina Monte Alegre (1930-1963)

Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório final da safra de 1963*, 1964, p. 02 (vide Anexo I)

Como afirmamos anteriormente, era com base na capacidade de produção que o IAA atribuía as cotas às usinas. O primeiro limite estabelecido para a Usina Monte Alegre, em 1934, foi o de 138.600 sacos de 60 kg (com base no quinquênio de 1929-1933, durante o qual teve produção média de 119.396 sacos). Os dados contabilizados pelo instituto registraram 38 usinas em São Paulo e, dentre as maiores, apenas a Usina Junqueira não ultrapassou a respectiva cota no quinquênio seguinte.

-

⁴²⁰ Dados inseridos no Anexo I deste trabalho.

⁴²¹ SZMRECSÁNYI, 1979, p. 1979.

⁴²² QUEDA, 1972, p. 101-103.

Tabela 24 - Cota de produção de açúcar das maiores usinas paulistas registradas pelo IAA (1934-1939)

Usina	Média nas safras 1929-30/ 1933-34	Cota IAA	Média nas safras 1934-1935/ 1938-39
Junqueira	169.396	286.180	220.719
Vila Raffard	152.399	167.540	196.336
Amália	140.158	165.000	170.299
Piracicaba	138.690	138.690	147.070
Tamoio	129.904	176.809	196.631
Monte Alegre	119.396	138.600	175.981

Fonte: IAA – *Anuário Acucareiro*, 1941, 1942, p. 141-144 (sacos 60Kg).

A politica de defesa do açúcar esbarrava nos interesses dos usineiros paulistas mesmo antes da criação do IAA. Porém, as demandas dos produtores, em geral, não eram hegemônicas e a intervenção estatal encontrou sua brecha nas próprias divergências entre proprietários de usinas, banguês e fornecedores de cana-de-açúcar. O Estado passou a colocar em prática algumas medidas anunciadas anteriormente, pautadas na limitação da produção e na formação de estoques reguladores, buscando assim restringir a ação dos especuladores e também incrementar a indústria alcooleira. Em São Paulo, onde as usinas avançavam em crescimento acelerado, as medidas provocaram a reação dos usineiros e dos refinadores-comerciantes, os quais se manifestaram contrários, inclusive, a qualquer política de defesa. 423 Foram especialmente contrários ao armazenamento de estoque sob warrants⁴²⁴ sob a alegação de não suportarem as despesas de frete e de armazenagem acarretadas por essa prática, argumentando que as usinas não praticavam modalidade alguma de estocagem ao colocar o açúcar no mercado assim que produzido por intermédio de comerciantes. 425

Há que se frisar que os principais usineiros de São Paulo eram, ao mesmo tempo, refinadores-comerciantes, sendo contrários às determinações de estocagem e taxa de defesa porque enfrentariam maior concorrência com a produção de engenhos e banguês, já que as taxas previstas recaíam sobre o açúcar cristal branco, não englobando

⁴²³ Cf. MEIRA, 2007, p. 191.

⁴²⁴ O termo inglês *warrant* significa certificar, depositar e, na legislação brasileira, denomina o título de crédito consistente em promessa de pagamento e referente a depósito de mercadorias, sendo emitido por Armazéns Gerais (empresas dedicadas a guarda e conservação de mercadorias para restituição das mesmas no prazo estipulado ou quando forem exigidas). É considerado um dos "títulos armazeneiros" junto com o Conhecimento de Depósito, ambos instituídos pelo Decreto n. 1.102, em 1903 (Lei Delegada n.03 de 1962). Cf. AZEVEDO, Sílvia Nöthen de. O protesto de títulos e outros documentos de dívida. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p. 152-154.

⁴²⁵ GNACCARINI, J. C. A.. *Op. cit.*,1972, p. 62.

os de tipo inferior (somenos e mascavos). Os açúcares não taxados invadiriam o mercado paulista, concorrendo vantajosamente com os tipos superiores, de "segundo e terceiro jatos", fabricados pelas usinas. Em editorial publicado pela imprensa, afirmaram que a defesa do açúcar somente significava

o sacrifício da economia paulista (...) para amparar produtos de outros Estados em situação de quase falência." E assinalavam o aparente paradoxo: "Maior mercado do açúcar do Norte, o principal peso do plano de assistência recairá, entretanto, sobre São Paulo (...) quando a população do Estado não precisa realizar esse esforço em benefício da produção paulista, atualmente em esplêndida situação econômica. 426

Como reação, em 1932 foi criada a Associação dos Usineiros de São Paulo, formada por donos de usinas e por refinadores-comerciantes numa tentativa de coligar e fortalecer seus interesses. No entanto, a associação não enfrentaria grande resistência, tendo em vista que, apesar de elevar relativamente o preço do açúcar no mercado interno, a atuação da CDPA não foi capaz de conter o aumento da produção açucareira no país. Para se ter uma ideia, a produção de açúcar nas usinas paulistas evoluiu de 600 mil sacas (em 1926) para dois milhões de sacas (em 1932), enquanto a exportação do açúcar nordestino para o mercado paulista continuava. Até 1934, a Comissão acabou por somente aplicar a política de compra de estoques reguladores, realizando exportações a preços gravosos. Ademais, a quebra de sigilo nos trabalhos da CDPA, os equívocos cometidos na exportação de estoques e a predominância de usineiros (mais propriamente comerciantes de açúcar) na direção do organismo regulador, acabaram por beneficiar exclusivamente intermediários e estimular a especulação. 427

Além de interferir diretamente na produção, as medidas intervencionistas causaram impactos no desenvolvimento técnico das usinas. O regulamento do IAA, por exemplo, proibia a montagem de novas usinas, engenhos e banguês em todo o território nacional, sem prévia consulta ou autorização do órgão (Decreto n. 22.981). Os contraventores estariam sujeitos à apreensão de maquinário e aplicação de multa no valor de dez a vinte contos de réis. Grosso modo, este dispositivo reforçava uma proibição muito mais abrangente: a da importação "de maquinismos, aparelhos e instrumentos fabris destinados a indústrias manufatoras já existentes no país, e cuja

-

⁴²⁶ Cf.: *Diário Nacional*, São Paulo, 09 abr. 1932; cf.: *Diário de São Paulo*, São Paulo, 11 dez. 1931 [Editorial]. In: GNACCARINI.,1972, p. 62.

⁴²⁷ GNACCARINI, 1972, p. 57.

produção, a juízo do governo, fosse considerada excessiva. Entre as indústrias consideradas em superprodução estavam as de tecidos, chapéus, calçados, açúcar, papel e fósforos. De certo modo, essa proibição já havia sido determinada por legislação promulgada em 1931, sendo reforçada, dois anos depois, por meio do Decreto n. 23.486. Ainda em 1933, o Decreto n. 23.664 tornou "obrigatório o registro de todas as fábricas de açúcar, álcool e aguardente, disciplinou a circulação do açúcar em todo o território nacional e regulamentou o fomento do consumo de álcool carburante e das suas misturas."

Não foram localizados dados precisos a respeito das datas de instalações dos maquinários indústrias pesados da UMA, porém os relatórios anuais dão detalhes acerca dos tipos de equipamentos e a documentação iconográfica fornece pistas que permitem presumir a época na qual tais equipamentos funcionavam. Nesse sentido, os registros fotográficos realizados na ocasião da vista da condessa Edda Mussolini, em 1939, demonstram que as moendas da usina se baseavam em modelos da Fulton Iron Works, fundada no ano de 1879, nos Estados Unidos, e considerada a maior e mais moderna fabricante de equipamentos para produção sucroalcooleira do mundo.



Imagem 19 – Moendas da Usina Monte Alegre em funcionamento, em 1939, durante a visita da condessa Edda Mussolini (à esquerda, com lenço sobre a cabeça). Pedro Morganti está na foto, à direita. Fonte: Acervo Wilson Guidotti Junior.

⁴²⁸ DÉ CARLI, 1940, p. 49.

⁴³⁰ MEIRA, 2007, p. 200-201.

⁴²⁹ VELLOSO, 1955, p.13-14; p. 14-18; e p. 187, respectivamente.

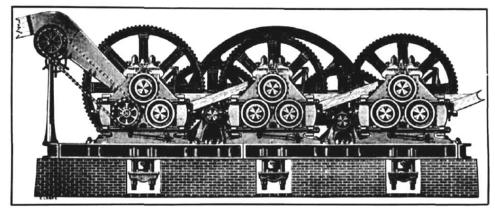


Imagem 20 – Moenda da Fulton Iron Works (The "cora" nine roller cane mill). In: HONOLULU, T.H., *Evening Bulletin Edition*, nov. 1901, p. 37. Disponível em: <chroniclingamerica.loc.gov/lccn/ sn82016413/1901-11-30/ed-3/seq-37.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2016.

De acordo com os relatórios da usina referentes as décadas de 1940 e 1950, a moagem de cada safra durava cerca de 200 dias, entre os meses de maio e dezembro. Os dados demonstram também que o rendimento médio por tonelada de cana na produção de açúcar foi de 92% no período de 1930 a 1963, sendo moídos em torno de 50 kg de cana por hora, na média de 4.000 horas anuais. Além das pausas normais (domingos e feriados), os principais motivos que determinaram as paradas foram: falta de cana, de vapor ou de eletricidade, bem como abarrotamento, desarranjos ou limpeza dos mecanismos. Estes requeriam manutenção perene e sofriam regulagens e adaptações constantes na tentativa de suprir peças faltantes ou ampliar a capacidade de produção.

Com base na documentação levantada, observamos que todos os equipamentos envolvidos na fabricação de açúcar e álcool passavam por experiências de aprimoramento. Mas, pela relevância no processo e a complexidade de funcionamento, percebe-se que as moendas e as turbinas foram os objetos de maiores adaptações. As primeiras porque, como comentamos anteriormente, extraem o caldo necessário à fabricação, cujo rendimento dá o tom ao restante do processo de produção. Às turbinas cabe especial consideração, tendo-se em vista que são as responsáveis pela centrifugação, ou seja, a fabricação de açúcares centrifugados ou de usina (cristal e demerara), como já mencionamos. Ao fim e ao cabo, é a existência da turbina que define a unidade produtora como uma usina. Esta apresentará maior eficiência também se a evaporação da água contida no caldo da cana ocorrer a vácuo, conforme a citação de Mario Lacerda Melo inserida no tópico anterior. Ao que tudo indica, a Usina Monte Alegre contava com tais equipamentos desde o final da década de 1930.

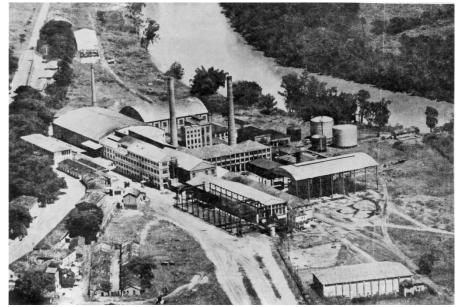






Imagem – Acima, perspectiva dos edifícios da moenda, refinaria e destilaria da UMA (c. 1930). Abaixo, interior da refinaria e fachada da destilaria da usina. Fonte: Acervo Wilson Guidotti Junior.

Segundo Oriowaldo Queda, na safra de 1946-47, São Paulo contava 43 unidades produtoras dotadas de turbina e vácuo, além de 107 apenas com turbina. No início da década seguinte, porém, metade das 190 usinas paulistas em funcionamento também apresentavam o sistema de vácuo em suas instalações. Evidentemente, tais fatores estavam vinculados à oferta de equipamentos para o setor. A ampliação da produção em São Paulo, decorrente da elevação do número de engenhos turbinadores e usinas no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, ocupou a indústria de equipamentos no fornecimento de uma maior quantidade de itens. No início dos anos 1950, com o arrefecimento da expansão numérica de fabricantes de açúcar, a Dedini e outras fábricas

de maquinários concentraram-se em disponibilizar produtos maiores, propiciando um aumento no tamanho médio das usinas paulistas.⁴³¹

O desenvolvimento e os resultados da produção de álcool-motor na Usina Monte Alegre indubitavelmente foram alavancados pela articulação com a indústria de base piracicabana. No caso do setor alcooleiro, o estreito vínculo se evidencia pela análise da trajetória de uma empresa já citada nesse estudo: a Metalúrgica de Acessórios para Usinas S. A. (Mausa S.A.). Fundada por João Bottene, em 1948, sua origem remonta à oficina da família, a Bottene & Filhos, erguida por seu pai, o imigrante italiano Pietro Bottene. Inicialmente dedicada à fabricação de máquinas e ferramentas agrícolas, a oficina foi qualificada para a realização de reformas em locomotivas da Estrada de Ferro Sorocabana. Na ocasião, a ferrovia chegou a construir um desvio férreo a fim de que as locomotivas pudessem acessar o galpão da família Bottene, localizado à época na Rua 13 de Maio, em Piracicaba.

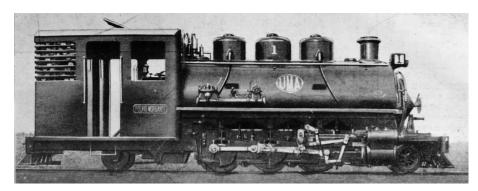
Assim como nas demais fábricas metalmecânicas originadas no período, o trabalho diário com a montagem e desmontagem de equipamentos possibilitou que os Bottene adquirissem conhecimento técnico e experiência nos mais variados tipos de equipamentos fabris. Porém, o maior destaque do processo evolutivo da firma coube ao pioneirismo de João Bottene na construção de motores movidos a álcool. Sua primeira grande experiência com o nicho metalúrgico ocorreu durante a Revolução de 1932, quando ele criou o alcunhado "Combustível Constituição": o resultado da utilização de 5% de óleo de mamona como aditivo do álcool-motor. Com essa mistura, os revolucionários garantiam o abastecimento de combustível a despeito dos escassos recursos que dispunham. 432

Em 1938, João Bottene se associou a Pedro Morganti, tornando-se gerente técnico da oficina instalada na própria Usina Monte Alegre para reparos e fabricação de maquinários destinados à produção sucroalcooleira. Empenhou-se a partir daí na fabricação de bombas centrífugas, redutores de velocidade, cozedores a vácuo, evaporadores e outros. Em especial, seu reconhecimento advém da fabricação da primeira locomotiva a vapor do Brasil, batizada como "Fulvio Morganti" (UMA nº 1), construída com bitola de 600 mm a partir de duas caldeiras elaboradas com a utilização de solda elétrica e eletrodos Lincoln no lugar dos tradicionais arrebites usados na época.

⁴³¹ RAMOS, 1983, p. 57.

⁴³² ELIAS NETTO, Cecílio. "João Bottene: o gênio da mecânica." In: *Almanaque 2002-2003*. Piracicaba: IHGP, s/d, p. 288.

A máquina realizava o transporte de cana, açúcar, álcool e lenha na Usina Monte Alegre e, em 1961, foi vendida para a Companhia de Cimento Portland Perus, onde passou a trafegar na Estrada de Ferro Perus-Pirapora com a denominação de EEPP nº 18. Manteve-se em funcionamento até os anos 1970, permanecendo depositada em um galpão no município de Cajamar, próximo à antiga companhia. A segunda locomotiva recebeu o nome de "Dona Joaninha" (em homenagem à esposa de Pedro Morganti), com bitola de 800 mm, e foi construída para a Usina Tamoio.



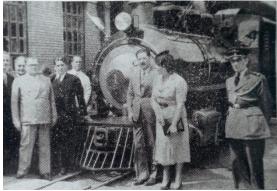




Imagem 24-26 – Acima, clichê da locomotiva "Fúlvio Morganti" (UMA nº 1). Abaixo, à esquerda, Adhemar de Barros em frente à locomotiva durante visita à Usina Monte Alegre. Fonte: Jornal UMA, 19 mai. 1940. Abaixo, à direita, interior da oficina montada por João Bottene na usina. Fonte: Acervo Wilson Guidotti Junior.

Possivelmente, a inovação mais importante criada por Bottene para a Usina Monte Alegre foi uma locomotiva de frente dupla, acionada por dois motores automotivos modificados para usar álcool-motor, além de outros componentes ferroviários, batizada com o nome "Maria Helena". Ainda em parceria com o Grupo Morganti, reconfigurou o motor de uma aeronave para também funcionar a álcool, batizando-a de "Borboleta Azul". Ele também participou da fundação do aeroporto e aeroclube de Piracicaba (Aeroporto Comendador Pedro Morganti), construído em terras

cedidas pela Refinadora Paulista ao município, em 1941. Devido ao racionamento de combustíveis durante a Segunda Guerra Mundial, Bottene do mesmo modo adaptou os veículos da Usina Monte Alegre para funcionarem com gasogênio. Os carburadores dos motores foram substituídos por misturadores de gás e ar, e utilizavam carvão vegetal de eucalipto.





Imagem 27-28 – Acima, a locomotiva "Maria Helena" projetada por Bottene com motor a álcool. Abaixo, Dona Joaninha Morganti em inauguração do Aeroporto Comendador Pedro Morganti, em 1942. Fonte: Acervo Wilson Guidotti Junior.

Em sociedade com Romeu de Souza Carvalho (antigo engenheiro químico da Usina Monte Alegre), João Bottene fundou a Mausa S.A. com a finalidade de construir centrífugas para fabricação de açúcar e filtros rotativos a vácuo. João Bottene

⁴³³ O atual aeroporto municipal de Piracicaba foi construído em 4,47 alqueires do Sítio Sertãozinho, então pertencente à Usina Monte Alegre. Outros 28 alqueires do sítio foram desapropriados pelo Estado no ano de 1944 e cedidos à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ-USP). Cf. REFINADORA PAULISTA S. A.. *Relatório Geral da Usina Monte Alegre, 1945*, 1946, p. 07.

faleceu em 1954 e a Mausa foi transferida para o Distrito Industrial Unileste, em 1976, com o intuito de expandir sua produção. Hoje, a empresa pertence ao conglomerado Dedini.434

O caso do envolvimento direto do fundador da Mausa S.A. com a Usina Monte Alegre traz à luz uma faceta da história da indústria alcooleira em São Paulo que se evidencia como possível desdobramento do processo geral e amplo de industrialização do setor. Ocorrendo em paralelo e, portanto, menos sujeito a pressões da intervenção estatal e dos elementos conjunturais, o processo de modernização empreendido por Bottene resultou em soluções simples e lucrativas mediante adaptação de motores da usina ao combustível produzido a partir dos próprios resíduos da fabricação do açúcar. O fato pode ser mais relevante ao se considerar que Piracicaba concentrou as indústrias de base voltadas para a economia canavieira e tornou-se um dos principais centros de produção paulista no momento em que São Paulo justamente despontava como o principal estado sucroalcooleiro.

Os resultados da indústria de álcool-motor na região piracicabana, aliás, foram considerados no planejamento do IAA para o setor à época. O mencionado Decreto n. 22.981 (1933), considerado o primeiro programa do instituto acerca do combustível, determinou, entre outras medidas, a instalação de três grandes destilarias centrais para a fabricação de álcool anidro. Essas estruturas deveriam se localizar junto aos principais centros de distribuição de gasolina importada. Inicialmente, como matéria-prima, essas fábricas deveriam utilizar o melaço que as usinas em seu entorno produziam e não aproveitavam, assim como os próprios excedentes da produção açucareira. Tanto a instalação quanto a operação das destilarias centrais deviam contar com a participação financeira e administrativa dos usineiros. Para isso, o IAA se dispôs

> a emprestar a sindicatos e cooperativas de produtores nada menos 50% do capital necessário. Mas, se por um motivo qualquer, essa participação da iniciativa privada não se materializasse, a instalação e a operação das destilarias centrais seriam promovidas pelo próprio Instituto. Isto sem prejuízo ao apoio financeiro prestado pelo IAA à implantação, ampliação e modernização de destilarias anexas às usinas, as quais também iriam contribuir para o aumento da produção de álcool anidro, especialmente em Pernambuco e em São Paulo. 435

⁴³⁴ Memorial do Empreendedorismo da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba/. Disponível em ::<a href="http://memor

O projeto previa inicialmente a construção de três destilarias centrais "públicas", que se localizariam em Pernambuco, Rio de Janeiro e em São Paulo. No entanto, apenas as duas primeiras foram instaladas porque os produtores paulistas optaram pelo incentivo do IAA para construção das destilarias particulares, anexas às usinas já existentes. 436 Por tudo que foi exposto até aqui, não surpreende o fato de que a primeira destilaria privada construída no Brasil com incentivos do instituto se localizasse em Piracicaba, pertencendo à Société des Sucréries Brésiliennes, então proprietária de grandes usinas no estado de São Paulo. Sua capacidade inicial seria de 12.000 litros de álcool anidro, porém já produzia cerca de 10.000 litros em 1933.

A estruturação do parque alcooleiro paulista avançou com a formação da Companhia Industrial Paulista de Álcool (CIPA), constituída com o objetivo de distribuir a produção alcooleira de suas associadas. Sediada no município de São Paulo, a companhia era formada pelas usinas Monte Alegre, Piracicaba, Villa Raffad, Santa Bárbara, Vassununga e Itaiquara. Posteriormente, agregou as usinas Tamoio, Esther, Porto Feliz, Junqueira, Iracema e Amália. Em diversas situações, a CIPA recebeu os auxílios prometidos pelo IAA, já que a destilaria central do Estado São Paulo não havia sido instalada. Deste modo, em seus primeiros anos de atividade, a Companhia conseguiu estabelecer um depósito com capacidade para três milhões de litros, uma plataforma com armazéns, um desvio ferroviário para atendimento das usinas próximas às estradas de ferro Paulista, Sorocabana e Mogiana - cujos ramais cortavam a região - e comprou 86 vagões-tanque para transporte do álcool produzido pelas associadas e com destino São Paulo. An Relatório Geral da Usina Monte Alegre, referente ao exercício de 1945, consta que a maior parte do álcool produzido na safra 1944-45 destinou-se à cidade de São Paulo.

Persistia nessa fase a "miragem do álcool-motor". A inflexão na política açucareira durante o Estado Novo efetivamente transformou a questão do açúcar em um "problema nacional" e a indústria álcool-motora ganhou novo impulso, com a promulgação de uma série de dispositivos legais. Um deles, o Decreto-lei n.º 300 (de 24 de fevereiro de 1938) regulou a concessão de incentivos aduaneiros previstos pela Lei n.º 700 (1937). De forma geral o dispositivo isentou de impostos e demais taxas:

⁴³⁶ MEIRA, 2007, p. 256-257.

⁴³⁷ Ibidem, 2007, p. 257-258.

⁴³⁸ REFINADORA PAULISTA S. A.. Relatório Geral da Usina Monte Alegre, 1945, 1946, p. 53.

⁴³⁹ Expressão cunhada por Chermont Miranda . GNACCARINI, J. C. A.. *Op. cit.*,1972, p. 67.

materiais destinados à fabricação de tonéis, vasilhames e tanques reservados ao armazenamento e ao transporte do álcool anidro; equipamentos voltados à produção do álcool anidro; componentes para melhoramento das destilarias e desidratantes (agentes químicos como o benzol). 440

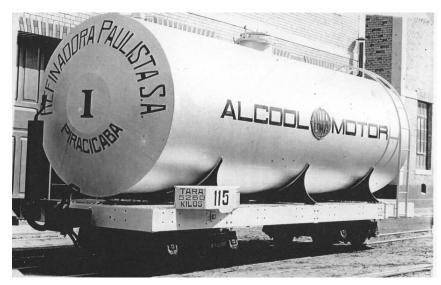


Imagem 29 – Vagão-tanque nº 115 da Refinadora Paulista S. A. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Além do açúcar e do álcool, a Usina Monte Alegre também se destacou pela experiência na fabricação de papel a partir do bagaço da cana-de-açúcar. A Fábrica de Celulose e Papel "Piracicaba" foi instalada, em outubro de 1953, nas dependências da própria UMA como resultado de um contrato firmado entre a Refinadora Paulista S.A. e a empresa britânica *Celdecor South Africa Corporation*, sendo a pedra fundamental solenemente lançada em dezembro de 1950. Na ocasião, Lino Morganti afirmou que a produção de celulose no Brasil ainda representava menos de um quarto das suas necessidades para a fabricação de papel. As pesquisas relacionadas ao papel de bagaço de cana já haviam avançado, porém não haviam surtido efeitos práticos até aquele momento. Na época, existiam poucas unidades fabris no mundo que utilizavam o bagaço de cana como matéria-prima, dentre as quais, a pioneira fábrica de papelão da Usina Amália, pertencente ao grupo Matarazzo, além de outras na Argentina, Perú, Filipinas e Índia. Em 1946, a Refinadora Paulista contatou a *Celulose Development Corporation — Celdecor*, de Londres, encaminhando amostras de bagaço produzido na

⁴⁴⁰ GUIMARÃES, C. G., 2012, p. 160.

-

Usina Monte Alegre. Os resultados da usina piloto da empresa britânica demonstraram que o papel produzido seria de primeira qualidade. Em seu discurso, Lino Morganti proferiu:

E', portanto, a presente fábrica, fruto de estudos e de experiências honestas e seguras, fatores d absoluta garantia ao sucesso. (...) A fábrica que aqui construiremos será auto-suficiente na sua totalidade, pois contará com matéria prima solidamente baseada na agricultura de nosso país. Com os canaviais de nossas colinas, com o sal de nossos mares, com a força de nossos rios e com o trabalho de nossa gente, teremos nosso papel. Contará nossa fábrica de três secções:

A Secção electrolise para produção de soda cáustica e cloro (partindo do sal); a secção de celulose e a secção de papel.

A Secção electrolise será completamente construida no Brasil e as secções de celulose e papel parte com maquinarios importados e parte fabricados no país.⁴⁴¹



Imagem 30 - Fábrica de celulose e papel, década 1950. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Em 14 de março de 1958, a fábrica recebeu a visita do então presidente Juscelino Kubitscheck, provavelmente por interesses relacionados ao seu Plano de Metas, visto que um dos segmentos da indústria de base contemplados pelo plano era o da fabricação de papel e de celulose, com uma meta anual prevista de 450 mil toneladas

⁴⁴¹ Discurso de Lino Morganti, proferido durante a solenidade de lançamento da pedra fundamental da fábrica de papel e celulose da Refinadora Paulista S.A. *Jornal UMA*, 24 dez. 1950, p. 01, 04-08.

de papel e 200 mil toneladas de celulose. A fábrica de celulose e papel da Refinadora Paulista S.A. foi instalada no momento em que o Instituto do Açúcar e do Álcool conseguia dirimir a contradição entre a intervenção do Estado e os interesses dos usineiros paulistas e isso somente foi possível em virtude da consolidação do mercado interno e do aprofundamento do processo de industrialização.



Imagem 31 - Lino Morganti, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, em 14 de março de 1958. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

De acordo com o que apresentamos anteriormente, o segundo governo Vargas havia realizado nova tentativa de planejamento nacional e defesa do açúcar nordestino, não obtendo êxito diante da força cada vez maior dos usineiros de São Paulo. A mudança na postura adotada em relação aos produtores paulistas nos governos seguintes é elucidada pela visita do então presidente do IAA, Carlos de Lima Cavalcanti, a regiões açucareiras no estado de São Paulo, em 1955. A comitiva que o acompanhou foi composta, entre outros, por representantes de setores estratégicos do instituto e também pelos diretores da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e da Cooperativa dos Produtores Fluminenses. Iniciada na Usina Monte Alegre (Piracicaba), a visita se estendeu até a Usina Tamoio (Araraquara) e à Cooperativa dos Usineiros do Oeste de São Paulo (Ribeirão Preto), percorrendo também os municípios de Limeira, Araras e Santos. Segundo o artigo publicado na ocasião pelo periódico institucional *Brasil Açucareiro*,

<<Os usineiros de São Paulo>>, ajuntou o Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, <ao defenderem os seus interêsses jamais perderam a perspectiva nacional. Êles têm presente o sentido da unidade nacional. Isso é de grande importância para a economia açucareira do Brasil, e pretendo aproveitar, como já estou aproveitando, essa colaboração e essa experiência. (...) Por fim, o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti visitou a Associação dos Usineiros de São Paulo, sendo recebido por dirigentes e associados da entidade. Iniando a reunião presidida pelo visitante, o Sr. Fulvio Morganti pronunciou um breve discurso para acentuar a satisfação dos usineiros paulistas pela visita do Presidente da autarquia açucareira às principais zonas canavieiras do Estado, concluindo por afirmar: <<O Sr. Lima Cavalcanti terá todo o apoio, o mais incondicional apoio, dos produtores de açúcar de São Paulo para que a sua passagem pelo I.A.A. restitua a tranquilidade aos produtores nacionais.>> Em nome dos usineiros bandeirantes, seguiu-se com a palavra o Sr. Francisco Malta Cardoso, que proferiu o seguinte discurso: <<(...) V. Excia., depois de uma semana de convívio conosco, fêz muito mais do que a inspeção normal dos negócios do açúcar, que impõe o elevado cargo público que exerce; conquistou os corações paulistas, dentro de seus canaviais e de suas usinas, como em seus próprios lares. E isto diz tudo. (...)>>. 442

O presidente Juscelino Kubitschek também lidou com a objeção dos usineiros paulistas, mas conseguiu contornar melhor a situação pelo viés industrializante de seu programa de governo, especialmente porque o Plano de Metas, seguindo o modelo clássico de substituição das importações, visou estimular a diversificação e o crescimento da economia brasileira, com base na expansão industrial e na integração regional. Os melhoramentos introduzidos no setor industrial e a respectiva ampliação deste contribuíram definitivamente para o aumento da produção em São Paulo. Isso era efeito e consequência do processo de industrialização que se intensificava no país durante a década de 1950, especialmente a partir do governo Kubitscheck.

.

⁴⁴² INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). "Visitadas pelo Presidente do I.A.A. as regiões açucareiras de São Paulo". *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 01, p. 50-60, jan. 1955, p. 51.

De um total de 78 usinas paulistas que funcionavam na safra de 1949-50, cerca de 40 se encaixavam na categoria mínima de produção até 50.000 sacos de açúcar. Já na safra de 1958-59, apenas seis usinas das 95 existentes em São Paulo eram classificadas como de pequeno porte. 443 Como mencionamos, as usinas paulistas foram beneficiadas com a elevação das cotas de produção pelas resoluções do IAA, promulgadas em 1951 e 1957. Numa perspectiva mais ampla, o significativo crescimento da produção sucroalcooleira deveu-se notadamente à "expansão da capacidade instalada das usinas e à tendência de sua maior utilização na agroindústria canavieira do Centro Sul". 444

A trajetória da hegemonia paulista no setor foi acompanhada pela evolução crescente das cotas de produção, que saltou de 17,4% em 1935-36 para 40,8% em 1963-64, indicando um proporcional crescimento da agroindústria canavieira em São Paulo no curto período de trinta anos. Esses reajustes beneficiaram diretamente as usinas produtivas na época, cancelando as cotas anteriormente atribuídas a vários estados que não haviam sido utilizadas até então e às usinas que deixaram de funcionar por duas safras consecutivas. Além disso, a resolução cancelava as cotas dos engenhos criados durante a Segunda Guerra Mundial que não produziram nas safras entre 1955 e 1957. Cabe destacar que o novo critério de repartição das cotas eliminava a distribuição espacial da produção entre os estados açucareiros, fixada pela resolução de 1951, "passando a ser reconhecida oficialmente a hegemonia da agroindústria açucareira do Centro-Sul e mais especialmente das usinas de São Paulo". 445

Nessa fase da produção nacional, preponderavam os açúcares de usina no contexto produtivo nacional. Nesse sentido, o gráfico inserido a seguir demonstra que, a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945) até o Golpe de 1964, a produção açucareira em São Paulo acompanhou proporcionalmente o alavancar da produção brasileira, superando a marca dos 20 milhões de sacos em uma safra, enquanto que Pernambuco estabilizou sua produção no patamar de 10 a 12 milhões de sacos. Pelo o que vimos até aqui, dentre possíveis variáveis a se considerar na análise desses resultados, cabe destacar o fator do desenvolvimento industrial em São Paulo, pautado pela consolidação do mercado interno e pelo aprofundamento do processo de industrialização, conforme discutido em tópicos anteriores.

 ⁴⁴³ QUEDA, 1972, p. 109.
 444 SZMRECSÁNYI, 1979, p. 252.
 445 SZMRECSÁNYI, 1979, p. 247.

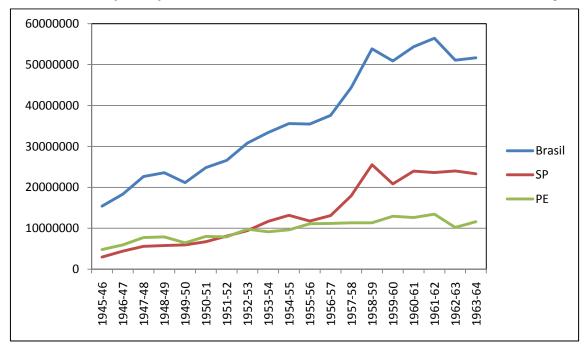


Gráfico 09 - Produção de açúcar de usina no Brasil, Pernambuco e São Paulo, 1945-1964 (sacos 60 kg).

Fontes: IAA – *Anuários Açucareiros*, 1949-1950 (p. 76 e 71), 1951-1952 (p. 43,49 e 54), 1953-1954 (p. 32,33 e 36), 1956-1957 (p. 33 e 36), 1960-1961 (p. 29, 33 e 36).

Nas palavras de Pedro Ramos, a luta travada desde o primeiro governo Vargas

foi vencida pelas usinas, sendo que as razões disso guardam relação com as que levaram o Brasil a perder o mercado externo de açúcar. Em boa medida, aquela luta também podia ser vista como uma disputa entre produções regionais, tendo São Paulo saído vitorioso principalmente porque o mercado interno concentrou-se às portas de suas fábricas, mas não apenas por isso. A vitória paulista fica bem ilustrada nos seguintes dados: na média do triênio 1935/1937, São Paulo "importou" nada menos do que 93,6% em relação ao produzido; já no triênio 1960/1962, tal média foi de 4,5%. 446

No caso da Usina Monte Alegre, a dinâmica industrial resultante da consolidação da hegemonia usineira de São Paulo imprimiu às antigas estruturas existentes uma feição de moderna indústria. A construção de edificações amplas para abrigar os equipamentos de moagem e demais maquinários ocorreu em uma lógica espacial que viabilizou a melhor integração das etapas de fabricação (refinaria, destilação de álcool, depósitos, oficinas, etc.). Em um complexo usineiro como o

⁴⁴⁶ RAMOS, 2007, p. 572.

montealegrino, o conjunto das instalações fabris e estruturas anexas (pátios de manutenção e manobras de locomotivas e outros meios de locomoção, por exemplo) formavam a chamada "zona industrial" da usina, a qual geralmente era implantada nas proximidades dos cursos de água e em cotas baixas do relevo.⁴⁴⁷



Imagem 32 - Usina Monte Alegre, ao lado do Rio Piracicaba, que na década de 1930 já apresentava feições industriais amplas. Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

Em praticamente todas as usinas formadas nas primeiras décadas do século XX, a composição espacial da fábrica derivou das condições topográficas e de um crescimento ritmado pelas inovações técnicas, demandas do mercado e pelo capital disponível para investimento, cabendo muitas vezes ao próprio usineiro a responsabilidade pelo traçado da área fabril. São raras informações sobre a contratação de projetos de engenheiros e arquitetos para desenho das edificações ou do plano dos núcleos fabris, o qual geralmente derivava da própria dinâmica do setor, conforme a *expertise* adquirida pelos donos de usina e os funcionários que se especializavam em cada etapa da fabricação sucroalcooleira.

Nas estruturas fabris que foram erguidas na Usina Monte Alegre entre as décadas de 1930 e 1950, houve o predomínio da alvenaria de tijolos (aparentes ou com reboco) e das estruturas metálicas ou de concreto, seguindo tendências arquitetônicas aplicadas às fábricas da época. Tratava-se de galpões industriais com pé-direito

⁴⁴⁷ CAMPAGNOL, Gabriela. "Usinas de açúcar: formação e transformação de seu espaço". In: *Arqueologia Industrial*, 4ª Série, 2008, IV, p. 73-96, p. 80-81.

equivalente a edifícios de três ou quatro andares, geralmente cobertos com telhas metálicas. Ao que tudo indica, nesse e em outros setores da indústria montealegrina, o tijolo foi bastante utilizado por questões de segurança contra incêndios. Os escritórios e setores administrativos estavam contíguos à zona industrial, concentrados em um edifício principal e algumas edificações anexas. Realçando a importância e o status de sede que a área fabril detinha, a luxuosa casa patronal dos Morganti foi construída a poucos metros das chaminés da refinaria e da destilaria.



Imagem 33 – Casarão da família Morganti na Usina Monte Alegre. Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

A composição industrial da Usina Monte Alegre incluía os "operários do açúcar", empregados nos processos de fabricação de açúcar e de álcool, além dos serviços de oficina e manutenção dos maquinários, locomotivas, vias férreas do complexo e demais veículos. Presume-se que eram treinados pela própria usina, assumindo os postos de trabalho conforme as habilidades demonstradas, sendo então contratados com carteira profissional assinada, instituída pelo Decreto n. 21.175 (1932). A equiparação oficial deste grupo de trabalhadores à categoria operária ocorreu poucos anos depois, mediante a promulgação do Decreto-Lei n. 505, 1938, que estendeu às seções industriais das usinas de açúcar as leis trabalhistas aplicáveis às relações de trabalho na indústria brasileira, com pequenas alterações. 448 Com o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei 3.855, de 1941), acerca do qual discorreremos no capítulo seguinte, foi instituído um salário mínimo para os trabalhadores das usinas. Esse reconhecimento certamente decorria das políticas trabalhistas implementadas durante o

⁴⁴⁸ Cf. Jornal *UMA*, 19 mai. 1940.

-

primeiro governo de Getúlio Vargas, o qual culminou na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452, de 1943).

Em seu estudo Nem tudo era doce no império do açúcar. (vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917-1969), a pesquisadora Angela C. R. Caires identificou as principais fases vivenciadas pela usina em relação aos seus trabalhadores. 449 Apesar de se referir a outra unidade usineira da Refinadora Paulista S. A., é plausível inferir que grande parte dos aspectos levantados possam ser também atribuídos à trajetória dos operários da Usina Monte Alegre, dado que ambas pertenceram à mesma empresa no recorte temporal aqui enfocado. Partindo desses pressupostos, torna-se possível dizer que, no intervalo entre a aquisição da usina por Pedro Morganti (1928) e o falecimento deste (1941), a UMA foi estruturada segundo uma ideologia de trabalho com teor paternalista. Já nas décadas de 1940 e 1950, período de auge da usina, a administração coube à segunda geração da família, personificada em Lino Morganti. Nessa fase, ocorreria a transição da prática de dominação centralizada na figura do usineiro para a gerência por administradores e fiscais, mantendo-se ainda sim o aparente relacionamento horizontalizado entre patrões e empregados nos moldes do paternalismo. Nos anos seguintes, a usina passou por mudanças estruturais em sua parte produtiva e também na organização social, apresentando os primeiros sinais de crise.

Em geral, a mão-de-obra da usina era captada por meio de um aliciamento quase que direto por ações propagandistas pela região, o que atraía famílias numerosas para o interior da usina. Tornar-se um operário do açúcar significava morar na UMA, ocupando uma casa (quando chefe de família) ou uma vaga no pavilhão de alojamento (quando solteiro). A existência de casas desocupadas ou vagas livres pesava muito na decisão do trabalhador por entrar e continuar na usina. A apropriação da força de trabalho gerada pelos residentes ocorria mediante a criação de condições para a permanência de seus descendentes na usina, tais como o treinamento fornecido por escolas e oficinas no interior da própria usina. A cessão da moradia ao trabalhador e sua família garantia não apenas retenção de mão-de-obra treinada e especializada naquela usina, mas também uma relação de dependência para o operário. 451

⁴⁴⁹ CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. *Nem tudo era doce no império do açúcar. (vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917-1969).* Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, Araraquara, 1993.

⁴⁵⁰ Ibidem, 1993, p. 38.

⁴⁵¹ BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo.* São Paulo: Nobel, 1985.

A disponibilização das casas permitia à usina um maior controle sobre seus empregados, começando pela alocação nas moradias conforme a imprescindibilidade dos trabalhadores na dinâmica produtiva. Esse controle era reiterado na medida em que o complexo usineiro estava distante da cidade e precisava dar conta de proporcionar uma infraestrutura mínima de alimentação, saúde, educação e lazer ao trabalhador e sua família. Além de submeter o funcionário a uma condição de subserviciência, que possibilitava a extensão das horas de serviço sem contrapartida remuneratória, todo esse aparato social atenuava ou mesmo dissimulava a árdua rotina e os riscos das atividades da produção sucroalcooleira, explicitados nas descrições dos graves acidentes em relatórios anuais da usina. Em um paralelo com o que acontecia nas vilas operárias de indústrias têxteis, observa-se que o "operário do açúcar" era

simultaneamente inquilino do imóvel que pertence à fábrica e usuário da rede de serviços (armazém, armarinho, posto de saúde, farmácia, escola, clube social, capela) que funciona dentro do complexo fabril, transformando o que seria uma simples relação patrão/empregado em um relacionamento complexo. 453



Imagem 34 – Pedro Morganti sentado entre trabalhadores, em frente a um alojamento da vila operária na Usina Monte Alegre. Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

⁴⁵² CAIRES, 1993, p. 179.

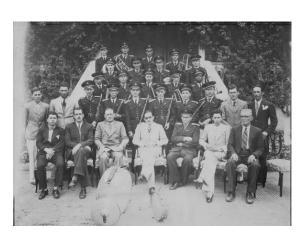
⁴⁵³ Cf. KELLER, Paulo F. Fábrica e vila operária. A vida cotidiana os operários têxteis em Paracambi-RJ. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

Nesse sentido, as fontes documentais analisadas revelaram sucessivas ampliações na parte assistencialista e recreativa da usina no período enfocado. Fundado em 1923, o União Monte Alegre F.C. dedicou-se no início somente à prática do futebol, inaugurando o "Estádio Pedro Morganti" no ano seguinte. Nas décadas posteriores, o clube estendeu as suas finalidades recreativas, com a construção das dependências para a prática de *boccia*, salão para baile, cinema e o espaço da Biblioteca "Olavo Bilac". As primeiras escolas da usina foram reunidas no ano de 1927, no Grupo Escolar "Marquês de Monte Alegre", cujas instalações foram transferidas para um prédio construído para esse fim e abrigavam classes em dois períodos. Em 1936, foi inaugurada a Capela de São Pedro, com a arquitetura inspirada na igreja da cidade-natal de Pedro Morganti e decorada com obras de Alfredo Volpi e Mario Zanini. En interessante citar também a criação da Corporação Musical "Pedro Sérgio Morganti", em 1937, composta por dezenove integrantes.









Imagens 35-38 – Acima, prédio do Grupo Escolar "Marquês de Monte Alegre" e Capela de São Pedro de Monte Alegre. Abaixo, sala do cinema e foto da Corporação Musical "Pedro Sérgio Morganti". Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

46

⁴⁵⁴ Cf. vários números do *Jornal UMA e* as informações constantes em CARRADORE, Hugo Pedro. *Monte Alegre – Ilha do Sol.* Piracicaba: Shekinah Editora, 1996.

O armazém de fornecimentos foi inicialmente uma concessão particular, mas foi adquirido pela usina, em 1938, quando aumentou as suas atividades, abrangendo setores de fabricação de macarrão, torrefação de café, padaria e açougue. O ambulatório médico se expandiu, em 1942, ao ser instalado em prédio próprio, dotado de enfermaria, sala de cirurgia, consultório e gabinete dentário. Em 1945, o atendimento foi ampliado, com a construção de edificação anexa destinada a um centro de puericultura para o serviço de higiene infantil, pré-natal e lactário, pelo qual eram distribuídas gratuitamente mamadeiras às crianças com até um ano de idade. No ano anterior foi fundado por funcionários o clube "S.E.R. Teixeirada", à beira do Rio Piracicaba. 455













Imagens 39-44 – Acima, a fábrica de macarrão e o setor de torrefação de café. No centro, Ambulatório Médico e consultório dentário. Abaixo, centro de puericultura e escadaria do Clube "Teixerada", às margens do Rio Piracicaba. Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

 $^{^{455}}$ TONIN, José Luiz. Aspectos da comunidade rural Usina Monte Alegre. Piracicaba, 1965, 15p. dat.

O setor fabril paulatinamente transformou-se numa "cidade-usina" para aqueles que viviam em sua função. Caires afirma que o provimento de todas as condições para a permanência contínua dos trabalhadores e suas famílias no interior da usina permitia que o "ciclo de vida operária" passasse sob o olhar do patrão, evidenciando a ideologia que gerava comprometimento dos empregados com um ambiente pacífico e disciplinado. O trabalho causticante na lida usineira e a existência de esferas coercitivas eram camufladas pela "idéia de um viver adocicado, promovendo a interiorização e legitimação desses instrumentos de dominação que passam a ser vistos como naturais e necessários". 456



Imagem 45 – Conjunto da Usina Monte Alegre, meados da década de 1950. Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

Nos documentos consultados, Pedro Morganti e os seus sucessores assumem muitos papéis que endossam a imagem de "importantes empresários", "capitães de indústria" e "patrões generosos". Contudo, é o lema "Fides-Labor" (Fé-Trabalho) - marcado no túmulo da família - sobretudo a maior expressão do vínculo que esses papéis estabeleceram entre o usineiro e seus empregados. Representativas por constituírem uma variação do emblema de Francisco Matarazzo (Fides-Honor-Labor), essas palavras exprimem a ideologia do sucesso pelo trabalho, com ênfase nos meios (labor) e na esperança (fé), o que "permitia identificá-lo, ainda que artificialmente, com os seus operários em particular e com os imigrantes e seus descendentes em geral". 457

⁴⁵⁶ CAIRES, 1993, p. 38.

⁴⁵⁷ MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento.* São Paulo: Hucitec, 1976 (Estudos Brasileiros, 1), p. 100.





Imagens 46-47— Acima, trabalhadores da Usina Monte Alegre rendendo homenagens a Lino Morganti e à Refinadora Paulista S.A. em frente à casa patronal. Abaixo, detalhe do monumento com estátua de Pedro Morganti, erguido na área fabril pelos empregados da usina dois anos após seu falecimento. Fonte: Arquivo de Wilson Guidotti Junior.

Os documentos consultados também indicaram que a família Morganti, de fato, desenvolvia um relacionamento direto e personalizado com os trabalhadores e seus agregados. Embora residissem em São Paulo, construiu-se uma residência patronal junto à área fabril da Usina Monte Alegre. Como consequência, os operários do açúcar representavam aquele mundo do trabalho em torno da ideologia de "grande família", pela qual o vínculo dos trabalhadores com a usina era familiar e perpassava as relações de trabalho. Este fator definiu determinantemente as formas de viver e trabalhar que se estruturaram no espaço da usina. Com base na pesquisa de Caires, é interessante notar que a fábrica montealegrina era uma "colméia de trabalho" para o grupo dominante e uma "grande família" para o grupo dominado. Sob a gestão do Grupo Silva Gordo, há uma profunda ruptura com as antigas formas paternalistas e assistencialistas empregadas, inaugurando a fase de predominância do relacionamento impessoal.

Os aspectos agrícolas da expansão da Usina Monte Alegre serão abordadas no capítulo seguinte.



CAPÍTULO 3 - A lavoura:

estrutura fundiária e agrícola da Usina Monte Alegre

3.1. A expansão fundiária das usinas e o Estatuto da Lavoura Canavieira

Divide-se a produção de açúcar, como todos sabem, em duas partes: uma agrícola, outra industrial. Esta última participa da natureza das indústrias em geral e sofre influência da lei de concentração. (...) Acontece, porém, que a usina depende de suprimento de matéria-prima, o que determina a seguinte conseqüência: pode-se chegar a um ponto que em que a vantagem da fábrica maior seja anulada pela desvantagem de um transporte mais caro de matéria-prima. Ora, se a indústria está dêsse modo sujeita às condições da lavoura, ou se dêsse modo suporta a influência do campo, não seria então o caso de lhe atribuir o controle total dêsse setor agrícola?⁴⁵⁸

Desde os idos coloniais, a fabricação dos derivados da cana-de-açúcar no Brasil dependeu da atividade agrícola, assentando na dimensão fundiária as condições propícias para o seu desenvolvimento. No contexto da consolidação do sistema usineiro no país durante a primeira metade do século XX não foi diferente, substituindo-se apenas o controle do dito senhor de engenho por grupos empresariais representados na figura do usineiro. De acordo com Pedro Ramos, a expansão das usinas ocorreu, via de regra, através de um mecanismo denominado "acumulação patrimonialista", por meio do qual a manutenção e a ampliação da propriedade territorial tornou-se instrumento básico do crescimento usineiro. 459

A breve experiência da divisão entre os setores rural e fabril com os engenhos centrais no final do oitocentos não sobreviveu às primeiras décadas do século seguinte, iniciando-se a era na qual, como vimos, as empresas proprietárias de usinas sobrepujaram as demais formas de produção e de comércio, tendo como esteio a industrialização que se processava no país e a ampliação de canaviais próprios. A "reassociação" da fábrica com o campo, a tendência crescente da usina a substituir o lavrador na produção de matéria-prima e o domínio dos meios de comunicações (com a construção de ferrovias pelos usineiros) "restabeleceram e consolidaram a estrutura latifundiária e instalaram, com a concentração da propriedade rural, o regime da grande exploração agrícola e industrial, empalmadas e fundidas por empresas poderosas". 460

⁴⁵⁸ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1941, p. 65.

⁴⁵⁹ RAMOS, Pedro. "A propriedade fundiária e a agroindústria canavieira no Brasil". *Ensaios e Debates: Reforma Agrária*, ano 21, n. 3, p. 35-52, set./ dez. 1991, p. 35.

⁴⁶⁰ AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil:* ensaio sociológico sôbre o elemento político na civilização do açúcar. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 172-173.

Conforme apontamos nos tópicos anteriores, a consolidação do sistema usineiro no âmbito industrial decorreu da concentração e centralização da produção em usinas de grande porte, que gradativamente eliminaram a concorrência dos engenhos e pequenos fabricantes, de comerciantes e também dos plantadores de cana-de-açúcar. Com isso, ocorreu no setor a denominada integração vertical,

o domínio da emprêsa sôbre diversas etapas de um mesmo processo de produção. (...) A concentração pode apresentar vários graus de intensidade. Pode ser total, por exemplo, abrangendo todos os elementos da produção, quando se acham nas mesmas mãos a propriedade da terra, o capital, a indústria e a atividade agrícola. Às vezes, se reúnem o capital, a indústria e a atividade agrícola, sem a propriedade da terra. Outras vezes, o capital, a propriedade da terra e a indústria, sem a atividade agrícola. Raramente, ou excepcionalmente se conjugam todos êsses elementos nas mesmas mãos dominadoras. ⁴⁶¹

Em São Paulo, estado em que a expansão usineira ganha maiores proporções, a integração vertical foi mais acentuada, tanto "para frente" (com refinarias anexas às usinas, conforme mencionamos, garantindo os ganhos comerciais) quanto "para trás" (através da expansão fundiária, obtida dos lucros da atividade agrícola). 462 Mas, de uma forma ou de outra, a integração caracterizou a consolidação do sistema usineiro no país, encontrando seu reforço na concentração fundiária. Ao serem instaladas, as usinas

dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção – dentro das condições técnicas então dominantes – dos engenhos a ela vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para a atender a fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. Assim, ampliando as terras e as máquinas ela ia acentuar cada vez mais a concentração fundiária. 463

⁴⁶¹ LIMA SOBRINHO, 1941, p. 65-66.

⁴⁶² RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada à Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 1983, p. 29.

⁴⁶³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 113.

Observamos também que, após a crise mundial de 1929, a intervenção do Estado na economia açucareira teve como objetivo principal a busca por um crescimento equilibrado do setor, inicialmente em relação ao balanceamento entre oferta e demanda de açúcar, produto constantemente sujeito a crises periódicas de superprodução. Contudo, ao mesmo tempo que a política de limitação da produção colocada em prática pelo Instituto do Açúcar e do Álcool contribuiu para a estabilização dos preços e a adequação da produção ao consumo interno - ao menos no que concernia às usinas -, acabou exacerbando um antigo problema da economia do açúcar no Brasil: a tendência à estrutura latifundiária.

Para Caio Prado Junior, o latifúndio estava longe de constituir uma estrutura "feudal" e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico. Analisando a questão em meados da década de 1960, ele afirmou que, no caso da economia açucareira - um dos principais setores da agricultura brasileira - observava-se a maior incidência de concentração fundiária, cuja contínua ampliação era relativamente recente. Esse movimento de expansão nada tinha de "obsoleto" e "arcaico", sendo estimulado por "fatores de natureza essencialmente capitalista (em que sobrelevam as exigências dessa grande unidade industrial moderna que é a usina de açúcar), mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade, e do desenvolvimento econômico resultante". A66 Nesse sentido, Prado Junior considerou os usineiros como industriais e homens de negócios em diversos ramos comerciais e financeiros, que constituíam os maiores latifundiários brasileiros, tanto no Nordeste quanto em São Paulo.

Até a sistemática intervenção estatal, o cenário de superprodução açucareira, oscilações bruscas dos preços e disputas pelo mercado interno tornava conveniente para as usinas o fornecimento da matéria-prima por terceiros. Em situações de baixa ou de entraves na fabricação, os usineiros deixavam de adquirir a cana-de-açúcar, cabendo o risco agrícola, portanto, aos fornecedores. Conforme evidenciou o então presidente do IAA, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, em seu estudo *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*, a princípio não interessava ao usineiro a eliminação total do fornecedor, especialmente porque

-

467 Ibidem, 2014, p. 107.

⁴⁶⁴ RAMOS, 1983, p. 106.

⁴⁶⁵ SZMRECSÁNYI, Tamás. "1914-1939: Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil." In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(7), p. 42-68, jun.1988, 63.

⁴⁶⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira. A questão agrária no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 79-80.

a parte industrial era de qualquer modo mais segura, ou menos aleatória, embora não pudesse evitar de todo os inconvenientes das quedas violentas de preço. Os riscos maiores ficavam, sem dúvida, com a lavoura, e valia a pena deixa-los em boa parte com o lavrador independente, mesmo quando a usina concorresse com os capitais do financiamento. 468

Em outros termos, no caso de uma boa safra (grande produção de cana e açúcar) ou retração na demanda que aumentasse os preços do produto, tanto no mercado nacional quanto no mundial, os eventuais prejuízos eram partilhados entre o usineiro e o plantador de cana. Porém, nas situações de safra insuficiente ou de inesperada expansão da demanda com elevação do preço do produto de consumo, apenas os usineiros ganhavam, principalmente porque controlavam o seu estoque de açúcar, enquanto os fornecedores não tinham condições de estocar cana-de-açúcar por ser perecível. Além disso, nos momentos de crise causada por excesso de produção, o usineiro poderia negar-se a receber matéria-prima, alegando dificuldades do mercado, o que deixava os fornecedores em situação de total desvantagem. 469

Por outro lado, a nova conjuntura que se anunciava com a estabilização do mercado do açúcar tornava a lavoura canavieira um ótimo negócio, incentivando os usineiros a aumentarem os canaviais próprios e, assim, excluírem progressivamente os fornecedores. Pelas palavras de Barbosa Lima Sobrinho, é possível concluir que as medidas implementadas pelo IAA gradativamente eliminaram o "risco agrícola", fazendo os usineiros buscarem a monopolização dos lucros da agricultura. Ainda de acordo com Sobrinho, obtida a estabilidade dos preços, a matéria-prima era cotada sobre bases melhores e "a usina, de seu lado, ia ficar livre da contingência do prélio para a conquista de zona. Com a limitação da produção, sobravam as terras e desaparecia o perigo da concorrência de outras fábricas próximas". ⁴⁷⁰ A respeito disto, o presidente do IAA afirmou que

não tinha sido essa, todavia, a intenção com que se criou a limitação da produção, ou com que se assegurou a estabilidade dos preços. A política de defesa do açúcar, inaugurada em 1931, de certo nunca imaginou que pudesse trazer semelhantes conseqüências. Ao

⁴⁶⁸ LIMA SOBRINHO, 1941, p. 15.

⁴⁶⁹ RAMOS, 1983, p. 107.

⁴⁷⁰ LIMA SOBRINHO, 1941, p. 18-19.

contrário, o que ela visou foi a manutenção do status quo encontrado, a defesa de todos os que viviam e trabalhavam dentro da indústria do açúcar. A limitação da produção equivale a uma espécie de monopólio, que só se justifica pelos grandes interesses coletivos, vinculados à indústria açucareira. Mas, êsse monopólio deveria continuar com os valores que o integrassem, e não ainda mais estreito e rígido, pela eliminação, ou redução, de uma das categorias existentes, e uma categoria mais numerosa que a de proprietários de fábricas.⁴⁷¹

Em sua análise sobre o período, Lima Sobrinho ressalta que a crise despontada em 1929 deixou muitas lavouras em situação de endividamento, o que deve ter impulsionado a transferência de sua propriedade para as usinas. Outro fator destacado é que o refreamento da expansão industrial pelas políticas de contingenciamento significava uma limitação à reinversão de lucros nessa atividade, restando ao usineiro a alternativa de adquirir cotas de seus fornecedores, principalmente com a minimização dos riscos. A conjuntura propiciava a integração vertical das usinas ou a aquisição de terras com vistas a utilidades futuras, quando o mercado demandasse a elevação da produção de açúcar e álcool, garantindo o abastecimento de matéria-prima.

Segundo Hélio Pina, os produtores adaptaram-se ao novo sistema implementado pelo IAA, que amainou a crise de superprodução, buscando a partir daí melhores condições para a sua indústria. Nesse sentido, o auto-abastecimento de matéria-prima atraía ainda mais por afastar a dependência em relação aos lavradores. Alguns banguezeiros ostentavam boa posição diante das usinas, mas a maioria estava subordinada a elas: lavradores, parceiros ou rendeiros. A ausência de normas regulamentadoras dessas relações motivou reclamações pelos órgãos de classe aos governos estaduais. O paulatino crescimento vertical das usinas tornava-se, então, uma ameaça ao equilíbrio do setor açucareiro, notadamente para os fornecedores da região Nordeste, conforme evidencia o pronunciamento de um deputado pernambucano:

Era princípio corrente nos Estados nortistas, entre os industriais do açúcar, que as usinas não considerassem como objeto de sua atividade o cultivo de cana. Mesmo as terras destas empresas industriais eram arrendadas a terceiros, para que as cultivassem, com a obrigação

⁴⁷¹ Ibidem, 1941, p. 38-39.

⁴⁷² PINA, Hélio. *A Agroindústria Açucareira e sua Legislação*. Rio de Janeiro: APEC, 1972, p. 32.

natural e lógica de serem as canas produzidas vendidas às mesmas. De modo inteiramente diferente agora as coisas estão se processando, com a criação do Instituto do Açúcar e do Álcool. Começaram diversas usinas promovendo o despejo coletivo dos seus antigos colaboradores – os fornecedores de cana. 473

Na região Nordeste, o fornecedor era, em geral, um antigo senhor de engenho, "com todos os sentimentos dessa classe de dominadores de terra", que procurava manter sua autonomia e desejava ser tratado de igual para igual diante do usineiro. Este preferia, então, tratar com os lavradores, entendidos como trabalhadores que manejavam diretamente a enxada nos canaviais, residentes em casebres simples e dependentes diretos da usina, ficando no meio dos conflitos que se intensificavam entre fornecedores e usineiros à época. As relações usinas-fornecedores no Centro-Sul eram essencialmente diferentes, notadamente em São Paulo, onde herdaram a experiência do regime de colonato originado no complexo cafeeiro, o qual será abordado no próximo tópico deste capítulo.

Em Campos, no Rio de Janeiro, os fornecedores não detinham tanto poder individualmente, porém eram mais numerosos. Os conflitos no estado acirraram-se no começo da década de 1930, tornando-se insustentáveis em 1936, quando mobilizaram o governador e o presidente do país, com a aprovação de medidas que atendessem conjuntamente aos interesses de fornecedores, usineiros, trabalhadores das usinas e a Associação Comercial de Campos. Segundo Delma Neves, a região sofreu mais fortemente com esses embates devido ao elevado número de fornecedores de cana. A situação foi contornada, dentre outras ações, pelo estímulo à política creditícia a fim de compensar os limites impostos à reprodução do capital agrário e inserir os fornecedores no circuito de reprodução do capital financeiro privado e público. 475

De qualquer forma, tanto no Nordeste quanto em São Paulo e Rio de Janeiro, os proprietários fundiários – alguns ex-senhores de engenho que se transformaram em fornecedores de cana – foram pressionados a vender suas terras às usinas, que, frequentemente, faziam avançar suas ferrovias pelas propriedades do entorno.

⁴⁷³ Discurso do deputado pernambucano Severino Mariz na apresentação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados, em 15 de julho de 1935, para salvaguardar os interesses dos fornecedores de cana. In: LIMA SOBRINHO, 1941, p. 20.

⁴⁷⁴ Ibidem, 1941, p. 14.

⁴⁷⁵ NEVES, Delma pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo da subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Apud. MEIRA, 2007, p. 211.

Reproduzia-se o procedimento básico de expansão da produção, herdado do período colonial, já que muitos usineiros também eram ex-senhores de engenho. A conjuntura culminaria na aliança entre trabalhadores da cana e proprietários fundiários no sentido de forçar o Estado a impedir o "desaparecimento da classe média rural" (discurso mais frequente no Nordeste) e a extinção da pequena propriedade (reivindicação mais comum no Centro-Sul, principalmente em Campos e em Piracicaba, caso este que será abordado no final deste tópico).⁴⁷⁶

Diante desse cenário, os idealizadores da política açucareira pretenderam repensar os benefícios da ação do Estado para as classes envolvidas no setor açucareiro, especialmente em relação aos fornecedores de cana, que estavam perdendo as suas terras. Nesse sentido, em 1932, o então interventor de Pernambuco, Lima Cavalcanti, promulgou um decreto estadual, estabelecendo uma tabela para pagamento das canas dos fornecedores e o preço básico para uma tonelada de cana, o qual deveria corresponder em média a 60% do preço do açúcar em Recife. Além disso, ao fornecedor era garantido o direito de fiscalizar a pesagem e de receber meio litro de álcool por cada tonelada de cana entregue. 477 Coube a interpretação pelo IAA de que era chegada a hora de intermediar as relações entre usineiros e fornecedores, regulando os interesses dessas classes via legislação específica. Assim, as medidas previstas no decreto pernambucano tomaram abrangência nacional no mesmo ano, com o Decreto Federal n. 21.264.

Também visando atenuar os efeitos negativos da intervenção, promulgou-se a Lei n. 178, em 1936, que obrigou os proprietários de usinas ou destilarias a receber de seus lavradores ou fornecedores a quantidade de cana-de-açúcar correspondente à média dos fornecimentos verificados no quinquênio de limitação. Ou seja, nos mesmos moldes que se havia procedido anos antes com as cotas de produção de açúcar, implantou-se o regime de cotas de fornecimento de cana, baseadas nas safras anteriores, obrigando a usina a receber a cota individual de seu fornecedor. Como penalidade pela recusa no recebimento estipulado, a usina perdia o equivalente em sua cota de produção, funcionando no inverso para o fornecedor que não a abastecesse conforme o previsto.

Conforme a lei em questão, o preço da tonelada passava a ser fixado pelo governo, evidenciando que o Estado adaptava constantemente a sua ação

⁴⁷⁶ RAMOS, 1991, p, 41.

MEIRA, Roberta Barros. *Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas:* o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007, p. 210.

⁴⁷⁸ LIMA SOBRINHO, 1943, p. 37.

intervencionista, independentemente do que prevera seu decreto de criação, de 1933. A Lei n. 178 teve pouco tempo de vigência devido principalmente à ineficácia perante o processo de concentração territorial resultante da apropriação dos canaviais de fornecedores por usineiros. 479 Essa lei, no entanto, "teria sido a semente que exigiria novo e amplo tratamento, de modo a garantir a posição do homem do campo em relação à terra por êle cultivada, e por consequência à usina". 480

As falhas nas tentativas de regulação até aquele momento serviram de justificativas para uma atuação estatal mais incisiva. No ano seguinte, determinou-se que uma comissão formada por representantes do Ministério da Agricultura, IAA, governo estadual, fornecedores e usineiros estipulasse os critérios de pagamentos, originando a Lei n. 519. No entanto, este dispositivo previa inúmeras variações para o cálculo do pagamento, descontos e instruções quanto ao corte e entrega, conturbando ainda mais os conflitos existentes. 481 Dado o caráter social do primeiro governo Vargas e a busca pelo "desenvolvimento equilibrado" do setor, entre o final da década de 1930 e o ano de 1945, as tentativas perpetuaram, fazendo surgir um conjunto de leis com o objetivo de regular as relações entre fornecedores e usineiros. 482

Sem dúvida, o principal instrumento legal instituído no período foi o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), promulgado pelo Decreto-Lei n. 3.855, em 1941. Dedicando os primeiros 106 artigos aos fornecedores, o estatuto estabeleceu critérios para o enquadramento legal da situação, as regras acerca da entrega da cana, o princípio da cota de fornecimento e do fundo agrícola, além de prever um salário mínimo para os trabalhadores da lavoura e também da indústria açucareira. Determinou ainda a estruturação de uma justiça administrativa, atribuída à Comissão Executiva do IAA, e a imputação de taxas destinadas ao financiamento dos fornecedores. Os primeiros artigos dispunham:

> Art. 1° Para os efeitos deste Estatuto, considera-se fornecedor todo o lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, haja fornecido canas a uma mesma usina, diretamente ou pôr interposta pessoa, durante três ou mais safras consecutivas.

⁴⁷⁹ MEIRA, 2007, p. 212-213.

⁴⁸² RAMOS, 1983, p. 108.

⁴⁸⁰ PINA, 1972, p. 32-33.

⁴⁸¹ GNACCARINI, José César A. Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1972, p. 80.

- § 1° Na definição deste artigo, estão compreendidos os parceiros, arrendatários, bem como os lavradores sujeitos ao risco agrícola e aos quais haja sido atribuída, a qualquer título, área privativa de lavoura, ainda que os respectivos fornecimentos sejam feitos pôr intermédio do proprietário, possuidor ou arrendatário principal do fundo agrícola.
- § 2° Na definição deste artigo incluem-se os lavradores aos quais venha a ser atribuída quota de fornecimento em consequência de contratos assinados pêlos mesmos com as Usinas, a partir desta data e observadas as disposições do presente Estatuto.

Art. 2° Somente gozarão das vantagens que este Estatuto institue em favor dos fornecedores, as pessoas físicas que dirijam, a título permanente, a exploração agrícola da cana de açúcar ou as sociedades cooperativas de lavradores, devidamente organizadas.⁴⁸³

A definição da figura do fornecedor pelos artigos citados compreende arrendatários, parceiros e lavrador (salvo os enquadrados em regime de colonato), isto é, todos os plantadores de cana-de-açúcar sujeitos diretamente ao "risco agrícola". Nesse sentido:

Art. 3° Não se reputam fornecedores:

- a) os trabalhadores que percebam salário por tempo de serviço e os empreiteiros de áreas e tarefas certas, remunerados em dinheiro;
- b) os lavradores a que se refere o art. 5°;
- c) os lavradores de engenhos;
- d) as pessoas que, embora satisfazendo as condições do art. e seus parágrafos, sejam interessadas, acionistas, sócias ou proprietárias das usinas ou distilarias;
- e) Os parentes, até ao 2° grau, dos possuidores ou proprietários de usinas ou distilarias. (...)
- Art. 5° Os lavradores de usinas que trabalham em regime de colonato ou de salariado e não possam ser incluídos nas definições do art. 1° e seus parágrafos terão a sua situação regulada em contrato tipo, aprovado pelo Instituto.⁴⁸⁴

⁴⁸³ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.855, de 21 de novembro de 1941. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1941. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 12 out. 2015, p. 01. ⁴⁸⁴ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.855, 1941, p. 01.

Visando dirimir a exposição das categorias mais suscetíveis às intempéries da produção, o estatuto impôs que proprietários ou possuidores de usinas recebessem de seus fornecedores a quantidade de cana fixada pelo IAA (art. 17). Entretanto, determinou a recíproca ao estabelecer que os fornecedores também eram obrigados a entregar a cana-de-açúcar estipulada à usina (ou a usinas) a qual estivessem vinculados (art.18). As quantidades encontravam-se descritas em artigos posteriores:

Art. 48. As usinas utilizarão, na fabricação de sua quota de açúcar, um volume de canas próprias até ao máximo de 60% da respectiva limitação, ressalvado o disposto no art. 52.

- § 1° A matéria prima indispensável para a fabricação dos outros 40 % da quota da usina será, obrigatoriamente, recebida de fornecedores.
- § 2º A disposição deste artigo não se aplica nas usinas cujas quotas sejam iguais ou inferiores a 15.000 sacos.
- § 3° A porcentagem a que se refere este artigo, para as usinas limitadas em 15 a 30.000 sacos, será calculada sobre a parte excedente de 15.000 sacos.
- Art. 49. As usinas que, na atualidade, utilizam canas próprias em porcentagem superior a 75%, serão obrigadas a transferir o excedente para os fornecedores na safra de 1942/43.
- Art. 50. As usinas que tiverem mais de 60 % de canas próprias transferirão o excedente para os fornecedores, a partir da safra . 1943/44 e a razão de 2% sobre o limite da usina, pôr safra, até completarem aquela porcentagem. (...)
- Art. 51. Não havendo produção de fornecedores em volume correspondente as porcentagens estabelecidas no art. 48, o recebedor poderá completa-la com canas próprias.
- Art. 52. As fábricas que na data da publicação deste Estatuto utilizem canas de fornecedores em percentagem superior a estabelecida no § 1º do art. 48 não poderão reduzi-la. (...). 485

As determinações contidas nos artigos mencionados evidenciam a intenção de repartir os custos da limitação entre produtores de açúcar e plantadores de cana, estabelecendo também uma isenção para os fabricantes menores quanto à obrigatoriedade de empregar 40% de matéria-prima oriunda de fornecedores. Deste

⁴⁸⁵ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.855, 1941, p. 06.

modo, o estatuto pretendeu proteger os agentes sujeitos ao maior risco agrícola, mas, ao mesmo tempo, procurou propiciar "as condições de rentabilidade das pequenas fábricas ou pequenos usineiros: permitia, nesses casos, uma maior utilização de cana própria, dando condições melhores de acumulação". 486 Em decorrência, verificou-se relativo aumento na participação de fornecedores nos totais de cana moída pelas usinas do país.

Vale ainda mencionar que o ELC determinava atribuir sempre aos fornecedores todos os aumentos concedidos na limitação das usinas, impondo uma distribuição justa, na qual o usineiro recebia os ganhos na parte industrial e o fornecedor a respectiva parcela no campo (artigos 63 a 66). Nessa linha, os dispositivos 76 e 80 do estatuto reforçam a proteção ao pequeno lavrador, ao dispor que, na distribuição de cotas de fornecimento decorrente de aumentos de produção, teriam preferência os pequenos fornecedores que lavravam diretamente a terra, sem auxilio de salários, sendo contemplados primeiramente aqueles cujas cotas fossem inferiores ao mínimo estabelecido pelo instituto. O ELC também vedava a repartição da cota de fornecimento em situação de divisão de terra sempre que a cota derivada não fosse capaz de prover o fornecedor e sua família (art. 92). Por fim, imputava como nulos os atos judiciais de fragmentação de propriedades agrícolas nos casos em que os lotes resultantes tivessem área inferior à estabelecida pelo IAA na região em questão (art. 95).

Não há pretensão aqui de se apresentar todo o teor do estatuto, sendo importante destacar por último, dada a sua importância, o disposto no artigo 90 de que o salário mínimo dos trabalhadores na lavoura canavieira e na indústria de açúcar e álcool seria fixado pelas comissões competentes nos termos da Lei n. 185, de 1936⁴⁸⁷, depois de consultado o IAA sobre o assunto. Segundo Pedro Ramos, muitos outros artigos mereceriam citação no sentido de "reforçar que o objetivo último do ELC era a defesa dos fornecedores, lavradores, colonos ou simples trabalhadores assalariados da agroindústria canavieira, quando de suas relações com usineiros". 488 Sobre a questão, vale mencionar um trecho do discurso de Getúlio Vargas pronunciado em Recife, no ano de 1933, época da criação do Instituto do Açúcar e do Álcool:

> No tocante, propriamente, à lavoura de cana, as medidas a executar precisam ser generalizadas, compreendendo, também, o amparo aos pequenos cultivadores, geralmente sacrificados às exigências do grande industrial. A maioria dêles planta usineiro e do

⁴⁸⁶ RAMOS, 1983, p. 121.

⁴⁸⁷ A Lei n. 185 (1936) instituiu as comissões de salário mínio. Cf. RAMOS, 1983, p. 125.

rudimentarmente, em terra emprestada, para vender pelo preço que lhe quiserem pagar. Não raras vezes, o produto da colheita mal recompensa o trabalho de transportá-la até o engenho, quasi sempre pertencente ao proprietário do solo, onde o lavrador vive a título precário. A proteção mais proveitosa seria a que lhes garantisse os meios necessários, para se tornarem donos da terra cultivada. Facilitar-lhes o acesso à propriedade equivaleria a pôr ao seu alcance a riqueza, com trabalho estável e organizado, e o bem estar, com a posse do teto, refúgio da família.⁴⁸⁹

Pudemos observar no capítulo anterior que o primeiro governo Vargas alicerçou-se sobre o nacionalismo e a busca pelo desenvolvimento equilibrado, alcançando autonomia sem precedentes para exercer o poder por não representar diretamente os interesses de determinada região nem de grupos específicos. Nesse sentido, assim como lidou com as lutas travadas entre produtores do Nordeste e do Centro-Sul, donos de engenhos e usineiros, usineiros e refinadores-comerciantes, seu objetivo em relação à lavoura foi o de balancear a situação entre plantadores de cana e produtores de açúcar. As medidas implantadas no período integravam uma política mais geral, a qual buscava a "paz social no campo" e a fixação do homem à terra". Em outros termos, "ensaiou-se uma política de redistribuição de renda, apropriada pelos usineiros, em benefício dos trabalhadores e fornecedores". 491

Mas, embora detivesse a nítida intenção de melhorar a situação dos "trabalhadores dos canaviais", o Estatuto da Lavoura Canavieira não poderia prejudicar o abastecimento das usinas. Assim, o sistema de cotas de fornecimento e o cadastro de fornecedores "amarrava-os às respectivas fábricas" impondo-se também duras penalidades para os casos de descumprimento dos limites fixados de fornecimento:

Art. 43. O fornecedor que deixar de entregar, durante uma safra, parte ou a totalidade de sua quota de fornecimento à usina ou distilaria a que esteja vinculado, terá o seu limite reduzido à quantidade de canas

⁴⁹⁰ QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*. Tese (Doutorado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" / Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 1972, p. 129.

⁴⁹² RAMOS, 1983, P. 125.

⁴⁸⁹ VARGAS, Getúlio – Recife-PE, 1933. In: LIMA SOBRINHO, 1941, p. 49.

⁴⁹¹ GNACCARINI, José César A. *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo,1972, p. 82.

que haja efetivamente entregue, se a falta for parcial, ou perderá os direitos que lhe são reconhecidos neste Estatuto, se a falta for total.

Parágrafo único. Estas sanções não serão aplicadas se a falta resultar de motivo de força maior.

Art. 44. O fornecedor que dispuser de sua produção antes de garantida a integralização de sua quota na fábrica a que esteja vinculado terá o seu limite reduzido a quantidade de canas que haja efetivamente entregue. 493

Em defesa dos fornecedores de cana, Lima Sobrinho questionava qual seria a lavoura mais vantajosa, se a pertencente à usina ou aos plantadores. Para ele, a resposta dependia das condições do local onde estavam situadas as propriedades dos fornecedores, tendo em vista que estas poderiam estar mais próximas das moendas do que os canaviais próprios da usina. Haveria também a necessidade do exame de rendimento das terras e das características particulares para conclusões "isoladas, que nem sempre seriam concordantes. Nuns casos, a vantagem seria para o fornecedor, noutros a usina teria os benefícios de uma produção mais barata". A afirmação do presidente do IAA evidencia que o ELC e demais medidas que visaram intermediar a relações nas lavouras canavieiras nesse período não estavam pautadas por variáveis técnicas ou econômicas apenas, tendo um teor mais complexo⁴⁹⁴, ligado à questão da propriedade das terras.

É interessante lembrar que, conforme mencionamos, a categoria dos fornecedores no Nordeste comportava também muitos ex-senhores de engenho que perdiam seu prestígio na transição para a hegemonia do sistema usineiro, fator que imprimia outro peso às determinações do IAA. Outra questão a ser levada em conta é o fato de o governo Vargas considerar o suporte político recebido do Nordeste nas decisões que impetrou sobre a questão dos fornecedores. Aliás, em um plano mais restrito, vale destacar que o presidente do instituto no período de elaboração e promulgação do ELC (Lima Sobrinho) era um político pernambucano e dependia possivelmente do apoio daquela camada social ainda importante na estrutura do Nordeste, o que pode ter contribuído para o tratamento legal dos fornecedores em relação aos usineiros. A aliança entre fornecedores-proprietários e lavradores não-

⁴⁹⁴ LIMA SOBRINHO, 1941, p 96.

⁴⁹³ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.855, 1941, p. 06.

proprietários naquela região tornou-se perigosa para o governo, buscando-se atender aos interesses imediatos de ambos os estratos.

Do ponto de vista dos usineiros – mais pontualmente os produtores de açúcar do Centro-Sul – a postura do IAA mostrou-se conciliadora, dirimindo o suposto efeito "punitivo" do estatuto. Era, ao menos, o entendimento de Gileno Dé Carli, fornecedor de cana em Pernambuco, que assumiu cargos técnicos no instituto e a chefia de gabinete na gestão de Lima Sobrinho.⁴⁹⁵ Ele chegou a afirmar:

o Estatuto da Lavoura Canavieira não é uma vingança nem uma afronta. Não veio restabelecer a situação de 1933, época em que se fez a limitação açucareira, porque ninguém procurou punir o usineiro pelo fato dele ter procurado, através de sua própria orientação, o regime de ampliação das culturas próprias. Se isso não lhe era proibido, não houve crime no fato da preterição do fornecedor nos trabalhos do campo. Ora, se existia uma limitação na capacidade produtora do açúcar e, se o usineiro dilatava os seus campos de cana, alguém teria de ir sobrando. Sobraram assim muitos fornecedores. Não sendo um Estatuto para efeito punitivo. Não se poderia conceber qualquer resquício de vingança: vingar o fornecedor que foi aniquilado. 496

As disposições do ELC estipularam que as concessões de aumentos nas cotas de produção de açúcar das usinas fossem proporcionais ao volume de matéria-prima que recebiam de fornecedores. Além disso, o estatuto determinou que as elevações na produção de cana fossem deferidas exclusivamente a fornecedores. Por fim, de acordo com o estatuto, todas as usinas precisavam contar com, no mínimo, 40% de canas advindas de fornecedores no total de suas moagens, obrigando que os complexos usineiros paulistas se adequassem no sentido de garantir o seu acesso aos benefícios da legislação.⁴⁹⁷

Em 1945, a Resolução n. 109 determinou que os pagamentos aos fornecedores correspondessem aos preços do açúcar ou do álcool, tendo por base o respectivo

-

⁴⁹⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Escola de Ciências Sociais - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carli-gileno-de. Acesso em: 30 jan. 2016.

⁴⁹⁶ DÉ CARLÍ, Gileno. *Aspectos de economia açucareira*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos Pongetti, 1942, p. 296.

⁴⁹⁷ SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO. "Em torno do Estatuto da Lavoura Canavieira". São Paulo, 1941, p. 30. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, *Conferência Canavieira de 1941*, Rio de Janeiro, 1943, p. 126. Apud. GNACCARINI, 1972, p. 29.

rendimento industrial médio das usinas em cada estado do país. Observa que, ao vincular o preço da cana aos do açúcar e do álcool, o IAA mantinha o objetivo de distribuir entre usineiros e fornecedores as vantagens e desvantagens, os custos e os benefícios do crescimento ou não do subsetor. Além disso, o estabelecimento de preços diferenciados por estados permitia a competitividade dos diferentes grupos açucareiros, uma vez que estes pagariam os seus fornecedores conforme as suas próprias condições de rentabilidade. Por fim, a medida fazia com que os fornecedores participassem dos aumentos de produtividade da usina a que se vinculavam. Esses fatores serviam de "estímulo à melhor utilização dos recursos, que, vale dizer, incentivava, tanto a usina como a seus fornecedores, a buscarem formas de aumentar o rendimento industrial". 498

A partir do ano seguinte, a situação foi reconfigurada frente à expansão da agroindústria canavieira em São Paulo. Como abordamos anteriormente, a chamada redemocratização da economia no governo Dutra foi especialmente favorável aos usineiros paulistas, visto que arrefeceu a defesa do açúcar nordestino, propiciando a guinada na produção no Centro-Sul. O Decreto-Lei n. 9.827, de 1946, é emblemático no novo contexto que se formava na economia açucareira nacional, afetando as determinações do Estatuto da Lavoura Canavieira, ao dispor em seu artigo 5º que as usinas poderiam utilizar, com lavoura próprias, até 50% dos aumentos e cotas que lhes fossem concedidos, destinando a parte restante a fornecedores, lavradores ou colonos, em acordo com o plano apresentado pela usina e aprovado pelo IAA. Assim, abria-se "uma porta pela qual os usineiros paulistas poderiam continuar investindo também na lavoura de cana". 499

Entre 1946 e 1965, devido à regulamentação dos interesses das principais e mais influentes classes do setor sucroalcooleiro do país (fornecedores de cana de Pernambuco e usineiros de São Paulo), a agroindústria brasileira vivenciou um período menos conturbado. Em relação ao caso paulista, a expansão de sua produção sucroalcooleira em meados dos anos 1940 e ao longo da década seguinte foi fundamental para que não surgissem entraves no estado entre usineiros e fornecedores, concluindo que sobrava espaço de crescimento tanto para um quanto para o outro. 500 Os fornecedores de cana em São Paulo eram em sua grande maioria proprietários ou arrendatários das terras e, diferentemente do quadro nordestino, somente se tornaram

⁴⁹⁸ RAMOS, 1983, p. 128.

⁴⁹⁹ RAMOS, 1983, p. 130. 500 Ibidem, 1983, p. 130-131.

uma categoria expressiva graças à aplicação do Estatuto da Lavoura Canavieira. Na totalidade das usinas paulistas, a porcentagem de canas de fornecedores foi de 17,81% em 1944-45 e de 19,61% na safra seguinte, tendência que se manteve nos resultados posteriores.⁵⁰¹

Justapondo esse cenário e o conteúdo apresentado no capítulo anterior, é possível visualizarmos dois momentos caracteristicamente distintos da expansão da agroindústria paulista ao longo do período enfocado. O primeiro teria ocorrido, então, nos anos de 1930 a 1945, sob uma intensa ação do Estado que buscou o desenvolvimento equilibrado ao proteger as diferentes categorias envolvidas na produção sucroalcooleira, dando especial atenção à economia açucareira do Nordeste e aos fornecedores de cana daquela região. Nesse contexto, a agroindústria paulista teve sua expansão dificultada por conta da orientação intervencionista, mas, dada a consolidação mais recente de seus substratos, os usineiros se estabeleceram sem maior oposição dos fornecedores de cana. O marco das mudanças está em 1946, quando se alterou o teor da defesa açucareira em relação ao produto nordestino, significando um essencial impulso para o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo. Durante esse processo, medidas como o mencionado Decreto-Lei n. 9.827, de 1946, viabilizaram que as usinas paulistas avançassem também na atividade agrícola. 502

Na época de promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, havia plantações de cana-de-açúcar distribuídas por praticamente todos os municípios de São Paulo e predominavam usinas com cerca de 3.730 hectares, verificando-se um crescimento nas lavouras canavieiras de 132% entre os anos de 1932 e 1940.⁵⁰³ Um dos principais propulsores foi o declínio das lavouras de café, que colocava para os cafeicultores a necessidade de diversificação da produção pelo estabelecimento de outras culturas em suas propriedades, preponderando o algodão e a cana-de-açúcar. Os negócios açucareiros mostravam-se especialmente atrativos, em razão de seu mercado principal ser o crescente mercado interno e devido à minimização dos riscos provocada pela intervenção estatal, o que transformou muitos cafeicultores em usineiros. 504

É interessante enfatizar essa relação entre a cana-de-açúcar e o café para uma compreensão da estrutura fundiária paulista: a ocupação colonial do território iniciou-se

⁵⁰¹ INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ÁLCOOL. Comissão Executiva. Processo P.C. 143-45 – Estado de São Paulo.

⁵⁰² RAMOS, 1983, p. 131. ⁵⁰³ MEIRA, 2007, p. 269.

⁵⁰⁴ RAMOS, 1983, p. 115.

com a primeira, a qual predominou até ceder espaço aos cafezais, em meados do século XIX. Decorridas algumas décadas, foi a vez da cafeicultura dar lugar aos canaviais, numa conjuntura de refreamento da expansão cafeeira. Sobre esse movimento pendular, Pedro Ramos conclui:

Assim, quando nos referimos à utilização e ocupação das terras paulistas pela "grande lavoura", devemos ter em mente um processo que se deu do predomínio da cana para a convivência cana-café, passando pelo temporário predomínio do café. A base desse processo sempre foi a incorporação e monopolização de terras produtivas para a formação de grande propriedades fundiárias, inicialmente baseadas no trabalho escravo e posteriormente no trabalho livre. ⁵⁰⁵

A bem da verdade, a convivência café-açúcar também contou com a presença de outras culturas, porém a caracterização de "policultura" em São Paulo variava muito de região para região. Nas áreas predominantemente cafeeiras, como o Oeste Paulista, o cultivo de outros produtos atraiu e fixou os imigrantes nas fazendas por garantir a sua subsistência. Os novos territórios incorporados ao complexo seguiam a mesma tendência, produzindo gêneros alimentícios necessários à reprodução da força de trabalho e subsidiando, portanto, o próprio processo de reprodução do capital. Essa era, aliás, a essência do regime do colonato: a terra havia sido tornada cativa pela Lei de Terras de 1850, mas isso não impedia que dela pudessem tirar seu sustento os que aqui chegavam. ⁵⁰⁶

Na Zona da Mata do Nordeste, onde Pernambuco está situado, a cana era o principal produto comercial e era para ela que as terras estavam reservadas. Já em São Paulo, a cafeicultura caracterizou as extensas plantações e, na consolidação da indústria sucroalcooleira no estado, muitos produtores de café montaram usinas em suas terras, utilizando-se da cana plantada em lavouras próprias. Isso se verificou com mais frequência em novas regiões canavieiras, como as de Ribeirão Preto e Araraquara, nas quais a cana e o açúcar surgiram como "alternativas ao principal produto comercial da economia paulista e, portanto, ela ia ocupando as terras antes dedicadas e/ou reservadas ao café". O mesmo não poderia ser dito em relação às tradicionais regiões canavieiras, como a piracicabana.

-

⁵⁰⁵ RAMOS, 1999, p. 80.

⁵⁰⁶ Ibidem, 1999, p. 81.

⁵⁰⁷ RAMOS, 1999, p. 104.

No reduto piracicabano, onde a introdução tardia do café coincidiu com a Abolição do regime escravista e o início da imigração fez "com que as primeiras crises já influíssem no sentido do parcelamento da propriedade e a policultura. Não existiram, portanto, em Piracicaba, as grandes fazendas de café que caracterizaram a zona oeste" havendo algumas fazendas de cana e de café ao lado de pequenas e médias propriedades produtoras de gêneros alimentícios diversificados. Segundo a pesquisadora Eliana Terci, essas características decorreram da própria extensão do município, das partilhas em processos de herança e também de vendas das frações de fazendas devido às crises do café e do açúcar para aquisição de áreas maiores em novas zonas canavieiras. Nesse processo, formou-se na região piracicabana um verdadeiro mercado de terras, impulsionado por recursos trazidos pelos imigrantes. 509

Nas décadas de 1930 e 1940, destacavam-se no território paulista as regiões de Santa Rosa (Usina Amália), Santa Bárbara (usinas De Cilo, Furlan, Irmãos Azanha, Rochele e Santa Bárbara), Capivari (usinas Bom Retiro, Santa Cruz, Vila Raffard e São Francisco) e Piracicaba (usinas Capuava, Costa Pinto, Monte Alegre, Tamandupá e Piracicaba).⁵¹⁰

Tabela 25 – Municípios açucareiros em São Paulo (1942)

Município	Área	Área	Área cultivada/		
	municipal (ha)	cultivada (ha)	Area municipal (%)		
Santa Bárbara	29.000	4.328,70	14.92		
Santa Rosa	25.400	3.315,40	13,05		
Rio das Pedras	16.000	1.797,40	11,23		
Pontal	31.800	2.804,70	8,81		
Porto Feliz	60.000	3.437,00	5,72		
Tapiratuba	22.500	1.244,40	5,53		
Sertãozinho	70.200	3.510,80	5,00		
Capivarí	55.500	2.715,80	4,89		
Santa Branca	33.600	1.642,50	4,88		
Igarapava	103.600	4.584,00	4,42		
Piracicaba	146.500	6.205,40	4,23		
Santa Rita	69.500	1.383,60	1,99		
Limeira	185.300	1.568,70	1,57		
Campinas	115.200	2.287,50	1,47		
Lençóis	119.000	1.347,90	1,13		
São Simão	134.300	1.356,40	1,00		
Pirajuí	185.500	1.568,10	0,84		

Fonte: DÉ CARLI, 1943, p. 131-133; MEIRA, 2007, p. 225.

⁵⁰⁸ CANABRAVA, Alice P.; MENDES, Maria C. T. "A região de Piracicaba". *Revista do Arquivo Municipal*, v. 45, 1938. Apud. PERES, Maria Thereza Miguel. *O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 1990, p. 66.

⁵⁰⁹ TERCI, Eliana Tadeu. *Agroindústria canavieira de Piracicaba*: relações de trabalho e controle social, 1880-1930. Dissertação (em História), Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

⁵¹⁰ DÉ CARLÍ, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos Pongetti, 1943, p. 136 et seq.

O Estatuto da Lavoura Canavieira "foi brandido em São Paulo como instrumento para frear a concentração fundiária", mas não passou de "letra morta". 511 Na região piracicabana, esse fenômeno alarmava as autoridades, sendo inclusive observado por Lima Sobrinho em seu relatório de gestão: "já em 1936, o prefeito de Piracicaba, Sr. Luís Dias Gonzaga, reclamava num relatório, contra a redução do número de pequenas propriedades, naquele município, dadas as compras crescentes realizadas pelas usinas", concluindo que, se não barrado, tal processo acabaria por dividir o município "em algumas imensas propriedades para as grandes culturas, em prejuízo da policultura e da múltipla subdivisão do solo entre numerosas famílias de lavradores proprietários". 512

As políticas varguistas que visaram o "desenvolvimento equilibrado" surtiram efeitos na agroindústria canavieira da região, na qual se buscou preservar os fornecedores locais. Esta característica estabelece possibilidades de paralelos entre as situações dos fornecedores de Piracicaba, Pernambuco e Campos. Vale lembrar que a região piracicabana era uma das áreas de ocupação mais antiga no estado de São Paulo, com terras totalmente apropriadas e utilizadas em culturas voltadas para a comercialização, não só de cana e café, como de outros produtos, dentre os quais, o algodão e o milho. Os fornecedores de cana em Piracicaba e no entorno puderam, assim, beneficiar-se indiretamente do poder de pressão de seus congêneres pernambucanos e da situação conflituosa a que se chegara em Campos". 513

Na safra de 1938-39, o abastecimento das usinas paulistas por fornecedores correspondeu a 15% e por canas próprias em torno de 85%; na safra de 1946-47, as porcentagens equivaleram a 20% e 80%, respectivamente. Em relação à Usina Monte Alegre, os dados confirmaram essa tendência, pois a média de canas fornecidas foi de 15% do total de matéria-prima consumida entre as décadas de 1930 e 1940. Para termos ideia, em 1939, os fornecedores entregaram à usina aproximadamente 12 mil toneladas de cana, quantidade que foi levemente maior no ano de 1946, quando atingiu o total de 13 mil toneladas. Já os canaviais da usina a abasteceram, em 1939, com quase 13 mil toneladas de cana, mas, em 1946, entregaram à usina 85 mil toneladas. A comparação entre os números revela que, em fins dos anos 1930, quase toda a matéria-prima

⁵¹¹ RAMOS, 1999, p. 102.

⁵¹² LIMA SOBRINHO, 1943, p. 48-49.

⁵¹³ RAMOS, 1999, p. 104.

⁵¹⁴ RAMOS, 1983, p. 133.

⁵¹⁵ REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1946*, 1947, p. 30.

necessária advinha de canaviais próprios. Vale reparar que o significativo aumento no fornecimento realizado por lavouras próprias documenta também a elevação da demanda por matéria-prima – um reflexo do crescimento da produção de açúcar e álcool - que não foi acompanhada pelos fornecedores, provavelmente pelo seu insuficiente número na região e pela impossibilidade de expansão deles frente ao movimento de absorção de terras pelos complexos usineiros.

Com base nos dados apresentados por Gileno Dé Carli no estudo Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo, obtemos um panorama do fornecimento de cana em algumas dessas usinas. No caso da Monte Alegre, nota-se que a quantidade de matéria-prima processada elevou-se consideravelmente na primeira metade da década de 1930, mantendo a preponderância do fornecimento por canaviais próprios:

Tabela 26 – Canas próprias e de fornecedores em usinas de São Paulo (1933-1936)

Usinas	1933-34		1	934-35	1935-36		
	Próprias	Fornecedores	Próprias	Fornecedores	Próprias	Fornecedores	
Albertina	8.087	5.270	6.519	7.201	11.237	9.037	
Ester	60.257	6.108	68.623	7.060	63.222	9.979	
De Cilo	11.651	6.417	13.526	5.310	8.552	6.284	
Itaiquara	22.925	905	20.483	1.002	27.042	1.419	
Junqueira	77.190	66.879	69.214	57.452	79.808	64.933	
Monte Alegre	79.313	3.851	70.785	5.725	93.805	9.578	
Piracicaba	74.548	15.946	61.755	10.241	72.175	12.450	
Porto Feliz	74.410	10.373	95.966	7.882	122.023	7.736	
Santa Bárbara	67.267	12.672	63.905	7.042	74.300	15.491	
Vassununga	9.554	16.601	9.599	23.622	10.575	21.030	
Vila Raffard	86.278	8.879	84.536	11.021	92,697	17.163	

Fonte: DÉ CARLI, 1943, p. 163.

O caso da Usina Monte Alegre constitui ainda uma importante evidência do processo de expansão das lavouras próprias em São Paulo, o qual se acentuou logo após a aquisição do então Engenho Central pela Companhia União dos Refinadores, em 1912. Nessa época, o complexo apresentava "849 alqueires de terra quase na sua totalidade para cultura de canna (...)". 516 Entre 1928 e 1945, a Refinadora Paulista S.A. comprou 20 propriedades rurais entre fazendas, sítios e faixas de terras, distribuídas em Piracicaba, Limeira e Rio das Pedras, passando de 810,89 para 3.502,92 alqueires⁵¹⁷, cujo detalhamento consta no quadro a seguir:

Arquivo da Usina Monte Alegre. Apud. PERES, 1990, p. 47.
 REFINADORA PAULISTA S.A. Usina Monte Alegre. Relatório do exercício de 1945, p. 01-14.

Tabela 27 – Propriedades adquiridas pela Usina Monte Alegre entre 1928 e 1945.

Propriedade	Ano de Aquisição	Alqueires	Município
Fazenda Monte Alegre	1928	810,89	Piracicaba
Fazenda Santa Rita	1928	172,30	Piracicaba
Fazenda Taquaral	1928	427,20	Piracicaba
Fazenda Bela Vista	1932	200,00	Piracicaba
Sítio São Luiz	1935	33,00	Piracicaba
Fazenda Santa Izabel	1936	577,20	Piracicaba/ Rio das Pedras
Sitio Gerolamo	1935	4,00	Piracicaba/ Rio das Pedras
Sitio Tijuco Preto	1936	0,25	Piracicaba
Fazenda Santa Cruz	1936	139,51	Rio das Pedras
Sitio Furlan	1936	10,65	Piracicaba
Fazenda Varginha	1936	221,02	Piracicaba/ Rio das Pedras
Sitio Sertãozinho	1936	32,47	Piracicaba
Fazenda Casulos	1936	294,00	Limeira
Sitio Pigatti	1936	12,00	Piracicaba
Sitio Santo Antonio	1937	19,73	Piracicaba
Sitio Fazendinha	1937	55,10	Rio das Pedras
Faixa de terra (Sitio Boa Vista)	1937	0,08	Piracicaba
Faixa de terra (Sitio Dois Córregos)	1932 1933 1934	0,45	Piracicaba
Faixa de terra (Sitio Batistada)	1937	0,67	Piracicaba
Sitio Beraldo	1938	4,40	Piracicaba
Sitio Morais	1940	27,00	Piracicaba
Sitio Petrocelli	1942	23,40	Piracicaba
Fazenda São Pedro	1942	276,69	Limeira
Sitio Figueiredo	1942	40,60	Limeira
Sitio Dechen	1944	7,61	Piracicaba
Fazenda Recanto	1944	98,00	Piracicaba
Sítio Rizzioli	1945	47,12	Limeira

Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1945*, 1946, p. 02 et seq.

Importa igualmente destacar que a estabilização da economia açucareira e o contingenciamento da produção a partir de meados da década de 1930 estimularam o processo de aquisição de terras pelos usineiros. Nesse sentido, o caso da Usina Monte Alegre elucida bem os três processos convergentes que mencionados neste tópico. Os efeitos positivos da industrialização e da atuação do IAA sobre a usina impulsionaram a ampliação das lavouras do complexo com vistas a garantir o fornecimento de matéria-prima e absorver os lucros agrícolas da fabricação sucroalcooleira. O crescimento da Usina Monte Alegre também se pautou na integração vertical "para trás", resultante dos processos de expansão da cultura de cana-de-açúcar e de concentração fundária.

Com base nos relatórios é possível dizer que a tendência à expansão fundiária arrefeceu nos anos seguintes, contando a Usina Monte Alegre com 3.715,22 alqueires

em 1963.⁵¹⁸ Em relação à produção, ocorreu considerável redução, como informa o relatório de 1963: "houve sensível decréscimo de produção em relação à safra anterior, que já foi bastante diminuta, com exceção da produção de álcool que acusou um ligeiro aumento".⁵¹⁹ No quadro abaixo, observa-se que a produção de cana também decaiu, apresentando radical mudança na composição do abastecimento da usina, com aumento nas quantidades entregues pelos fornecedores. Isso possivelmente decorreu de modificações quanto às canas próprias fornecidas pelos colonos, como discutiremos mais adiante.

Tabela 28 - Produção de cana na Usina Monte Alegre por tipo de abastecimento (1959-1963)

Canas	1959	1960	1961	1962	1963
Canas próprias	176.899	232.339	185.739	159.835	139.491
Fornecedores	136.736	124.881	117.981	100.801	101.391
Total	315.635	357.220	303.720	260.636	240.883

Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. *Usina Monte Alegre. Relatório final – safra de 1963*, 1964, p. 04.

O cultivo dos canaviais próprios da UMA cabia preponderantemente aos colonos, cujas especificidades serão abordadas no tópico a seguir. A expansão fundiária e a exígua participação dos fornecedores de cana em São Paulo indicam que, de fato, as usinas paulistas contaram primordialmente com outros tipos de mecanismos no desenvolvimento de seus setores agrícolas. Segundo Gnaccarini, não existem estatísticas precisas acerca do uso das diferentes modalidades de contrato de trabalho na lavoura canavieira paulista, sendo identificadas as presenças de colonos, moradores e proletários, prevalecendo o colonato como o regime mais adotado durante a consolidação do sistema usineiro em São Paulo. 520

Na primeira metade da década de 1960, a crise vivenciada pela economia brasileira repercutiu em efeitos negativos sobre a agroindústria canavieira, principalmente a paulista, visto que havia se tornado a mais importante no cenário nacional. De modo geral, "a retração da demanda do demanda do açúcar no mercado internacional levou as usinas paulistas a diminuírem seus níveis de produção, as quais passaram assim a operar com elevados índices de capacidade ociosa". ⁵²¹ A conjuntura

⁵²⁰ GNACCARINI, 1972, p. 06.

⁵¹⁸ REFINADORA PAULISTA S.A. *Usina Monte Alegre. Relatório final – safra de 1963*, 1964, p. 01.

⁵¹⁹ Ibidem, 1964, p. 04.

⁵²¹ RAMOS, 1983, p. 132.

agravou-se na segunda metade da década, exacerbando em São Paulo a pressão dos usineiros sobre os fornecedores quanto à distribuição do ônus da redução na produção, de uma forma semelhante aos conflitos ocorridos entre os usineiros e fornecedores em Pernambuco no decorrer dos anos 1930.

Observa-se que o estímulo estatal ao crescimento da produção no início dos anos 1960 frente às perspectivas do mercado internacional do açúcar e, na sequência, as medidas do Estado no sentido de retraí-la diante do quadro de superprodução, alcançado em 1965-68, repercutiram em flutuações na produção açucareira nacional. Esse contexto afetou diretamente os fornecedores paulistas, visto que a moagem de canas nas usinas decaiu naquele decênio, atingindo São Paulo mais acentuadamente. Os usineiros paulistas conseguiram transferir o gravame para os seus fornecedores de cana, mantendo relativa estabilidade no do volume de canaviais próprios, cuja produção bateu o recorde na safra de 1965-66. Parte dos recursos da expansão inicialmente incentivada proveio dos fornecedores, pequenos produtores familiais em sua maioria, que se endividaram ruinosamente face à política de facilidades creditícias, sendo ainda afetados pela recusa das usinas em receber matéria-prima diante do agravamento do cenário. Muitos fornecedores não resistiram e a categoria encolheu ainda mais nesse período.

Outro fator que provavelmente contribuiu para a manutenção da preponderância de canaviais próprios nos complexos usineiros foi a ampliação do limite global de produção das usinas do país para 100 milhões de sacos, sancionada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool pelas resoluções n. 1.761 e 1.762, ambas de 1963. A primeira dispôs acerca dos níveis de contingenciamento dos estados e das usinas já existentes, enquanto que a segunda resolução estabeleceu critérios para a montagem de 50 novas usinas. De acordo com Szmrecsányi, o que chama atenção são os grandes reajustes de cotas concedidos a São Paulo e ao Paraná, visto que esses aumentos de cotas somados com novas usinas significaram que os dois estados passaram a deter em conjunto quase 40% do limite nacional de produção.

Além disso, havia o contingente de 6,3 milhões de sacos, destinado a complementar a lotação das usinas sublimitadas e também o montante de 5 milhões de sacos para ser utilizado anualmente na majoração das cotas das usinas existentes que expandissem sua produção acima das porções deferidas na mencionada Resolução n. 1761, válidas até a safra de 1970-71, inclusive. O incremento pretendido na produção

⁵²² GNACCARINI, 1972, p. 13.

nacional atingia 38 milhões de sacos em relação à capacidade instalada no parque industrial do país, estimada em 62 milhões de sacos na época.⁵²³

Tabela 29 – Reajuste das cotas de produção de açúcar de usina concedido pela Resolução 1761/63 do Instituto do Açúcar e do Álcool- IAA (sacos de 60 kg)

Estados anadutores	Cota anterior		Reajuste concedido		Novas usinas	
Estados produtores	Sacos	%	Sacos	% (+)	Nº	Sacos
Acre, Amapá, Amazonas, Pará Maranhão, Piauí			100.000	100,0	03	400.000
Ceará	140.593	0,3	22.663	16,1	07	1.100.000
Rio Grande do Norte	309.070	0,7	102.637	33,2		
Paraíba	920.271	1,9	166.924	18,1		
Pernambuco	12.717.932	26,6	3.923.690	30,8		
Alagoas	4.147.987	8,7	2.043.543	49,2	02	1.000.000
Sergipe	2.026.341	4,2	(-6.271)	(-)		
Bahia	1.854.510	3,9	217.064	11,7	05	1.250.000
Espirito Santo	327.625	0,7	10.655	3,2	01	250.000
Minas Gerais	2.480.606	5,2	972.766	39,2	06	1.500.000
Rio de Janeiro	6.275.476	13,1	2.468.588	39,1	03	1.000.000
São Paulo	15.084.701	31,6	14.926.106	98,9	09	3.750.000
Paraná	852.822	1,8	752.644	88,2	10	4.000.000
Santa Catarina	254.137	0,5	100.440	39,5	01	100.000
Rio Grande do Sul			150.000	100,0	01	150.000
Mato Grosso	169.673	0,4	16.967	10,0	01	250.000
Goiás	187.828	0,4	32.558	17,3	01	250.000
Total	47.749.572	100,0	25.900.955	54,2	50	15.000.000

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979, p. 266 (baseado em Brasil Açucareiro, jul./ago. 1964, p. 35-45).

O aumento do limite em 15 milhões de sacos referente à montagem das 50 novas usinas ocorreria por meio de concorrência pública, com exceção dos órgãos públicos ou sociedades de economia mistas interessadas, que poderiam participar livremente. Conforme a referida Resolução n. 1762/63, teriam preferência os proponentes que comprovassem ter condições de assegurar o funcionamento de usinas em menor prazo, as cooperativas de lavradores, os requerentes com pedidos anteriores para montagem de unidades mediante incorporação de cotas de engenhos ou aproveitamento de instalações de fábricas de álcool e aguardente e, por fim, as pessoas físicas que ainda não fossem proprietárias de usinas de açúcar.

As propostas foram julgadas pela Comissão de Montagem de Novas Usinas, constituída em 1964 e em funcionamento até o ano seguinte, da qual fizeram parte os representantes designados pelo IAA, bem como agrônomos e economistas do Instituto Brasileiro do Café (IBC) que pertenciam ao Grupo Executivo de Racionalização da

⁵²³ SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930—1975)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 264.

Cafeicultura (GERCA).⁵²⁴ A relação entre o incentivo à produção nacional de açúcar e a atuação do IBC deve-se essencialmente ao desenvolvimento, desde 1959, da política federal de erradicação dos cafezais improdutivos e diversificação da agricultura brasileira. No esteio do programa, o GERCA foi criado em 1961, grupo administrativamente ligado ao IBC e responsável pela erradicação de 1,73 bilhões de café entre 1962 e 1967.⁵²⁵

Em grande parte, as medidas adotadas nesse sentido advinham do quadro de superprodução cafeeira e da participação do Brasil no Acordo Internacional do Café, assinado pelos maiores países produtores em 1959 – início da Revolução Cubana –, o qual foi prorrogado até o ano seguinte e reforçado pelo Convênio Internacional do Café, vigente a partir de 1963 com anuência da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora os resultados iniciais da política de erradicação se mostrassem insatisfatórios no tocante à implantação de atividades substitutivas nas terras liberadas pelo café, a agricultura paulista, até então fortemente cafeeira, foi bastante afetada no período.

Não seria exagero dizer que as políticas do açúcar e do álcool implementadas pelo IAA no começo da década de 1960 somadas aos incentivos dados pelo GERCA à diversificação da agricultura no país foram os principais propulsores da transformação agrícola de São Paulo, especialmente no que tange à consolidação da agroindústria sucroalcooleira no estado e à decorrente hegemonia paulista em âmbito nacional. É também plausível que tenham reforçado a tendência delineada no período de crescimento do setor canavieiro no Oeste Paulista, principalmente na região de Ribeirão Preto, conforme assinalado nos capítulos anteriores deste trabalho. Vale ressaltar que se tratava de uma área cafeeira por excelência na época, com maior possibilidade, portanto, de expansão da cana-de-açúcar como cultura substituta do café.

As transformações na propriedade fundiária durante a consolidação da fase usineira em São Paulo e o advento do Estatuto da Lavoura Canavieira afetaram a principal força de trabalho no setor agrícola da Usina Monte Alegre: o colono, cujos aspectos são abordados no tópico a seguir.

۲۵

⁵²⁴ Ibidem, 1979, p. 265.

⁵²⁵ PANAGIDES, Stahis. "Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 23 (1), p. 41-71, jan./ mar. 1969, p. 45.

LAFER, Celso. "O Convenio Internacional do Café". Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 68, n. 02, p. 285-340, 1973, p. 292.

3.2. O papel dos colonos na consolidação da Usina Monte Alegre

O regime de colonato tem, sem dúvida alguma, incontestáveis vantagens, mormente em um país como o nosso em que predomina o baixo preparo das nossas classes agrícolas. 527

Além da expansão das lavouras e da concentração fundiária, a trajetória da Usina Monte Alegre revela a faceta da experiência do colonato em sua consolidação. Comum no período cafeeiro e responsável pela absorção de grandes contingentes de imigrantes europeus entre fins do século XIX e início do centenário seguinte, bem como de famílias de brasileiros natos, o regime de colonato prevaleceu nas lavouras cafeeiras de São Paulo até a década de 1960. Em termos gerais, o trabalho nas fazendas de café consistia na capina do solo, colheita, plantação de cafezais novos, processamento dos grãos e manutenção das benfeitorias, cabendo tipicamente aos colonos as duas primeiras atividades. A remuneração pela "carpa" era realizada por tarefa, ou seja, um salário previamente combinado por área capinada, enquanto que a colheita era paga conforme o volume de frutos colhidos e entregues ao fazendeiro. 529

Também era típico desse sistema que o lavrador e a sua família morassem em terras delimitadas no interior da fazenda, onde produziam alimentos básicos destinados a sua subsistência, geralmente configurando o cultivo de legumes variados (como o milho e o feijão) e a criação de aves e pequenos animais para consumo próprio ou venda. Tal característica garantia a reprodução constante da força de trabalho e, provavelmente, por isso, o colonato tenha sido adotado no cultivo de cana-de-açúcar durante a fase de implantação dos extensos canaviais próprios das usinas paulistas. Aliás, era basicamente esse fator que distinguia a produção açucareira em São Paulo daquela predominante no Nordeste. Segundo Gileno Dé Carli, o usineiro paulista teve

⁵²⁷ Trecho do relatório de Chermont de Miranda e por Henrique Dória de Vasconcelos sobre a situação dos colonos nas usinas das regiões açucareiras de São Paulo e em Campos, no Rio de Janeiro. In: LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Instituto do Açúcar e do Álcool, 1938-1946. Relatório.* Rio de Janeiro: IAA, 1946, p. 265.

⁵²⁸ GNACCARINI, 1972, p. 06.

REZENDE, Gervásio Castro de. "Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10 (1), p. 179-216, Rio de Janeiro, abr. 1980, p. 196-197.

⁵³⁰ Cf. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵³¹ PINASSI, Maria Orlanda. "Do engenho central à agroindústria: o regime de fornecimento de canas". *Coleção Cadernos do CEDEC*, n. 09, 1987, p. 17-18.

"o bom senso de continuar com um regime de trabalho superior ao existente em qualquer outra zona açucareira do país."532

Considerando a larga experiência paulista com os colonos nas fazendas de café, era de se esperar que, frente à necessidade de expansão dos canaviais, as usinas acabassem por adotar o colonato como principal meio de obtenção de "braços" para as suas lavouras. Em seu estudo sobre a agroindústria canavieira em Piracicaba no início do século XX, Eliana Terci identifica que os usineiros enxergaram no colonato a solução para a transição do trabalho escravo ao livre naquela região. A pesquisadora também demonstra que a adoção desse regime ocorreu em conjunto com o emprego de trabalhadores assalariados (camaradas avulsos e empreiteiros), servindo os seus ditames como parâmetro aos usineiros no controle de suas áreas agrícolas e igualmente para disciplinar a lida nos canaviais. 533

No capítulo anterior, descrevemos a ampliação do engenho Monte Alegre nas mãos de vários proprietários até a sua aquisição por Pedro Morganti. Enquanto propriedade de Antonio Alves de Carvalho, no início do século XX, o engenho possuía cerca de dois mil hectares e toda a cana era cultivada por empreitada, uma vez que Carvalho considerava este sistema mais vantajoso do que a produção pelos colonos a peso (quando os colonos recebiam pelo peso da cana entregue e não estavam submetidos ao proprietário). 534 Na empreitada, o colono recebia conforme a conclusão das etapas de produção, cada qual com um preço definido pelo proprietário. Denominavam-se empreitadas por tarefa, que tinham como base o quartel, isto é, cerca de 6.050 m² de cana produzida.

Para cada quartel de cana plantada e formada, o empreiteiro recebia uma determinada quantia, sendo o corte e o transporte considerados como etapas distintas.⁵³⁵ Retomando a definição de Zuleika Alvim sobre a empreitada (desmatamento e formação do cafezal), Peres informa que não existiu um consenso entre os papéis dos colonos e dos empreiteiros, uma vez que algumas fazendas consideravam os primeiros como lavradores da cana-de-açúcar, enquanto que, para outras, a categoria equivalia aos trabalhadores do café. 536

532 DÉ CARLÍ, Gileno. Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro:

Editores Irmãos Pongetti, 1943, p 93. ⁵³³ TERCI, Eliana Tadeu. Agroindústria canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social,

^{1880-1930.} Dissertação (em História), Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

⁵³⁴ PERES, 1990, p.42

⁵³⁵ DÉ CARLI, 1943, p. 90-98.

⁵³⁶ PERES, 1990, p. 33.

A pesquisa de Maria Thereza Peres intitulada *O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950)*, é fundamental por sua aprofundada análise da dinâmica entre o colonato e o desenvolvimento do complexo usineiro, desde o início de sua formação. Em fins do século XIX, a expansão das lavouras canavieiras pelas regiões de Campinas, Piracicaba e Porto Feliz deparou-se com o dilema de reproduzir o regime de colonato típico dos cafezais paulistas, absorvendo-o em sua expansão. De forma geral, a cana-de-açúcar foi beneficiada e teve condições de concorrer com o café na disputa por este contingente de trabalhadores.⁵³⁷

Grande parte das famílias que chegaram à Usina Monte Alegre eram procedentes de fazendas de café do entorno ou de áreas predominantemente cafeeiras, como Limeira, de onde a saída de colonos decorreu, principalmente, da crise que abalou a economia do café no início do século XX. O emprego e a remuneração na lavoura canavieira tornaram-se atrativos para os colonos e, no caso específico da UMA, "estavam incluídos adiantamentos para subsistência da família e financiamento para o cultivo". Salém da terra para a cultura de cana, os colonos recebiam uma área próxima ou não da sua lavoura para o cultivo de subsistência e moravam nas casas das colônias construídas nas fazendas do complexo usineiro. A usina considerava que a remuneração das atividades nos canaviais — preparo da terra, plantio, corte, carregamento e fornecimento — já era contemplada no pagamento pela entrega da tonelada de canas.



Imagem 48 – Casas de colônia da Usina Monte Alegre, s/d. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

5

⁵³⁷ Ibidem, 1990, p, 34.

⁵³⁸ PERES, 1990, p. 51.



Imagem 49 – Casas de colônia da Usina Monte Alegre. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Especificidades paulistas como essas, porém, não foram consideradas quando da elaboração do Estatuto da Lavoura Canavieira, o que repercutiu em entraves para a aplicação de suas medidas em São Paulo. Conforme reiteramos, a quantidade de fornecedores no território paulista era pouco expressiva, ocorrendo a prática do fornecimento apenas nas conjunturas muito favoráveis, pois, via de regra, as pequenas propriedades privilegiavam uma economia de subsistência, voltada à produção de alimentos destinados ao abastecimento dos mercados mais próximos. Tal fato explicaria porque as figuras do colono e também do lavrador assalariado não foram enquadradas na definição de fornecedor pelo artigo 5º do ELC. Outra razão seria, como salientamos, a intenção da lei em "proteger" os trabalhadores sujeitos a maior expropriação pelas usinas, entendendo-se que os colonos já detinham um tratamento diferenciado no interior dos complexos usineiros.

Como bem pontua a observação de Maria Orlanda Pinsassi, os efeitos do Estatuto da Lavoura Canavieira sobre as relações de produção no campo em São Paulo não teve a mesma amplitude do que a verificada na conjuntura nordestina, contrariando muito mais os usineiros paulistas. O então presidente do IAA, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, registrou alguns trechos do relatório escrito pelo jurista Chermont de Miranda e por Henrique Dória de Vasconcelos, perito em regimes agrários, elaborado com o intuito de ratificar o ELC ou adequar suas determinações. Segundo o documento, uma

⁵³⁹ Ibidem, 1987, p. 18

delegação composta por representantes do Ministério do Trabalho e do IAA visitaram, em São Paulo, as usinas Piracicaba e Monte Alegre (em Piracicaba), Azanha e Santa Bárbara (em Santa Bárbara), Raffard (em Capivari), e também propriedades usineiras na região fluminense de Campos, afirmando:

Em São Paulo, o colono é lavrador a quem a usina entregou uma área certa de terra para o cultivo da cana de açúcar e de quem recebe as canas produzidas pelo respectivo peso e ao preço fixado arbitrariamente pela usina ou constante do contrato existente (...). Tanto em Campos, como em São Paulo, o colono age com a necessária autonomia, na cultura da área que lhe foi entregue, estando sujeito tão somente aos conselhos ou recomendações de ordem técnica por parte da direção da usina. ⁵⁴⁰

Na leitura do relatório em questão, nota-se a peculiaridade do colonato em relação aos problemas da propriedade da terra e da força de trabalho familiar, o que gerava entraves na fixação de uma forma adequada de remuneração para esse tipo de lavrador. Na citação inserida a seguir observa-se claramente essa percepção:

A alegação, frequentemente feita, de que os colonos lavram terras que lhes são dadas *gratuitamente* não corresponde à realidade dos fatos, de vez que a renda da terra, embora não ostensivamente cobrada, está efetivamente incluída, ou na porcentagem que a usina deduz, na hipótese campista, ou na diferença entre o preço oficial da cana, segundo a tabela de São Paulo, e o preço *realmente* pago pela Usina. De fato — uma vez que os colonos lavram as terras com recursos próprios, empregando todos os membros da família e, em muitos casos, trabalhadores por eles pagos, utilizando instrumentos de trabalho que lhes pertencem (...), — como explicar que a matéria-prima pelos mesmos entregues às usinas, que é exatamente a mesma entregue pelos fornecedores reconhecidos, lhes tenha sido paga à razão de Cr\$ 33,50 ou menos, ao passo que a dos fornecedores era compensada ao preço de Cr\$ 54,00?⁵⁴¹

Com base nessas e em outras considerações acerca do perfil do colonato em São Paulo e em Campos, Chermont de Miranda e Henrique Dória de Vasconcelos

⁵⁴⁰ LIMA SOBRINHO, 1946, p. 261.

⁵⁴¹ Ibidem, 1946, p. 263.

concluem que era "indispensável completar o sistema de proteção instituído pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, para o efeito de submeter a um tratamento legal mais detalhado a situação dos fornecedores que lavram as terras alheias". No final, sinalizam a existência de vantagens do regime de colonato frente ao generalizado despreparo da mão-de-obra no meio rural, também exprimindo o ideário político que cercava as imputações legais do período ao enfatizarem:

Mas para que semelhante sistema possa trazer realmente as vantagens que dêle se podem esperar é necessário, por outro lado, garantir ao lavrador a continuidade da exploração agrícola, bem como tornar-lhe compensador o esforço dispendido no trato da terra. Desta forma, o problema se reduz a um sistema de garantias suficientemente eficaz que assegure o indispensável equilíbrio nas relações entre colonofornecedor e usineiro e a um regime de preços, graças ao qual seja possível a esse lavrador participar da valorização do açúcar, resultante da intervenção oficial nesse setor da economia. ⁵⁴³

Como resultado desse relatório, foi promulgado o Decreto-Lei n. 6.969, em 1944⁵⁴⁴, acerca dos lavradores ou colonos que realizavam a exploração agrícola da cana-de-açúcar em terras pertencentes às usinas ou a terceiros, sob o regime do colonato, co-participação ou parceria. Depreende-se que se pretendia incrementar a regulação das relações entre usineiros e fornecedores não proprietários que ainda não fossem atendidas pelas determinações do Estatuto da Lavoura Canavieira, caso dos colonos. Assim, o decreto-lei dispôs acerca da remuneração dos trabalhadores rurais não qualificados como fornecedores, determinando que a situação daqueles fossem a partir de então reguladas por contratos aprovados pelo IAA, sem prejuízo das leis trabalhistas aplicáveis. Também garantiu alguns direitos aos trabalhadores em sistema de colonato, parceria ou renda, dentre os quais a prerrogativa legal de uma área para o cultivo de subsistência aos colonos, sem ônus para aqueles que residissem a mais de um ano no engenho ou usina. ⁵⁴⁵

Por conta da aplicação do Decreto-Lei n. 6.969, dois processos foram julgados pela Comissão Executiva do IAA, entre os quais o caso referente a colonos da Usina

⁵⁴² Ibidem, 1946, p. 264.

⁵⁴³ Ibidem, 1946, p. 265-266.

⁵⁴⁴ Ibidem, 1946, p. 267.

⁵⁴⁵ BRASIL. Decreto-Lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1944. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 20 out. 2014.

Monte Alegre.⁵⁴⁶ O recurso interposto pela Refinadora Paulista S.A. e as respectivas arguições foram, inclusive, objeto de publicação pela *Revista dos Tribunais*, em 1945, com o título de *O colono paulista e o IAA*, cujo texto foi redigido pelos advogados da empresa, Miguel Reale e Vitor Ayrosa Filho, este último acionista da Refinadora Paulista na ocasião da constituição da empresa, como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação. Os recorridos foram colonos da usina, entre os quais João Marcos Beraldo, possivelmente um membro da família proprietária do Sítio Beraldo, incorporado pelo complexo montealegrino, em 1938, conforme descrito anteriormente neste capítulo.

O caso versou sobre a solicitação dos colonos em questão quanto ao seu enquadramento como fornecedores de cana que foi negada pela Usina Monte Alegre. No julgamento em âmbito administrativo, detalhadamente relatado na publicação mencionada, os advogados da Refinadora Paulista frisaram as lacunas existentes no Estatuto da Lavoura Canavieira e, portanto, a pertinência da promulgação do Decreto-Lei n. 6969. Eles também reconheceram que o regime de colonato constituía, "sem sombra de dúvida, a espinha dorsal da economia açucareira paulista, de maneira que a identificação pura e simples do 'colono' ao 'fornecedor' viria produzir verdadeira subversão na economia das usinas do Sul". ⁵⁴⁷

Contudo, ao selecionar e transcrever trechos de pareceres contrários ao caso dos colonos, Reale e Ayrosa Filho questionaram as motivações dos recorridos e defenderam o lado usineiro ao afirmar que o proprietário das terras tem o direito de zelar por seu patrimônio. Nesse sentido, citam uma afirmação interessante do parecerista Corrêa Meyer, que diz:

(...) deve-se ter em consideração a organização agro-industrial das usinas de São Paulo. A lavoura e a usina formam um conjunto harmônico, numa estreita dependência uma da outra, a usina se extendendo pela lavoura a dentro, com as estradas de ferro, com a sua direção técnica, com a sua direção administrativa, a lavoura vindo ao seu encontro, aproveitando-se de todas as vantagens que a mesma lhe proporciona, os colonos residindo em colônias, formando verdadeiras vilas, em casas confortáveis e que apresentam todas as condições de higiene e salubridade em matéria de habitações rurais. A usina

.

⁵⁴⁶ LIMA SOBRINHO, 1946, p. 267.

⁵⁴⁷ REALE, Miguel; AYROSA FILHO, Vitor. *O colono paulista e o Instituto do Açúcar e do Álcool.* São Paulo: Emp. Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., 1945.

proporciona-lhes assistência médica, dentária e hospitalar, gratuitas, ao lado da assistência espiritual e associativa. Essa organização toda da usina pertence às suas lavouras e delas colono tira diretamente vantagens de toda a espécie, vantagens essas que não foram levadas em conta.⁵⁴⁸

O voto final do litígio coube a Lima Sobrinho, sendo negado o provimento de recurso à Refinadora Paulista pela Comissão Executiva do IAA. Em sua manifestação, o presidente do instituto afirmou que assim votava "por ser contra privilégio dessa ordem, exatamente na região de maior prosperidade e de maiores lucros na indústria do açúcar; e por ser contra a desigualdade dessa natureza, na região em que a capacidade produtora do homem do campo é talvez a mais elevada do Brasil". Um olhar atendo às entrelinhas deste e de outros pronunciamentos evidenciam o que, de fato, estava em jogo nos conflitos vinculados à questão da propriedade fundiária no interior das usinas, lembrando mais uma vez que Lima Sobrinho tinha ligações com antigos donos de engenhos no Nordeste - muitos deles transformados em fornecedores.

As tentativas de categorização dos lavradores da cana deparavam-se também com a inexistência de um consenso entre as usinas sobre o que representava o colono em suas estruturas. No estudo acerca da evolução da indústria açucareira de São Paulo, Gileno Dé Carli discorre acerca dos principais conceitos existentes nos complexos usineiros paulistas. Para a Usina Esther, por exemplo, o colono era aquele que, "mediante um contrato de empreitada para o trato de canas, trabalhava nas lavouras da usina". ⁵⁵⁰ Já a Usina Santa Bárbara o termo colono abrangia "todo aquele que, através de um contrato, tinha terras para o plantio de canas, em proporção à capacidade de trabalho do locador e da sua família". ⁵⁵¹ Na Usina Costa Pinto, os colonos tinham a obrigação de plantar, fornecer e entregar as canas nas balanças da usina ou no local designado pela administração. ⁵⁵² No denominado Engenho Central de Piracicaba, o colono também era responsável pelo plantio e corte dos canaviais, tendo como diferencial o pagamento das canas fornecidas com base nas cotações do açúcar. ⁵⁵³ Aliás,

⁵⁴⁸ REALE; AYROSA FILHO, 1945, p. 72-73.

⁵⁴⁹ LIMA SOBRINHO, 1946, p. 273.

⁵⁵⁰ DÉ CARLI, 1943, p. 93.

⁵⁵¹ Ibidem, 1943, p. 94.

⁵⁵² Ibidem, 1943, p. 96.

⁵⁵³ Ibidem, 1943, p. 95.

nem toda usina denominava assim o trabalhador rural que vivia em regime de colonato, caso da Usina Capuava, que utilizava os termos empreiteiro ou empreiteiro-locador. ⁵⁵⁴

Por fim, a Usina Monte Alegre definia como colono todo aquele que lavrava as terras, cuidava do corte e do transporte da cana sobre os vagões da locadora, sendo submetido à demanda da lavoura e aos desígnios da administração. O pagamento pela cana recebida era realizado de acordo com a quantidade produzida ou com o rendimento, não se pautando pelas variações nos preços do açúcar. No entanto, os considerandos relativos ao julgamento do referido caso dos colonos da UMA pelo Tribunal de Apelação de São Paulo, publicados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool no *Diário Oficial da União*, em 1946, reforçam os problemas de enquadramento desses lavradores em uma ou noutra categoria. O caso em questão é também emblemático nesse sentido, uma vez que a decisão judicial coube somente à Usina Monte Alegre e recaiu apenas sobre os colonos recorridos. 556

Na legislação da época fica evidente a dificuldade de categorizar os trabalhadores rurais como um todo, principalmente porque as relações deles com os usineiros variavam de usina para usina. Conforme o previsto nos artigos 11 a 15 do Estatuto da Lavoura Canavieira, competia ao IAA "proceder, *ex-officio*, ao levantamento da situação de todos os lavradores de cana existentes no país e, tendo em vista o Decreto-Lei 4.733, reconhecer ou não a esses lavradores os requisitos necessários à qualidade de fornecedor." No caso em relevo, os advogados da Usina Monte Alegre visaram demonstrar que os colonos não preenchiam os quesitos indispensáveis à configuração de fornecedor de cana, isto é, "que não possuíam área privativa de lavoura, não tinham direção autônoma e permanente e não corriam o risco agrícola." Tais argumentos foram rebatidos pelo então Procurador de São Paulo, com a anuência do Procurador Geral da União, que respondeu

sôbre o requisito à área privativa de lavoura, basta, entretanto, lembrar que o poder de comando, a direção de cultura, a posse da área que lhe é atribuída, sob a forma de talhões numerados, a circunstância de poder adquirir-se a cultura e a faculdade de poder vendê-la a terceiros

⁵⁵⁴ Ibidem, 1943, p. 99.

⁵⁵⁵ Ibidem, 1943, p. 97.

⁵⁵⁸ Ibidem, 1946, p. 5870.

⁵⁵⁶ INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ÁLCOOL. Comissão Executiva. Processo P.C. 143-45 – Estado de São Paulo. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1946, p. 5868-5871. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁵⁵⁷ Ibidem, 1946, p. 5869.

e, finalmente, a impossibilidade da intromissão de qualquer pessoa na respectiva lavoura são elementos que põem em evidência (...) o caráter privativo em função do qual o colono exerce atividade. E a exerce com toda autonomia, havendo tão somente, da parte da usina, uma orientação técnico-agrícola que não tem caráter de subordinação e dependência que se encontra nos contratos de trabalho, como entende a recorrente, e tanto isso é certo que (...) no nordeste e no sul do país, casos há em que as usinas ditam normas aos seus fornecedores, disciplinadoras das atividades de natureza técnico-agrícola e às quais devem obediência por uma questão de simples interesse recíproco. (...) O risco agrícola que vem a ser a situação duvidosa em que alguém se acha, relativamente à ação do acaso, na contingência de lucrar e perder resulta, pois, para os reclamantes, na circunstância de serem os lavradores pagos pela usina de conformidade com as toneladas de cana entregues, resultantes de colheitas de suas lavouras.⁵⁵⁹

Aos Colonos e Fornecedores de Cana

O Instituto do Açúcar e do Alcool acaba de divulgar pêla imprensa o seguinte comunicado:

«ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Tendo o Instituto do Açucar e do Alcool tido conhecimento de que algumas pessõas têm procurado lavradores e fornecedores de cana das usinas dêste Estado, propondo obter-lhes a aplicação dos benefícios do Estatuto da Lavoura Canavieira, mediante remuneração em dinheiro, comunica a Delegacia Regional do aludido Instituto, em São Paulo, a todos os interessados, que cabe ao Instituto dar execução direta ao referido Estatuto, providenciando para a sua aplicação em todos os casos de direito. Somente funcionários do Instituto do Açúcar e do Alcool estão autorizados a tratar de assuntos referentes à execução do Estatuto e deles pode ser sempre exigida apresentação de prova de identidade. N. da R. Os grifos são nossos.

Imagem 50 – Publicação no *Jornal UMA*, ano 03, n. 73, 12 abr. 1942, p. 04. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

De acordo com Peres, a implantação de um contrato de trabalho para os colonos de cana no Engenho Monte Alegre se deu quando este deixou de ser considerado '*engenhoca*' e reestruturou-se

.

⁵⁵⁹ Ibidem, 1946, p. 5870.

aos moldes da usina moderna. Essa passagem foi feita com algumas especificidades, diferenciando-se assim da informalidade com que as relações empregatícias eram estabelecidas. Quando, nesta fase de reestruturação, novas famílias de colonos chegaram ao engenho, estes trabalhadores foram empregados como camaradas. A principal diferença entre colonos e camaradas é que estes eram remunerados conforme as horas trabalhadas. Esta situação perdurou enquanto houve pouca capacidade de moer um volume maior de canas. ⁵⁶⁰

Para Pedro Morganti, o colonato ajustava-se perfeitamente à sua estratégia expansionista no que se referia à produção da cana-de-açúcar. Na fase de ampliação fundiária da usina, extensões de terras foram cedidas aos colonos — preferencialmente italianos —, marcando a organização do trabalho na usina pela reprodução do regime de colonato em substituição à empreitada. Morganti redefiniu o contrato de trabalho com os colonos de cana, que passaram a receber por peso de cana entregue, não interferindo mais na forma de cultivo. No lugar de apenas controlar as etapas de produção e estabelecer um preço para cada trabalho concluído, a usina investiu na expansão das lavouras de cana, comprando terras e ampliando o número de famílias de colonos ⁵⁶¹

Essas características do colonato praticado pela Usina Monte Alegre foram pontos passíveis de questionamento pelo IAA e pela Procuradoria do Estado de São Paulo. Não obstante o caráter indefinido dos lavradores do açúcar que se acentuava fortemente no período, apreende-se também o discurso estatal de regularizar a situação dos trabalhadores rurais e, assim, garantir a propriedade da terra dos pequenos produtores canavieiros. Por isso, a tendência de enquadramento do maior número deles na categoria de fornecedores de cana, como no caso em questão. Outro fator que contribuiu para a decisão parcialmente contrária ao recurso da Refinadora Paulista refere-se à uma das cláusulas existentes em seus contratos com os colonos:

Considerar-se, portanto, o "colonato" da Usina Monte Alegre como um contrato de trabalho é desconhecer-se a natureza jurídica da locação de serviços. (...) Ora, em quase todos os contratos da recorrente — Usina Monte Alegre — há uma cláusula admitindo a continuação do contrato com herdeiros da parte ou seus sucessores

⁵⁶⁰ PERES, 1990, p. 55.

⁵⁶¹ PERES, Maria T.M. & TERCI, Eliana T. "Pedro Morganti, un empresario en la historia de la industria del caña de azúcar en el estado de São Paulo (1900-1930)". In: s/d. Disponível em: www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/243_abstract.doc> Acesso em: 25 out. 2010, p. 17.

causa mortis o que demonstra que tais contratos não são contratos de trabalho, mas de natureza diversa. (...) Insistir-se (...) em dar-se tal caráter ao "colonato" da Usina Monte Alegre, para eximi-lo do regime do Estatuto da Lavoura Canavieira, é incontestàvelmente retrogradar, estabilizar-se uma situação já hoje incompatível com o progresso econômico-social, dentro do qual tem o Estado de exercer sua função política de proteção às forças produtoras e de equilíbrio entre seus elementos componentes, trabalho e capital, mediante uma justa remuneração para ambos. ⁵⁶²

Nesse sentido, o recurso interpelado pela Refinadora Paulista foi em parte aceito e a situação de fornecedores estendeu-se apenas aos colonos que propuseram a questão à Comissão Executiva do IAA, mantendo o *status quo* do regime de colonato existente. Afora o questionamento mencionado, não há referências a outros litígios desse tipo na Usina Monte Alegre, nem no que concerne aos demais trabalhadores agrícolas. Isso reforça a percepção de que o relacionamento de cunho paternalista que vigorava entre o usineiro e seus operários também ecoava nos canaviais da usina.

De fato, segundo descreveu Peres, os colonos, camaradas e demais trabalhadores agrícolas eram estimulados na Usina Monte Alegres pela "aura" de bom patrão de Pedro Morganti, propagandeada especialmente por suas ações assistencialistas. Assim como no complexo industrial, as propriedades rurais também ofereciam atendimento médico, estrutura escolar, amparo religioso através de capelas espalhadas pelas fazendas, bem como as condições para a prática de esportes e atividades de lazer. Nesse sentido, a estruturação das propriedades agrícolas foi capaz de vincular trabalho, residência, trocas comerciais, práticas religiosas e culturais, mantendo a vida social dos lavradores sob os domínios do usineiro e afastando-os cada vez mais de seu contato com a cidade. Anos depois, a legislação reforçaria esse caráter, garantindo aos lavradores de cana-de-açúcar o direito à assistência médico-legal, proporcionada pelo usineiro.

A população da usina identificava-se como "a família montealegrina", fator que muitas vezes unificava os tão distantes setores agrícolas e industriais e funcionava como um método eficaz para a estabilização e a discisciplinarização da mão-de-obra

⁵⁶² INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ÁLCOOL, 1946, p. 5870.

⁵⁶³ PERES, 1990, p. 170.

⁵⁶⁴ BRASIL. Decreto-Lei n. 6969, de 19 de outubro de 1944.

usineira. Com base nos depoimentos de ex-colonos, Morganti foi solidário com seus trabalhadores, sendo frequentes os relatos sobre a bondade e a generosidade do industrial. Essa postura, aliada às medidas assistenciais, "ao reforçar o paternalismo do patrão, facilitavam a dominação, na medida em que a vigilância era exercida não só durante as atividades produtivas, mas também nos momentos em que não havia trabalho". Tal efeito era reforçado, especialmente, nas festividades patrocinadas pelos Morganti (Natal das Crianças, Festa de São Pedro etc.) e nas atividades de desporto e lazer. Os trabalhadores reuniam-se na torcida pelo time de futebol da UMA em campeonatos regionais e também integravam equipes para disputas internas entre os setores diversos da usina, formando os times da Mecânica, do Escritório e dos Lavradores, entre outros.





Imagem 51-52 – Acima, prédio da escola existente na Fazenda Taquaral, pertencente à Usina Monte Alegre. Ao lado, veículo que realizava o transporte entre as propriedades da UMA e a cidade de Piracicaba. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

No âmbito agrícola, um dos principais momentos de confraternização entre operários do açúcar, trabalhadores da cana e o pessoal do administrativo ocorria no denominado "Dia do Cortador da Cana", ocasião em que se realizava o Campeonato dos Cortadores de Cana da Região Açucareira de Piracicaba. Instituído e oficializado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool em 1942 – um ano após a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira – o evento ocorria anualmente no mês de setembro e foi idealizado por Adriano Arcani (superintendente da Usina Santa Bárbara), integrante da comissão organizadora, em conjunto com Lino Morganti e outros usineiros do entorno, sendo o prêmio batizado com o seu nome. Sobre o torneio, o *Jornal UMA* publicou:

⁵⁶⁵ PERES, 1990, p. 103.

O principal escopo dos organizadores dessa grandiosa festa é estimular e valorizar o homem do campo, dando-lhe a certeza de que seu trabalho e apego à terra têm sua razão de ser e que seus esforços são estimados pelo seu justo valor, sempre com a máxima honra que o trabalho concede ao homem. E êsse desideratum tem sido plenamente conseguido. Os trabalhadores que concorrem no campeonato, em meio da mais sadia satisfação dão lares ao seu bom instinto de lavradores, homens da terra, compreendendo o alcance de tão grande empreendimento. E os patrões que compõem a comissão aqueles organizadora, bem como que vêm apoiando incondicionalmente a idéia, devem sentir-se felizes com o sucesso do certame, que de ano para ano ganha em interesse e brilhantismo.⁵⁶⁶

A primeira edição do campeonato foi realizada em 1942 e, até 1945, o local escolhido foi a Usina Monte Alegre, que levou o troféu por três vezes consecutivas. As provas eram aplicadas para categorias de "A" a "G", nas quais eram agrupados homens e mulheres por faixas etárias, incluindo participantes com deficiências físicas e visuais. A disputa pela "Taça Dr. Adriano Arcani" de 1945 foi registrada pela Metrópole Filmes do Brasil, cujo vídeo revela o árduo trabalho do corte da cana na época, assim como a postura de orgulho e de submissão dos trabalhadores que concorriam no campeonato. ⁵⁶⁷ Cerca de 5.000 pessoas entre cortadores de cana e torcidas organizadas compareceram ao evento, cuja programação contemplou a missa campal e apresentações da Corporação Musical "Pedro Sérgio Morganti" e da Banda Juvenil da Usina Tamoio, com a duração de aproximadamente 10 horas.

Além da Usina Monte Alegre, participaram do campeonato em questão os trabalhadores das usinas Tamoio, Santa Bárbara, Piracicaba, Costa Pinto, Porto Feliz, Raffard e São Francisco do Quilombo. A vitória tanto individual quanto coletiva coube à UMA, com o cortador Virgílio Prévides repetindo o feito conquistado no ano anterior, sendo a Tamoio a vice-campeã. Não há detalhamento acerca da composição das equipes em relação aos tipos de lavradores de cana que concorreram, contudo é possível que se tratasse de colonos em sua maioria, dada a predominância deles no período, a despeito dos primeiros sinais de sua derrocada. É interessante notar que iniciativas

⁵⁶⁶ Jornal UMA, ano 07, n. 164, 07 out. 1945, p. 01. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

⁵⁶⁷ METROPOLE FILMES DO BRASIL. *O Dia do Cortador de Cana. IV Campeonato. Usina Monte Alegre, 30 de setembro de 1945.* Direção técnica: B. Kistal.

⁵⁶⁸ Jornal UMA, ano 07, n. 164, 07 out. 1945, p. 01. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

como esta por parte dos usineiros também talvez servissem para despertar certa noção de pertencimento nos trabalhadores rurais com vínculos não tão estreitos com a usina como os colonos detinham.

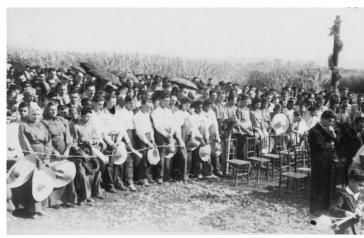








Imagem 53-56 — Acima, foto da missa católica realizada antes do Campeonato de Cortadores de Cana de 1944, na qual se observa os trabalhadores isolados por uma corda. No centro, cortadora de cana participando da prova, em 1944. Abaixo, à esquerda, comemoração pelos campeões de 1945. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior. Abaixo, à direita, trabalhadores da UMA erguendo Virgílio Prévides, campeão dos torneios de cortadores de cana de 1944 e 1945. Publicada no *Jornal UMA*, ano 07, n. 164, 07 out. 1945, p. 02.

Entretanto, conforme o regime de colonato foi se perpetuando entre as usinas paulistas, surgiram novos problemas relacionados à instabilidade desses trabalhadores, especialmente frente à aplicação do Estatuto da Lavoura Canavieira. Em 1930, época de crescimento e modernização do setor, existia nos grandes complexos usineiros uma política de restrição ao número de colonos com vistas a incrementar a produção e rendimento individual dos lavradores. Segundo Peres, essa "concentração da exploração agrícola em número cada vez menor de colonos gerava insatisfação, devido à sobrecarga de trabalho, culminando com a saída de muitas famílias das fazendas". ⁵⁶⁹ Tal processo intensificou-se na Usina Monte Alegre somente na década de 1940, diminuindo consideravelmente a área destinada aos colonos. ⁵⁷⁰ No relatório de atividades da usina referente ao exercício de 1945, consta o seguinte registro: "durante o período de entressafra de 1944 para 1945, retiraram-se nada menos de 26 colonos, correspondentes a 26 famílias. De 1941 até março de 1945 saíram 98 colonos (...)". ⁵⁷¹

Outro fator que certamente contribuiu para a evasão dos colonos foi a eliminação da cultura de subsistência. Conforme indicamos, tratava-se de um direito instituído pelo mencionado Decreto-Lei n. 6.969, em 1944, cujo artigo 4º determinara que o fornecedor dedicado a lavrar terras alheias tinha o direito de reservar 10% da área privativa para plantio e criação necessários à subsistência da família e de seus agregados. A extinção dessas propriedades decorria do próprio processo de modernização e mecanização dos trabalhos nas lavouras da usina, o que impossibilitava a manutenção e reprodução do regime de "colonato típico". A reconfiguração das condições conduziram o colono ao caminho "do roçado ao armazém", como bem sintetizou Maria Thereza Peres, causando endividamento e descontentamento por parte dessa categoria. Para a usina, a ausência da cultura de subsistência aumentava o custo de reprodução da força de trabalho, não podendo o usineiro apropriar-se "do trabalho não remunerado despendido pelos colonos na auto-subsistência" o que despertava o interesse em eliminar o colonato do seu quadro de trabalho.

Nesse sentido, a usina tomou para a si a responsabilidade de organizar o cultivo de uma horta e de pomares a fim de garantir a alimentação de seus trabalhadores. A escolha do local recaiu sobre uma área de 3,2 alqueires conhecida como "Retiro",

⁵⁶⁹ PERES, 1990, p. 71.

⁵⁷⁰ Ibidem, 1990, p. 72.

⁵⁷¹ REFINADORA PAULISTA S.A. – Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1945, 1946, p. 79.

⁵⁷² BRASIL. Decreto-Lei n. 6969, de 19 de outubro de 1944.

⁵⁷³ PERES, 1990, p. 130.

próxima ao Horto Florestal São Pedro (ainda propriedade da Refinadora Paulista S.A.). Segundo o relatório de atividades de 1945, a opção atendia aos requisitos previamente estabelecidos de topografia adaptável a uma irrigação fácil e econômica, água próxima e em abundância (para evitar uso de bombas, motores etc.), proximidade da sede para facilitar a administração e o transporte e, por fim, um solo apropriado e livre de pragas. O mencionado documento também justifica os primeiros resultados insuficientes dessa adaptação, indicando como principais causas o início tardio e apressado da plantação (em virtude da demora das instalações de alvenaria), a falta de boas sementes, a ausência de operários especializados e a natureza do serviço que, sendo recente, implicara na "experimentação pormenores de irrigação, adubação, profilaxia de pragas e moléstias, tratos culturais, etc.". 575





Imagem 57-58 — Armazém e horta comunitária da Usina Monte Alegre. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, a partir daquele ano, determinou-se que as contas "Preparo de Terra" e "Camaradas Efetivos", bem como os títulos "Sementes e Adubos" e "Serviços Eventuais" estariam diretamente relacionados à

⁵⁷⁴ REFINADORA PAULISTA S.A. – Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1945, 1946, p. 39.

⁵⁷⁵ Ibidem, 1946, p. 42.

produção de verduras. Já a subscrição "Camaradas das Fazendas" referir-se-ia às despesas verificadas com Hortas e Pomares das fazendas e sítios da usina. A questão da mão-de-obra foi um dos principais obstáculos enfrentados nessa transição, como evidencia a seguinte anotação: "Tivemos que solucionar o problema da falta de braços especializados. Os camaradas que já trabalhavam em Hortas foram aproveitados e estão se habituando ao sistema de horticultura intensivo, o que lhes era inteiramente desconhecido". ⁵⁷⁶

A nova forma de "subsistência' do complexo usineiro visava garantir a produção de hortaliças e frutas variadas, que eram vendidas aos trabalhadores a preços que representavam entre 1/2 e 1/5 dos valores cotados nos mercados de Piracicaba. A princípio, a quantidade produzida não foi igual à fornecida pelo fato do "operariado não estar ainda habituado ao consumo de hortaliças em quantidade e variedade. Assim, as primeiras instalações, em área e espécie, foram feitas sem qualquer indicação segura, e seu resultado só excepcionalmente correspondeu às expectativas". Apesar disso e das despesas avultadas nos preparos para os cultivos, a crescente aceitação dos produtos indicava que a horta renderia o suficiente para cobrir as despesas de pessoal, sementes e adubos, mesmo com as vendas a baixos preços. Tal fato pode ser observado no quadro referente aos primeiros meses de adaptação ao esquema:

Tabela 30 – Custo de mão-de-obra e renda da produção em hortas e pomares da UMA, 1945.

Meses	Custo da mão-de-obra	Renda	Diferença
Outubro	3.390,30	4.259,40	869,10
Novembro	3.028,80	9.087,50	6.058,70
Dezembro	3.260,50	3.420,00	159,50
Total	9.679,60	16.766,90	7.087,30

Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1945*, 1946, p. 42.

Do mesmo modo, entendeu-se como fundamental a produção de "leite bom e barato", optando-se pela instalação de um estábulo na Usina Monte Alegre. Conforme os documentos, o primeiro passo dado nesse sentido foi a construção de um barracão de madeira, rústico, com capacidade para 22 vacas, bem como a aquisição de gado leiteiro. Em maio de 1944, "primeiro mês de funcionamento do estábulo, a produção diária oscilava entre 30 e 40 quilos de leite. Logo, tornou-se necessário o aumento desta

⁵⁷⁶ Ibidem, 1946, p. 41.

⁵⁷⁷ Ibidem, 1946, p. 42.

produção para a crescente procura e, foi então, providenciada a segunda remessa de vacas da mesma procedência e, como as primeiras, mestiças gado zebu nacional". ⁵⁷⁸ Em seguida, construiu-se outro barração de madeira e um pequeno quarto de alvenaria destinado a servir como depósito e sala de recebimento de leite.



Imagem 59 - Estábulos da Usina Monte Alegre. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

O consumo foi dimensionado a partir dos parâmetros da Capital paulista, como demonstram os seguintes registros:

Considerando-se que a população da sede da Usina Monte Alegre é de 2.000 pessoas e que o consumo de leite "per capita" na cidade de São Paulo é de 100 gramas diárias, admitimos como base para os nossos cálculos e projetos, que Monte Alegre poderia ter um razoável consumo por cabeça de 250 gramas diárias. Êste consumo requer uma produção diária de 600 litros, que corresponde a um "quantum" ótimo. Para essa produção diária são necessárias 64 vacas holandezas que renda, cada uma, por dia, de 9 a 10 quilos. Para manter continuamente 64 vacas estabuladas, o rebanho leiteiro da Fazenda deve ser aproximadamente 192 vacas holandezas, isto é, 3 vezes maior (esse multiplicador sobe para 4 ou 5 si as vacas são mestiças, de baixa produção). ⁵⁷⁹

Nos relatórios consta uma série de medidas para que os resultados previstos fossem alcançados, dentre os quais a aquisição, em 1945, de três garrotes provindos da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" com comprovada linhagem leiteira,

⁵⁷⁸ Ibidem, 1946, p. 35.

⁵⁷⁹ Ibidem, 1946, p. 37.

assim como um touro holandês advindo da Fazenda Itaquera. Concluiu-se, na época, que o melhoramento dos rebanhos através da seleção dos tipos de gado e a aplicação de conhecimentos da bovinotecnia em relação à alimentação, instalações etc. diminuiriam o preço de custo do quilo de leite ao ponto que, mesmo vendido abaixo do valor de mercado, as despesas do estábulo gradativamente se equilibrariam às rendas. 580

A despeito das tentativas do usineiro em aparentemente proporcionar boas condições de vida aos colonos, estas não dirimiam o crescente problema de endividamento desses trabalhadores. De acordo com Peres, chegava-se ao ponto de o colono, após a colheita e a entrega da cana, permanecer em saldo devedor, o qual era transferido para a safra seguinte. Frequentemente, a família deixava de pagar as despesas com alimentos no armazém para comprar adubo e mudas de cana de melhor qualidade a fim de aumentar sua produção na safra seguinte. Além dessas despesas, a usina registrava nas cadernetas dos colonos os débitos relativos a outros custos com o cultivo de cana-de-açúcar, gastos médicos, despesas com lenha, taxa do clube, compra de capacete de aço e a contribuição compulsória pró-Lázaros (proporcional ao valor da cana entregue durante a safra). Os colonos também pagavam multas pelo atraso na entrega da carga ou pela falta da limpeza das estradas no entorno das terras sob sua responsabilidade, sendo debitado na caderneta o valor correspondente à área que abandonava.581

Na entressafra – intervalo entre os meses de janeiro e de maio – praticamente se registravam apenas despesas, visto que a receita proveniente da entrega da cana não se realizava nesse período. Os colonos, então, realizavam tarefas fora da área das lavouras, solicitados pela própria usina, em geral reparos de peças da parte industrial, consertos nas ferrovias e nas carroças do complexo usineiro, trabalhando como camaradas nos canaviais quando as safras não coincidiam. Era interesse dos colonos "arrumar um bico" na entressafra para complementar o orçamento familiar, com a vantagem de não se ausentar totalmente do local original de emprego e residência e sem mudar de patrão.⁵⁸²

Os relatórios de atividades também evidenciam que o abastecimento realizado pelos fornecedores da região ainda não era significativo nessa época, predominando a contribuição dos canaviais próprios no abastecimento de matéria-prima. Estes foram

⁵⁸⁰ Ibidem, 1946, p. 39. ⁵⁸¹ PERES, 1990, p. 74.

⁵⁸² Ibidem, 1990, p. 76.

fundamentalmente lavrados pelos colonos desde os anos 1930, mas a redução desse contingente na década seguinte propiciou o rápido crescimento da contribuição dos mencionados camaradas, categoria de trabalhadores rurais avulsos, cuja proporção no cultivo das canas próprias da usina saltou de 45% para 70% no breve intervalo 1945-50, enquanto a produção dos colonos diminuiu de 54% para 31% no mesmo período.

Parte dos colonos dispensados pela Usina Monte Alegre foi recontratada como mão-de-obra avulsa, porém esse número não substituía a quantidade de colonos retirada. Em 1948, 17 famílias de colonos saíram e somente cinco destas foram absorvidas como camaradas, sendo o trabalho a partir de então reorganizado em "turmas", grupos mistos de colonos e camaradas com vistas a diminuir os custos das tarefas realizadas. O rendimento dos canaviais passou, nessa época, a ser sistematicamente avaliado entre essas turmas, sendo que a média do quartel de cana produzido por camaradas mostrouse superior. Ao final de cada safra, a usina começou a avaliar os custos referentes às fases de plantio, corte, transporte e os comparava com os custos da produção realizada pelos colonos.⁵⁸³ Estruturada dessa maneira, a rotina nas lavouras possibilitava que a intervenção do usineiro ocorresse desde a seleção do tipo de cana a ser plantada (nova, soca, ressoca)⁵⁸⁴ até as demais fases da cultura.

Ações como essas determinaram que o regime de colonato gradualmente se desmantelasse na Usina Monte Alegre e o cultivo de seus canaviais assumidos pelos camaradas na posição de trabalhadores diaristas residentes, ditados de flexibilidade contratual que viabilizava a organização do trabalho no complexo usineiro, conforme as intempéries ocorridas ou de acordo com as inovações técnicas introduzidas nas lavouras. Ao controlar e dominar completamente o processo de trabalho em seu setor agrícola, a usina alcançava assim "a racionalidade econômica expressada em seus relatórios, no sentido de maximizar seus lucros". 585

Os dados referentes aos anos seguintes corroboram a tendência de redução da participação dos colonos no abastecimento de cana na usina, a ponto de não haver referências sobre essa categoria nos relatórios de atividade no início dos anos 1950.⁵⁸⁶ O

58

⁵⁸³ Ibidem, 1990, p. 155.

⁵⁸⁴ Uma vez plantada, a cana-de-açúcar produz durante quatro ou cinco anos, consecutivamente, quando então sua produtividade diminui muito e é feita a renovação do canavial. A cana-de-açúcar de primeiro corte é chamada de "cana planta" (ou nova), a de segundo corte "cana soca" e de terceiro corte em diante "ressoca". Cf. União dos produtores de Bioenergia (UDOP). Disponível em: http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=988. Acesso em: 23 fev. 2016.

⁵⁸⁶ REFINADORA PAULISTA S.A. – Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1950, 1946, p. 51.

quadro a seguir demonstra o considerável decréscimo na presença de colonos entre a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) e o final da década de 1940.

Tabela 31 – Produção de cana por colonos (1941-1949)

Ano	Colonos	Área (quartéis)
1941	234	4.521,31
1942	215	4.516,53
1943	190	4.556,75
1944	162	3.598,01
1945	136	2.987,18
1946	122	2.832,13
1947	107	2.750,86
1948	88	2.543,16
1949	81	2.289,50

Fonte: Arquivo da Usina Monte Alegre. Apud. PERES, 1990, p. 73.

O mencionado Decreto-Lei n. 6.969 (1944) visava complementar as lacunas do Estatuto da Lavoura Canavieira, mas suas entrelinhas já anunciavam mudanças quanto à legalização do trabalho na produção canavieira do país, dispondo sobre as condições de remuneração dos lavradores que não se enquadravam na definição de fornecedores em sintonia com a Consolidação das Leis do Trabalho, procedida por Getúlio Vargas no ano anterior. Dentre outras medidas, o decreto-lei impôs que a situação desses lavradores de cana fosse regulada por contratos aprovados pelo IAA, sem prejuízo das leis trabalhistas cabíveis. Além disso, determinou oficialmente que os colonos tivessem direito a uma área para o cultivo de subsistência, conforme mencionamos, e também garantias de salário, moradia, assistência médica e educacional, bem como a indenização por demissão sem justa causa para os moradores da usina em sistema de colonato, pareceria ou renda.

Barbosa Lima Sobrinho qualificou o Estatuto da Lavoura Canavieira e o Decreto-Lei n. 6.969 como determinantes de "uma reforma agrária setorial", ⁵⁸⁷ no esteio da ampliação dos direitos sociais na época. Segundo depoimento do presidente do IAA e depois governador de Pernambuco, a legislação específica para os lavradores dos canaviais era de

grande interesse de Getúlio Vargas que, desde o primeiro momento, manifestou o seu desejo de que realmente se fizesse alguma coisa

⁵⁸⁷ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. "A experiência de uma reforma agrária setorial. *Revista Jurídica*, v. 27, n. 78, p. 203-212, jul./set. 1962.

nesse sentido. Essa elaboração custou bastante custou bastante ao Instituto. Não sei se você já teve oportunidade de ler o Estatuto da Lavoura Canavieira. É uma lei que tem uma quantidade enorme de artigos. Para isso, tive um grande colaborador, um especialista de direito agrário, que foi quem redigiu o projeto inicial: o dr. Vicente Chermont de Miranda. (...) Como toda reforma, exigia muita disposição de luta, e disso Getúlio nos prevenia: "Olhe, veja bem essa coisa. Pense nos Gracos, que morreram em Roma em conseqüência de reforma agrária..." [risos]. Era uma advertência que se tinha que considerar. Mas fizemos isso num ambiente de liberdade dentro do Instituto, ouvindo fornecedores e usineiros. ⁵⁸⁸

No final do Estado Novo (1937-1945), as propostas para o campo acentuaramse em conjunto com duas ações que visaram diminuir o descompasso existente entre o meio urbano e o rural. Em seus discursos, Vargas prometia que o mesmo empenho destinado ao operário industrial seria empregado nas questões dos trabalhadores rurais. A seguridade social foi estendida ao setor agrícola, cobrindo os acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária, com a promulgação do Decreto-Lei n. 18.809, em 1845. No ano anterior, foi oficializada a possibilidade de sindicalização aos lavradores (Decreto-Lei n. 7.038), reproduzindo no campo o princípio do "monopólio da representação", presente na legislação voltada aos trabalhadores urbanos⁵⁸⁹ ao estabelecer que

os sindicatos rurais serão organizados normalmente reunindo exercentes de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio permitir, excepcionalmente, a organização de entidades congregando exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes, comprovada a impossibilidade de serem organizadas entidades específicas.⁵⁹⁰

Durante o governo Dutra, o decreto de sindicalização esbarrou na burocracia, havendo barreiras para a sua institucionalização e a legalidade dos sindicatos rurais, contando-se apenas cinco destes nos anos 1950. Outra justificativa para o reduzido número de sindicatos camponeses era a diferenças de entendimentos sobre as melhores

⁵⁹⁰ *Coleção de Leis do Brasil*, v. 07, 31 dez. 1944, p. 134. Apud. DEZEMONE, 2008, p. 149.

⁵⁸⁸ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. "Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977)". Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 274 p. dat, p. 42.

⁵⁸⁹ DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2008, p. 149.

maneiras de organizar-se no meio agrícola. A criação em Pernambuco de ligas de camponeses no lugar de sindicatos, a partir de 1955, não estava propriamente relacionada aos impedimentos legais, relacionando-se muito mais aos ideais de seu fundador, Francisco Julião, advogado e então deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Para ele, "os sindicatos rurais eram entidades inapropriadas à luta camponesa, esvaziando essa forma de organização em benefício de associações civis, modelo das Ligas, que não temiam a tutela e reconhecimento do Estado". 591



Imagem 60 - Observação do desempenho dos trabalhadores da cana na UMA durante a 2ª Semana Canavieira de Piracicaba, realizada em 1959. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Nos anos 1960, a questão agrária foi retomada pelo presidente João Goulart (1961-1964) de modo a ampliar a sua base política, culminando no avento do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, com o fim de reger as relações do trabalhador rural no país. As possibilidades de sua aplicação foram analisadas por Antonio Dinaer Piteri⁵⁹², funcionário do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, cuja apreciação aponta aspectos agrícolas fundamentais que podem ser tomados como afeitos às lavouras canavieiras:

⁵⁹¹ DEZEMONE, 2008, p. 157.

⁵⁹² Engenheiro-agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, da Universidade de São Paulo (USP), foi funcionário do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e um dos fundadores da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), entidade civil criada em setembro de 1967, no Rio de Janeiro, por profissionais ligados à agricultura e dirigentes sindicais com o objetivo de promover os princípios estabelecidos no Estatuto da Terra. Foi também prefeito do município paulista de Osasco (1967-1970), cargo que deixou para assumir uma cadeira de deputado estadual sob a legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Cf. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Escola de Ciências Sociais-Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-guacu-dinaer-piteri >. Acesso em: 30 mar. 2016.

E' de se esperar que pelo menos dois valores fundamentais ao desenvolvimento da agricultura em nosso meio sejam afetados. Tais valores são: distribuição de "poder" e "decisão". O primeiro é atualmente concentrado nas mãos do proprietário rural, devido principalmente ao sistema paternalístico de relações entre patrão e trabalhador. (...) "Decisão" é um valor intimamente ligado a "poder". Em uma sociedade onde "poder" é concentrado, "decisão" é tomada por parcelas pequenas dos seus membros. Como no meio rural do Brasil "poder" apresenta-se concentrado nas mãos do proprietário, o processo de decisão mesmo no que se refere aos problemas domésticos e pessoais do trabalhador continua sendo fundamentado em autoridade e rotina. (...) Outra característica marcante da agricultura brasileira é a rigidês da estratificação social. A não ser em casos excepcionais, como os colonos europeus e asiáticos, bem como, as zonas pioneiras, onde tem havido maior flexibilidade na estrutura social, tem sido muito difícil para um indivíduo ou família subir todos os degraus da "escada social" desde colono ou diarista até a condição de proprietário e empresário rural. 593

Fato é que o colonato, estrutura fundamental para a consolidação da Usina Monte Alegre e de outros importantes complexos usineiros paulistas, já não compensava mais economicamente (frente ao maior rendimento proporcionado por camaradas e empreiteiros da cana) e era também inviabilizado pela progressiva retirada da família Morganti e pela legislação trabalhista que se impunha no período. Em 1964, início do regime militar, o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504) foi promulgado com o intuito de regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais. O estatuto visava promover uma reforma agrária, através da gradual eliminação de latifúndios e minifúndios, surgindo desse rearranjo especial as empresas rurais. ⁵⁹⁴ Não cabe aqui a análise dos efeitos concretos dessa política agrícola implantada a partir dos anos 1960, sendo importante salientar apenas que a legislação extinguiu a figura do colono e alterou, positiva ou negativamente, a produção nas lavouras canavieiras em São Paulo.

_

⁵⁹⁴ Cf. MOREIRA, Ruy. Formação do espaço agrário brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁵⁹³ PITERI, Antonio Dinaer. "O Estatuto do Trabalhador Rural: problemas de aplicação e prováveis conseqüências sócio-econômicas". *Revista IASP*, 9:1-2, p. 01-16, jan./ fev. 1964, p. 02-03.

3.3. A modernização dos canaviais na ordem do dia

Foi tão acertada essa orientação e tão rápidos os efeitos das medidas preconizadas pelos agrônomos que em pouco tempo a Indústria Açucareira de São Paulo se colocou em posição de destaque entre as dos demais Estados brasileiros que para aqui mandaram os seus técnicos, a fim de estudar e observar o que se havia realizado com tanto êxito. 595

A modernização da agricultura no Brasil é um tema recorrente nos estudos acerca das modificações na estrutura agrária do país ao longo do século XX, não havendo um conceito único que a defina. Parte dos autores considera que esse processo refere-se aos aprimoramentos na base tecnológica, por meio da utilização intensiva de maquinários, insumos e técnicas avançadas. Outros, porém, levam em conta as implicações sociais e econômicas, que não se restringem aos efeitos da mecanização e da tecnificação, constituindo a transformação capitalista da agricultura, no passo das mudanças gerais que ocorreram no plano da economia brasileira. ⁵⁹⁶ Ainda de acordo com Szmrecsányi, a modernização das lavouras manteve-se muito mais relacionada a uma crescente produtividade do trabalho e do capital investido, mais do que ao aumento da produtividade agronômica pela crescente apropriação de terras cultiváveis. ⁵⁹⁷

Partindo desses pressupostos, é interessante notar que, no âmbito do açúcar, a evolução de seu setor industrial e a concorrência com o açúcar de beterraba no mercado internacional colocaram a modernização dos canaviais na ordem do dia, implicando em pesquisas e experiências com espécies de cana detentoras de maiores vantagens naturais para a indústria, entre as quais um maior teor de sacarose e um alto rendimento agrícola. Os países canavieiros travaram uma disputa na busca por uma variedade com características industriais melhores e, nesse processo, os tipos Creoula e Caiana – ambas preponderantes no mundo canavieiro desde o século XVI – foram substituídas por espécies de diferentes regiões açucareiras, como a Bourbon, Otaheit, Louzier (Preta),

⁵⁹⁵ Trecho de um comentário de Antônio Correa Meyer, publicado no jornal *Folha da Manhã*, em 1941, p. 22. Apud. OLIVER, Graciela de Souza. *José Vizioli e o início da modernização tecnológica na agroindústria canavieira paulista, 1919 – 1949*. Dissertação (Mestrado em Política Científica), Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2001, p. 104.

⁵⁹⁶ GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁵⁹⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás. Pequena história da agricultura no Brasil. São Paulo: Contexto, 1990, p. 81.

Cristalina e Rosa. No Brasil, estas variedades chegaram às lavouras no início do século seguinte, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. ⁵⁹⁸

Conforme os estudos de Graciela de Souza Oliver sobre o tema, a introdução de novas espécies de cana-de-açúcar trouxe consigo outro problema: a disseminação de moléstias botânicas que antes ficavam restritas às áreas de origem das espécies canavieiras, tais como a gomose e a praga do mosaico, surgindo pressões para a criação de novas formas de produção das plantas. Até meados do oitocentos, entendia-se que as inflorescências da cana não eram férteis, sendo a obtenção de mudas feita exclusivamente por meio da reprodução vegetativa. Deste modo, os produtores de cana não conseguiam conjugar características genéticas satisfatórias à demanda industrial. Somente no final daquele século, as então recém-criadas estações experimentais de Java e de Barbados descobriram as possibilidades de cruzamentos entre variedades a fim de aprimorar os canaviais. ⁵⁹⁹

Na década de 1910, a Proefstation Oost Java realizou experimentos entre canas nobres (Saccharum officinarum) e canas selvagens (Saccharum spontaneum), visando criar um tipo resistente a doenças e com altos rendimentos. As variedades resultantes, com denominação iniciada pela sigla POJ em alusão à instituição de origem, foram largamente difundidas nos anos seguintes, em conjunto com as variedades indianas identificadas pela sigla CO (Coimbatore Experimental Station). Os estudos dos tipos javaneses e indianos desenvolveram-se bastante no período, contribuindo para a formação de uma rede internacional de pesquisa no setor. As regiões canavieiras mais avançadas nesse quesito — Java, Índia, Cuba, Havaí e Barbados — intensificaram o intercâmbio de informações científicas sobre a criação e a adaptação de variedades às condições ambientais específicas. Para importar o conhecimento adquirido, os países produtores de açúcar deveriam ter, pelo menos, um centro de pesquisa capaz de reconhecer as características de cada variedade e testá-las nas condições locais. Na época, o Brasil já contava com a Estação Experimental de Barreiros, em Pernambuco, e a Estação Experimental de Campos, no Rio de Janeiro.

São Paulo contava com a Secretaria da Agricultura, de Comércio e Obras Públicas desde 1892, que desempenhou o papel de centro de decisão, auxílio e propagação de projetos para a produção agrícola paulista. Sua reconfiguração ocorreu em 1927, quando foi incorporada pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio,

⁵⁹⁸ OLIVER, 2001, p. 38-75.

⁵⁹⁹ Ibidem, 2001, p. 38-39.

demonstrando a tendência de fusão dos interesses agrícolas e industriais que vigorava na época. No período de maior expansão das lavouras na Usina Monte Alegre, a região de Piracicaba contava com a atuação da Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" (futura ESALQ-USP)⁶⁰⁰ e do Instituto Agronômico de Campinas (IAC)⁶⁰¹, importantes instituições públicas de pesquisa e tecnologia, as quais fundamentaram e nortearam as políticas adotadas pela agroindústria paulista. Inicialmente, essas entidades enfocaram o desenvolvimento de uma cultura racional para beneficiar os cafezais, dado o contexto de expansão cafeeira e difusão dos ideais republicanos. Ao longo da Primeira República, a Secretaria de Agricultura "tentou estabelecer um elo entre as pesquisas que eram feitas e executadas pela Escola Agrícola de Piracicaba e pelo Instituto Agronômico e os agricultores do Estado". ⁶⁰²

Segundo Oliver, entre os anos de 1900 e 1925, o Instituto Agronômico foi o único responsável pela distribuição de mudas de canas nobres forrageiras e industriais, tendo organizado uma vasta coleção de variedades canavieiras, embora não contasse com fitopatologistas e especialistas em cana-de-açúcar em seu quadro técnico. Entre outros entraves, o então Secretário de Agricultura Carlos Botelho proibiu a importação de espécies canavieiras de Barbados para São Paulo devido ao receio em trazer doenças que comprometessem a crescente produção açucareira paulista. O temor revelou-se uma realidade quando essas variedades disseminaram diversas moléstias nos países canavieiros que as adotaram. No entanto, o não atendimento às requisições dos produtores de São Paulo colocou em segundo plano os conhecimentos gerais sobre a cana-de-açúcar e as técnicas de criação de novas variedades.

Em sintonia com as mudanças que se processavam nas economias cafeeira e acucareira, as atenções desses órgãos públicos aos poucos se voltaram para os trabalhos

A Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" foi implantada, em 1901, em terras doadas ao poder público para fins educacionais por Luiz Vicente de Souza Queiroz, neto do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza Queiroz (um dos antigos proprietários da Fazenda Monte Alegre e seu engenho, conforme mencionamos no capítulo anterior). A instituição integrou a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo até 1934, quando foi incorporada pela Universidade de São Paulo (USP) e tornou-se a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ). Cf. MOLINA, Rodrigo S. Escola Agrícola Prática "Luiz De Queiroz" (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2011.

⁶⁰¹ O Instituto Agronômico (IAC), foi fundado em Campinas, no ano de 1887, por ordem do imperador D. Pedro II, tendo recebido a denominação de Estação Agronômica de Campinas. Em 1892 passou para a administração da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, mantendo-se em atividade até hoje. Sediada em Campinas, a instituição atua através de centros de pesquisa em diversos municípios paulistas, contribuindo para a oferta de alimentos e de matéria-prima à indústria, também para a maior competitividade dos produtos agrícolas nos mercados interno e externo. Disponível em: http://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/instituto/>. Acesso em: 09 mai. 2016.

⁶⁰² OLIVER, 2001, p. 42.

⁶⁰³ Ibidem, 2001, p. 43.

com os canaviais nos anos seguintes. No início da década de 1920, o Instituto Agronômico e a Secretaria de Agricultura de São Paulo estavam concentrados nos trabalhos de combate à broca do café e à praga do algodão, cujas iniciativas resultaram na criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola, em 1925. A atenção científica em relação à cultura de cana-de-açúcar intensificou-se depois da observação, em 1923, de manifestações da praga do mosaico em Piracicaba por José Vizioli, possivelmente nos canaviais pertencentes à Escola Agrícola. O fitopatologista acabara de retornar de uma especialização nos Estados Unidos na qual havia estudado essa doença, tornando-se, em seguida, professor-assistente da Escola Agrícola ao assumir a cadeira de física-agrícola. Em meados de 1924, o então Secretário de Agricultura de São Paulo incumbiu Vizioli de inspecionar "(...) as plantações de algumas zonas canavieiras do Estado, com o fim de apresentar um relatório sobre a nova moléstia e as medidas práticas de combatê-la". 604



Imagem 61 –. Cartaz de propaganda para o combate ao mosaico e melhoramento da cultura da cana, difundido pela Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícolas. Fonte: OLIVER, 2001, p. 71.

⁶⁰⁴ VIZIOLI, José. "O mosaico". O Estado de São Paulo, 23 dez. 1925. Apud. OLIVER, 2001, p. 47.

A praga do mosaico grassou pelas lavouras de São Paulo, praticamente aniquilando as safras de 1924 a 1926. No contexto de disputa entre o açúcar nordestino e o paulista que se perpetuava nesse período, o consequente aumento nos preços do produto e a sua falta no mercado do Centro Sul desencadearam uma "febre" de novas instalações açucareiras no Nordeste. Em resposta, a Secretaria de Agricultura de São Paulo decidiu por auxiliar definitivamente a agroindústria canavieira, dando início aos planos de substituição dos canaviais, que logo de partida elevaram a produção paulista de 220 mil sacas para 742.170 sacas de 60 kg já na safra de 1926-1927. O início desse processo evidenciou a necessidade de implantação de uma estação experimental para integrar São Paulo à rede científica internacional, conforme preconizado por Vizioli em um artigo publicado em 1926. 606

No ano seguinte, foi então criada a Estação Experimental de Cana de Piracicaba (EECP), a qual permaneceu vinculada à Escola Agrícola Prática e posterior ESALQ-USP até 1945, mesmo quando foi integrada ao conjunto de estações experimentais do IAC, a partir de 1935. A primeira fase da EECP compreendeu os anos de 1927 a 1932, período de realização dos primeiros trabalhos de substituição das variedades de cana-de-açúcar em São Paulo. Nessa época, a instituição apresentava

25hectares de terra, um prédio para sua sede com laboratórios e gabinete, uma casa para o chefe de culturas, galpão para máquinas, cocheira para os animais, "garages" para automóveis, depósito para materiais diversos e uma instalação completa para o estudo sistemático da irrigação dos canaviais. Situada na zona mais açucareira do Estado, em Piracicaba, junto à Escola Agrícola "Luiz de Queiroz", a Estação Experimental tem por objetivo primeiro a cultura racional da cana-de-açúcar, em todos os seus aspectos, transmitindo aos agricultores os resultados dos estudos experimentais que realiza. Investiga também os problemas relativos à exploração industrial da planta, designando a fabricação de álcool e açúcar, bem como

⁶⁰⁵ A praga do mosaico era descrita na época como "uma doença infecciosa que, entre outras características, apresenta a alternância de manchas claras e sombrias (formando mosaico) em folhas. (...) Especialistas ha que julgam que é doença fisiológica (por ser considerada uma clorose); de outro lado experimentos deram-no como consequente de um vírus em cujo espalhamento aphidios representam papel saliente". In: Archivos da ESAMV, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1927, p. 15. Apud. OLIVER, 2001, p. 79.

⁶⁰⁶ OLIVER, 2001, p. 51-52.

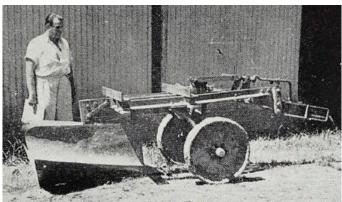
⁶⁰⁷ OLIVER, Graciela de Souza & SZMRECSÁNYI, Tamás. "A Estação Experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920 a 1940)". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 46, p. 37-60, 2003, p.39.

questões pertinentes à climatologia e às terras paulistas, sob o ponto de vista cultural. 608

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, a questão da modernização agrícola foi centralizada nas mãos do governo federal, sendo especialmente coordenada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool. Nesse período, a EECP foi regulamentada e a EEC de Campos ampliada, surgindo também outras unidades no país, tais como as estações de Curado (PE) e a da Bahia. Subvencionadas a partir de então com recursos do Estado, essas instituições intensificaram os estudos das variedades de cana e a manipulação genética das mudas através de clonagem, além de passarem a realizar testes com diversos tipos de adubos, pesquisas para tratamentos de outras pragas (como a "cigarrinha" e o "carvão") e aprimoramento de equipamentos utilizados nas lavouras de cana-de-açúcar. Os experimentos eram identificados com siglas que remetiam à estação de origem, sendo frequentes as trocas de informações entre os especialistas.







Imagens 62-64 — Acima, clone de variedade canavieira, identificado como 48-1, e experiências de adubação na Fazenda Angra com composto criado pela EEC de Campos. Fonte: IAA — *Anuário Açucareiro*, 1949-50, p. 18. Abaixo, sulcador adaptado na oficina da Estação Experimental de Campos, no Rio de Janeiro. Fonte: IAA — *Anuário Açucareiro*, 1950-51, p. 15.

⁶⁰⁸ MEYER, Antônio Correa. O Estado de S. Paulo, 7 de setembro de 1933. OLIVER, SZMRECSÁNYI, 2003, p.40.

Em Piracicaba, uma grande campanha estatal foi realizada para promover a substituição das variedades existentes, mediante distribuição de mudas de canas javanesas e indianas, conforme o plano desenvolvido por José Vizioli. Em seis anos, as canas-de-açúcar Rosa e Preta cederam lugar a outras que apresentavam resistência ao vírus do mosaico, de origem javanesa (POJ-36, 213 e 228) e testadas em serviço de quarentena. A principal característica das variedades POJ "era seu alto rendimento em toneladas por hectare, auxiliando o aumento da produção em conjunto com aumento das áreas de cultivo. No mesmo período foram também implantados os campos de experimentação e/ou cooperação nas principais usinas". nos quais passaram a ser cultivadas diversas espécies a fim de se observar o comportamento em diferentes solos e adubações.

A Usina Monte Alegre integrou a política de cooperação com a EECP em 1928, ou seja, já no segundo ano de funcionamento da instituição. Até meados da década de 1930, galgou duas posições no *ranking* açucareiro ao assumir o 5º lugar no mercado paulista. Filiando-se também no mesmo ano, a Usina Tamoio foi a unidade que melhor desenvolveu-se no período, saltando da 6ª posição para a liderança do setor sucroalcooleiro de São Paulo, sendo seguida pela Usina Junqueira, até então segundo lugar na lista das 34 usinas existentes no estado. O quadro abaixo fornece um panorama da progressão das usinas paulistas com campos de cooperação:

Tabela 32 – Usinas cooperadas com a EECP e colocações (1929 e 1935).

Usina	% de variedades	Lugar no mercado	
Usilia	javanesas	1929	1935
Vila Raffard	10%	1°	4°
Pimentel	10%	16°	25°
Monte Alegre	30%	7°	5°
Tamoio	60%	6°	1°
Esther	65%	9°	9°
Santa Bárbara	30%	3°	8°
Junqueira	10%	4°	2°
Miranda	70%	10°	11°
Total		16	34

Fonte: OLIVER, 2001, p. 89.

Visando principalmente a modernização dos canaviais, o estabelecimento dos campos de cooperação servia como um exemplo aos demais produtores. Tais medidas,

⁶⁰⁹ OLIVER, 2001, p. 54-59.

que conjugavam a substituição de variedades e a cooperação das principais usinas, acabaram propiciando relativa vantagem a alguns grupos usineiros perante as políticas do IAA, iniciando um processo de modernização tecnológica, cujos efeitos podem ser parcialmente observados através do aumento da produção de açúcar de usina em São Paulo. O aumento da produção açucareira no estado foi então atribuído à crescente qualidade dos canaviais e à capacidade de adaptação das usinas às variedades canavieiras indicadas. Aqui cabe destacar a atuação das Oficinas Dedini ao auxiliar na adaptação das moendas das unidades paulistas às variedades javanesas mais fibrosas. ⁶¹⁰ Antônio Correia Meyer (agrônomo da EECP) comentou:

As usinas que estavam acostumadas com as variedades antigas, cujo teor em fibras era muito reduzido e os processos de defecação, clarificação e concentração do caldo se realizavam com extrema facilidade, encontraram grandes embaraços e dificuldades ao trabalharem as canas javanesas de elevado teor em fibras. Todo o sistema de trabalho teve que ser modificado e novos aparelhos e maquinismos tiveram que ser adotados, e em pouco tempo as usinas apresentavam uma eficiência de elaboração e fabricação que resultou em magníficos rendimentos da produção. 611

Szmrecsányi e Oliver entendem que a atuação da Estação Experimental de Piracicaba e das demais instituições de pesquisa ao longo das décadas de 1930 a 1940 contribuiu para o significativo aumento da produção de açúcar de usina verificado no período, embora a escassez de dados específicos dificulte mensurar os resultados diretos dessas ações. Mas, é fato que, entre os anos de 1932 e 1946, a EECP manteve suas terras dedicadas à criação e multiplicação de variedades de canas, principalmente indianas, com altos teores de sacarose e maiores rendimentos em tonelada por hectare.

A despeito das necessidades da agroindústria canavieira, a recorrente ausência de cuidados fitossanitários determinou que, entre 1941 e 1946, a distribuição de mudas tivesse que ser reduzida até que a variedade CO estivesse completamente livre do vírus do mosaico, o que se concretizou apenas em 1947. A substituição das variedades de cana foi completada de acordo com as indicações de José Vizioli e com participação direta do Instituto do Açúcar e do Álcool, o que possivelmente propiciou o crescimento

Antônio Correa Meyer, Folha da Manhã, 1931. Apud. OLIVER; SZMRECSÁNYI, 2003, p. 48.
 Cf. OLIVER; SZMRECSÁNYI, 2003.

⁶¹⁰ RAMOS, 1999, p. 108.

na produção do açúcar de usina e a elevação da produção alcooleira, ao mesmo tempo em que as cotas estabelecidas pelo IAA eram alcançadas.

Nesse período também se ampliou o número de usinas que instalaram campos de cooperação em suas propriedades, e houve crescimento na distribuição de mudas em função da crescente demanda. Com a entrada de novos produtores no setor e diante da necessidade de aumentar seus campos de propagação de mudas, a EECP distanciou-se das pesquisas de longo prazo, como aquelas relacionadas à criação de variedades paulistas. Este dado é uma evidência do caráter da modernização em curso, que se processava em grande parte com base nas demandas colocadas pelos usineiros e não como um evento planejado pelas estações experimentais ou outras instituições científicas. Para reforçar essa afirmação, basta dizer que nas diretrizes da EECP existiram itens que foram parcialmente contemplados e outros totalmente abandonados porque não interessavam à produção industrial.⁶¹³

A consolidação da assistência técnica da estação de Piracicaba às principais usinas paulistas ocorreu a partir de 1947, sendo retomada também a ideia de um programa de melhoramento interinstitucional de longo prazo. A elaboração de um plano nesse sentido, com metas semelhantes àquelas elaboradas por Vizioli na década anterior, implicou no incremento da infraestrutura de pesquisa da estação. De qualquer modo, as recomendações dadas pela estação piracicabana tinham grande aceitação dentre os usineiros e sua importância foi ratificada tanto pela ESALQ quanto pelo IAA, que considerava essa unidade como a mais importantes do país na época:

A Estação Experimental de Cana de Piracicaba vem, de ano para ano, melhorando e ampliando os seus trabalhos com a cana de açúcar, bem como os de assistência à lavoura e indústria açucareira paulista. (...) Os estudos comparativos entre variedades de cana que foram incluídos em oito ensaios demonstrou, perfeitamente, quais são as que deverão ser cultivadas pelas usinas de açúcar, as fábricas de aguardente e de álcool e pelos fornecedores de cana do Estado de São Paulo. (...) O serviço de contrôle de doenças pelo "roguing" (erradicação das touceiras doentes) será executado quatro vezes por ano nos campos de aumento pela produção de mudas selecionadas. Com a adoção dessa medida no Estado de São Paulo, continuará o melhoramento das condições fitossanitárias dos canaviais, contribuindo dêsse modo para

⁶¹³ OLIVER; SZMRECSÁNYI, 2003, p. 49-50.

⁶¹⁴ OLIVER, 2001, p. 56-57

٠

o aumento da produção, por unidade de superfície. Além disso, deverá ser incentivada a instalação de viveiros próprios nas Usinas, pela produção de mudas sob contrôle fitossanitário. 615

É válido ressaltar que A Usina Monte Alegre foi uma das pioneiras na instalação de campos de cooperação ou experimentação e manteve constante relação tanto com a Estação Experimental de Cana de Piracicaba quanto com o Instituto Agronômico de Campinas. Os relatórios de atividades anuais revelam grande parte dos trabalhos realizados com variedades de cana e dos experimentos com adubos, sendo bastante adotada a prática do "roguing" como forma de controle de pragas nos canaviais da usina. O serviço eliminava as plantas doentes dos viveiros das mudas de cana, sendo dirigido por um departamento específico da seção de lavoura que possivelmente também funcionava como a principal interface da usina com as instituições de pesquisa.

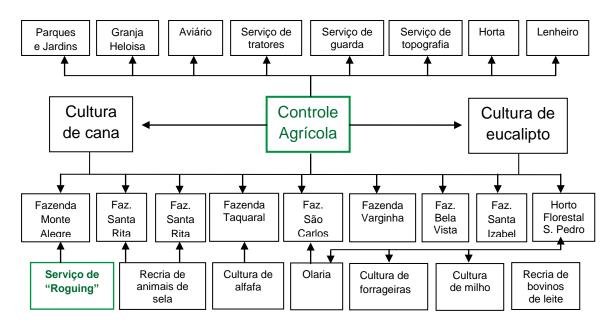


Imagem 65 – Esquema do setor agrícola da Usina Monte Alegre, elaborado com base em relatório da empresa. Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1947*, 1948.

⁶¹⁵ IAA – Anuário Açucareiro, 1951-52 a 1952-53, p. 03-06.

^{616 &}quot;A maioria das medidas de controle para o mosaico baseia-se na utilização de variedades resistentes. Sendo uma doença sistêmica e de transmissão por insetos vetores, ela deve ser combatida no campo pela erradicação das touceiras doentes. Esta medida é normalmente executada durante a formação dos viveiros de mudas e recebe o nome de "roguing", que significa eliminação de plantas que estão fora do padrão. Esta eliminação poderá ser feita com enchadão ou herbicida, eliminando-se a touceira toda." SANGUINO, Alvaro. "As principais doenças da cana-de-açúcar". *Curso Tópico da Cultura de Cana IAC* (aula 09), p. 05. Disponível em: http://www.infobibos.com/cursocana/alunos/aulas/Aula9/Aula_9.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

De acordo com os relatórios anuais consultados, a Usina Monte Alegre implantou o serviço de "roguing", em 1946, quando iniciou um dos últimos campos de cooperação com a Estação Experimental de Piracicaba. Conforme podemos observar nos gráficos abaixo, a prática - que não era realizada até 1945 - foi aplicada em 2% das variedades plantadas no ano seguinte, porcentagem que representou 22,7% dos canaviais da UMA já em 1947. Embora os relatórios posteriores não detalhem o prosseguimento dessa medida de controle, há indícios na documentação levantada de que sua adoção persistiu nas décadas seguintes.

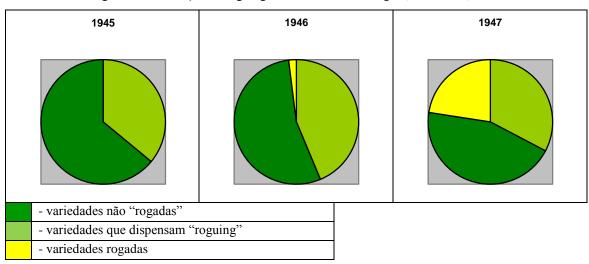


Gráfico 10 – Progressão do serviço de "roguing" na Usina Monte Alegre (1945-1947).

Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1947*, 1948, p. 238.

Os gráficos ainda revelam que a usina estrategicamente mantinha plantações de variedades de cana que dispensavam a prática do "roguing", ação provavelmente recomendadas pela EECP e pelo IAC. Além disso, os relatórios anuais indicam que os experimentos nos campos haviam se transformado em um dos principais escopos da seção de lavoura, segundo revela um trecho do documento referente a 1947:

Dada extensão da área cultivada pela Usina com cana de açúcar, e caráter intensivo de produção, o cultivo da terra e os adubos usados até o presente, os tipos de solos diferentes sob o ponto de vista agronômico, os problemas de adubação e escôlha das variedades, são problemas complexos, locais, e que merecem ser estudados cuidadosamente. A secção conta com um número muito grande de observações e faz parte do nosso plano geral de trabalho, intensificar a

experimentação de campo, daí estar em estudo a instalação no próximo ano de vários ensaios de adubação com a forma de fósforo, a forma de nitrogênio, a forma de aplicação do adubo, e estudo do magnésio e do enxofre como elementos menores, competição de variedades novas, ensaio de distância de plantação etc. Êste ano fizemos o terceiro corte num ensaio de competição de variedades (...) e o primeiro em um outro (...) ambos instalados em colaboração com a Estação de Cana do Instituto Agronômico de Campinas. 617

Analisando a inserção da usina no contexto paulista, é importante destacar que os maiores grupos usineiros de São Paulo do período mantinham campos de cooperação e outras ações conjuntas com a ECCP e com o IAC. Como apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, nas décadas de 1930 e 1940, as principais usinas pertenciam à Societé de Sucreries Brésiliennes, à Refinadora Paulista S.A., a Francisco Junqueira, Matarazzo, ao grupo de Alves Almeida, à Família Nogueira, a G. Schmidt & Irmãos, a Reis Magalhães, aos usineiro Francisco Frascino, entre outros. Estes grupos produziram cerca de 85% do açúcar fabricado em São Paulo entre 1930 e 1935, participação que decaiu para aproximadamente 73% na segunda metade dos anos 1940, possivelmente em decorrência da inserção de produtores no contexto paulista. Conforme observamos no quadro inserido abaixo, alguns dos maiores grupos desenvolviam experimentos em seus canaviais, orientados por instituições públicas de pesquisa, destacando-se a Usina Monte Alegre:

Tabela 33 – Usinas cooperadas com a Estação Experimental de Piracicaba (1930-1950).

Usina	Grupo	Anos de início dos campos de cooperação da EECP
Vila Raffard	Soc. de Suc. Brésiliennes	1928-1932
Piracicaba	Soc. de Suc. Brésiliennes	1940
Tamoio	Refinadora Paulista S.A.	1928-
		32,1937,1938,1940,1941,1946,1948
Monte Alegre	Refinadora Paulista S.A.	1928-32,1936,1937,1938,1939,1940,
		1941,1943,1946
Junqueira	Francisco M. Junqueira	1928-32, 1941
Amália	Matarazzo	1937,1940
Esther	Família Nogueira	1928-32,1936,1937,1938,1939,1940

Fonte: RAMOS; SZMRECSÁNYI, 2012, p. 85-115; OLIVER; SZMRECSÁNYI, 2003, p. 56.

617 REFINADORA PAULISTA S.A. – Usina Monte Alegre. Relatório de atividades do exercício de 1947, 1948, p. 257-258.

Seria razoável afirmar, portanto, que as medidas técnico-científicas aplicadas pela EECP e pelo IAC coadunaram com as políticas implementadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool em relação a São Paulo, tendo em vista que potencializaram os rendimentos das usinas paulistas existentes até 1938. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939) e a promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941), as atividades da Estação Experimental de Piracicaba tenderam a ampliar o número de beneficiados, também em razão do próprio aumento no número de unidades produtoras em São Paulo. Nesse período, a EECP atuou principalmente através da distribuição de mudas de variedades de cana testadas para o plantio de novos canaviais usineiros, contemplando, neste caso, os engenhos e os fornecedores.

Embora as análises sobre o tema careçam de dados mais específicos, os estudos desenvolvidos por Szmrecsányi e Oliver identificaram três fases na história da agroindústria sucroalcooleira nas quais o aumento da produção paulista deveu-se à inserção de tecnologias nas lavouras das principais usinas de São Paulo: a introdução de canas javanesas (anterior às políticas adotadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool), a inserção, até 1946, das variedades indianas (CO), alinhada às medidas preconizadas pelo IAA no período e, por fim, a purificação das espécies canavieiras de origem indiana e a elaboração de programas de aperfeiçoamento, que ocorreram a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e durante toda a década de 1950.

Com base nessas informações, os pesquisadores concluíram que o crescimento da agroindústria canavieira paulista na primeira metade do século XX foi estimulado, em grande parte, pelo avanço tecnológico e científico no setor agrícola, incentivados pelo poder público. Para os autores, quando a praga do mosaico atingiu os canaviais paulistas, a agroindústria canavieira recebeu o impulso que necessitava para expandir e consolidar-se hegemonicamente no setor durante as décadas seguintes. A modernização das lavouras foi um dos fatores que contribuíram para a formação do sistema usineiro em São Paulo, especialmente entre os anos 1930 a 1950. As usinas paulistas que mais se desenvolveram nesse período — dentre as quais a Usina Monte Alegre - estavam justamente vinculadas à Estação Experimental de Cana de Piracicaba e também ao Instituto Agronômico de Campinas, que as orientavam por meio dos campos de cooperação e recomendações diversas.

⁶¹⁸ RAMOS, 1999, p. 100-101.

⁶¹⁹ OLIVER: SZMRECSÁNYI, 2003, p. 52.

Além dos avanços nas técnicas aplicadas para a seleção da matéria-prima, os documentos da Usina Monte Alegre evidenciaram a gradual mecanização do plantio e da colheita, especialmente pelo aumento na frota de tratores e caminhões utilizados nas lavouras. Esses equipamentos eram importados até 1959, quando foi instalada a fábrica da Ford no país, observando-se os resultados pelos censos agrícolas da época: foram contabilizados 8.372 tratores nos campos brasileiros durante os anos 1950, número ampliado para 61.338 na década seguinte. O uso de fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos igualmente se elevou no período, dado o crescimento da indústria para a agricultura que se processava no esteio da própria industrialização do país. É possível que as indústrias de equipamentos e insumos agrícolas tenham pressionado, direta e indiretamente, a agricultura a se modernizar. 621





Imagens 66-67 – Acima, tratores da Usina Monte Alegre em desfile pelas ruas piracicabanas por ocasião da 1ª Semana Canavieira de Piracicaba, em 1958. Abaixo, colheitadeira e caminhão da UMA em funcionamento durante a 2ª Semana Canavieira de Piracicaba, em 1959. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

620 FIBGE – Censos Agrícolas do Brasil de 1950 e 1960. Apud. TEIXEIRA, Jodenir C. "Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais". *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros*, v. 02, n. 02, p. 21-42, set. 2005, p. 25.

⁶²¹ TEIXEIRA, 2005, p. 25.

_

Essas questões integram os debates acerca da industrialização da agricultura e da formação do chamado complexo agroindustrial no Brasil, especialmente a partir da década de 1960. Não pretendendo tratar do tema neste trabalho, dada a sua complexidade e o recorte temporal que nos dispomos enfocar, é válido apenas salientar que análises sobre a trajetória da agroindústria canavieira, como vimos, têm a possibilidade de contribuir para os estudos das relações estabelecidas entre a indústria e a agricultura na constituição da agroindústria nacional. Também são importantes para as reflexões sobre a natureza do trabalho agroindustrial no país, a mecanização das lavouras, o surgimento da figura dos "bóias-frias" e o êxodo rural.

Em tempo, vale ressaltar que os tópicos abordados neste capítulo evidenciam que o setor agrário não era retardatário ou refratário ao processo de industrialização do país, conforme indicam algumas vertentes interpretativas. Pelo contrário, observou-se que o seu desenvolvimento foi essencial para a consolidação das indústrias de transformação, entre estas a sucroalcooleira, sendo, portanto, guiado em grande parte pelas mesmas forças políticas e econômicas que conduziram o processo de industrialização brasileira. A trajetória da Usina Monte Alegre, nesse sentido, revela que as origens da indústria para a agricultura e a formação dos complexos agroindústrias não são tão recentes quanto afirmam alguns pesquisadores. 623



Imagem 68 – Uma das alegorias do desfile da Usina Monte Alegre na 2ª Semana Canavieira de Piracicaba, em 1959, demonstrando sua avançada tecnologia na produção sucroalcooleira e de papel. Alguns anos depois, a Refinadora Paulista S.A. seria vendida ao Grupo Silva Gordo. Fonte: Acervo de Wilson Guidotti Junior.

Sobre o tema, ver os trabalhos de Geraldo Müller, Ângela Antônia Kageyama, José de Souza Martins, José Graziano da Silva e Gláucio José Marafon, dentre outros.

_

⁶²³ Tamás Szmrecsányi aborda o assunto em seu artigo "Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil, publicado na Revista de Economia Política, v. 03, n. 02, abr./jun. 1983.

Considerações finais

O alvorecer da hegemonia usineira paulista despontou nos últimos anos da Primeira República, quando a perda relativa da importância do açúcar brasileiro no comércio internacional e as sequenciais crises da economia cafeeira desencadearam disputas pelo abastecimento do mercado interno, propiciando a acumulação de capital nas empresas de refinadores-comerciantes que atuavam no eixo entre as regiões Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. O fato de Pedro Morganti iniciar-se no comércio de café (com a Gori & Morganti e depois com a Companhia União dos Refinadores), enveredando também pelo ramo açucareiro, elucida os tipos de estratégias encontradas nos primeiros anos do século XX. Surgiram muitos grupos especializados na circulação interna e no preparo do açúcar para o consumo, pois era na esfera da comercialização e do refino que estavam as possibilidades de maiores ganhos para os capitais naquele momento. Nesse contexto, o açúcar ressurgiu em São Paulo. As sucessivas crises do café ao longo dos anos 1920 impulsionaram a produção paulista, que começou atrair capitais que se formavam ou se desinvertiam no setor de exportação e, consequentemente, empresas que resolveram dedicar-se seriamente à fabricação de açúcar (como a Refinadora Paulista S.A., fundada por Morganti em 1924).

Entretanto, foram os efeitos da grande crise mundial de 1929 que incorreram na mudança de chave da secular economia açucareira do país. Entre outros possíveis marcos estabelecidos pela década de 1930, esta define a etapa de substituição das importações na industrialização no Brasil, calcada no arrefecimento do interesse pela produção cafeeira e na formação do mercado nacional. Cafeicultores, refinadores e negociantes de São Paulo encontraram na indústria sucroalcooleira uma alternativa para driblar seus prejuízos, sendo beneficiados por um contexto de disponibilidade de capitais, abundante mão-de-obra e acesso à maior parcela do mercado nacional, ampliado graças ao aumento demográfico (estes dois últimos fatores especialmente resultantes da entrada de contingentes de imigrantes).

Dada a crise mundial e as transformações que se processaram em âmbito nacional, o Nordeste desvinculou-se de uma divisão internacional do trabalho, na qual permanecera por 300 anos, para ser inserido em uma dinâmica nacional, onde não detinha as mesmas condições dos emergentes rivais açucareiros. O redirecionamento do açúcar nordestino para o mercado interno significou comutar um mercado mais amplo por outro, bem mais restritivo. A decorrente concorrência firmada entre o Nordeste e o

Centro-Sul abalou definitivamente o funcionamento do comércio interno, sustentado até então pela complementaridade entre as regiões. Numa economia agroexportadora, cada estado utilizava o seu produto como principal moeda de troca, constituindo assim uma divisão de trabalho interna. Face à crise insurgente, a manutenção do *status quo* passou a ser fundamental para os dirigentes, sendo a importância desse comércio interestadual a principal base de argumentação dos idealizadores da política açucareira.

Na turbulência dos múltiplos interesses políticos, econômicos e regionais instaurados no período, foram encontradas as razões para a intervenção estatal na economia, fator este de suma importância para a compreensão da história contemporânea do açúcar. A conjuntura da produção açucareira e o cenário político do país resultaram na criação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933. A equalização das demandas regionais perpassaria uma série de questões relacionadas ao verdadeiro "mosaico produtivo" que se formou na época, repleto de dualismos: engenhos *versus* usinas, açúcar bruto *versus* açúcar refinado, usineiros *versus* refinadores-comerciantes, usineiros *versus* fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros *versus* colonos, este ultimo verificado em São Paulo.

Inserida no denominado "quadrilátero do açúcar" e tributária da experiência de engenhos centrais, Piracicaba vivenciou um intenso processo de industrialização nesse período, voltado principalmente à produção sucroalcooleira e ao fabrico de equipamento pesado (máquinas, peças e acessórios) para usinas de açúcar e destilarias de álcool. Tratou-se de um caso evidente de interligação entre agricultura local e crescimento da indústria. As atividades agroindustriais da região impulsionaram o incremento das empresas que atendessem à crescente demanda por bens de capitais relacionados ao ramo canavieiro. Em via de mão dupla, a oferta de maquinário e a assistência técnica com prazos e preços acessíveis possibilitaram o desenvolvimento da indústria sucroalcooleira em Piracicaba por meio de uma trama de relações formada entre os dois setores e acentuada pela intervenção estatal.

Pertencente a um dos grupos usineiros que mais cresceu nas décadas de 1930 a 1950, a Usina Monte Alegre contou com um moderno e eficiente setor industrial voltado à produção açucareira e também se destacou pelo pioneirismo na fabricação de álcool-motor e papel de bagaço de cana. O setor fabril paulatinamente transformou-se numa "cidade-usina" para aqueles que trabalhavam e viviam em sua função. O provimento de todas as condições para a permanência contínua dos trabalhadores e suas famílias no interior da usina permitia que o "ciclo de vida operária" passasse sob o olhar

do patrão, desvelando a ideologia que gerava comprometimento dos empregados com um ambiente pacífico e disciplinado. O trabalho causticante na lida usineira e a existência de esferas coercitivas foram mimetizados na estruturação de um aparato social e assistencialista nos moldes do paternalismo vigente à época.

No que concerne ao setor "agro" do complexo usineiro, evidenciou-se que as usinas paulistas ampliaram as suas lavouras de modo a atender a demanda de seu setor fabril. Os efeitos da industrialização e das políticas intervencionistas sobre as unidades produtivas impulsionaram a ampliação dos canaviais próprios, com vistas a garantir o fornecimento de matéria-prima e a absorção dos lucros agrícolas da fabricação sucroalcooleira. O desenvolvimento do sistema usineiro pautou-se, portanto, na integração vertical "para trás", resultante dos processos de expansão da cultura de canade-açúcar e de concentração fundiária. Essas questões implicaram na perda de poder econômico dos antigos senhores de engenho, especialmente no Nordeste, transformando-os em fornecedores de cana para as emergentes usinas.

Em São Paulo, os fornecedores de cana eram em sua grande maioria proprietários ou arrendatários das terras e, diferentemente do quadro nordestino, somente se tornaram uma categoria expressiva graças à aplicação do Estatuto da Lavoura Canavieira, implantado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool em 1941. Mas, o que de fato caracterizou o trabalho nos canaviais paulistas na época da consolidação usineira foi a opção de se manter o regime do colonato, herdado da cafeicultura. Nesse ponto, a Usina Monte Alegre demonstrou ser um caso emblemático por estruturar a sua produção agrícola nos colonos, garantido a reprodução da força de trabalho, a propriedade fundiária e a eliminação do risco agrícola. No final nos anos 1950, porém, o colonato esvaziou-se na Monte Alegre e em grande parte das usinas paulistas devido a sua inviabilidade econômica e ao surgimento do Estatuto do Trabalhador e do Estatuto da Terra, promulgados em 1963 e 1964, respectivamente.

Ainda no que tange à esfera agrária das unidades usineiras, coube apontar que os avanços tecnológicos e científicos no setor, fortemente incentivados pelo poder público, estimularam a consolidação usineira em São Paulo. Quando a praga do mosaico atingiu os canaviais paulistas, em meados dos anos 1920, a sua agroindústria canavieira recebeu o impulso que necessitava para expandir-se e firmar-se hegemonicamente no ramo sucroalcooleiro nacional, especialmente entre os anos 1930 e 1950. As usinas paulistas que mais se desenvolveram nesse período – dentre as quais, a Usina Monte Alegre - estavam justamente vinculadas à Estação Experimental de Cana

de Piracicaba e também ao Instituto Agronômico de Campinas, que as orientaram por meio dos campos de cooperação e recomendações diversas. A UMA e as outras usinas localizadas na região piracicabana ainda contaram com a assistência constantemente proporcionada pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ-USP).

Além dos avanços nas técnicas aplicadas na seleção da matéria-prima, os documentos da Usina Monte Alegre também elucidaram a gradual mecanização do plantio e da colheita, bem como a intensificação do uso de fertilizantes e outros insumos. É possível que as crescentes indústrias de equipamentos e insumos agrícolas tenham pressionado, direta e indiretamente, a própria agricultura a se modernizar, como já vinha ocorrendo no caso das fábricas de moendas e maquinários para usinagem e destilação desde os anos 1930. Essas questões integram os debates acerca da industrialização da agricultura e da formação do chamado "complexo agroindustrial" no Brasil, especialmente a partir da década de 1960, tema que ainda demanda estudos mais aprofundados.

Para a agroindústria canavieira paulista, os anos 1960 representam o início do deslocamento da proeminência sucroalcooleira da tradicional região de Piracicaba para o denominado "Centro Oeste paulista", em torno do território de Ribeirão Preto. Um dos fatores que propiciaram essa transferência regional foi a implantação do programa nacional de erradicação dos cafezais pelo governo federal, que derivou das políticas mais amplas que visaram à modernização da cafeicultura no país. O promissor ramo canavieiro tornou-se, mais uma vez, atraente para muitos cafeicultores, notadamente porque a Revolução Cubana, iniciada em 1959, afetara o fornecimento do açúcar cubano para o mercado internacional (em especial os Estados Unidos, principal consumidor), abrindo uma oportunidade para os produtores de outros países, como o Brasil.

Nesse sentido, foi interessante notar que, também na década de 1960, a família Morganti teria optado pela venda e divisão do patrimônio como a solução mais viável e adequada aos seus interesses. Na transição da primeira geração para a segunda, a Refinadora Paulista S.A. superou o processo que é considerado uma das etapas mais traumáticas na trajetória das empresas familiares de administração pessoal e não profissional. Embora não tenha contado com o engajamento de todos os familiares, a dedicação dos gêmeos Lino e Hélio às usinas Monte Alegre e Tamoio garantiu a continuidade da empresa. Ao direcionar os dois irmãos para a superintendência da produção, observamos o interesse de Pedro Morganti em prepara-los tanto para o

trabalho administrativo quanto para a supervisão direta dos estabelecimentos produtores, o que indicaria a existência de atitudes empresariais no trato de seus negócios. Entretanto, a geração seguinte da empresa esbarrou no despreparo dos herdeiros e na ausência do planejamento sucessório. Esses fatores, somados a profundas mudanças nas estruturas políticas e econômicas ocorridas no período, contribuíram para a ruína do "império de açúcar" erguido por Pedro Morganti. Coincidentemente (ou não) o desfecho do grupo empresarial ocorreu na mesma época em que a biografia de Morganti (*Um Bandeirante da Toscana*) era publicada sob a encomenda de Assis Chateaubriand.

Durante a pesquisa, observaram-se dois momentos caracteristicamente distintos da expansão da agroindústria paulista ao longo do período recortado, conforme indicara alguns estudos. O primeiro, relativo aos anos de 1930 a 1945, com intensa intervenção estatal, no qual se buscou o "desenvolvimento equilibrado" ao proteger as diferentes categorias envolvidas na produção sucroalcooleira, dando especial atenção à economia açucareira do Nordeste e aos fornecedores de cana daquela região. Nesse contexto, a agroindústria paulista teve sua expansão dificultada por conta da orientação intervencionista, porém, dada a consolidação mais recente de seus substratos, os usineiros se estabeleceram sem maior oposição dos demais seguimentos. Profundas mudanças ocorreram a partir de meados da década de 1940, quando o teor da defesa açucareira em relação ao produto nordestino alterou-se, significando um essencial impulso para o desenvolvimento da agroindústria canavieira paulista.

É também condizente dizer que a "luta" travada entre regiões e produtores desde o primeiro governo Vargas foi vencida pelas usinas paulistas no recorte enfocado, principalmente porque o mercado interno concentrou-se às portas de uma crescente indústria, mas não apenas por isso. Nesse sentido, o estudo da Usina Monte Alegre colaborou para a compreensão de que as tentativas de desvinculação entre os setores agrícola e fabril não se completaram no setor sucroalcooleiro nacional e que as unidades produtoras não se enquadravam necessariamente em uma categoria específica (engenho, engenho central ou usina) nem representavam estágios de "evolução" com sentido único e obrigatório. Aliás, a heterogeneidade apresentada por essas propriedades ao longo do período enfocado é a própria expressão dos contextos políticos e econômicos pelos quais passaram o país e o mundo. Partindo dessas premissas, podemos dizer que o ressurgimento da economia canavieira em São Paulo e a decorrente consolidação

usineira resultaram do processo de industrialização que se acentuava, sem necessariamente alterar as estruturas nas quais estava alicerçado.

Por fim, os apontamentos elencados permitem conjecturar que a "era das usinas" encontrou seu lugar em São Paulo em função das características industriais e das estruturas agrárias existentes, as quais foram as principais determinantes do processo, potencializadas pelas condições propícias do mercado interno e pelos efeitos da constante intervenção estatal. Nesse sentido, a relativa modernização da fábrica e da lavoura, assim como o regime de colonato e a expansão fundiária, seriam os propulsores do vertiginoso crescimento das usinas paulistas. É plausível considerar, portanto, que a formação do sistema usineiro em São Paulo contribuiu para o estabelecimento da hegemonia paulista na produção sucroalcooleira nacional a partir da década de 1950, o que, por conseguinte, determinou o proeminente patamar que o país adquiriu em seguida e ainda ocupa no mercado internacional dos derivados da cana-de-açúcar.

A presente dissertação traz à luz aspectos fundamentais da consolidação usineira em São Paulo no período enfocado, demarcando sua contribuição para os estudos sobre agroindústria sucroalcooleira no Brasil. Diante da complexidade do tema e dos prazos estabelecidos, constitui um registro do que foi possível ser apurado no processo de pesquisa e elaboração do mestrado. Sem deixar de responder questões enunciadas na introdução e dirimir lacunas historiográficas importantes, este trabalho também demonstra possíveis caminhos a serem ainda percorridos, especialmente no que tange à temática rural, aos trabalhadores das usinas e à formação dos grandes complexos agroindustriais, intensificada a partir dos anos 1960.

Anexo – Produção da Usina Monte Alegre de 1915 a 1963.

Anos		Cana trabalhad	a	Proc	nento/ a cana			
121100	Próprias	Fornecedores	Total	Açúcar	Álcool	Açúcar	Álcool	
1915	-	-	-	48.061	-	-	_	
1916	-	-	_	42.662	_	=	-	
1917	44.637.000	_	44.637.000	48.401	397.965	65,05	8,91	
1918	21.094.000	_	21.094.000	15.536	178.552	44,19	8,46	
1919	35.863.000	-	35.863.000	37.535	326.450	62,79	9,10	
1920	36.210.000	-	36.210.000	36.203	317.155	59,98	8,75	
1921	33.223.000	-	33.223.000	38.252	308.774	69,08	9,29	
1922	43.270.000	-	43.270.000	47.464	417.268	65,81	9,64	
1923	32.934.000	-	32.934.000	32.805	354.023	59,76	10,74	
1924	13.104.000	-	13.104.000	15.464	184.049	70,80	10,04	
1925	8.519.000	-	8.519.000	7.834	124.669	55,17	14,63	
1926	34.420.000	-	34.420.000	37.275	316.005	64,97	9,18	
1927	57.657.630	-	57.657.630	75.802	597.350	78,88	10,36	
1928	72.223.650	-	72.223.650	95.358	729.348	79,21	10,09	
1929	60.494.950	-	60.494.950	82.714	627.880	82,03	10,37	
1930	54.258.669	112.443	54.371.112	76.215	502.920	84,10	9,24	
1931	98.199.614	473.482	98.673.096	148.600	905.361	90,35	9,17	
1932	86.676.503	5.311.589	91.988.092	139.555	643.757	91,02	6,99	
1933	77.735.955	5.428.470	33.164.425	144.116	873.474	104,01	10,50	
1934	69.713.334	6.797.054	76.510.388	134.298	741.198	105,31	9,68	
1935	93.789.142	9.593.449	103.382.591	173.574	981.640	100,73	9,49	
1936	96.284.935	12.333.980	106.618.915	108.261	946.122	100,67	10,90	
1937	102.876.705	10.919.254	113.795.959	187.672	1.292.250	98,95	11,35	
1938	115.961.842	10.677.785	126.639.627	202.104	1.441.885	95,75	11,38	
1939	154.580.314	12.144.914	166.725.226	260.258	2.939.509	93,65	17,63	
1940	114.842.363	7.569.906	122.412.269	150.184	3.822.841	73,61	30,56	
1941	113.964.294	6.497.959	120.462.253	150.760	2.819.876	75,09	23,40	
1942	178.889.804	7.295.291	186.185.095	208.264	5.999.679	67,55	32,22	
1943	156.587.094	4.981.202	161.568.296	223.496	4.171.000	82,99	25,80	
1944	125.388.458	5.332.768	130.721.226	210.354	2.729.000	96,55	20,87	
1945	108.454.424	6.224.924	114.679.348	178.466	1.958.500	93,37	17,07	
1946	189.372.229	13.007.613	202.379.842	341.123	3.516.000	100,66	17,40	
1947	165.545.322	26.617.954	192.163.276	316.012	3.456.000	98,66	17,98	
1948	133.847.895	48.180.229	182.026.124	270.144	3.666.000	89,04	20,13	
1949	171.457.537	48.904.129	220.361.666	377.453	3.519.000	102,77	16,10	
1950	165.474.757	68.717.561	234.192.404	377.620	3.756.370	96,74	17,14	
1951	165.838.202	69.769.380	235.608.082	396.018	3.644.350	100,85	15,46	
1952	139.253.433	78.363.730	217.617.163	342.747	3.803.844	94,49	17,48	
1953	170.087.958	92.909.141	262.997.099	353.664	5.964.391	60,68	23,13	
1954	160.954.977	86.203.961	247.156.938	344.653	4.710.642	83,66	19,08	
1955	158.528.642	64.016.828	222.545.470	284.702	4.285.450	74,44	18,77	
1956	111.827.786	56.254.939	168.082.725	287.011	1.977.710	99,37	11,40	
1957	155.943.166	93.615.486	249.558.652	396.882	4.381.810	92,55	17,03	
1958	188.077.933	150.377.786	336.455.719	560.278	5.025.370	99,32	14,84	
1959	176.899.463	138.736.005	315.635.468	512.514	5.879.910	97,42	18,62	
1960	232.339.841	124.881.205	357.221.046	575.010	6.078.000	96,58	17,04	
1961	185.739.115	117.981.739	303.720.354	523.487	4.847.650	109,41	15,96	
1962	159.835.316	100.801.121	260.636.437	439.713	3.103.600	101,22	11,90	
1963	139.491.807	101.391.412	240.883.219	417.051	3.826.270	100,25	15,93	

Fonte: REFINADORA PAULISTA S.A. – *Usina Monte Alegre. Relatório final da safra de 1963*, 1964, p. 02.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Acervos consultados:

Acervo de Wilson Guidotti Junior

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Arquivo Histórico Municipal "Washington Luiz" (São Paulo)

Associação Nova Cana. https://www.novacana.com/

Câmara dos Deputados – Biblioteca Digital < http://bd.camara.leg.br/bd/>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Escola de Ciências Sociais - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)

http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/

Dedini S/A – Indústria de Base. < http://www.codistil.com.br>

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/ USP

http://www4.esalq.usp.br/institucional

Fundação Biblioteca Nacional – Biblioteca Nacional Digital < http://bndigital.bn.br/>

Fundação Joaquim Nabuco < http://www.fundaj.gov.br/>

Instituto Agronômico (IAC)

http://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/instituto/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php

Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

http://www.institucional.jucesp.sp.gov.br/

Memória Estatística do Brasil - Biblioteca do Ministério da Fazenda http://memoria.org.br/

Presidenza della Repubblica Italiana

http://www.quirinale.it/elementi/Onorificenze.aspx

Senado Federal – Portal Legislação < http://www.senado.gov.br/legislacao/>

União dos Produtores de Bioenergia (UDOP)

http://www.udop.com.br/

Periódicos:

Folha de São Paulo

O Estado de São Paulo

Anuário Açucareiro (boletim do IAA)

Revista Brasil Açucareiro (revista do IAA)

Jornal UMA (periódico produzido por funcionários da Usina Monte Alegre)

Legislação e jurisprudência consultada:

BRASIL. Decreto n. 7.246, de 24 de dezembro de 1908. Aprova a reforma dos estatutos da Companhia Refinadora Paulista. In: *Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, v. II, p. 1470-1473.

BRASIL. Decreto n. 7.765, de 23 de dezembro de 1909. Aprova a reforma dos estatutos da Companhia Refinadora Paulista. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 dezembro de 1910, p. 8081-8082. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº. 8.216, de 22 de setembro de 1910. Concede autorização para o funcionamento da Companhia União dos Refinadores. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1910, p. 8081-8082. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº. 9.602, de 29 de maio de 1912. Concede autorização à Companhia União dos Refinadores para continuar funcionando na República. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1912, p. 7328. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. Decreto n. 12.791, de 02 de janeiro de 1918. Concede autorização à Sociedade Anônima Engenho Central Conde de Wilson para substituir essa denominação pela de Companhia União Agricola. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1918. Disponível: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 16.467, de 07 de maio de 1924. Concede autorização para funcionar à sociedade anônima Refinadora Paulista, resultante da fusão da sociedade do mesmo nome e das Companhias União Agrícola e Engenho Central de Porto Real, e aprova os respectivos estatutos. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16467-7-maio-1924-517601.publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jun. 2011.

BRASIL. Decreto n. 19.717, de 20 de fevereiro de 1931. Estabelece a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1931. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 20.401, de 15 de setembro de 1931. Adota medidas para a defesa da indústria e do comércio do assucar. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 19 de setembro 1931. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 20.761, 07 de dezembro de 1931. Crea a Comissão de Defesa da Produção do Assucar e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1931. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 22.152, de 28 de novembro de 1932. Limita a produção de assucar no territorio nacional, incrementa o fabrico do alcool-motor, e dá outras providencias.

Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1932. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 22.789, de 1º de junho de 1933. Crea o Instituto do Assucar e do Alcool e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 06 de jun. 1933. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933. Modifica o decreto n. 22.789, de 1 de junho de 1933, aprova o respectivo regulamento e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1933, republicado em 04 de agosto de 1933. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 08 jun. 2015.

BRASIL. Decreto n. 23.664, de 29 de dezembro de 1933. Regula o consumo do alcool empregado como carburante e suas misturas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1934. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

BRASIL. Decreto n. 1.586, de 26 de abril de 1937. Concede á sociedade anônima Refinaria Tupi autorização para funcionar. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1937, p. 9614-9617. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.855, de 21 de novembro de 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1941. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 26 mar. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.722, de 22 de setembro de 1942. Declara a indústria alcooleira de interesse nacional e estabelece garantias de preço para o álcool e para a matéria prima destinada à sua fabricação. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1942. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944. Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1944. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 01 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.827, de 10 de setembro de 1946. Dispõe sôbre a produção açucareira e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1946. Disponível em: < http://bd.camara.leg.br/bd/>. Acesso em: 02 out. 2014.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA) Resolução n. 698, de 10 de julho de 1952. Aprova o plano de defesa da aguardente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1952. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2014.

Documentos publicados em diários oficiais e jornais

COMPANHIA DE INDUSTRIA E COMMERCIO <<CASA TOLLE>>. "Acta da Assemblea Geral Extraordinaria de Accionistas da Companhia de Industria e Commercio <<Casa Tolle>>". In: *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 15 de março de 1911, p. 2842-2843. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

COMPANHIA UNIÃO AGRICOLA. "Demonstração da conta de <<Lucros e Perdas>> em 31 de dezembro de 1923." *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 04 de março de 1924, p. 1941. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES. "Acta da assembléa geral extraordinaria". *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 23 de outubro de 1928, p.7947-7948. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS. BANCO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO S.A. "Certidão". *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1944, p.6831-6835. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 28 jul. 2015.

EGYDIO, Olavo. "Notas e informações (sobre a valorização do café)". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 de abril de 1907, p. 01. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

GORI & MORGANTI. "Publicações Particulares. Marca". *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de junho de 1907, p. 1703. Disponível em < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3699367/pg-1703-diario-oficial-diario-oficial-doestado-de-sao-paulo-dosp-de-11-06-1907/pdfView/>. Acesso em: 21 fev. 2016.

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ÁLCOOL. Comissão Executiva. Processo P.C. 143-45 – Estado de São Paulo. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1946, p. 5868-5871. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2015.

IRMÃOS MORGANTI. "Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 de março de 1908, p. 04. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br.>. Acesso em: 29 mar. 2016.

IRMÃOS MORGANTI. "Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 08 de mar. 1908, p. 02. Disponível em: <www.acervo.estadao. com.br.>. Acesso em: 29 mar. 2016.

IRMÃOS MORGANTI. Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1908, p. 06. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Refinadora Paulista (Companhia), NIRE 35300285832. Disponível em: https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre_Visualiza.aspx?idproduto=&nire=35300285832. Acesso em: 29 abr. 2014.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Refinadora Paulista S/A, NIRE 3530006035-1. Disponível em: https://www.jucesp.online.sp.gov.br/Pre_Visualiza.aspx?idproduto=&nire=353000603501>. Acesso em: 29 jun. 2011.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP). Ficha de Breve Relato da Central dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), NIRE 35400021136. Disponível em: < https://www.jucesponline.sp.gov.br/Pre_Visualiza.aspx?nire=35400021136&idproduto=>. Acesso em: 02 mai. 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Recurso n. 19.898 (isenção tributária Fundação Getúlio Vargas). Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br >. Acesso em: 01 abr. 2013.

PIMENTEL, Joaquim Goulart. Avisos Comerciaes. A' Praça". In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de dezembro de 1908, p. 06. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

REFINADORA PAULISTA S/A. "Acta da Assembléa Geral Extraordinaria da Refinadora Paulista S/A". *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1924, p. 314. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2016.

REFINADORA PAULISTA S/A. "Refinadora Paulista (Sociedade Anonyma)". *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 24 de maio de 1924, p. 3792-3797. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2011.

REFINADORA PAULISTA S/A. "Acta da assembléa geral extraordinaria". *Diário Oficial de São Paulo*, São Paulo, 09 de novembro de 1928, p. 8379-8300. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 19 set. 2013.

REFINADORA PAULISTA S.A. *Bancos e Pagamentos*, 06 de junho de 1942 a 02 de março de 1943.

SÃO PAULO (Estado). Junta Comercial. Requerimentos para arquivamento de contrato social e registro de firma comercial, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 02 de novembro de 1902, p. 2324-2325. Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3699372/pg-1702-diario-oficial-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-11-06-1907/pdfView. Acesso em: 21 fev. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça, Vara de Família e Sucessões, 2ª Vara, 2º ofício. Inventário de Ana Rosa Gori Morganti. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 12 de maio de 1944, p. 10. Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3977762/pg-10-poder-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-12-05-1944>. Acesso em: 21 mar. 2016.

SEM AUTORIA. "Notícias Diversas". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 junho de 1901, p. 02. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SEM AUTORIA. "Fallecimentos". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 novembro de 1916, p. 05. Disponível em: <www.acervo.estadao.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2016.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES (2ª Vara, 2º ofício). Inventário de Ana Rosa Gori Morganti. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de maio de 1944, p. 10. Disponível em < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3977762/pg-10-poder-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-12-05-1944>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Publicações:

ALMEIDA, Jayme Rocha de. *Embebição nas usinas de assucar*. Piracicaba, S.N., 1938.

AZZI, Renato. *A cultura da canna de assucar*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo, 1938.

BASTOS, Humberto. Assucar e algodão. Maceió: Casa Ramalho, 1938.

BRANDÃO SOBRINHO, Julio. *A lavoura da canna e a indústria açucareira dos Estados paulista e fluminense*. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Co, 1912.

CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO. Legislação Nacional sobre Álcool. Brasília: CNP, 1978.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Memoria sobre o preço do assucar*. Rio de Janeiro: IAA, 1946.

DÉ CARLI, Gileno. "O problema do combustível no Brasil". *Brasil Açucareiro*, v. 06, n. 04, p. 48- 62, jun. de 1939, p. 27.

DÉ CARLI, Gileno. *História contemporânea do açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1940

DÉ CARLÍ, Gileno. *Aspectos de economia açucareira*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos Pongetti, 1942.

DÉ CARLÍ, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Editores Irmãos Pongetti, 1943.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1934-1988, [Coleção Canavieira].

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). "Visitadas pelo Presidente do I.A.A. as regiões açucareiras de São Paulo". *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 01, p. 50-60, jan. 1955.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). *Relatório Anual*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1934-1983, [Coleção Canavieira].

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA). A ação do I.A.A. Relatório do Sr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho como Presidente da Comissão Executiva de maio de 1938 a abril de 1946. Rio de Janeiro: I.A.A., 1946.

JUNGMANN, Fernando. *O direito da agro-indústria açucareira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

HONOLULU, T.H., *Evening Bulletin Edition*, nov. 1901, p. 37. Disponível em: https://doi.org/10.1016/journ.com/sn82016413/1901-11-30/ed-3/seq-37.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2016.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1941.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Alcool-motor, a ação do Instituto do açucar e do alcool na defesa do carburante nacional.* Rio de Janeiro: Americ-edit, 1943.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. "A experiência de uma reforma agrária setorial. *Revista Jurídica*, v. 27, n. 78, p. 203-212, jul./set. 1962.

MATTOS, Antônio Gomes de. *Esboço de um manual para os fazendeiros de assucar*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1882.

MATTOS, Anibal R. Açucar e álcool no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MIRANDA, Vicente Chermont de. *O Estatuto da Lavoura Canavieira e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1943.

NEVES, Luiz M. Baeta. *Technologia da Fabricação do Assucar de Canna*. São Paulo: Associação dos Usineiros de São Paulo, 1937.

OLIVEIRA, Eduardo Sabino de. *Álcool-motor e motores de explosão*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1942.

PITERI, Antonio Dinaer. "O Estatuto do Trabalhador Rural: problemas de aplicação e prováveis consequências sócio-econômicas". *Revista IASP*, 9:1-2, p. 01-16, jan./ fev. 1964.

TRUDA, Francisco Leonardo. *A defesa da produção açucareira (Um ensaio de organização na economia brasileira)*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1934.

TRUDA, Francisco Leonardo. *A Defesa da Produção Açucareira*. Rio de Janeiro: IAA, 1971 (Coleção Canavieira nº 6).

VELLOSO, Lycurgo. *Legislação Açucareira e Alcooleira I (1931- 1952)*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool/ Emp. Editora Carioca Ltda., 1955.

WILLCOX, O. W. A economia dirigida na indústria açucareira. Rio de Janeiro: IAA, 1941.

Depoimentos e vídeos:

BASSETTI, Paulo. "Programa Piracicaba Histórias e Memórias". Piracicaba: *Rádio Educadora de Piracicaba*, s/d. Entrevista concedida a João Umberto Nassif. Versão impressa disponível em: http://www.teleresponde.com.br/ paulo_cesar.htm>. Acessado em: 31 mai.2014.

FALANGHE, Marisa Morganti Ayrosa. "Programa Piracicaba Histórias e Memórias". Piracicaba: *Rádio Educadora de Piracicaba*, s/d. Entrevista concedida a João Umberto Nassif. Disponível em: http://blognassif.blogspot.com.br/2016/03/marisamorgantiayrosafalanghe.html>. Acessado em: 25 abr. 2016.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. "Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977)". Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 274 p. dat.

MORGANTI, Hélio. "Programa Arte Final". Piracicaba: TV Beira Rio, 1992.

TONIN, José Luiz. Depoimento coletado durante os estudos de tombamento da Usina Monte Alegre em âmbito estadual. Piracicaba: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2012. Entrevista concedida aos pesquisadores Mário Augusto Medeiros da Silva e Amanda W. Caporrino.

METROPOLE FILMES DO BRASIL. O Dia do Cortador de Cana. IV Campeonato. Usina Monte Alegre, 30 de setembro de 1945. Direção técnica: B. Kistal.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Marcelo de P. "Crise, crescimento e modernização autoritária". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). *A ordem do progresso:* dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 79-103.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

______. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.* São Paulo: UNESP, 1994.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil:* ensaio sociológico sôbre o elemento político na civilização do açúcar. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Sílvia Nöthen de. *O protesto de títulos e outros documentos de dívida*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. Uma breve análise desde o período colonial até a década de 1970. São Paulo: Nobel, 2009.

BASTOS, Pedro Paulo Z. "A construção do nacionalismo econômico de Vargas". In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 253-294.

______. "Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas". In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 361-454.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia internacional:* teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BAYMA, Cunha. *Tecnologia do açúcar*. Da matéria-prima à evaporação. Rio de Janeiro: IAA, 1974.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro:* o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BILAC, Maria Beatriz B.; TERCI, Eliana T. *Piracicaba: de centro policultor a centro canavieiro* (1930-1950). Piracicaba: MB Editora, 2001.

BILAC, Maria Beatriz B.; TERCI, Eliana T.; PADILHA, Danieli Alves; MAESTRELLO, Aba Paula V. *Piracicaba: a aventura desenvolvimentista* (1950-1970). Piracicaba: MB Editora, 2001.

BLAY, Eva. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BRANDÃO, Adelino. Cana de Açúcar. Álcool e Açúcar na História e no Desenvolvimento Social do Brasil. Brasília: Horizonte, 1985.

BRAY, Silvio Carlos. *A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais*. Tese de Livre Docência, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1989.

BRUNO, Ernani S. Viagem ao país dos paulistas. Ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. *Nem tudo era doce no império do açúcar. (vida, trabalho e lutas na Usina Tamoio – 1917-1969*). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, Araraquara, 1993.

CAMPAGNOL, Gabriela. "Usinas de açúcar: formação e transformação de seu espaço". In: *Arqueologia Industrial*, 4ª Série, 2008, IV, p. 73-96.

CANABRAVA, Alice P.; MENDES, Maria T.. "A região de Piracicaba". In: *Revista do Arquivo Nacional* XLV, Departamento de Cultura, São Paulo, 1938.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930. Tese (Livre Docência em Economia), Instituto de Economia, Universidad Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1981.
Estaduar de Campinas Ottiernini, Campinas, 1901.
"Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. A era Varga desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 12 157.
CARONE, Edgar. A República Velha. São Paulo: Difel, 1974, vols. I e II.
CARRADORE, Hugo Pedro. <i>Monte Alegre – Ilha do Sol.</i> Piracicaba: Shekinah Editor 1996.

CASTRO, Rute Andrade; SANTOS, Cristiane Batista da Silva. "Influência britânica no império: as primeiras explorações minerais na Bahia". In: *Recôncavo* (Revista de História da UNIABEU) [online], v. 5, n. 9, jul. – dez. 2015, p. 150-167.

CARVALHO, Leidiane; BUENO, Regiane; CARVALHO, Marina; FAVORETO, Ana; GODOY, Ana. "Cana-de-açúcar e álcool combustível: histórico, sustentabilidade e segurança energética." *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, v.9, n.16, p. 530-543, 2013.

CHANDLER JR., Alfred Dupont. Scale and scope the dynamics of industrial capitalismo. Cambridge: Belknap, 1990.

_____. The Visible hand the managerial revolution in american business. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

CORSI, Francisco Luiz. "O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira". In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 219-252.

COTRIM, Luciana. "Série Avenida Paulista: do ambíguo Tomaselli à FGV". In: *SãoPauloCity* [online], 14 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://spcity.com.br/serieavenidapaulistadoambiguotomaselliafgv/. Acesso em: 21 mar. 2016.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo: Difel, 1971.

_____. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos* (1872-1987). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2008.

DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ELIAS NETTO, Cecílio. "João Bottene: o gênio da mecânica." In: *Almanaque 2002-2003*. Piracicaba: IHGP, s/d, p. 288.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930:* historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

FELDWICK, W.; DELANEY, L. T.; EULALIO, J; WRIGHT, A. (ed.) *Impressões do Brazil no Seculo Vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913. Disponível em: < http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39e.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FISHLOW, Albert. "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil". *Estudos Econômicos*, 2(6), p. 07-75, dez. 1972.

FONSECA, Pedro Cezar D. "O processo de substituição de importações". In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Saraiva, 2003, p. 248-282.

. "Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930". In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. *A era Vargas:* desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 159-178.

. "A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira". *Revista EconomiA*, Brasília(DF), v. 13, n. 03b, p. 843-866, set./ dez. 2012.

FRANCO, Francisco A. de C. F. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil.* São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

FRITSCH, Winston. "Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930". In: PAIVA, Marcelo (org.). *A ordem do progresso:* cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 45-77.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

______. "A fantasia organizada" (13. As contas do passado). In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GAMA, Ruy. Engenho e tecnologia. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1983.

GERALDO, Endrica. "Trabalhadores estrangeiros em tempos de guerra." In: *Perseu*, ano 02, nº 02, 2008, p. 180-202, p. 180.

GNACCARINI, José César A. *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1972.

"A economia do açucar. Processo de trabalho e processo de acumulação". In: FAUSTO, Boris (org.) <i>III. O Brasil Republicano – 1 Estrutura de Poder e Economia</i> . São Paulo: Difel, 1975.
Latifúndio e proletariado. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil Rural. São Paulo: Polis, 1980.
GUIMARÃES, Carlos Gabriel. <i>A indústria álcool-motora no primeiro governo Vargas</i> (1920-1945). Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1991.
."O Instituto do Açúcar e do Álcool e a indústria do álcool-motor no primeiro governo Vargas (1930-1945)". <i>História Econômica & História de Empresas</i> , vol. XV, p. 135-168, 2012.
HASSE, Geraldo. <i>Filhos do fogo. Memória industrial de Sertãozinho 1896-1996.</i> Ribeirão Preto: Céu e Terra, 1996
<i>Maurílio Biagi. O Semeador do sertão</i> . São José do Rio Preto: Editora Céu e Terra, 2003.
IANNI, Octavio. <i>Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
LAFER, Celso. "O Convenio Internacional do Café". Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 68, n. 02, p. 285-340, 1973.
KAGEYAMA, Ângela Antônia. <i>Crise e estrutura agrária - A agricultura paulista na década de 30</i> . Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Rural, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" / Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 1979.
(org.). <i>O novo padrão agrícola</i> brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas, s.n. 1987.
KELLER, Paulo F. Fábrica e vila operária. A vida cotidiana os operários têxteis em Paracambi-RJ. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.
KOSSOY, Boris. <i>Realidades e ficções na trama fotográfica</i> . São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
LAFER, Celso. "O Convenio Internacional do Café". Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 68, n. 02, p. 285-340, 1973.

LEÃO, Regina Machado de. *Dedini: a força de um ideal*. Piracicaba: R. M. Leão/Pancrom Indústria Gráfica, 2005.

LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

LIMA, Aldemi. Coelho.; FERRARESI, Valtair Antonio.. "Desgaste em equipamentos de processamento da cana-de açúcar em destilaria de álcool". 16ª Simpósio de Pós-

graduação em Engenharia Mecânica, Universidade Federal de Uberlândia -UFUMG, Uberlândia-MG, 2006, p. 03.

LOPES, Luciana Suarez. *Ribeirão Preto: A Dinâmica da Economia Cafeeira de 1870 a 1930*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho –UNESP, Araraquara, 2000.

MACHADO, Luiz Toledo. Formação do Brasil e unidade nacional. São Paulo: IBRASA, 1980.

MAGALHÂES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MALUF, R. S. J. (org.). Aspectos da constituição do mercado de trabalho urbano e rural de Piracicaba. Piracicaba: UNIMEP, 1984.

MARAFON, Gláucio José. *Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil*. Disponível em: <www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia> . Acesso em: 02 abr. 2015.

MARANGONI, Massimo. "Lo zuccherificio di Lendinara". In: *Ventaglio* [online], n. 49, luglio 2014. Disponível em:< http://www.ventaglio90.it/articolo.php?id=1220>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MARSON, Michel D. *Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo*, 1870-1960. Tese de Doutorado em Economia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

MARCONDES, Neide. *Na trilha do passado paulista: Piracicaba século XIX.* Piracicaba: Degaspari, 2008.

MARTINS, José de Souza. Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1976 (Estudos Brasileiros, 1).

MATTOS, Anibal R. Açucar e álcool no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MEIHY, J.C.S.B. (Re)introduzindo história oral no Brasil. Xamã, 1996.

MEIRA, Roberta Barros. *Bangüês, Engenhos Centrais e Usinas:* o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941). Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

			"O proces	so (de mo	odernizaç	ão c	la agroind	lús	tria canavie	ira e os
engenhos	centrais	na	Província	de	São	Paulo".	In:	História	e	Economia	Revista
Interdiscip	olinar, vo	1. 03	3, n° 01, 2°	sem	. 200	7, p. 39-5	54.				

_____. A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e

fluminense. 1875-1926. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012.

MELO, José Evando Vieira de. *O Engenho Central de Lorena. Modernização açucareira e colonização (1881-1901)*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2003.

_____. "Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX." In: *SAECULUM – Revista de História*, nº 14, João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 74-93.

______. O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850 a 1910). Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2009.

MENDES, Maria C. Torres. Aspectos da evolução rural em Piracicaba no tempo do Império. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975.

MESQUITA, Mário M. C. "Inflação, estagnação e ruptura". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). *A ordem do progresso:* dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 179-196.

MOLINA, Rodrigo S. *Escola Agrícola Prática "Luiz De Queiroz" (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2011.

MOREIRA, Ruy. Formação do espaço agrário brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOTTA, José Flavio. "Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, nº 52, p. 15-47 – 2006.

MOYANO, Daniel. "Empresa y familia em la agroindustria azucarera tucumana: el caso de la firma 'Avellaneda & Terán' (1907-1949)". *Revista História Econômica & História de Empresas*, v. 14, n. 1, p. 73-126, jul. 2011.

MÜLLER, Geraldo. *O Complexo Agroindustrial brasileiro*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

______. Complexo Agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MÜLLER, G.; MAGALHÃES, L.C. & VIAL, S.A.H. "As relações micromacro e a noção de complexo agroindustrial". *Rascunho*, Araraquara, n. 4, p. 01-39, 1989.

NEGRI, Barjas. *Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: uma análise do Grupo Dedini (1920-1975)*. Dissertação (Mestrado em Economia), Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1977.

_____. A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo: SEADE, 1988.

_____. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

______. Estudo de Caso da Indústria Nacional: Análise do Grupo Dedini (1920 - 1975). Piracicaba: Equilíbrio/ Instituto Histórico e Geográfico - IHGP, 2010.

NETTO, Cecílio Elias. *Memorial de Piracicaba: Almanaque 2002-2003*. Piracicaba: Tribuna Piracicabana/ Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2003. In: s/d. Disponível em: http://www.aprovincia.com. Acesso em: 13 mar. 2013.

OLIVER, Graciela de Souza. *José Vizioli e o início da modernização tecnológica na agroindústria canavieira paulista*, 1919 – 1949. Dissertação (Mestrado em Política Científica), Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2001.

OLIVER, Graciela de Souza & SZMRECSÁNYI, Tamás. "A Estação Experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920 a 1940)". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 46, p. 37-60, 2003.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACCZWSKI, Antonio Claudio. "Democracia com desenvolvimento, 1956-1961". In: ABREU, Marcelo de P. (org.). *A ordem do progresso:* dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 157-177.

ORNELLAS, Manoelito de. *Um bandeirante da toscana*: Pedro Morganti na lavoura e na indústria açucareira de São Paulo. São Paulo: EDART, 1967.

PACANO, Fábio; PERINELLI NETO, Humberto. "O Engenho Central de Piracicaba: um ícone moderno na Belle Époque Caipira (1880-1900)". Comunicação apresentada no *III Seminário de História do Açúcar – produção, trabalho e estrutura fundiária*, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 26 a 30 de abril de 2010.

PANAGIDES, Stahis. "Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 23 (1), p. 41-71, jan./ mar. 1969.

PELÁEZ, Carlos M. "A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira". *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 01, p. 15-47, mar. 1968.

_____. *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PETRONE, Maria Thereza Shorer. *A Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PFROMM NETTO, Samuel. Dicionário de Piracicabanos. São Paulo: IHGP, 2013

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. (et al.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PERES, Maria Thereza Miguel. *O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 1990.

PERES, Maria T.M. & TERCI, Eliana T. "Pedro Morganti, un empresario en la historia de la industria del caña de azúcar en el estado de São Paulo (1900-1930)". In: s/d.

Disponível em: <www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/243_abstract.doc> Acesso em: 25 out. 2010.

PINA, Hélio. A Agroindústria Açucareira e sua Legislação. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PINASSI, Maria Orlanda. "I Convenção Nacional dos Produtores de Aguardente - Rio de Janeiro, 27 e 28 de Abril de 1953". In: Cadernos AEL, n. 7. [online]. Campinas: AEL-UNICAMP, 1997. Disponível em: < http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/issue/view/11>. Acesso em: 22 mai. 2015.

PINNA, Pietro. "Alla conquista dei migranti italiani: la fascistizzazione in Francia e Brasile". *Colóquio Internacional Tempos de Guerra e de Paz. Estado, Sociedade e Cultura Política nos séculos XX e XXI*, São Paulo, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 13 de outubro de 2011. Disponível em: < http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1516>. Acesso em: 25 abr. 2013.

<u>PORCHAT, E</u>dith. *Informações Históricas sobre São Paulo no século de sua fundação*. <u>São Paulo</u>: <u>Iluminuras</u>, 1993.

PRAÇA, Gustavo; PEREIRA, Joel. "A saga dos imigrantes italianos em Porto Real". *O Ponte Velha*, Resende e Itatiaia, set. 2013, n. 209, p 06-07, p. 07.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

______. Histórica Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012.

______. A Revolução Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*. Tese (Doutorado em Agronomia), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" / Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 1972.

QUEDA, Oriowaldo ; SZMRECSANYI, Tamás J. M. K. . *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa Rafard, Porto Feliz, Lorena e Cupim.* São Paulo, 1996. (Prefácio, Pósfacio/Introdução).

RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da aroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada à Administração, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 1983.

RAMOS, Pedro. "A propriedade fundiária e a agroindústria canavieira no Brasil". *Ensaios e Debates: Reforma Agrária*, ano 21, n. 3, p. 35-52, set./ dez. 1991, p. 35.

_____. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999

A agroindústria canavieira do Brasil: Referencial historiográfico,
temas e fontes. In: America Latina en la Historía Económica, Cidade do México, v. 1,
p. 59-71, 1999.
"Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria
canavieira do Brasil." In: <i>Reforma Agrária</i> , v. 34, p. 35-66, 2007.
. "Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria
canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno". In:
Economia Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 4, p.559-585, out. / dez. 2007.
. "A evolução da agroindústria canavieira e os mercados de açúcar e de
álcool carburante no brasil: a necessidade de planejamento e controle. Trabalho para o
XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia

RAMOS, Pedro; PIACENTE, Fabricio José. "A evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1990 e o predomínio do sistema de moendas." Comunicação apresentada no 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Campo Grande - MS, de 25 a 28 de julho de 2010.

Rural, Rio Branco-AC, 20 a 23 de julho de 2008.

RAMOS, Pedro; SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. "Evolução histórica dos grupos empresarias da agroindústria canavieira paulista". In: *História Econômica & História de Empresas*, n. 1, 2012, p. 85-115.

RANGEL, Ignácio. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

REZENDE, Gervásio Castro de. "Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10 (1), p. 179-216, Rio de Janeiro, abr. 1980.

RIBEIRO, Paulo Roberto. *A usina de açúcar e sua automação*. S/d: Smar Equipamentos Industriais Ltda., 2003.

RODRIGUES, Laura Poggi. Evolução histórica da concentração da indústria de refino no centro-sul brasileiro e análise da estrutura de equilíbrio dessa indústria. Dissertação (Mestrado em Economia), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"- ESALQ, Universidade de São Paulo - USP, Piracicaba, 2005.

RUGGIERO, Antonio de. *Emigranti toscani nel Brasile meridionale 1875-1914*. Tese (Doutorado em História Contemporânea) - Scuola di Dottorato in Storia, Università Degli Studi Di Firenze, Florença, 2010.

SAES, Flavio A. M. de. "A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 03, n. 07, p. 20-39, dez. 1989.

SAES, Flavio A. M. de; NOZOE, Nelson H. "A indústria paulista da crise de 1929 ao Plano de Metas", *História e Economia*-revista interdisciplinar, Brazilian Business School, v. 12, n. 1, p. 125-145, 2014.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias – o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e

modernização da canavicultura paulista: séculos XVI a XXI. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2010.

SAMPAIO, Silvia Selingardi. *Geografia Industrial de Piracicaba. Um exemplo de interação indústria-agricultura.* São Paulo: IGEOG-USP, 1976 (Série Teses e Monografias n° 21).

SANTOS, Francisco M. dos. *História de Santos (1532-1936)*. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1937.

SILBER, Simão. "Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939". In: VERSIANI, Flávio R.; BARROS, José Roberto M. de (Orgs.). Formação econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

______. Complexos Agroindustriais e outros complexos. In: *Reforma Agrária*, Campinas, 3 (21), 1991, p. 05-34.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: hcitec, 1981.

SILVARES, José Carlos. *Garibaldi (1906-1946)*. Oriundi, 2007. Disponível em: < http://www.oriundi.net/site/oriundi.php?menu=categdet&id=7367>. Acesso em 21 set. 2014.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

SOARES, Alcides Ribeiro. Um século de economia açucareira. Evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970. São Paulo: Clíper Editora, 2000.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUSA, Julio S. I. de. (coord.); PEIXOTO, Aristeu M.; TOLEDO, Francisco F. de. *Enciclopédia agrícola brasileira*. São Paulo: Edusp, 1995.

SOUZA, Ivan Pereira de. *Do Engenho à Usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, 2007.

SOUZA, Jonas Soares de. *Uma empresa pioneira em São Paulo: o Engenho Central de Porto Feliz.* São Paulo: Universidade de São Paulo - USP / Museu Paulista, 1978.

SUZIGAN, Wilson. "A industrialização de São Paulo: 1930-1945". *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 02, p. 89-111, abr./jun.1971.

____. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930—1975). São Paulo: Hucitec, 1979. _. "Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil." In: Revista de Economia Política, v. 3, n.2, p. 141-144, 1983. . "1914-1939: Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil." In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3(7), p. 42-68, jun.1988. _____. Pequena história da agricultura no Brasil. São Paulo: Contexto, 1990. __. "Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista". In: História Econômica e História de Empresas, v. V, n.1, p. 85-115, 2002. SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K.; MOREIRA, Eduardo P.. "O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial". In: Estudos Avançados, v. 5, n.11, p. 57-79, 1991. SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. (Org.); MARANHÃO, R. F. A. (Org.). História de Empresas e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: HUCITEC/FAPESP/ABPHE, 1996. SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. (Org.); SUZIGAN, Wilson. (Org.). História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: HUCITEC, 1997. SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. (Org.); GRANZIERA, R. G. (Org.). Getúlio Vargas & a economia contemporânea. São Paulo: HUCITEC, 2004. TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. _. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas: Unicamp/ IE, 1998. TEIXEIRA, Jodenir C. "Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos,

TEIXEIRA, Jodenir C. "Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais". *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros*, v. 02, n. 02, p. 21-42, set. 2005.

TERCI, Eliana Tadeu. *Agroindústria canavieira de Piracicaba:* relações de trabalho e controle social, 1880-1930. Dissertação (em História), Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

TERCI, Eliana Tadeu (org.). *O desenvolvimento de Piracicaba – histórias e perspectivas.* Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2001.

TERCI, Eliana; PERES, Alice M. P.; PERES, Maria Thereza M.; GUEDES, Sebastião N. R.; SHIKIDA, Pery F. A.; CORRÊA, Ângela Maria C. J. "Os mercados de terra na

(re)estruturação da categoria dos fornecedores de cana do Estado de São Paulo : análise de dados de campo". *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 03, p. 142-167, set./ dez. 2007.

TERCI, Eliana T.; PERES, Maria Thereza M. "Organização do espaço e controle social nas usinas açucareiras de Piracicaba: os casos do Engenho Central e da Usina Monte Alegre no início do século XX". Comunicação apresentada no *III Seminário de História do Açúcar – produção, trabalho e estrutura fundiária*, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 26 a 30 de abril de 2010.

______. "Ascensão da agroindústria canavieira paulista: o caso de Piracicaba no início do século XX". In: *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 12, n. 3, p. 445-456, 2010.

TOLEDO, Benedito Lima. Álbum Iconográfico da Avenida Paulista. São Paulo: Ex Libris, 1987.

TONIN, José Luiz. *Aspectos da comunidade rural Usina Monte Alegre*. Piracicaba, 1965, 15p. dat.

TOSI, Pedro Geraldo, FALEIROS, Rogério Naques e FONTANARI, Rodrigo. "Modalidades e Hierarquias do Crédito na Cafeicultura Paulista (1889-1930)". In: *Revista Brasileira de Economia* [online], v..65 n.4, out./dez. 2011. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/rbe/v65n4/05.pdf>. Acesso em: 28/04/2014.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. *Agroindústria canavieira:* estratégias competitivas e modernização. Campinas: Átomo, 2003.

VIANNA, Sérgio Besserman. "Política econômica externa e industrialização, 1946-1951." In: ABREU, Marcelo de P. (org.). *A ordem do progresso:* dois séculos de economia política no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira, 1951-2010:* de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, 1889-1945. Brasília: Ipea, 1973.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. "O que é? – Dumping". In: *Desafios do Desenvolvimento* [online], ano 3, edição 18, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em: 08 jun 2015.

WRIGHT, Edmundo; LAW, Jonathan. *Dicionário de história do mundo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ZOCCA, Marcelo. *Máquinas e equipamentos – açúcar e álcool*. Piracicaba: COTIP – Colégio Técnico e Industrial de Piracicaba/ Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, s/d.